Encontro Internacional Socialista

Memorial

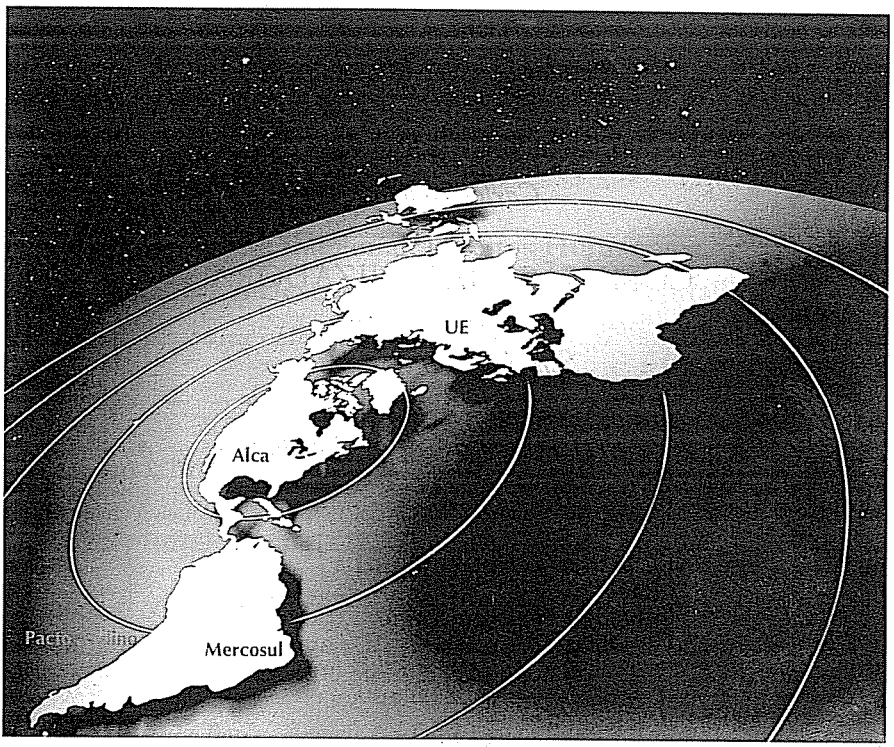


FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

Partido Socialista Brasileiro - PSB

FUNDAÇÃO

JOÃO MANGABEIRA



Rio de Janeiro - 2, 3 e 4 de agosto de 2001



MEMORIAL
ENCONTRO INTERNACIONAL SOCIALISTA

REALIZAÇÃO:
Fundação João Mangabeira

COORDENAÇÃO:
Carlos Siqueira

COMISSÃO ORGANIZADORA:
Roberto Amaral
Sen. Saturnino Braga
Carlos Siqueira
Prof. Antonio Carlos Peixoto
Profª Yara Gouvêa

TAQUIGRAFIA:
Lívia Costa
Marcelo Costa

CAPA:
TC Gráfica e Editora Ltda

IMPRESSÃO:
TC Gráfica e Editora Ltda

ÍNDICE

Sessão de Abertura 05

Pronunciamentos: Primeiro Secretário - *Carlos Siqueira*, Governador- *Ronaldo Lessa*, *Germán Rodas Chaves* - CSL e Governador - *Anthony Garotinho*

"Globalização e Regionalização na Ordem Internacional: A inserção brasileira - ALCA, MERCOSUL, Pacto Andino" 23

Expositores: Celso Furtado, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

"Estado Nacional e Desenvolvimento" 53

Expositores: Senador Roberto Saturnino Braga, Maurice Lemoine e Tito Ryff

"A Nova Agenda Internacional: Direitos Humanos, Direitos Sociais e o Descontrole dos Fluxos de Capital" 107

Expositores: Jean Ziegler e Hélio Bicudo

"Socialismo, lutas no campo e conflito urbano" 145

Expositores: João Pedro Stédile e Luís Jorge Werneck Viana

"Socialismo, lutas sociais e Processo político na América Latina" 179

Expositores: Atílio Borón, Antônio Carlos Peixoto e Roberto Regalado

"Socialismo e Democracia" 209

Expositores: Evandro Lins e Silva, Dr. Jacob Gorender e José Luís Quadros Magalhães

"As vias para o Socialismo no Brasil" 259
Expositores: Tarso Genro e Roberto Amaral

Encerramento 291

Sessão de Abertura

2 de agosto de 2001

Hora: 9 horas



Mesa de abertura do Encontro Internacional Socialista

Salão Nobre do Hotel Glória

Rio de Janeiro - Brasil


Encontro Internacional Socialista
LATINO-AME


Encontro Internacional Socialista

PROFª YARA GOUVÊA – Bom dia, companheiros.

Chamamos à mesa, para dirigir os trabalhos deste Encontro Internacional Socialista, o companheiro Carlos Siqueira, Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira e Primeiro-Secretário Nacional do Partido Socialista Brasileiro. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Convidamos para compor a mesa as seguintes pessoas:

Companheiro Roberto Amaral, Vice-Presidente Nacional do PSB e Secretário de Relações Internacionais do partido. (Palmas.)

Governador Anthonty Garotinho, do Estado do Rio de Janeiro. (Palmas.)

Governador Ronaldo Lessa. (Palmas.)

Governador João Alberto Capiberibe. (Palmas.)

Dr. Germán Chaves, Secretário-Geral da Coordenação Socialista Latino-Americana, também membro do Partido Socialista Frente Ampla do Equador. (Palmas.)

Professor Jean Ziegler, do Partido Socialista Suíço, Relator da Comissão de Direitos Humanos da ONU. (Palmas.)

Maurice Lemoine, jornalista do Jornal Le Monde Diplomatique. (Palmas.)

Deputado Alberto Costa, Partido Socialista Português, que nos honra com sua presença. (Palmas.)

Dr. Roberto Regalado, do Partido Comunista Cubano. (Palmas.)

Prefeita Kátia Born, de Maceió. (Palmas.)

Prefeita Wilma Farias, de Natal. (Palmas.)

Deputado Alexandre Cardoso (Presidente do Partido Socialista Brasileiro no Rio de Janeiro). (Palmas.)

Prefeito Márcio França, Presidente do PSB de São Paulo, representando os Prefeitos do PSB. (Palmas.)

Convidamos ainda para compor a mesa o Dr. Celso Furtado, para quem pedimos calorosa salva de palmas, este grande brasileiro que muito nos orgulha. (Palmas prolongadas.)

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, figura exponencial da diplomacia brasileira, para quem também pedimos uma salva de palmas. (Palmas.)

Companheiro do PCdoB, representando o Partido Comunista do Brasil, Renato Rabelo. (Palmas.)

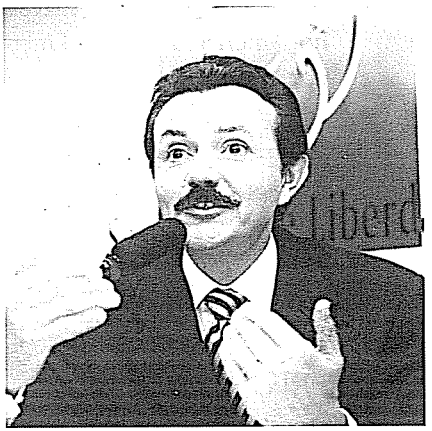
Representante do PPS, Givaldo Siqueira. (Palmas.)

Anunciamos também a presença dos representantes da Embaixada da China, do Partido Comunista Chinês, do PCdoB, do PT, as presenças do companheiro Gilberto Palmares, do Presidente da CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores, o companheiro Salim, que irá se filiar ao nosso partido em breve, do Cônsul Geral da Itália, Dr. Bencini (Palmas.).

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional.

(*Execução do Hino Nacional.*)

Pronunciamento de Abertura do Encontro



O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) - *Companheiras e companheiros do Partido Socialista Brasileiro, companheiros simpatizantes do PSB, companheiras e companheiros de outros partidos de cunho socialista, comunista, senhores representantes de embaixadas, consulados, delegações estrangeiras, é com muita satisfação que declaramos, em nome da Fundação Socialista do Partido Socialista Brasileiro, aberto o Encontro Internacional Socialista.*

O Partido Socialista Brasileiro, o nosso PSB, vive momento histórico na cena política brasileira, de afirmação e de consolidação de um projeto político. Por essa razão, o partido decidiu estudar sistematicamente, ao longo de 2001, os temas nacionais e internacionais mais relevantes, tendo em vista a preparação de um programa de governo para o Brasil.

Tal programa deve identificar os grandes desafios estratégicos colocados para o País neste início de século. Desafios de caráter social, econômico, geopolítico, cultural, militar, territorial e outros. E propor formas de equacioná-los através de ação coerente e sustentável do Estado e da sociedade brasileiros.

Os socialistas do PSB decidiram também envolver nessa empreitada grande número de quadros formuladores, comprometendo-os com o projeto, bem como estabelecendo elos entre o trabalho intelectual a ser desenvolvido e os principais atores políticos e sociais comprometidos com o destino do Brasil.

São estas, entre outras, as razões pelas quais a Fundação João Mangabeira, do PSB, decidiu convocar este Encontro Internacional Socialista, conscientes entretanto de que, antes de sermos ativamente internacionalistas, somos e devemos continuar sendo conscientemente nacionais. Por assim entendermos, estamos seguros de que o Estado nacional precisa libertar-se da condição de refém do sistema financeiro nacional e estrangeiro, e retomar seu papel de articulador e líder de um verdadeiro processo de desenvolvimento para o Brasil, que trate de definir políticas específicas para iniciar a implantação de medidas de efetivo combate à pobreza, complementares à política de pleno emprego e à retomada do crescimento.

No plano internacional, precisamos e queremos definir uma política externa abrangente, tendo em vista a defesa dos interesses permanentes do Brasil e a reconstrução do seu sistema de alianças internacionais.

Sabemos que o nosso País pode e deve exercer importante papel na articulação de um projeto para a América do Sul, que se contraponha às imposições norte-americanas de implantação da ALCA e da destruição do MERCOSUL.

Nesse sentido é de fundamental importância rever a forma atual de relacionamento do Brasil com os centros mundiais de poder: Estados Unidos, Europa e Japão, bem como ampliar e intensificar as relações com os chamados países intermediários: China, Índia, Rússia, África, África do Sul, entre outros. E ainda elaborar nova política de relações do Brasil com organismos multilaterais, como OMC, FMI, BID e Banco Mundial, e uma participação protagonista do Brasil nos foros políticos internacionais, especialmente na ONU e na OEA.

Para lograrmos êxito na busca de soluções de problemas e desafios tão grandes, o Partido e a Fundação João Mangabeira têm procurado obter a colaboração de personalidades exponenciais de distintas instituições e segmentos

da sociedade brasileira na elaboração de um projeto para o Brasil. Mas não queremos e não podemos prescindir da colaboração de companheiros de outros países e regiões do mundo, especialmente provenientes de instituições políticas e personalidades como as que aqui se encontram.

A todos, desde logo, antecipamos nossos agradecimentos pela colaboração e compreensão dos temas em debate. Estamos seguros de que, na cruel polarização que se processa no mundo entre dinheiro e humanidade, os senhores estarão ao lado desta.

Queremos também saudar e agradecer a presença da militância partidária e de simpatizantes que acorreram a este encontro, vindos de distintos lugares e regiões do nosso País. Sabemos que os companheiros e companheiras estão aqui movidos pelos ideais socialistas, para afirmar e confirmar nossa identidade de partido socialista, partido socialista democrático que, desde o seu nascimento, defende a pluralidade política, ideológica, cultural, social e religiosa. Partido essencialmente laico, que requer a contribuição de cada militante, sempre procurando fortalecer a democracia interna, sempre defendendo-a como insubstituível riqueza, bem como a diversidade de percursos de origem sociais, de experiências e opiniões, e sempre vendo-as como seiva indispensável da nossa ação coletiva.

Finalmente, tenhamos presente que se, iluminados pela experiência e saber dos nossos expositores e debatedores, muitos dos quais, para nossa felicidade e alegria, já se encontram nesta mesa e neste plenário, encontrarmos respostas para algumas das nossas indagações e desafios, não devemos nos acomodar, porque na política e na ciência, de modo geral, uma vez que se responde a uma pergunta, aparecem várias outras igualmente empolgantes. E é essa a razão de a política também ser uma atividade apaixonante.

Muito obrigado a todos. Sejam bem-vindos, companheiros do partido, nossos simpatizantes e autoridades de modo geral. (Palmas.)

Também compõem a mesa os companheiros Senador Saturnino Braga e a Prefeita de Natal, Wilma Farias, a quem saudamos com palmas efusivas. (Palmas.)

Convido para usar da palavra, nesta sessão de abertura, em nome da Executiva Nacional do Partido Socialista Brasileiro, o seu Vice-Presidente Nacional, companheiro Governador do Estado de Alagoas Dr. Ronaldo Lessa. (Palmas.)



O SR. RONALDO LESSA (Governador do Estado de Alagoas) - Peço licença ao Governador Anthony Garotinho, anfitrião deste encontro, ao Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira, através da qual o PSB realiza este sonho; peço licença aos outros Governadores, Vice-Governadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Deputados, Senadores, membros de instituições internacionais, embaixadas, partidos, aos nossos companheiros, para que nossa saudação seja feita na pessoa do nosso querido Celso Furtado. (Palmas.)

Na ausência do nosso Presidente, Dr. Miguel Arraes, com quem muitas coisas.

Precisamos, neste instante em que abrimos este encontro, registrar a realização deste sonho. Quantas vezes — e já fomos Tesoureiro, Secretário, Vice-Presidente —, nesses dezesseis anos de reorganização, imaginamos poder realizar este encontro? E foram muitos batalhadores, como Valton e tantos outros, não vou citar todos os nomes porque evidentemente não lembraria.

É absolutamente oportuno, porque estamos vivendo o momento da excelência, o momento onde a máxima é a qualidade total, como se pudéssemos esquecer ideologia, princípios e tivéssemos, gerados evidentemente pela concorrência, pela disputa, de descobrir quem é mais competente. Que é uma questão de gestão. Essa tem sido a tônica, a máxima apontada. Inclusive, alguns mais ousados dizem que acabou a questão de Direita e Esquerda, e isso evidentemente é coisa do passado.

Então, este Encontro Internacional ocorre num momento importante para que não percamos a referência da história, para que retomemos essa discussão e possamos, inclusive, criticamente, avaliar onde também erramos nesse processo.

A essência do socialismo, que é exatamente entender como força motriz de um processo que induz, conduz ao princípio do desenvolvimento, o social, também, na minha avaliação — e trago essa reflexão que comungo com algumas dessas pessoas —, errou. Não é só o equívoco, e eu vou chamar de equívoco porque creio que alguns têm clareza de que não é o capitalismo que vai resolver e trazer, à sociedade, a justiça que tanto almejamos. Mas não é só ele que trata e entende deformada a idéia do mercado de que o desenvolvimento é feito com a geração de renda, a capacidade que se tem de produzir, de

construir riqueza, primeiro porque eles têm a essência de que só suportaram essa máxima, sobretudo os que tentaram fazer a mesclagem, o Estado "mais humano", entre aspas, ou menos selvagem, em detrimento dos povos de outros países.

Portanto, onde nós ainda não conseguimos avançar como o socialismo dando todas as respostas? Porque aquilo que é o capital para nós, que eles acham que resolve tudo, não investimos o suficiente. Se vocês acham que é o social, e temos certeza de que o social é que deve prevalecer em relação a todos os outros bens e princípios, como não tratam da questão essencial, que é o ser humano? Qual é o capital do social, senão o homem? E o que foi feito nesse sentido, ou que tem sido feito nesse aspecto? Muito pouco.

Se fôssemos capazes de chegar a 60 anos atrás, seria impossível imaginar esta reunião de hoje. Porque há aqui muitos com mais de 60 anos, eu estou perto dos 60. Será que imaginávamos que poderíamos chegar no Rio de Janeiro, como chegamos? Eu não vou chegar a 60 anos para exemplificar.

Em 1985, durante o período em que dirigi um jornal, grande movimentação dos funcionários era para não introduzir nenhum sistema de informática, sobretudo computador, para as redações, porque aquilo era um instrumento de desemprego. E o sindicato fazia suas reivindicações.

Alguém imagina que o patrão, hoje, que colocar um funcionário para fazer comunicação sem esses instrumentos, vai levar tanta porrada do sindicato que não sabe onde vai parar? Então não volto nem a 60 anos.

Quer dizer, a ciência, a dinâmica, o conhecimento, o que avançamos na física, química, medicina! Mas, se trouxermos a discussão do período do Egito, do Império Romano para fazer avaliação de hoje, verificamos que as metodologias são as mesmas. A expansão do Império Romano, o financiamento das tropas e das guerras, os discursos dos imperadores, dizendo que era melhor retirar, colocar ali um governante daquele próprio país porque era mais barato. Não precisava o FMI naquela época dizer isso. Havia outro instrumento para se fazer, comparando casa dos milagres ou qualquer coisa parecida com América Latina, o controle da expansão do imperialismo romano e o imperialismo que vivemos hoje. Verificamos que as relações humanas ao longo desses anos foi algo em que menos se investiu.

Pode-se discutir. Alguém vai dizer que Cuba não pode traduzir mais o socialismo como a socialização dos meios de produção, quando se verifica que a China está dividindo, permitindo capital na sua formação.

O centro da questão não é só a socialização dos meios de produção. Precisamos redefinir qual o princípio e o conceito do socialismo, aí sim. E

fazendo isso com absoluto apoio à política. Pelo menos conheci, não tenho toda a idéia da economia da China, mas ao menos o sistema da implantação das empresas lá, o limite das exportações, que obriga a que metade da sua produção seja exportada, para não deteriorar o mercado interno. O que Cuba faz, quando controla a metade do capital e acha que tem o controle do país, isso é o controle social que continuou existindo, com a coexistência pacífica da economia privada.

Então não é essa a essência. É a essência que não trabalhamos, o valor principal, o capital maior que temos. E somente o socialismo pode fazer isso, se ele acredita que é o social. E o social tem como matéria-prima, gente, não o dinheiro, não o dólar.

Outra coisa que nos induziu — e vou concluir — foi a questão da era mecanicista e o conceito mecânico do capital. Quantas vezes usamos a nossa máquina governamental, a departamentalização das coisas, e assim tem sido feito? Como na verdade não utilizamos a visão biológica da questão. A sociedade como ente vivo, dinâmico e capaz de se superar a cada instante. É assim que deve ser entendida a sociedade.

É esta a reflexão que trago, para que possamos aprofundá-la. Quem é capaz de fazer a transformação ética, quem é capaz de discutir esses valores, que não o socialismo? Apresente qualquer coisa nova. Quem não a trouxer, é porque não é socialista. E está com a mesma visão deformada de um processo ainda da era newtoniana; não conseguiu entender a dinâmica da vida de hoje.

Mais do que nunca, se foi o socialismo o responsável pelas grandes transformações e evolução do século passado, somente agora é que se pode, por seu intermédio, fazer as grandes transformações da qualidade de vida, da mudança que exige o mundo.

Hoje são eles. O capitalismo já fala: a empresa saudável. Eles douram a pílula para não chegar à essência que já descobrimos há muito tempo. Essa é a grande matéria-prima.

É nessa tônica que o PSB pediu à nossa Fundação que fizesse isto: trazer os companheiros de todos os partidos deste País e de fora, para que possamos discutir profundamente, para que olhemos nos olhos, tenhamos coragem de fazer autocríticas, para que, na verdade, desprovidos de todo preconceito, digamos como vamos ajudar melhor a sociedade e a humanidade. Essa é a questão. Não fiquemos com a preocupação aqui de sair com todas as respostas que a América Latina e o País querem neste instante. Não precisam se preocupar com isso.

Deixe, Garotinho, eles fazerem as confusões todas que foram feitas. A

resposta à Globo, como a imprensa me perguntou, estou com uma carta para dar a eles. Não me façam mais intrigas. Não me façam. E por fim, não nos façam mais de cobaia, como eles fizeram. As máximas que foram impostas a nós, tudo que é público não presta, o que é de governo não presta, as privatizações, todos esses valores. Inclusive eu sou engenheiro, mas o que nossos companheiros técnicos engolem, quer seja sistema de saneamento, quer seja energético, e embarcamos na questão do tecnicismo sem ir à essência da questão.

Então, finalmente, o meu apelo é este: não queiramos daqui sair com todas as respostas. Se não voltarmos ao princípio, se não quisermos rediscutir o que somos e qual é a definição do socialismo, qual a contribuição que queremos dar, nada será feito. (Palmas.) E, a partir daí, todas as outras respostas, se conseguirmos aprofundar seriamente, se formos capazes de enfrentar a crítica e a autocrítica, nós, companheiros da esquerda — e seria bom inclusive essa discussão também no meu Estado, porque aí ela deve crescer no País — devemos avançar profundamente. Se formos capazes de ir ao âmago dessa questão, estaremos preparados a enfrentar todos os desafios.

A saudação do PSB, com todo carinho, de coração, é a alegria de receber esses companheiros de outros países, de outros partidos nesse "braços abertos" que faz o PSB através da sua Fundação, dizendo: nós queremos ser parte desse processo. É poder também dizer: nós colaboramos para uma qualidade de vida e para uma humanidade melhor e mais digna, a caminho da felicidade. Porque, na verdade, educar é ensinar a ser feliz.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Muito obrigado.

Antes de passarmos a palavra ao próximo orador, gostaríamos de anunciar, com satisfação e alegria, a presença do Embaixador da Nigéria, Dr. Unicimos Athanze, do Victor Benitze (Vice-Cônsul do Paraguai), do Dr. Sérgio Cervantes, da Embaixada de Cuba, do Dr. Rossuland Sprind (Cônsul da Ucrânia). (Palmas.)

Convidamos o Deputado José Antônio Almeida, que representa a Liderança do Partido Socialista na Câmara dos Deputados, para também compor a mesa. (Palmas.)

Tenho a honra de convidar para fazer uso da palavra o representante da Coordenação Socialista Latino-Americana, na qualidade de seu Secretário-Geral, o companheiro Germán Chaves, do Partido Socialista Equatoriano da Frente Ampla. (Palmas.)



O SR. GERMÁN RODAS CHAVES (Secretário-Geral da Coordenação Socialista Latino-Americana) - Companheiros, membros da mesa diretiva do Encontro Internacional Socialista; companheiros, companheiras, membros das delegações internacionais que participam desse Encontro; senhores embaixadores e diplomatas dos países amigos; companheiras e companheiros dirigentes do Partido Socialista Brasileiro; companheiras e companheiros militantes e simpatizantes dessa organização; todos os demais companheiros e companheiras;

América Latina, as Américas vivem num momento de profunda dificuldade, uma situação de crise decorrente da falsa regionalização promovida pelo poder econômico, pelas multinacionais, pelos grupos financeiros, que nos dividiram segundo critérios que lhes permitam nos controlar.

O Plano Puebla, o Plano Colômbia, a iniciativa Andina, a Alca, o Mercosul, são expressões da geopolítica desses grupos, pouco numerosos, mas que detém o poder no mundo, e que tentam dividir nosso continente em prol de seus interesses, em benefício do que se denomina, agora, de globalização neoliberal. Portanto, esse projeto político não é nada mais do que uma nova etapa no desenvolvimento da internacionalização do capital, é a forma utilizada, hoje, para denominar essa nova aparência que só nos confirma a essência internacionalizadora do capital.

Diante desses grupos, os homens e mulheres do continente latinoamericano têm a responsabilidade de enfrentar a crise a que nos submeteram, enfrentar essa proposta de unidade que vem deles e que pode significar nossa destruição.

Estou aqui, em nome dos socialistas equatorianos, para lhes dizer que somos vítimas desse processo geopolítico que desmembrou o projeto de construção do estado nacional: é o plano Colômbia, é a iniciativa Andina, é a entrega da base militar de Manta aos norteamericanos, para que, a partir dela, em nosso próprio território, pisem na nossa pátria e construam um amplo projeto em função de seus interesses na região.

Diante dessa realidade, esse Encontro Internacional Socialista deve nos motivar a fazer várias reflexões. A primeira delas é a de que nos é indispensável

pensar na unidade interna, de pensar num processo de sólida configuração dos objetivos fundamentais da construção de nossas sociedades e de nossas pátrias. Pensar também no processo de identificação daquilo que significa a pátria americana, o que significa a construção da unidade dos homens e mulheres que sonham com uma nova sociedade, pensar na unidade dos socialistas latino-americanos. Devemos, portanto, recuperar a mensagem de Mariátegui que diz que a construção da unidade latino-americana deve ser feita sem se copiar, mas como se fosse uma criação heróica. Devemos construir um processo que nos permita dar conta da realidade e compreender as mudanças provocadas pelo grande capital financeiro internacional.

Nessa América em crise, cresceram muito as bases fundamentais para acumulação de forças, se empobreceram os setores produtivos, que em determinado momento, trabalhando em função dos interesses do capital financeiro, foram enganados. Me parece, portanto, possível falar em alternativa que amplie o horizonte dos acordos entre os diversos setores da base social, que abranja tanto os trabalhadores rurais quanto os cristões, os ecologistas, os setores patrióticos das forças armadas. É importante ir construindo um processo ao qual se incorpore todos os setores que foram sendo deixados de lado pelo sistema, ir armando um projeto que permita aos pobres do continente de se unir.

A globalização neoliberal nos deixou a grande seqüela da pobreza e ela deve ser parte do quebra-cabeça da unidade latino-americana, através de um projeto que combata a miséria, que dê dignidade ao homem, que construa uma idéia de futuro que cresça não só nas consciências e nos corações das pessoas, mas, especialmente, na compreensão do que significa a própria dinâmica de nossas sociedades. Por isso gostaria de ver Encontros como esse sendo realizados em todos os países latino-americanos em que os partidos socialistas estejam presentes, para que possamos construir um projeto socialista latino-americano.

Não temos a pretensão de construir uma Internacional Socialista, não pretendemos falar em nome de todos os socialistas latino-americanos, mas acreditamos que as experiências de cada um de nossos partidos devam ser conhecidas, a fim de que possamos entender o conflito latino-americano e, sobretudo, com o objetivo de construir um modelo político, econômico e social, com o qual vocês e nós sonhamos.

Por isso, essa manhã, expresso em nome da Coordenação Socialista Latino-americana a profunda satisfação de me encontrar com esta força do pensamento brasileiro, reunida para pensar num projeto alternativo para seu povo, para refletir sobre a construção da nova visão socialista brasileira em função dos interesses do país e da unidade latino-americana.

Transmito também as saudações de meu partido, o Partido Socialista

Equatoriano. Vemos com entusiasmo a possibilidade de que o Partido Socialista Brasileiro venha, a médio prazo, dirigir a Coordenação Socialista Latino-americana.

Democracia participativa e socialismo são as palavras de ordem desse Encontro. Democracia participativa e socialismo deve ser a bandeira dos socialistas latino-americanos para os povos de América Latina. Democracia participativa e socialismo deve ser a mensagem dos homens e mulheres do continente face à globalização neoliberal com seu projeto de ruptura. Esta mensagem deve ser o fator de união dos pobres do continente numa perspectiva distinta.

Parabéns, desejo sucesso nos trabalhos, mas desejo, sobretudo, que nos comprometamos a difundir nossas reflexões, a fim de que o socialismo possa ser a alternativa não apenas para a América, mas sim para todo o mundo.

Aos que pensavam que o socialismo fracassou, só porque o socialismo real fracassou, dada a sua incapacidade de compreender o problema da diversidade na perspectiva da construção de um estado nacional, digo que o socialismo tem mais razão de ser, hoje, do que antes. Porque face à crise, face à globalização da miséria, do desespero, o paradigma socialista surge como uma razão de vida, como uma força de consciência, como alternativa para a crise. Alternativa para uma nova forma de vida, por isso temos razão. No entanto, a razão não deve ser apenas um processo intelectual, acadêmico, mas ela deve ser a valoração da realidade para transformá-la, porque nossos filhos, nossos povos assim o desejam.

Não devemos mais fazer discurso para médio ou longo prazo. Devemos fazer como vocês estão fazendo, um discurso para o presente, uma proposta para a circunstância atual, uma resposta à realidade neoliberal, à realidade decadente do liberalismo ortodoxo.

Os socialistas latino-americanos olham com muito carinho o Partido Socialista Brasileiro, sua organização. Desejamos a vocês não apenas sucessos eleitorais, mas o crescimento das forças sociais com que contam, e que sejam o espelho no qual milhões e milhões de brasileiros confiem. Sejam a redenção dessa pátria mas também um espelho para os socialistas latino-americanos.

Que nossos partidos fraternos cresçam na razão, na luta e sobretudo na construção de um modelo distinto ao da globalização. Vocês e os outros socialistas latino-americanos, vocês, brasileiros e os socialistas equatorianos possuem a razão histórica, por isso estou feliz em estar aqui.

Viva o Encontro Internacional Socialista!!!

Viva a unidade dos socialistas latino-americanos!!!

Viva o Partido Socialista Brasileiro!!!

Obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) - Antes de passar a palavra ao último orador da abertura deste Encontro Internacional Socialista, registro, novamente, com satisfação, a presença da nossa querida Prefeita Kátia Born, de Maceió, Prefeita pela segunda vez da Capital alagoana. (Palmas.) Também a companheira Dina Lida, representante do Partido Popular Socialista, e dos nossos amigos Jeziel Antônio dos Santos e Nelson Camargo, que aqui representam o Movimento Evangélico Progressista, seção de Campinas. Um abraço a todos eles e uma salva de palmas também para os nossos convidados.

Obrigado. (Palmas.)

E, para encerrar a sessão de abertura deste encontro, tenho a honra de convidar, para saudar os companheiros socialistas e os nossos convidados nacionais e internacionais, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Anthony Garotinho. (Palmas.)



O SR. ANTHONY GAROTINHO (Governador do Estado do Rio de Janeiro) - Companheiro Carlos Siqueira, Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira, em nome de quem cumprimento todos os organizadores deste evento, especialmente o Vice-Presidente do Partido Socialista Brasileiro, companheiro Roberto Amaral, que, nos últimos meses, se dedicou intensamente à organização deste nosso encontro.

Ao cumprimentar o Governador Ronaldo Lessa, cumprimento os demais companheiros de mandato que ocupam posições importantes em prefeituras, câmaras de vereadores, assembléias legislativas.

Cumprimento e saúdo os membros da Mesa, na presença daquele que já foi aqui saudado como grande brasileiro que, ao longo da sua história, procurou manter a coerência e hoje, neste momento da sua vida, vê reafirmada sua convicção de que suas teses não estavam equivocadas. Prof. Celso Furtado, o senhor é muito querido por todos os presentes neste encontro! (Palmas.)

Este encontro ocorre num momento crucial não apenas para os destinos da humanidade, mas também para o futuro do nosso País. Enquanto no início do século XXI a humanidade enfrenta desafios que, pela dimensão e complexidade, não têm paralelo na história, o Brasil prepara-se para reavaliar o seu destino, buscando afirmar-se como Nação soberana, capaz de definir a trajetória do seu desenvolvimento econômico e social e escolher a forma mais adequada de sua inserção na economia mundial.

Companheiros, se no plano internacional cresce, em amplitude, em intensidade, a resistência à globalização comandada pelo mercado, no Brasil aumenta a cada dia a consciência de que as regras que emanam dos centros de poder do sistema financeiro e do comércio internacional têm nos impedido de crescer em ritmo suficiente para atender às exigências sociais, econômicas, tecnológicas da nossa Nação.

O povo brasileiro tem sido, nos últimos anos, submetido a um processo de empobrecimento jamais visto em sua história. Em torno das grandes cidades, em torno das metrópoles, vai-se criando um povo arrasado, sem presente e sem perspectiva de futuro. Por isso podemos afirmar que, ao longo desses três dias de encontro, nós, socialistas brasileiros, os nossos convidados estrangeiros, vamos debater temas de grande relevância não apenas para os destinos do Brasil, mas de toda a humanidade. E, ao abordar cada um desses temas, temos certeza de que os participantes terão a inspirá-los o ideal socialista democrático de construir sociedades humanas, em que convivam e se fortaleçam mutuamente a justiça social e a democracia participativa.

Justiça social e democracia participativa são valores que, para nós, socialistas, servem não apenas para orientar a construção de projetos nacionais, mas que devem cada vez mais nortear também nossas relações internacionais.

Introduzir o conceito de justiça social no processo da nova economia mundial é, com certeza, o mais importante dos desafios que se apresentam aos socialistas do mundo inteiro. O que pretendemos é um modelo econômico internacional solidário, que enfrente de forma decidida o problema da miséria e da fome no mundo.

Companheiros, não podemos aceitar como natural e inevitável uma ordem internacional em que 20% da população mais rica do planeta têm acesso a 86% de tudo que é produzido no mundo. Enquanto 20% mais pobres são obrigados a contentar-se com apenas 1% dessa mesma produção. Nem tem condições a ordem econômica na qual os mesmos 20% mais ricos controlam 82% do comércio mundial, e aos 20% mais pobres cabe a modesta e miserável parcela de apenas 1%.

Tampouco, companheiros, podemos admitir como satisfatória uma divisão internacional dos benefícios do progresso tecnológico que concentra nos 20% mais ricos 74% das linhas telefônicas do mundo e reserva aos mais pobres apenas 1.5% do total.

O que nós, socialistas, queremos é um modelo internacional comprometido com o esforço de redução contínua e significativa no curso das próximas décadas da distância que separa as nações mais ricas e mais pobres do planeta. Da mesma forma que rejeitamos uma globalização comandada pelo mercado, sem compromisso com eliminação da miséria e da fome em escala

planetária, não aceitamos uma globalização sem participação e representação adequada dos governos e das comunidades dos países do chamado Terceiro Mundo.

Os desafios que a humanidade terá de enfrentar nas próximas décadas são de tal ordem que não podem ser da responsabilidade exclusiva de um condomínio restrito de países desenvolvidos. Ao contrário. Questões que vão determinar, talvez de forma irreversível, os destinos da humanidade devem ser discutidas de forma transparente e participativa por todos.

Como decidir, por exemplo, que controles ou limites devem ser impostos ao uso da engenharia genética sem a mais ampla discussão científica, ética e filosófica? Como enfrentar questões ambientais que põem em risco a sobrevivência da humanidade sem a participação das próprias comunidades interessadas? Como combater a violência, o narcotráfico e o tráfico de armas sem o envolvimento da sociedade organizada? Como eliminar a fome e o analfabetismo no mundo sem a mobilização e um engajamento voluntário de milhões de indivíduos em diferentes países do mundo?

Os países desenvolvidos, companheiros, têm até aqui adotado visão paternalista ou neocolonialista no que se refere à administração dos desafios colocados diante da humanidade pela aceleração do progresso científico e tecnológico. Essa visão é para nós, socialistas, inaceitável. Primeiro porque fere a soberania dos países. Segundo porque os países desenvolvidos, com raras exceções, não demostraram até o presente o senso de responsabilidade e solidariedade internacional que os credenciaria a tomar exclusivamente para si, ou mesmo para liderar a busca de soluções para os graves problemas que afligem a humanidade.

Dirigentes de países que devastaram suas florestas, que utilizam de forma perdulária seus recursos naturais não-renováveis, como o petróleo, que mantêm arsenais nucleares que colocam em risco a humanidade, que são os principais responsáveis pela emissão de gases que provocam o aquecimento global não podem encarar de forma paternalista ou condescendente a participação das nações do Terceiro Mundo na discussão de tema de relevância fundamental para os destinos da humanidade. Ao contrário, devem preocupar-se com as manifestações internacionais mais recentes que demonstram, com relação a essas questões, um distanciamento crescente entre os dirigentes dos países desenvolvidos e as populações que eles deveriam representar.

É comum ouvir os representantes de outros países ou de instituições internacionais dizerem que os países do Terceiro Mundo deveriam fazer o dever de casa. Pois bem, nós brasileiros não apenas temos feito o dever de casa, mas nesse momento estamos dando um exemplo. Diante da imprevidência e da falta de planejamento do Governo Federal em matéria de geração e transmissão de energia, o povo brasileiro reduziu o consumo de energia em 20%, evitando, pelo menos temporariamente, o racionamento.

Pois bem, países desenvolvidos recusam-se a assinar o Protocolo de Kyoto, porque não querem se comprometer a reduzir o seu consumo de energia em percentuais bem mais modestos do que os nossos 20%, mesmo sabendo que o que está em jogo é o futuro da humanidade.

Por isso nós, socialistas, defendemos um outro paradigma diferente desse que está aí. Queremos um modelo solidário e participativo. Uma globalização em que o comércio sirva efetivamente como instrumento de redistribuição da atividade econômica e da renda. Isso em escala mundial. Uma economia em que os capitais internacionais não têm um comportamento oportunista, mas sirvam ao contrário para complementar a poupança dos países em desenvolvimento no financiamento de projetos de interesse econômico e social, e sendo assim se desloquem no mundo em função de oportunidades e investimentos, oferecidos pela economia real, e não em razão do retorno financeiro de curtíssimo prazo. Uma economia em que todos os países possam contribuir, segundo suas possibilidades, para a maravilhosa aventura do progresso científico e tecnológico, e compartilhar dos seus frutos.

Queremos um novo paradigma, em que se promova a preservação da diversidade cultural, tão importante quanto a biodiversidade, e não a imposição de padrões culturais universais. Um novo paradigma, finalmente, em que a agenda mais importante e urgente seja a erradicação da miséria e da fome no mundo.

Buscar os caminhos políticos e institucionais para essa outra globalização, em que a justiça social e a democracia participativa andem de mãos dadas é a tarefa a que se deve dedicar cada socialista, de cada país, de cada partido.

Não desejamos ser exclusivistas, como alguns querem ser, nessa questão. E nos três dias deste encontro, tenho certeza, os senhores começarão a responder a esse desafio. Para nós, um novo paradigma social tem de ter muitos valores, mas três são fundamentais, e deles não podemos abrir mão: primeiro, a soberania nacional; segundo, a solidariedade internacional e; terceiro, a inclusão dos milhões de cidadãos do mundo que não têm sequer o que comer.

Por isso, companheiros, sinto-me feliz, como Governador do Estado e como militante socialista, por este evento estar acontecendo no Rio de Janeiro e ser promovido pelo Partido Socialista Brasileiro. Desejo a todos os senhores um proveitoso trabalho, e felicito os organizadores, o Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira, Carlos Siqueira, o Vice-Presidente Roberto Amaral, pela iniciativa.

Neste momento buscamos um novo caminho, e um novo caminho só o será realmente se procurarmos ouvir a todos.

Muito obrigado e sejam bem-vindos ao Rio de Janeiro. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros, também registramos, com satisfação, a presença do companheiro Angel Herrera do Partido Socialista Frente Ampla do Equador, que ainda não havíamos registrado, a do Deputado Carlos Lapa, de Pernambuco, e ainda a do Dr. Augusto Ariston, da Casa Civil do Governo do Rio de Janeira, a do companheiro César Callegari, a do companheiro João Arraes, a de todos os Parlamentares presentes, em nome dos quais saúdo os demais Parlamentares do Partido, como o Deputado Beto Albuquerque, do Rio Grande do Sul, que não tive a honra e a satisfação de recebê-los à mesa.

Quero entretanto, antes de declarar encerrada esta primeira fase, anunciar, com muito orgulho, satisfação e muita honra, a presença entre nós de um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro, que também é um grande homem público, o ex-Ministro da Casa Civil, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro aposentado do STF, mas sobretudo um grande brasileiro, um grande socialista, o fundador do nosso partido, o Dr. Evandro Lins e Silva. (Palmas prolongadas.)

Recebemos aqui na Mesa uma notícia alvissareira, por intermédio da companheira Prefeita Kátia Born, de que a cidade que governa, a Capital alagoana, Maceió, foi escolhida, em Mérida, para ser a Capital Cultural das Américas para o ano 2002.

Parabéns e uma salva de palmas para a companheira Born, sempre brilhando e honrando a tradição do Partido Socialista Brasileiro de fazer bons governos. Como a companheira Wilma Farias, de Natal, também uma das Prefeitas de maior aprovação popular em todo o País. Nossos parabéns a ambas. (Palmas.)

Para encerrar, companheiros e companheiras, este ato de abertura do Encontro Internacional Socialista, eu os convido para, de pé, ouvirmos os acordes da Internacional Socialista.

(*Apresentação da Internacional Socialista.*) (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Viva o socialismo, companheiros! (Palmas.)

Companheiros, pedimos a todos que continuem no plenário porque, ato contínuo, vamos instalar a primeira mesa de debates, cujos expositores já se encontram inclusive fazendo parte da mesa. Pedimos para que eles permaneçam, porque são nada mais, nada menos do que o Dr. Celso Furtado e o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Agradecemos a todos que compareceram a este ato de Abertura e a todas as autoridades, e solicito, mais uma vez, ao Dr. Celso Furtado, aos companheiros que permaneçam à mesa, para que possam imediatamente iniciar suas exposições.

Sessão

02 de agosto de 2001
Hora: 10 horas

"Globalização e Regionalização na Ordem Internacional: A inserção brasileira - ALCA, MERCOSUL, Pacto Andino"



RAÇÃO LATINO-AM

Expositores:
Celso Furtado
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Coordenador:
Carlos Siqueira
(Primeiro-Secretário Nacional do PSB)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Pedimos aos companheiros para que continuem no plenário, pois vamos imediatamente dar início ao 1° Painel deste Encontro Internacional Socialista, com as figuras exponenciais da vida política brasileira: Dr. Celso Furtado e Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Quero dizer aos companheiros que também estava prevista neste debate a presença do Dr. Samir Amin, Cientista Político e Economista egípcio, que chegou a se deslocar de Dakar até Paris em direção a este encontro e, lamentavelmente, por razões de saúde, teve de ficar em Paris. E nos passou um *fax*, ontem, lamentando a impossibilidade de chegar ao Brasil. (Pausa.)

Companheiro Ricardo Maranhão, Vereador do Município do Rio de Janeiro, é um prazer tê-lo aqui conosco. (Pausa.)

Solicitamos aos companheiros que tomem assento em seus lugares, pois vamos dar início à primeira exposição desta manhã. Pedimos silêncio no plenário

A exposição inicial sobre o tema "Globalização e Regionalização na Ordem Internacional: a Inserção brasileira – ALCA, MERCOSUL, Pacto Andino", está sob a responsabilidade deste grande brasileiro que é o Dr. Celso Furtado.

Aproveito a ocasião para dar uma notícia, não aos companheiros do plenário e do PSB, porque todos já sabem, mas ao próprio Dr. Celso Furtado. O Partido Socialista Brasileiro, seu Diretório Nacional, há cerca de mais de 45 dias, em sua última reunião, decidiu, como sempre faz em seus congressos nacionais, fazer duas homenagens. Este ano faremos homenagem, como figura internacional, a Simón Bolívar, o Libertador. E, no plano nacional, teremos a honra de fazer uma homenagem ao Dr. Celso Furtado, pela colaboração, pela elaboração do seu pensamento, pela capacidade que tem demonstrado ao longo de sua vida, pela coerência, pelo trabalho que prestou ao Brasil. A homenagem do VIII Congresso do Partido Socialista Brasileiro será ao Dr. Celso Furtado, a quem tenho a honra de, neste momento, passar a palavra para o início de sua exposição. (Palmas.)

O SR. CELSO FURTADO (Expositor) – Sr. Diretor Geral da Fundação João Mangabeira, Carlos Siqueira, meus colegas de Mesa, minhas senhoras, meus senhores, o meu papel neste encontro é apenas o de iniciador de um debate. Já não estamos numa conferência formal, como antes. Estamos reunidos para trocar idéias, para sugerir temas de debate, finalmente, para satisfazer um pouco dessa ansiedade que tem a juventude de hoje de ver mais claro neste mundo que se transforma de forma tão rápida.

Portanto, pediram-me que dissesse algumas palavras sobre a globalização. Vou limitar-me a esse ponto com a intenção de concluir, indicando pontos

estratégicos, digamos, que devem permanecer presentes no espírito de todos aqueles que lutam pelo socialismo e pelo desenvolvimento.

A globalização é vista atualmente como um imperativo histórico, que condiciona a evolução de todas as economias. Portanto, é preciso partir dessa evidência. Mas não devemos perder de vista a diferença entre globalização em nível dos sistemas produtivos – a globalização clássica e a globalização virtual dos fluxos financeiros e monetários.

A primeira globalização dos sistemas produtivos é processo antigo, decorrente da evolução tecnológica. Enquanto que a virtual, a financeira, ocorre principalmente em torno dos centros de poder que se estruturaram no mundo desenvolvido, tendo como pólos centrais os Estados Unidos, a União Européia e o Japão.

Mas é preciso partir dessa visão clara de que a um processo é inevitável a globalização? Essa é uma colaboração histórica que vem desde a época das grandes descobertas, em que o mundo começou a se globalizar. Agora, os sistemas produtivos têm uma globalização muito mais lenta do que a comercial. E os sistemas financeiros têm uma globalização muito mais rápida. E é esse problema que nos interessa.

No que concerne aos países subdesenvolvidos, nos quais o desenvolvimento depende do enfrentamento de problemas estruturais, o espaço para ação política é bem maior. Quero dizer que nos nossos países subdesenvolvidos a necessidade de ação política é muito maior do que nos países de estruturas homogêneas, que alcançaram elevado ponto de desenvolvimento econômico.

A luta contra o subdesenvolvimento é um processo de construção de estruturas. Portanto, implica existência de uma vontade política orientada por um projeto. Quer dizer, não há desenvolvimento sem um projeto de desenvolvimento, sem uma política consciente, deliberada. É preciso partir desse ponto. Porque a luta contra o subdesenvolvimento é política. O subdesenvolvimento não será vencido por forças que emanam espontaneamente do mercado. Para superá-lo é preciso na verdade construir projeto próprio de ação.

Essa é a lição que podemos tirar desses decênios. Eu digo que essa é a lição que aprendi, durante esses quarenta ou cinqüenta anos que estudo esse problema e que participo desses debates. E que eu vi no Brasil, digamos assim, políticas de desenvolvimento de êxito e vi outros períodos de grande fracasso. É a partir dessa experiência que vou expressar algumas palavras.

Se o Estado nacional é instrumento privilegiado para enfrentar problemas estruturais, cabe indagar como compatibilizá-lo com o processo de globalização. É isto que estamos vendo a todo momento: a globalização destrói

os Estados nacionais. E isso se pretende. E estou, portanto, levantando a idéia de que se deve compatibilizar uma coisa com a outra, não radicalizar o conflito

Pouca dúvida pode haver de que a globalização dos fluxos monetários e financeiros deve ser objeto de rigoroso constrangimento. Quer dizer, a globalização financeira deve ser submetida a controle. O que isso exige a preservação e o aperfeiçoamento das instituições estatais. Em outras palavras, estamos diante do grande desafio de reconstruir o Estado e de dar a ele a importância muito maior do que tem hoje, exatamente pelo fato de que a globalização transforma os parâmetros que estão na base de sua atuação.

Não se trata de restringir arbitrariamente a ação das empresas transnacionais — quero evitar essa saída fácil de que basta controlar as multinacionais para resolver o problema, não se trata disso —, e sim de orientá-las no sentido de dar prioridade ao mercado nacional e à criação de empregos.

Favorecer as tecnologias de ponta pode ser racional, se o objetivo estratégico é abrir espaço no mercado externo. É evidente que, para abrir espaço no mercado internacional, eu preciso estar na vanguarda tecnológica. Mas eu me pergunto: será esse o nosso objetivo estratégico? Será esse princípio que vai presidir tudo o mais?

Se o objetivo principal é alcançar o bem-estar social, não tem fundamento investir em técnicas intensiva de capital e poupadoras de mão-de-obra, como se vem fazendo atualmente no Brasil. Em outras palavras, o objetivo da política deve ser, na verdade, o bem-estar social e não a eficiência do sistema econômico. A racionalidade do sistema econômica é uma racionalidade microeconômica. Agora, a racionalidade do sistema social é muito mais ampla, e é isso que se tem visto.

A absorção de recursos externos deve ser disciplinada por uma política que tenha em conta seus efeitos positivos e negativos. É urgente planejar a saída do estado atual de subdesenvolvimento externo, tanto do Governo como de muitas empresas. É preciso pensar em como terminar com a dívida do País e das empresas. Porque vocês sabem que as grandes empresas estão todas internacionalizadas e, portanto, endividadas no exterior. Então, eu me pergunto: como escapar às tenazes desse sistema de dominação a que estamos presenciando hoje em dia?

Por outro lado, urge sincronizar os encargos financeiros do capital externo com o impacto positivo deste sobre a capacidade para exportar. Não se pode perder de vista que o comércio exterior é o pulmão pelo qual se respira o avanço tecnológico. O formidável sobrendividamento que sofremos desde 1995 ocorreu num período em que o crescimento econômico foi praticamente

zero. Ora, esses foram anos em que dobrou o grau de controle por grupos estrangeiros do capital fixo reprodutivo do País.

Com efeito, se prosseguimos no caminho que estamos trilhando desde meados dos anos 90, buscando essa saída fácil de crescente endividamento externo, o Passivo Brasil terá crescido até o final do atual decênio de forma a absorver a totalidade da riqueza nacional. Isso é que é a evidência estatística que mais nos preocupa hoje em dia. A lógica do sistema do endividamento externo é tal que se você continua por esse caminho, no fim deste decênio todo o capital fixo nacional terá sido alienado. E não haverá mais Brasil propriamente, mas empresas operando no Brasil. Para haver um Brasil é preciso fazer um projeto próprio, uma política própria, e isso depende de um mínimo de autonomia que se terá perdido. Esse é o desafio que se coloca à nova geração, enfrentar essa situação.

Em face de tantas incertezas, nosso propósito, portanto, deve ser alcançar certos objetivos precisos — eu digo para um debate — que, do ponto de vista da lógica econômica convencional podem até parecer contraditório, até certo ponto, mas que não são contraditórios se vistos do ponto de vista político.

O que importa é que sejam coerentes do ponto de vista político. E esses três objetivos que proponho para o debate dos próximos dias, iniciando-se hoje, são: primeiro, enfrentar o problema da fome — vamos ser claros e dizer as coisas como são — e da subalimentação da população de baixa renda; problemas similar ao da segurança pública e ao do combate às doenças contagiosas. Eu coloco no mesmo plano o combate a doenças contagiosas, a insegurança e segurança pública, e o combate à pobreza, à miséria.

Segundo, concentrar investimentos no aperfeiçoamento do fator humano, de forma a elevar o nível de cultura da massa da população e ampliar a oferta de quadros técnicos. Quer dizer, o investimento na população é o mais importante de todos. E foi aí que o Brasil perdeu a briga, porque o Brasil cresceu muito, desenvolveu-se bastante materialmente, mas do ponto de vista de investimento no fator humano ele ficou muito atrás. E hoje em dia o nível de salários do Brasil é algo vergonhoso visto internacionalmente.

Terceiro, conciliado o processo de globalização com a criação de emprego, privilegiando o mercado interno na orientação dos investimentos. Esse é o ponto mais difícil. Conciliar o processo de globalização, que é inevitável, com a criação de emprego. Ora, para criar a globalização com a criação de emprego é preciso na verdade ter um controle de decisões e coisas muito importantes, como por exemplo a orientação do processo tecnológico precisa ser controlada, privilegiando o mercado interno. Basta isso para modificar todo o panorama.

Se estivesse agora debatendo o problema com as autoridades do País, perguntaria ao Governo: que significado tem essa política, do ponto de vista da criação de emprego, portanto, de reduzir a miséria do povo? E essa resposta seria: É impossível conciliar, digamos assim, esses critérios com o da estabilidade do Fundo Monetário, o que hoje em dia prevalece e domina a nossa política.

Na ausência de um projeto autônomo, que dê prioridade ao objetivo do bem-estar social, o crescimento econômico sob a direção de empresas transnacionais conduzirá inevitavelmente a concentração de renda em favor dos países criadores de novas tecnologias. Portanto, é um processo de consolidação e ampliação das forças imperialistas que hoje em dia dominam o sistema internacional.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Passamos a palavra agora, com muita satisfação, ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, esse grande homem público, esse embaixador que honra a diplomacia brasileira e a todos nós aqui com sua presença, inteligência, sua capacidade de nos dar uma colaboração no dia de hoje.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES (Expositor) – Bom dia a todos. Agradeço à Fundação na pessoa do seu Diretor Geral, Carlos Siqueira o convite para participar deste Encontro Internacional Socialista e dizer que me sinto muito especialmente honrado por participar desta Mesa com o Prof. Celso Furtado, que considero meu amigo há muito tempo.

Em relação ao tema deste painel, "Globalização e regionalização na Ordem Internacional", farei breve abordagem objetiva dos próprios termos do tema. Inicialmente, quero dizer que a globalização, como disse o Prof. Celso Furtado, na realidade é um processo histórico que decorre desde que o mundo atual se formou. O mundo atual formou-se somente a partir das grandes descobertas pela simples razão de que antes não se conhecia a existência das Américas. Portanto, o mundo atual tal como é não existia. Então esse mundo atual tem 500 anos, aproximadamente.

Segundo que esse processo de formação de uma economia global foi interrompido a partir de 1914, a partir da Primeira Guerra Mundial, da Revolução Russa, que, de certa forma, interrompeu o processo da economia global ao criar certas áreas que estavam fora do alcance do sistema capitalista. Sistema capitalista é um eufemismo, fora do alcance das empresas. O sistema capitalista é mera abstração. Mas fora do alcance, porque de repente a Rússia, depois mais tarde, com a Segunda Guerra Mundial, os países do Leste Europeu, mais tarde

a China, a partir de 1949, ficaram fora do alcance da operação das megaempresas internacionais.

Então, verificamos hoje a retomada do processo de globalização que é a reincorporação dessas áreas ao sistema capitalista global, tanto as áreas socialistas como aqueles setores das economias dos países periféricos, em que havia ocorrido um processo de industrialização, em que as circunstâncias de 29 até 89 mais ou menos, talvez um pouco antes, haviam permitido. Então essas áreas são as telecomunicações no Brasil, é o petróleo no Brasil, era a mineração e em outros países como a Argentina, a Índia, o México, eram áreas semelhantes, estavam fora do alcance. Essas áreas estão sendo reincorporadas ao alcance das megaempresas.

Esse não é, na minha opinião, um processo espontâneo. É um processo em que ação dos estados, dos grandes estados, onde estão as sedes dessas megaempresas, especialmente nos Estados Unidos, que têm uma participação fundamental. O processo de convencer os países da periferia de que a privatização seria extraordinária, fato econômico iria criar grande eficiência em todas as áreas, inclusive na infra-estrutura energética e assim por diante, foi um processo desenvolvido pela ação primeiro das grandes potências, especialmente os Estados Unidos. Segundo, das agências internacionais: do Fundo Monetário, do Banco Mundial e do GATT, a Organização Mundial do Comércio. Aproveitaram, por exemplo, a crise da dívida, a partir de 82, para impor programas de abertura desses setores. E aproveitaram, no caso da Rússia, por exemplo, num momento de transição, para impor um programa radical de abertura, que levou à atual situação da economia e da sociedade russa sob todos os aspectos deploráveis. E também a um esforço muito grande da mídia e da academia Da mídia internacional, da mídia nacional e da academia internacional, que formou os quadros atuais de direção de estados da periferia.

Quando verificamos o currículo das equipes econômicas, que curiosamente têm o mesmo nome em todas as partes, na Argentina chama-se equipe econômica, no Brasil chama-se equipe econômica e assim por diante, porque é a tradução de *economic tean*, que é uma expressão americana, que facilita na hora de traduzir os documentos.

O currículo é de indivíduos formados em grandes centros universitários, especialmente nos Estados Unidos. Pessoas formadas nas grandes universidades e que hoje temos em vários países algo extraordinário, pela primeira vez temos na mais alta direção do País indivíduos que são formados em centros de estudos estrangeiros e não apenas no chamado Primeiro Escalão, mas também no Segundo, às vezes no Terceiro. E essas pessoas tiveram papel fundamental

no processo de reincorporação, inclusive no caso de outros países, mesmo em países da Europa do leste, pessoas que se formaram nesses centros.

A mídia também teve um papel muito importante, que foi convencer a todos nós que as privatizações iam ser extraordinárias, que a abertura comercial para as importações ia gerar exportações, algo que do ponto de vista lógico não tem a menor lógica. A abertura comercial para as importações gera importações e não exportações.

Em segundo lugar, a situação atual se caracteriza, como já foi mencionado pelo Dr. Celso Furtado, por uma transformação científica e tecnológica célebre e uma aceleração extraordinária. Uma característica mencionada por ele, que nos afeta especialmente, é que são tecnologias normalmente intensivas em capital e que poupa mão-de-obra. Isso para países onde a população está praticamente estagnada ou em retrocesso, é absolutamente, é razoável, apesar de ter gerado muito desemprego recentemente. Num país onde a força de trabalho está crescendo, essa adoção desse tipo de tecnologia sem nenhum tipo de política de empresa mais generalizado leva ao que vemos: a exclusão, a marginalidade, o desemprego, a perda de dignidade. Essa transformação tecnológica também acelera a transformação dos meios de destruição militar, que estão, hoje em dia, num outro aspecto, pois todo esse processo tem gerado uma extraordinária concentração de poder: poder econômico, poder político, poder tecnológico, poder de conhecimento e poder militar. E um processo que procura desarmar a periferia. Também estamos convencidos de que ter armas é uma coisa do passado, totalmente desnecessária. Só devem ter armas os países poderosos. Embora que eventualmente possam nos disciplinar, se sairmos fora da boa conduta.

Outra característica é a interdependência. Não vou me estender, é interdependência ativa que os grandes centros de poder que concentram a maior parte do comércio mundial, dos investimentos, da riqueza mundial, como aqui foi mencionado durante a abertura, que concentra o poder militar numa inter-relação muito grande e de outro lado uma interdependência passiva, que é o que caracteriza os países da periferia em relação aos países do centro. Essa interdependência tem uma função extraordinária no processo de violência, tendo em vista que o bem-estar da economia e da sociedade americana, tendo em vista que ela se transformou numa economia mundial, talvez a única economia mundial tendo em vista o alcance dos seus interesses das suas megaempresas nos mais diferentes países; não há nenhum outro país no mundo, ainda que seja uma grande potência econômica, que tem interesses tão diversificados. Os Estados Unidos não é uma potência mundial, é uma potência sideral, é a única potência que tem interesses no espaço exterior, que envia sondas a Saturno, a

Marte, a Vênus, quer dizer, considera como algo razoável ocupar o espaço exterior. Então é uma política de uma globalidade não só do planeta como do espaço.

Nesse processo da ordem internacional, que havia sido mencionado, temos, de um lado, uma série de instrumentos como as Nações Unidas, que é o grande quadro de definição das regras internacionais, em todo o sistema das Nações Unidas, desde o seu conselho de segurança na parte político-militar até os seus organismos econômicos, como o Fundo Monetário, o Banco Mundial, que são agências das Nações Unidas, que fazem hoje em dia inclusive a administração de muitos países da periferia, administração informal, naturalmente sempre negada pelos (ininteligível). Porém, uma administração efetiva. Tivemos episódios recentes em países vizinhos em que o Fundo Monetário se recusava a prosseguir as negociações de empréstimo porque o Senado teria aprovado uma lei e assim por diante.

Queria dizer que essa experiência é muito próxima da nossa experiência, essa experiência de administração indireta; informal naturalmente, gentil, delicada, bem vestida; porém, muito próximo de nós esse fenômeno. Temos o G-8, que é uma organização informal, uma espécie de um condomínio hegemônico que não só tratava da coordenação macroeconômica, hoje trata de questões políticas. A última reunião se referiu à situação da Macedônia, referiu-se a outros temas totalmente fora. E que hoje está presente a Rússia, o que mostra que não é apenas um organismo de grandes estados desenvolvidos, altamente desenvolvidos, mas um organismo de poder, um organismo de administração, inclusive porque no conselho de segurança das Nações Unidas é desagradável, existe a China, é uma coisa desagradável. Então, é um grupo mais fechado, um grupo mais harmônico.

Temos a OTAN como um instrumento que sobreviveu à Guerra Fria, provando que o grande objetivo da sua criação não era os países socialistas, mas era garantir a legitimidade da presença das tropas militares após a Segunda Guerra Mundial em territórios de países amigos e inimigos; não só dos inimigos, mas também dos amigos, há bases da OTAN na Espanha, na Alemanha, na Itália. Então é uma das situações inéditas no mundo, quer dizer, é uma rede de bases militares de alcance mundial que outros países não têm, mas que garante esse sistema de enormes empresas difundidas pelo mundo, os investimentos, os empréstimo, de comércio e o abastecimento, entre outras coisas, de um insumo estratégico e fundamental para a economia americana, que é o petróleo. A economia americana também depende de produtos baratos importados da periferia para garantir o nível baixo de preços e até mesmo para controlar as reivindicações trabalhistas internas.

Fora essas estruturas, quer dizer, o que se pode dizer pelo mundo hoje globalizado, pode-se verificar que há uma emergência de um mundo multipolar. E claramente ao lado dos Estados Unidos surge a União Européia como um estado, um estado que tem uma moeda própria, que tem instituições próprias de um estado, tem um parlamento eleito pelo voto direito das populações européias, uma corte de justiça, que produz uma enorme legislação para a grande contrariedade dos ingleses. Mas produzem um enorme número de diretrizes, regulamentos que disciplinam as mais diversas áreas, desde o tamanho dos queijos, das geléias, enfim, num nível de detalhes extraordinário. E tem a pretensão de ter uma força armada, uma política de defesa comum; isto é, uma força militar, traduzindo em miúdos. E uma política interna em comum com todas as dificuldades etc.

De outro lado a China, a China que tanto desagrada aos centros mais antigos de poder, crescendo a 10% ao ano, já sendo hoje em dia a segunda ou a quinta potência no mundo, dependendo da forma como se calcula o PIB, e que se estima que no ano de 2015 terá um PIB maior do que o americano.

Então, nesse mundo multipolar em que os pólos se organizam há também um processo de regionalização. Acredito eu que assim como a União Européia desenvolve um processo de absorção dos estados da Europa do leste, um processo gradual de absorção que tem relações especiais com a África, principalmente com as ex-colônias africanas. E os Estados Unidos diante dessa possibilidade de um mundo multipolar de grande violência está procurando organizar a sua área mais próxima, a sua área geográfica mais próxima. E nessa área geográfica mais próxima onde nós estados. Então ele está organizando essa área, na minha opinião, através de várias iniciativas. Não abandonou o seu projeto global, não. Os Estados Unidos não pode abandonar o seu projeto global, porque é uma potência global, mas está se organizando na sua área. Em primeiro lugar, através de uma tentativa extraordinária e de grande alcance, que é a de criação de um território econômico e comum nas Américas, um único território. Quer dizer, de remoção de todas as barreiras ao comércio, ao movimento de capitais, uma legislação comum na área de propriedade intelectual, isto é, de patentes industriais basicamente, que é o que interessa mais. E eventualmente regras comuns na área de meio ambiente, de trabalho, menos importantes, mas uma organização desse território comum, onde a economia americana tem 80% aproximadamente do total do PIB. Seria o grande dínamo dessa área, concentrador de investimentos, onde as decisões de política econômica teriam um impacto enorme. Isso de um lado.

Do lado militar, porque esses projetos nunca são apenas econômicos, um esforço extraordinário de desarmamento da região, que começou com as

questões nucleares. Inclusive viemos a acreditar que estávamos a ponto de uma guerra nuclear com a Argentina, um absurdo de dimensões gigantescas. Nunca houve isso. Mas, convencidos disso, viemos eventualmente a assinar o tratado de não-proliferação; isto é, aceitamos um tratado desigual, assimétrico, que colocou o Brasil num degrau inferior em relação aos outros estados de dimensões semelhantes ao brasileiro, ou até menores, como a França. Um desarmamento das armas de destruição em massa, que causam horror à sociedade americana, foguetes com armas químicas ou com armas bacteriológicas, é muito delicado isso. Era importante desarmar a sua região mais próxima e o mundo também, mas também a sua região mais próxima e também desarmá-la convencionalmente, convencê-la que não é importante ter forças armadas e criar um estado mais ou menos inerme, indefeso. Para isso, naturalmente o período autoritário militar no Brasil contribuiu muito para levar a um divórcio entre a sociedade civil e as forças armadas. O que o Brasil é de forças armadas democráticas, o Brasil precisa naturalmente é que todos os excessos que foram cometidos e identificados sejam devidamente punidos os seus responsáveis. Isso não quer dizer que um estado com as dimensões do Brasil, com a fronteira brasileira, uma situação de instabilidade na América do Sul possa simplesmente prescindir de ter forças armadas num mundo de altas turbulências e arbitrariedades. Aliás, há outras razões tecnológicas também importantes.

Um outro aspecto é Plano Colômbia. O Plano Colômbia e as operações militares conjuntas ao longo da fronteira brasileira, que vêm se desenvolvendo desde antes de 92. O Plano Colômbia levou inclusive à contratação da primeira base militar permanente dos Estados Unidos na América do Sul, único continente que não tinha base militar americana permanente, hoje em dia tem, que é a base de Manta, no Equador, que foi alugada para a força aérea americana. E hoje em dia há assessores militares em número muito razoável na Bolívia, no Peru e na Colômbia através do pretexto do combate ao narcotráfico.

Finalmente, nessa organização, os processos de dolarização em curso em vários países, o Equador já adotou o dólar como moeda, mas um processo de dolarização muito rápido inclusive no Brasil. Cada vez em que se salva, digamos, títulos lançados no mercado pelo Governo com correção cambial é um passo em direção à dolarização. Algum tempo atrás foi anunciada a possibilidade de o Banco Central abrir contas em moedas estrangeiras no Brasil. Um diretor do Banco Central anunciou. Esse é um processo que naturalmente está dentro desse conjunto de pendências.

E finalmente a vendagem das instituições. Isto é, o processo de abertura, o programa neoliberal foi acompanhado de algo extraordinário, que talvez hoje nos damos mais conta, que é o esvaziamento do Poder Executivo através

da constituição de agências reguladoras: na área de energia elétrica, agora na área da água, na área do petróleo, em que a competência tradicional dos Ministério foi passada para agências reguladoras, agências que têm um mandato. Recentemente o diretor da Agência Nacional do Petróleo, um especialista em energia elétrica, porém, nomeado diretor da Agência Nacional do Petróleo por circunstâncias fortuitas, ao saber que teria dito que pediria demissão do cargo, deu uma nota à imprensa dizendo que tem mandato. Ele tem mandato, se não me engano, até 2005.

Então há uma blindagem de todo o programa econômica que foi executado através da agências reguladoras, para onde foram designados indivíduos que passaram pelo Senado e passaram a ter uma legitimidade, mas é profundamente antidemocrático, é o governo tecnocrático. Nem bem tecnocrático, porque a qualidade técnica desses indivíduos deixa extraordinariamente a desejar, como caso da crise de energia elétrica demonstra sobejamente.

Enfim, mas é uma blindagem. E essa blindagem final é autonomia do Banco Central, é a concessão de mandato à diretoria do Banco Central, então, quando amanhã um governo que não concorde com o atual programa econômico, com as políticas atuais, venha a ser eleito, terá uma dificuldade política muito grave, porque os ministérios estão esvaziados das suas atribuições, a função reguladora está nas agências e os dirigentes das agências são do governo anterior. Isso do ponto de vista político é altamente antidemocrático porque, na realidade, evita a alternância no poder; ganhou, mas não levou, como se dizia antigamente, ganha mas não leva, essa que é a realidade. Então é algo extraordinário pelo qual estamos passando.

Vou dar uma palavra sobre a questão de governância mundial, necessidade de regular os fluxos no comércio, os investimentos, isso já está em curso, ninguém precisa se preocupar; está em curso numa forma, digamos, anglo-saxônica, não cartesiana, porque não há um governo, apenas há uma série de mecanismos que vão sendo criados e que exercem governo em determinados setores porque não pode haver governo mundial, porque a simetria demográfica, a simetria de economia é de tal natureza que um governo mundial teria que dar à China, sei lá, um quinto dos votos, à Índia, outro tanto. Então os países que hoje concentram o poder econômico, a riqueza em nível mundial e o poder militar teriam nesses organismos, caso esses organismos fossem democráticos, uma participação muito pequena. E como a questão da gestão da sociedade é uma questão de redistribuição de coleta de recursos e redistribuição para reduzir as disparidades, certamente os estados que hoje concentram a renda e que hoje, pelo contrário, têm políticas altamente voluntaristas, jamais aceitariam isso. Mas aceitam a organização de coisas como o G-8, como o Conselho de Segurança e assim por diante.

Agora, existe algo muito positivo e que é talvez o fim da hegemonia do pensamento neoliberal. O pensamento neoliberal após o queda do Muro de Berlim tinha passado por um processo de hegemonia total, fizeram políticas únicas em todo o mundo. Porém, essas políticas hoje em dia estão cada vez mais contestadas porque elas concentraram a renda de tal poder dentro de cada estado e entre os estados. Hoje em dia há crescentemente uma sensação de que todas aquelas promessas mirabolantes simplesmente não foram cumpridas, muito pelo contrário. Então essa hegemonia ideológica, porque essa questão toda do desenvolvimento, como disse o Dr. Celso Furtado, é uma luta política, portanto, uma luta ideológica das idéia, é como convencer a população, os eleitores de que tal o qual programa é certo e que outro é errado. Isso é algo que tem uma importância enorme de desenvolvimento de idéias, de alternativas, como é o objetivo deste encontro de discussão sobre o processo político, sobre como convencer as pessoas. Existem naturalmente os meios de comunicação. Hoje em dia até mesmo os meios de comunicação já reconhecem as falhas desses programas econômicos de cunho neoliberal.

Agora, no caso brasileiro nesse processo temos uma sorte extraordinária, que ficou provado definitivamente que Deus é brasileiro. Vocês podem imaginar se a crise energética ocorresse no ano que vem, em novembro. Ela ocorreu agora, ela permite mostrar com toda clareza a falência desse projeto de desenvolvimento, porque ela é uma síntese de todas as falhas, equívocos e perversidades desse modelo econômico. Ela tem tudo, é a falência do processo de privatizações, as soluções aventadas concentram a renda porque são lineares, não levam em conta a diferença de riqueza entre os consumidores de energia, o processo de aumento das tarifas das empresas distribuidoras, os lucros extraordinários gerados por esse processo, a incompetência técnica da equipe econômica, que é apresenta à população brasileira como uma espécie de equipe de semideuses, de tudo conhecedores, enquanto a patuléia não sabe nada. No entanto não sabiam que a energia é um insumo essencial para o funcionamento da economia. Sem energia não há economia moderna, não existe, nada existe. E eles desconheciam simplesmente isso porque estavam preocupados com a meta do Fundo Monetário e seu permanente servilismo diante das agências internacionais, que, na realidade, na prática, administram as economias e as sociedades dos países periféricos, que caminharam para esse processo de endividamento. O Professor Celso Furtado mencionou agora há pouco a necessidade de desendividar o País, mas esse endividamento em parte foi provocado por esse tipo de política, é um endividamento consciente, não é algo que ocorreu em função de um fenômeno sobrenatural. Não, foi uma decisão política de caminhar para essa estratégia de desenvolvimento.

Então, tivemos a sorte de descobrir que os mercados agrícolas internacionais são perversos, o episódio da vaca louca demonstrou claramente que não havia nenhuma vaca louca, nenhuma, e no entanto foi o motivo para interromper o fluxo de exportações e criar uma dificuldade enorme nesses mercados, porque o Brasil não é um país que possa se desenvolver exclusivamente à base da agricultura, como pretendem alguns que querem fazer com que o Brasil reverta a sua situação anterior ao processo de industrialização. Essa que é a grande utopia, as vantagens comparativas de o Brasil produzindo produtos clonados, exportando, sem desenvolver nenhuma indústria, aborrecer os países industriais, civilizados.

Tivemos a sorte, no caso da EMBRAER, que nos mostrou também que neste mercado também a disputa é muito desigual e muito dura. Então não se pode ter muitas ilusões com o mercado internacional, é preciso que o processo de desenvolvimento seja fundado no mercado nacional, seja fundado no mercado interno. Não que o comércio exterior não seja importante, que o aporte de capitais não seja importante, não é isso, mas a base do processo de desenvolvimento tem que ser no mercado interno. E no mercado interno o pleno emprego deve ser o objetivo; o pleno emprego, com trabalho, com capital, com os recursos naturais de forma não-predatória. Se hoje existe um grande atentado no Brasil é o desperdício de indivíduos, de seres humanos, quer dizer, pessoas que não têm oportunidade durante sua vida de desenvolver o seu potencial, nem como cidadãos, nem como seres culturais, digamos, do seu lado cultural, da sua personalidade, nem mesmo como produtores. Quer dizer, não têm essa oportunidade, é um desperdício de recursos extraordinário, não é um desperdício pequeno. Então é muito grave do que eventuais atentados ao meio ambiente. Muito mais grave do que derrubar uma árvore é a morte de uma criança, muito mais grave, não há a menor comparação, no meu entendimento, pode ser que outras pessoas prefiram.

Então, tivemos oportunidade, graças a essa crise energética, de cair na realidade do subdesenvolvimento, quer dizer, abandonar a ilusão de que o Brasil era um país já desenvolvido. Como dizia a programa de governo em 1994, a sua primeira frase era: o Brasil não é mais um país subdesenvolvido, o Brasil é um país injusto. Então a partir daí entramos num desvairo, num sonho: o Brasil não é mais subdesenvolvido! Mas como não é mais subdesenvolvido? Basta andar 15m para se verificar, não precisa ir muito longe.

Caímos na realidade do subdesenvolvimento, que é extremamente importante para definir estratégias corretas de desenvolvimento e se ter consciência do que se é. E não partir para programas econômicos típicos e políticas típicas de países já desenvolvidos, quando o problema brasileiro é um proble-

ma de ter políticas necessárias à superação do subdesenvolvimento, entre elas a função da infra-estrutura, que é extraordinariamente deficiente.

Tivemos essa extraordinária sorte, agregada à sorte do que acontece com o nosso país vizinho, onde fizeram o mesmo programa econômico. Estão apenas mais avançados um pouco e já venderam todas as empresas estatais, já privatizaram tudo. Já fizeram a política neoliberal até o limite, e agora foram abandonados pelos seus patrocinadores. (Palmas.)

Podemos, olhando para os nossos países vizinhos, verificar, por exemplo, o que é o resultado da ALCA, porque na Argentina o governo já está aplicando aquilo que será ALCA, quando reduz a zero as tarifas para bens de capital, equipamentos, automóveis etc. Isso é ALCA. Se achamos que estamos tendo prejuízo lá, imaginem se fosse aqui. Então temos essa oportunidade de ver um experimento ao vivo, naturalmente com todo pesar que eu, pessoalmente, sinto pelo povo argentino, mas é uma experiência ao vivo do desemprego, a regressão industrial, a marginalidade, enfim, o desespero. Temos oportunidade, e não é por culpa nossa, de ver o que pode nos acontecer, porque grande parte disso já nos acontece, mas que pode vir a acontecer mais ainda.

De modo que, tendo em vista os grandes desafios, o subdesenvolvimento, a redução ainda que gradual das disparidades internas, porque essa redução não será súbita nem definitiva da noite para o dia, não se transforma uma população de 50 milhões de pessoas com renda inferior a 80 reais. Da noite para o dia essa população não pode ser educada, é evidente. Esse é um processo gradual, as disparidades de riqueza, de acesso à saúde, à educação.

E por outro lado também gradual da vulnerabilidade externa, que ameaça e está aos nossos olhos. Quer dizer, já há declarações claras de que o fluxo de capitais que deverá entrar este ano no País não será suficiente para cobrir o déficit do balanço de transações correntes e será necessário algum tipo de empréstimo. Por isso negociam junto ao Fundo Monetário, não por causa da Argentina. A influência da economia argentina sobre a economia brasileira é relativamente pequena. É porque a previsão é da nossa dificuldade cambial, em breve.

E naturalmente a construção da democracia. Superar o estado atual em que vivemos de uma plutocracia. Estamos longe de viver uma democracia. Muito longe. Nós vivemos num sistema representativo, em que a influência do poder econômico é extraordinária nos processos eleitorais, na gestão do Estado e na gestão do Judiciário. A influência do poder econômico é enorme. Quer dizer, criar uma verdadeira democracia, uma democracia em que cada indivíduo tenha realmente direito a um voto e tenha o mesmo direito de influir nas deci-

sões do Estado. Essa não é, infelizmente, a situação. É um desafio também muito grande, na medida em que as disparidades internas são de tal natureza, a concentração de renda que existe no âmbito mundial talvez seja menor do que a que existe internamente.

De modo que esse é em desafio extraordinário. E nós estamos diante desse processo de blindagem, que havia mencionado, interno e externo através da ALCA, porque na ALCA, se esses tratados vierem a ser celebrados, não poderemos ter tarifas nem barreiras ao comércio com os Estados Unidos. Naturalmente não precisamos ter medo do comércio com a Ilha de Santa Lúcia, no Caribe. Não há por quê. Mas com a maior economia do mundo, detentora das maiores empresas do mundo.

Se esse tratado vier a ser assinado, o Brasil não poderá ter política comercial, nem industrial, nem tecnológica. Então o grau de autonomia do Estado para fazer políticas de desenvolvimento terá se reduzido enormemente.

Então, como a ação do Estado no Brasil é indispensável, porque não se pode pensar, como disse o Prof. Celso Furtado, que o mercado vai resolver determinadas situações, muito pelo contrário, pode até agravá-las, torná-las mais sérias, a ação do Estado, que é a coletividade organizada, porque o Estado é a sociedade organizada para resolver questões coletivas, o Estado não caiu do espaço.

Se o Estado não tiver instrumentos, seremos apenas um território onde existirão grandes empresas internacionais num estado permanente de marginalidade, de grande exclusão social e de grande violência. Mas tenho certeza de que tudo isso não é inevitável, tudo isso depende da luta política e da luta ideológica para apresentar as deficiências da situação atual à população e propor alternativas. E da luta política no processo democrático eleitoral.

De minha parte, tenho grande esperança, na medida em que fomos aquinhoados pela sorte. E temos a obrigação de aproveitar essa sorte e dar uma resposta, em outubro do ano que vem.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheiros, depois dessas belíssimas e profundas exposições, vamos abrir as inscrições para intervenções dos companheiros do plenário, convidados nacionais e internacionais, como desejarem.

Os companheiros que quiserem fazer intervenção, por gentileza entreguem os crachás às companheiras, para que, na ordem, possamos chamá-los pelo nome.

Vamos dar início ao debate.

Companheiro Valton Miranda Leitão tem a palavra para sua intervenção. Pedimos a gentileza no sentido de que as intervenções sejam breves, porque assim teremos maior oportunidade de ouvir as respostas dos expositores.

O SR. VALTON MIRANDA LEITÃO (Diretório Nacional do PSB) – Quero cumprimentar os membros Mesa pela sabedoria com que apresentaram as questões, mas quero dizer da profunda preocupação com tudo que foi abordado.

É mais ou menos aquilo que o Embaixador Samuel Guimarães enfatizou, quando disse: "ganha-se mas não se leva". Creio, meu caro Embaixador, que esse é o dilema que está colocado para o socialismo de modo geral. Ganha mas não leva.

O Prof. Celso Furtado diz que todo o desenvolvimento econômico, no seu processo globalizante, tem duas funções. Uma no sentido financeiro e a outra no sentido produtivo. Será que é possível fazer essa separação? Será que essa separação, com toda reverência que merece o Prof. Celso Furtado, é possível, dado que os sistemas hoje estão de tal modo interligados que não se sabe mais exatamente onde termina um e começa o outro? E onde vamos poder estabelecer ligação entre o que é fundamentalmente da ordem econômica e aquilo que diz respeito à ordem política, ou seja, o socialismo, na dimensão política, está submetido a essa ordem econômica mundializada, de maneira tal que tem de lhe prestar reverência. Ou seja, nós ganhamos mas não levamos, na medida em que essa reverência não é só reverência, mas servilismo.

Pergunto: dado que nas atuais circunstâncias o próprio movimento socialista elegeu, colocou a questão democrática como estratégia, veja bem, alcançar a democracia para o socialista passou a ser um fim em si mesmo. Ora, se essa democracia é exatamente um instrumento político desse sistema produtivo, financeiro, globalizante, qual é o sentido do alcance desse poder político democrático? Essa é uma questão da qual não se pode fugir. Não se pode dizer: nós estamos em busca de um contexto democrático para pôr em prática as nossas idéias, nossas concepções socialistas. Como? Como, dentro de um sistema que é historicamente posto de maneira impositiva, de maneira a que não se encontre alternativa?

Então, creio que essa questão tenha de ser discutida. Se colocar politicamente a questão democrática como única saída nesse processo, se isso para o socialismo é saudável, num contexto mundial que esmaga, explora, torna toda a população do globo cada vez mais miserável, como foi dito durante as exposições iniciais.

Portanto, ao abordar essa questão, não quero dizer que se abandone a busca através da luta parlamentar democrática pela democracia política, mas quero dizer que esse dilema não pode ser simplesmente passado por cima, porque é um dilema que todos temos de enfrentar, dentro de um contexto altamente absolutizado pelas economias desse condomínio internacional, que teve um protesto contundente agora em Gênova.

Para concluir, pediria primeiro ao Prof. Celso Furtado que me dissesse se essa separação entre sistema produtivo e sistema financeiro nas atuais circunstâncias é possível. E ao Embaixador Guimarães se concorda que essa questão deva ser colocada como dilema político não só do Brasil, como para todos os países submetidos a esse processo econômico globalizante.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheiro Michel Caputo, por favor.

Pedimos, por gentileza, brevidade nas perguntas, para termos oportunidade de ouvir um pouco mais nossos expositores.

A cada três ou quatro perguntas, passaremos a palavra aos expositores.

O SR. MICHEL CAPUTO – Quero parabenizar a Fundação João Mangabeira, a Direção Nacional do Partido, por estarem patrocinando evento desse porte.

Minha pergunta aos expositores diz respeito à questão do MERCOSUL. Frente a toda essa situação que está acontecendo na Argentina, frente a tudo que aqui foi dito com relação a como as grandes empresas, principalmente norte-americanas, tratam a questão de países como o Brasil, a minha pergunta é bastante objetiva: o MERCOSUL tem futuro? Se ele ainda vai sobreviver, de que forma?

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – O próximo é o companheiro João Bosco de Oliveira, do Rio de Janeiro, e o seguinte é o companheiro João Luiz Batista.

O SR. JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA (Rio de Janeiro) – É com muita alegria que participo deste evento. Dispenso cumprimentos à Fundação e às autoridades, pelo brilho deste encontro.

Pergunto ao Dr. Celso Furtado, que nos honra com sua presença, em relação aos assuntos dos blocos regionais e sub-regionais que o senhor mencionou historicamente inevitáveis e viabilizadores dessa globalização, que lições socialistas, experiências, fatos, realmente, possam estar contribuindo ou destruindo o socialismo mundial?

Para o Embaixador Samuel, a respeito da plutocracia brasileira, em contraste com uma eventual democracia, quero me colocar como professor universitário, cuja graduação justamente de administrador de empresa, a pergunta é patética: qual é a contribuição do pensamento socialista atual para que se possa levar uma pedagogia da autonomia, ou mesmo a pedagogia dos oprimidos no dizer do saudoso Paulo Freire, aos novos brasileiros?

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheiro João Luiz Batista, por gentileza. O próximo é o companheiro Joaquim Saraiva.

O SR. JOÃO LUIZ BATISTA – Eu gostaria de dirigir a pergunta ao nobre Embaixador, Samuel Guimarães que, na sua explanação, deixou claro que na avaliação de 2015 existe a possibilidade da China comunista ter um PIB superior ao dos Estados Unidos.

Evidentemente, Embaixador, que isso ocorrendo a China vai ser a 8ª grande potência em termos econômicos, porque a União Soviética é a 8ª, no grupo dos sete grandes, mas na relação bélica, porque na relação financeira realmente a União Soviética passou pela hecatombe.

Também quero dizer que na questão de o nosso Partido Socialista eventualmente vir a eleger o Presidente da República, evidentemente que não agiríamos com a subserviência que está agindo o Governo atual em relação à globalização e ao mercado internacional. Isso nos leva a crer, porque a última pesquisa do IBOPE revelou que 50% do eleitorado brasileiro querem a implantação do socialismo, que pressupõe justiça, moralidade, justa distribuição de riqueza. Esse é o socialismo que 50% do eleitorado apregoam e anseiam.

Portanto, foram essas as minhas indagações.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Nosso companheiro Joaquim Saraiva, por gentileza, com a brevidade possível.

O SR. JOAQUIM SARAIVA – Quero perguntar ao companheiro Celso Furtado, porque ele falou sobre a questão de enfrentar o problema da fome, uma questão que hoje predomina muito no nosso País. Gostaria que ele explicasse com mais clareza qual seria o processo para que pudéssemos resolver o problema da fome.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Obrigado.

Companheiro Gustavo Balduíno, por favor.

O SR. GUSTAVO BALDUÍNO – Na verdade eu quero solicitar ao Dr. Celso Furtado que explicite sua afirmação entre os três itens que abordou como sugestão para a superação dos problemas. O primeiro, a fome, mas incluiu também a questão da segurança pública. E temos tradicionalmente, talvez

até por ignorância, entendido a questão da segurança pública como a conseqüência de uma série de fatores sociais não resolvidos, e não como uma das causas dos problemas sociais.

Então eu queria que o senhor, na medida do possível, detalhasse um pouco mais como superar a questão da segurança pública.

E ao Embaixador Samuel eu questionaria: diante da afirmação de que os mercados regionais são um fato inevitável que compete uma avaliação da pertinência de o Brasil entrar ou não no caso da ALCA, mas eles existem no mundo inteiro, o que significa dizer, pelo que entendi, os mercados se referem mais à questão dos capitais e aos Estados envolvidos. Talvez não fosse uma forma de reagir ou de se colocar de forma mais resistente, também uma, entre aspas, "globalização" das forças de trabalho, uma vez que o capital já está globalizado? Como podemos relacionar atividade dos trabalhadores da Argentina com os do Brasil, uma vez que o capital tem sua mobilidade e suas regras estabelecidas internacionalmente? O que se pode fazer para a força de trabalho também ter uma organização e uma competência de enfrentamento a esse capital também globalmente?

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheira Dina Lida, de São Paulo, do Partido Popular Socialista, encarregada de Relações Internacionais desse partido-irmão.

A SRA. DINA LIDA KINOSHITA (Partido Popular Socialista) – Eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Embaixador e gostaria que não fosse vista como uma provocação. E já digo de antemão que fiz o meu mestrado, meu doutoramento em nível de docência na USP, nunca fiz carreira acadêmica fora. Mas aprendi, até com o saudoso Mário Schember, há mais de 30 anos, que existem muitas lógicas: a aristotélica, a cartesiana, a dialética, e hoje existe uma série de lógicas muito mais complexas.

Quero parabenizá-lo e dizer-lhe que sua exposição tem uma lógica perfeita, mas discordo, acho uma lógica não-adequada ao momento atual, que é muito mais complexo. E eu poderia citar uma série de fatos para demonstrar que a coisa é mais complexa, mas vou citar apenas dois.

Em primeiro lugar, como se explica a crise energética na Califórnia? É o mesmo processo nosso? Será que ele pode ser explicado pelo que foi dito aqui? Pelo que me consta, a crise energética da Califórnia é tão séria como a nossa. Claro que eles têm mais capital e vão resolver o problema de maneira muito mais rápida.

Aliás, não tenho motivo algum para defender o Governo do Fernando Henrique, mas gostaria de dizer que a questão energética no Brasil vem-se

arrastando ao longo de décadas. O nosso governo militar, de quem também não tenho saudades, investiu quantias enormes nessa questão energética inclusive com um programa nuclear, construído de maneira desastrosa, sem consultar a comunidade científica, muito menos o povo brasileiro.

Outro ponto é que estamos vivendo num mundo que, diria, tem ilhas de excelência de qualidade de vida rodeadas por mar de miséria, mesmo nos países centrais. Então eu vejo essa lógica binária do nosso e eles muito pobre para resolver os problemas no momento.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Vou passar a palavra inicialmente ao Prof. Celso Furtado e, após, ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

O SR. CELSO FURTADO (Expositor) – Felicito os participantes deste seminário pelo interesse por uma problemática complexa e que exige urgente reflexão no Brasil. Considero-o um debate de muito bom nível, no qual aprendi bastante com as próprias perguntas.

A minha colaboração aqui tem de ser apenas a de alguém que participou da política no Brasil. Eu não sou membro do Partido Socialista, admiro muito a doutrina socialista, mas adotei o princípio de participar apenas como um técnico, ou um intelectual, ou uma pessoa que pensa com independência de toda estrutura política ocasional. Isso não é para reprovar o que fazem os outros, mas é uma questão de opção pessoal. Isso não impediu que eu me agarrasse a alguns problemas, que levasse muito a sério, lutasse, brigasse. Fui punido, perseguido, cassado e tudo. Mas sem modificar minha posição de alguém que ajuda a pensar o Brasil, a realidade brasileira no contexto mundial.

Por isso a minha colaboração é limitada para um debate como esse que está sendo aqui realizado, porque muitas perguntas são feitas por militantes socialistas entusiastas, sinceros, e não estaria em condições de abordar esse aspecto do problema.

Há pontos que posso abordar. Por exemplo, essa reflexão sobre o Estado. Em realidade, o problema aqui posto em grande parte decorre do papel do Estado. É possível viver sem o Estado? Suponhamos que aceitemos a evolução atual, esvaziamento do Estado. Para ser substituído por quem? Pelas transnacionais, por potências estrangeiras?

O problema do Estado é geral e fundamental. Saber como vai uma sociedade enfrentar seus problemas específicos, difíceis senão através de instituições que cria, e se essas instituições têm autonomia e soberania são instituições políticas. Portanto o Estado é que é o grande debate. Que vamos ter no Brasil? Se esvaziamos as funções econômicas, por exemplo, se continua a

evolução ou se esvazia completamente a função do Estado no plano econômico, se se renuncia a tomar decisões e se delega isso ao Fundo Monetário e a grupos estrangeiros?

Esse projeto político, por exemplo, que está se discutindo atualmente, levantados pelos americanos, de saber se podem também as empresas privadas internacionais apelar no plano internacional para questões que dizem respeito a uma economia nacional. Quer dizer, preocupa-me saber se o Estado vai sobreviver e se não, como aceitar, que tipo de processo político haverá então? Seremos assim como os domínios do império britânico na época clássica, em que tinham autonomia de decisão mas não tinham política própria, não tinham moeda. Chegaremos até um sistema monetário completamente dirigido de fora? Ora, se não temos sistema monetário, não temos política monetária, não temos tampouco possibilidade de ter política fiscal, nem tecnológica, nem coisa nenhuma. Não temos governo. Seremos governados pelas grandes empresas, ou por agências internacionais que atuam em função dos interesses de países poderosos.

Portanto, o verdadeiro debate seria saber se o Estado vai sobreviver e que funções ele terá. Como suprir o esvaziamento do Estado? Que conseqüência isso terá para uma sociedade determinada? Essas conseqüências serão muito diferentes, evidentemente, se se trata de um país em construção, em formação, como digo que é o Brasil, um país digamos não só subdesenvolvido, mas com grande potencial de desenvolvimento, e países que têm economia já homogênea, desenvolvida e que hoje estão na vanguarda do desenvolvimento. São problemas completamente diferentes. Não vou imaginar que o que pensa um americano ou um suíço, ou um francês sobre esses problemas é o mesmo que vai pensar um brasileiro, porque a nossa realidade é outra. O nosso compromisso é muito grande, porque é um país em construção, com muitas possibilidades, e que chama atenção a todo o mundo.

Vivi 50 anos quase na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia e vejo como todos olham para o Brasil e esperam o que vai acontecer neste País tão grande, tão potencialmente rico. Porque mesmo comparando com a China e com a Índia, somos muito mais ricos potencialmente, em matéria de fontes energéticas, de solos aráveis. Só não acompanhamos nenhuma posição de vanguarda tecnológica, exceto em pequenos tópicos.

Aí é que está o problema que me interessa. Se estou aqui participando do debate é para aprender também, e quero ver se me ajudam a responder a esta questão: dado que aceitamos o esvaziamento do Estado, ou se aceitamos por exemplo que a política monetária do Brasil seja ditada pelo Fundo Monetário, evidentemente aceitamos o esvaziamento de um elemento fundamental do Es-

tado moderno. Se caminhamos nessa direção, que destino terá este País? Esta é a responsabilidade da geração nova: assumir um Brasil que ainda tem muitas possibilidades mas, como disse, a continuar o processo atual de endividamento externo desordenado, de alienação do patrimônio nacional de forma desordenada. Estaremos, dentro de dez anos, sem patrimônio próprio. Teremos vendido tudo, hipotecado tudo. Portanto, o que significa falar de Brasil a partir desse momento?

E essa é a resposta que precisamos dar, pensando no futuro, e esse é o meu interesse. Agradeço, portanto, as reflexões. Aprendi bastante com todos, mas não sou propriamente quem possa responder a muitas das perguntas aqui formuladas, que dizem respeito à militância do Partido Socialista.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Passo a palavra ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, para seus comentários.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES (Expositor) – Sobre a primeira questão que, em resumo, falava sobre o "ganha mas não leva" que, de certa forma, está relacionada com a segunda, que era a questão do dilema político, o socialismo no processo de globalização. Se me lembro bem das duas primeiras perguntas.

Naturalmente não são questões fáceis, mas difíceis e que dependem do processo de luta política. Sem querer fazer comparações, é perfeitamente possível em um país, dependendo das circunstâncias políticas, da conscientização, do grau de crise até talvez em que se acelera a conscientização da população em relação às dificuldades, que seja perfeitamente possível.

É possível haver socialismo no mundo globalizado? Depende do que estamos falando, da definição do que seria socialismo, exatamente. Porque falar em socialismo é algo que vai desde propriedades coletivas dos meios de produção, se assim quisermos, até formas de intervenção do Estado na sociedade, que tenham como objetivo reduzir as disparidades sociais de forma significativa, reduzir os níveis excessivos de concentração de riqueza e de renda, e assim por diante. Uma coisa, digamos, é estatizar ou coletivizar, como quisermos, uma outra discussão se é o Estado, se são cooperativas, mas enfim, deixar de ser privado todo o aparato produtivo propriamente para ser de certa forma gerido coletivamente.

Outra coisa é ter empresas estatais importantes, que garantam o suprimento dos bens públicos essenciais. Por exemplo, energia elétrica, para dar uma idéia. É um bem público essencial, assim como é o saneamento, o grau de oferta pelo Estado do ensino, o público laico de qualidade adequada. É uma

série de formas de intervenção coletiva da sociedade através do Estado perfeitamente possíveis mesmo no mundo globalizado. Porque o mundo globalizado é uma coisa, outra coisa é o Estado não ter nenhum tipo de controle sobre os fluxos de capital, sobre os fluxos de bens que vêm de fora. A participação na economia mundial não exige isso, muito pelo contrário. Exige, para um país subdesenvolvido que ele tenha controle.

Só vou citar um exemplo, para os senhores verem que a nação talvez mais globalizada do mundo, que são os Estados Unidos, exerce a defesa do seu sistema produtivo de forma muito ativa. Eis o exemplo: a questão da indústria automobilística americana. Teria desaparecido se os Estados Unidos não tivessem imposto quotas às importações de veículos japoneses. Teria desaparecido. O governo americano considerou importante manter aquele setor industrial e impôs os chamados acordos voluntários de exportação. Quer dizer, os próprios japoneses reduziram suas exportações voluntariamente para não sofrerem com as quotas.

Recentemente o congresso americano acaba de aprovar legislação agrícola de dezenas de bilhões de dólares de apoio à agricultura americana. Por quê? Porque eles acham importante apoiar o agricultor americano. E o mundo é globalizado. Eles não deixaram de participar do processo de globalização.

Aqui nós temos às vezes uma posição um pouco radical: ou eliminamos totalmente a ação do Estado, para poder participar do mundo globalizado, ou somos autárquicos. Não se trata disso. Trata-se de participar de forma ativa desse processo de aumento das trocas internacionais e fortalecer seu próprio mercado interno, sua empresa de capital nacional, de capitalista brasileiro.

Se tivessem sido concedidos certos empréstimos do BNDES como foram concedidos nas grandes multinacionais a empresas brasileiras seria um escândalo, estariam mamando nas tetas do BNDES. Mas aí concede para empresas multinacionais estrangeiras, que não necessitam inclusive desse capital, dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador, curiosa e paradoxal e ironicamente, e toda a população acha aquilo maravilhoso.

Enfim, estou querendo dizer que há muitas formas, digamos, de proteger, estimular a atividade econômica, gerar emprego, marchar em direção ao pleno emprego, com o auxílio de políticas ativas do Estado, sem que isso prejudique as trocas internacionais. Está a União Européia, com toda sua legislação de defesa na agricultura participando do mundo globalizado. Está a China recebendo o maior volume de capitais de todo o mundo e, no entanto, disciplina a entrada de capital estrangeiro de forma muito rigorosa. E o capital estrangeiro não acha ruim, acha perfeitamente adequado. Naturalmente talvez não

tenha o superlucro. Ah! Aquilo que tanto admiramos às vezes nos outros países desenvolvidos, o bem-estar da população, porque há um mal-estar em outros lugares. É porque os níveis de lucros são tão extraordinários na periferia do sistema e que são transferidos para o centro do sistema, que permitem níveis de vida muito agradáveis. Essa é a realidade.

Basta pegar os jornais econômicos brasileiros e verificar as margens de lucro das empresas. Significa, como a renda nacional é dividida em quatro itens, lucros, aluguéis, salários e juros. Se os lucros são muito elevados, significa que alguma coisa está acontecendo com a massa salarial. E a massa salarial no Brasil tem decrescido nos últimos anos de uma forma extraordinária. São dados do IBGE. De modo que acho perfeitamente possível.

A outra pergunta é sobre o MERCOSUL tem futuro, se sobrevive. O MERCOSUL é uma união aduaneira, entre quatro países. se ele sobrevive ou não, ele não tem instituições comuns, próprias, dignas desse nome. É fundamentalmente uma união aduaneira, uma tarifa externa comum e quase a ausência de tarifas internas. Se for assinado o acordo da ALCA, o MERCOSUL deixa de existir, logicamente, em relação aos outros países das Américas, por razões lógicas. Não que queiramos ou não que sobreviva, mas por uma questão lógica. O MERCOSUL não é União Européia, não tem todo aquele arsenal de instrumentos, de fundos, de instituições. O MERCOSUL é uma união aduaneira.

Naturalmente se assinarmos outro acordo semelhante com a União Européia aí acaba mesmo. Se a essência do MERCOSUL é a preferência comercial, se se retira a preferência comercial ele deixa de existir. Não adianta manifestações retóricas: vamos fortalecer o MERCOSUL! É tudo *marketing*, nada além disso. Não há sentido.

Também a pergunta sobre a questão da plutocracia versas democracia. Fiz aquela observação até porque acho que é preciso pensar nisso, é preciso que a sociedade se conscientize da força do poder econômico no processo político, desde a escolha dos candidatos dos partidos até o processo eleitoral, depois a votação das leis, a força do poder econômico do Estado e dos particulares. E depois, no processo de execução das políticas e depois no processo judiciário. A plutocracia técnica, na origem do nome diz, é o governo dos mais ricos. Então é desagradável, mas precisamos cair na realidade, mas no entanto ficamos achando que já estamos numa democracia perfeita, talvez ateniense. Não é bem isso.

De modo que essa é uma luta política muito importante que se desenvolve no cotidiano do debate, nas associações de classe, nos partidos, no Congresso, de aperfeiçoamento, de redução da capacidade. Vou citar um exemplo

prático: orçamento determinativo e orçamento autorizativo. Claro que o determinativo impede a manipulação pelo Governo do momento das verbas, a compra dos votos.

Vou citar outro exemplo: recentemente temos no Parlamento grande número de – creio que no Senado – indivíduos que não receberam votos e que hoje em dia são Senadores. Curiosamente muitos desses indivíduos são financiadores de campanhas eleitorais. Por que será?

Então é possível perfeitamente que a legislação eleitoral faça com que a eleição para Senadores tenha outro formato. Os suplentes são pela ordem de votação, enfim, há várias possibilidades. Agora, o extraordinário é termos Senadores da República que não tiveram um voto. A sua circunscrição nem o conhecia antes, nem sabe quem ele é, como é o caso de um dos Senadores de Brasília. Não sabia quem era, o proprietário de uma frota de ônibus. Ninguém sabe quem é. Não quer dizer que não seja até uma pessoa honesta, até admito, único probleminha é que não teve isso. Afora isso, está tudo bem.

Portanto, há muitas formas de reduzir a influência do poder econômico no processo político. Por exemplo, a questão de escolha dos candidatos no sistema de necessariamente votação dentro dos partidos, para escolher os candidatos, e tudo isso reduz. O Senador Saturnino Braga sabe muito melhor do que eu, mas imagino que há meios, talvez eles não sejam os melhores.

De modo que essa é uma luta importante principalmente para os partidos que não se caracterizam por terem patrocinadores abonados. E esses partidos devem se preocupar mais com esse tipo de fenômeno.

Outra pergunta que me havia sido feita é a questão do PIB da República Popular da China se teria superado os Estados Unidos. Isso são previsões, naturalmente, mas considerando o ritmo de crescimento que se vem colocando na China, a expectativa é que possa vir a superar. Naturalmente são projeções um pouco lineares. Projeção linear é uma coisa muito perigosa. É claro que há possibilidades de redução do ritmo de crescimento, mas de toda forma a China pelas suas características, pelo tamanho da sua população, do seu território e pelas políticas econômicas que vem desenvolvendo tem tido taxas de crescimento excepcionais.

Há problemas quanto à questão do que se passa fora das zonas econômicas especiais, como vai ser absorvida essa população que está fora da zonas especiais no processo econômico mais geral, porque essa é uma questão bastante complexa, e que não é o caso discutirmos aqui.

Eu tenho impressão que eu afirmei que havia a questão dos mercados regionais, se seriam inevitáveis. Creio que não havia mencionado que os merca-

dos regionais seriam inevitáveis. Diria que é um processo em curso na Europa de formação do esquema de integração regional, com o esforço americano há esquemas diferentes na Ásia e a própria China chamada de áspora chinesa, tudo diferente naquela região, mas há uma influência muito grande japonesa em outros países ali próximos.

O fato é que, na minha opinião, esse é um processo de organização dos povos. O caso brasileiro é um caso grave, porque o Brasil não pode se permitir ser incorporado no território econômico de qualquer um desses povos, dos Estados Unidos, que seria o povo que está tentando essa operação, ou da União Européia, porque simplesmente não nos convém, pelas assimetrias de níveis de desenvolvimento que levariam inclusive, como havia mencionado, à impossibilidade de políticas de Estado para organizar políticas de desenvolvimento adequadas. Simplesmente pudéssemos imaginar no passado que a ALCA já existia. Já existiu ALCA no Brasil? Já existiu, numa época anterior a 29 os impostos de importação eram muito baixos e não tinha havido processo de desenvolvimento industrial significativo, a não ser na Primeira Guerra Mundial, e lá no Império, na tarifa Alves Branco, onde houve um surto industrial, reduziram as tarifas e as indústrias desapareceram.

Nós já sabemos como é. O livre comércio não leva necessariamente ao desenvolvimento. Muito pelo contrário. Todos os grandes Estados atuais praticaram políticas de proteção a suas economias para atingir o nível que atingiram. O Japão, Alemanha, Estados Unidos, França, União Européia, na sua época a União Soviética, e assim por diante. De modo essa é uma questão de grande relevância.

Havia uma pergunta sobre a globalização do trabalho. Ora, um dos fenômenos interessantes na economia moderna é que os Estados que têm abundância de capitais e de produção querem abrir o mercado nos outros Estados. Mas não querem permitir que os países que têm abundância de mão-de-obra exportem sua mão-de-obra. Então, desenvolvem uma série de políticas migratórias protecionistas em contradição com os princípios do livre mercado. Isso ocorreu no século passado, quando a Suécia exportou um terço da sua população, a Alemanha "exportou", entre aspas, quer dizer, migrou grande percentagem da população alemã, da população italiana, e assim por diante.

A globalização do fator trabalho desse ponto de vista, existência de um mercado comum no mundo para o trabalho, para que as pessoas pudessem do Brasil e ir trabalhar na Europa sem nenhuma dificuldade, eu não vejo como sendo provável nem possível, porque haveria uma migração. E já há uma migração muito importante, como no caso do México, no caso dos países do Caribe para os Estados Unidos, ou das ex-colônias britânicas para a Inglaterra, para a Europa, isso eu acho difícil.

Agora, a cooperação entre os movimentos sociais, trabalhistas entre os partidos socialistas é algo que depende da vontade desses partidos de se organizarem, desenvolverem ações comuns em relação a temas que considerem importantes, inclusive a proteção do trabalho e a luta contra a chamada desregulamentação do mercado de trabalho, que é um retrocesso extraordinário que se vem verificando no Brasil e em outros países, com o mesmo nome, com o mesmo modelo.

Finalmente, a pergunta que mencionava a lógica da minha exposição, mas que fazia duas ponderações: uma sobre a questão da crise energética, como um exemplo. Aparentemente a crise energética na Califórnia é primeiro uma crise localizada em um Estado. Segundo ela é fruto de um processo de desregulamentação também muito semelhante ao que foi implantado no Brasil. De modo que a diferença é que as empresas brasileiras não compraram as empresas da Califórnia. E não há remessas de lucro da Califórnia para o Brasil. Uma pequena diferença. De toda forma é o mesmo modelo. Quer dizer, o modelo de desregulamentação atingiu a periferia mas atingiu também o centro do sistema, desde o governo Reagan. Desde esse governo há um esforço de desregulamentação, de luta contra a legislação antitruste, e assim por diante, a desregulamentação bancária, que permitiu inclusive a grande expansão das empresas americanas no mundo para fora do país.

Quero dizer que, no caso da crise energética, uma crise que, diria, vem se arrastando há anos, foram feitos todos os alertas por técnicos de fora e dentro do Governo sobre a possibilidade de uma crise energética, e isso está documentado em relatórios, reuniões. Foram tomadas decisões no sentido de não fazer os investimentos, na expectativa de que a crise fosse adiada, como foi ano passado.

Por outro lado, a situação dos reservatórios era uma situação física, quer dizer, bastava ir ao reservatório para ver que não havia água. Não é algo que se possa ocultar. A crise de energia não era possível de ocultar para quem quisesse ver.

Havia recursos em caixa para fazer os investimentos, e essas decisões não realizaram os investimentos, foram tomadas conscientemente, para atender a dispositivos do acordo com o Fundo Monetário que, indiretamente, impedia os investimentos na área das empresas estatais em geral, porque seriam consideradas despesas, afetaria as chamadas metas do superávit primário e assim por diante. Isso é o que entendo, não sou especialista em energia, mas isso é, digamos, conhecido.

Outra observação foi de que o nosso parque energético foi construído

depois inclusive dos chamados grandes apagões da década de 50 até 56, onde houve uma seca muito grande e foi a partir daí que se criou consciência e se desenvolveu um corpo técnico, todo um planejamento energético para evitar que o sistema entrasse em colapso, e assim por diante.

De toda forma, afortunadamente, apesar da qualidade dos diplomas, esses senhores não conheciam economia e não conheciam seus próprios interesses, porque se os conhecessem teriam feito os investimentos em linhas de transmissão e assim por diante. Mas, enfim, isso é o que se chama hoje em dia na política "aposta". No Brasil não se faz mais política, se faz aposta: aposta no câmbio, aposta que vai ou não chover. Quer dizer, é o Governo que aposta. Meio complicado governar por aposta.

Evidente que a concentração de riqueza, através da desregulamentação, das políticas neoliberais executadas no centro da periferia do sistema, agravaram as distâncias entre e dentro dos países. A concentração de renda aumentou nos Estados Unidos, na Europa e assim por diante, de modo que em cada Estado da periferia há naturalmente pessoas com elevadíssimo nível de renda. O Brasil, por exemplo, tem uma segunda maior frota de aviões particulares do mundo. Tem uma frota de helicópteros gigantesca. O indivíduo ter um helicóptero é extremamente dispendioso.

Naturalmente, quando me foi mencionado que a minha lógica era simples, nós e eles, não se trata apenas de nós e eles, mas dos países da periferia, ex-colônias, países subdesenvolvidos e países altamente desenvolvidos que concentram a riqueza, o poder político, o poder militar. Isso estatisticamente é fácil de comprovar, não há dificuldade quanto a isso. E nos países subdesenvolvidos existem setores que se beneficiam do processo de globalização em que todas as pessoas se prejudiquem. Há pessoas que participam e se beneficiam desses processos.

No México, antes da reforma econômica neoliberal, havia dois bilionários. Alguns anos depois havia 24 bilionários. Esses bilionários se favoreceram extraordinariamente. Não me consta que os acionistas principais, por exemplo, dos grandes bancos brasileiros estejam se prejudicando. Os resultados dos bancos foram publicados ontem ou anteontem nos jornais, e muito pelo contrário.

De modo que há setores dentro. Não somos nós como bloco e eles. Não. Há setores da sociedade brasileira que inclusive estão vinculados, colaboram, exercem, administram essas políticas em estreito contato com setores do centro do sistema. E no centro do sistema há populações marginalizadas, instruídas, pobres, enfim, de toda ordem, que se prejudicam com essa situação. Há um agravamento da concentração de renda dentro dos países altamente

desenvolvidos também, porque o próprio processo tem essa natureza quando se reduz a função do Estado de corrigir as disparidades sociais.

Portanto, esses eram os comentários que tinha a fazer. Espero que tenha atendido às preocupações que me foram expressas.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Pedimos mais um minuto de atenção dos companheiros antes de encerrarmos este painel para anunciar, com muita alegria, satisfação e muita honra a presença entre nós de uma das maiores expressões da dramaturgia brasileira, o ator Antônio Abujamra, que se faz acompanhar do Líder do nosso Partido na Assembléia de São Paulo, o Deputado César Callegari. (Palmas.)

Finalmente, agradecemos ao Dr. Celso Furtado, ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães pelas exposições, pela atenção, em nome da Fundação João Mangabeira, do Partido Socialista Brasileiro, e dizer a ambos que, ao ouvi-los, nós todos – eu, mas acredito que posso falar por todos nós – nos sentimos mais entusiasmados e encorajados em saber que é possível mudar o Brasil, é possível ter um Brasil diferente e construir um mundo melhor. Eles nos orgulham e orgulham nosso País, fazendo-nos saber que é possível operar mudanças, e mudanças profundas.

Muito obrigado e até à tarde, quando teremos, às 14 horas, o retorno ao próximo debate, e todos os expositores já estão confirmados: nacionais e internacionais.

Está encerrada a sessão.

Sessão

02 de agosto de 2001
Hora: 14 horas

"Estado Nacional e Desenvolvimento"



Expositores:
Senador Roberto Saturnino Braga,
Maurice Lemoine (Jornalista do Le Monde Diplomatique) e
Tito Ryff (Secretário de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro)

Coordenador:
Roberto Amaral (Vice-Presidente Nacional do PSB e Secretário de Relações Internacionais do Partido)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Convidamos a todos a tomarem assento em seus lugares, a fim de darmos início ao 2º. Painel do Encontro Internacional Socialista da Fundação João Mangabeira.

Nesta tarde teremos a satisfação de ouvir exposições sobre o tema "Estado Nacional e Desenvolvimento" cujos expositores serão o nosso querido e ilustre Senador, ex-Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira, Dr. Saturnino Braga, a quem convido para compor a mesa. (Palmas.)

Convido também o Dr. Tito Ryff, Secretário de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro para compor a mesa. (Palmas.)

Convido também o jornalista Maurice Lemoine, do Le Monde Diplomatique, que nos deu a honra de aceitar nosso convite para este tema.

É uma grande satisfação tê-los conosco e desde já agradecemos a todos pela presença e colaboração a este encontro. (Palmas.)

Para moderar os trabalhos desta tarde, convido o nosso companheiro Vice-Presidente Nacional do PSB e Secretário de Relações Internacionais do Partido, o companheiro querido e amigo dileto Roberto Amaral. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Companheiros, boa tarde.

Antes de dar inicio aos trabalhos, faço um apelo para que os portadores desses objetos (celulares), em permanecendo no auditório, façam o favor de desligá-los. E quando tiverem a necessidade de usá-lo, que o façam em outra sala, para que não atrapalhemos os trabalhos.

Temos a honra de moderar a segunda Mesa de hoje, que é o painel já anunciado pelo companheiro Carlos Siqueira "Estado Nacional e Desenvolvimento", que entendemos será o aprofundamento ou um desdobramento das duas brilhantíssimas intervenções que tivemos hoje pela manhã.

Falarão os companheiros Saturnino Braga, Maurice Lemoine e Tito Ryff. Vamos usar a ordem do temário do encontro.

Portanto, com muito prazer, passo a palavra ao companheiro Roberto Saturnino Braga.

Adiantando, após a terceira intervenção, abriremos os debates e vamos chamar os companheiros pela ordem do recebimento dos crachás.

Gostaríamos de lembrar aos companheiros, pois nos esquecemos de fazê-lo hoje pela manhã, que está marcado para o final desta Mesa o lançamento do livro "A Paranóia do Soberano", do nosso companheiro Valton Miranda

Leitão, do Diretório Nacional, e da revista "Comunicação e Política", do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos que, entre outras coisas, traz uma mesa-redonda sobre o livro.

Companheiro Saturnino.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO BRAGA (Expositor) – Quero começar dizendo que essa abordagem do tema "Estado Nacional e Desenvolvimento" reflete uma realidade insofismável. O conceito de desenvolvimento está umbilical e intrinsecamente ligado à situação de Estados Nacionais.

O desenvolvimento, enfim, é um conceito que pretende refletir ou situar os países numa determinada escala de evolução em cotejo com o conjunto das nações é um conceito que naturalmente tem analogia e se aplica também a certas regiões, mas essencialmente, quando se fala em desenvolvimento, pensa-se num Estado-Nação, num país, numa dessas unidades políticas que surgiram no mundo pelo século XVII e que gerou toda uma seqüência de projetos nacionais, de crescimento da riqueza nacional. Não se usava ainda a expressão "desenvolvimento", mas perseguia-se o crescimento, perseguiam-se políticas e projetos de fazer crescer a riqueza das nações. Assim nasceu a ciência econômica.

E todos os países, de uma forma ou de outra, buscaram aplicar nos seus territórios, junto a suas populações, políticas de enriquecimento ou de desenvolvimento, que usaram de várias formas, como constituição de companhias de comércio, tendo o comando dessas políticas no Governo, no Estado. E formas diversas de orientação, de tarifas, de monopólios, de preferências, de criação de empresas de comércio, políticas de criação de indústrias, sempre fomentadas pelo Estado ou pela liderança política da Nação, em busca do crescimento da riqueza dos respectivos países.

De forma que a realidade liga indissoluvelmente o conceito de desenvolvimento ao conceito de Estado-Nação e há um projeto, uma política de aumento da riqueza liderada pelo governo, pela liderança política dos respectivos países.

Essa expressão "desenvolvimento", desenvolvimento econômico, começou como desenvolvimento econômico e depois, por analogia, se compreendeu que o conceito também se pode aplicar ao desenvolvimento social, político, cultural, dentro mais ou menos da mesma acepção, que é a medição do estágio de desenvolvimento de um país perante a escala internacional.

Mas o fato é que essa expressão" desenvolvimento" apareceu no dicionário político pelo meio do século XX. No pós-guerra, quando se instalou a situação de confronto na Guerra Fria entre o capitalismo e o socialismo, em que

o socialismo mostrava-se avançando, promissor para muitas nações e muitos segmentos de população importantes nos diversos países, o centro capitalista do mundo cunhou essa expressão como uma promessa aos países, às nações que haviam ficado retardadas no processo de evolução econômica como sendo uma possibilidade de que esses países teriam, os chamados países subdesenvolvidos – que eram chamados assim na época, depois foram chamados países em desenvolvimento – era uma promessa que o centro capitalista oferecia aos países retardatários da América Latina, da Ásia e da África.

Na Europa, não. Lá, a promessa do centro capitalista para a Europa, devastada pela guerra, foi a reconstrução. Então essas duas expressões nasceram juntas: a "reconstrução" para a Europa e o "desenvolvimento" para o mundo subdesenvolvido. Sendo que essa expressão era mais fortemente enfatizada no caso da América Latina até do que na África e na Ásia, porque nelas havia também o problema da autonomia, da independência, da descolonização. Então a promessa do centro capitalista para a Ásia e para a África era dupla. Era desenvolvimento mas até antes do desenvolvimento era a independência, porque eles travavam verdadeiras guerras de independência. Agora, na América Latina, não. A América Latina já era toda independente. Então, a grande promessa foi o desenvolvimento. E escreveram-se livros, teses, instalaram-se discussões. O desenvolvimento foi a expressão mais importante do dicionário econômico do nosso País, por exemplo, naqueles momentos. E foram criados organismos internacionais.

As Nações Unidas se ocupavam do desenvolvimento primordialmente. Criou-se o Banco Mundial. O BIRD era o Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento. Reconstrução para a Europa e desenvolvimento para os países do Terceiro Mundo. E criou-se o BID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e cada país criou o seu.

O Brasil criou o BNDE. O Brasil lançou um projeto de desenvolvimento que teve êxito inegável. Ainda hoje Celso Furtado se referia a isso. Eu tive o privilégio de participar da execução desse projeto porque ele se montou basicamente no BNDE, que era agência brasileira para o desenvolvimento, era o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, inspirado exatamente por essa idéia, essa promessa de enfrentar, de desenvolver e dar qualidade de vida, desenvolver a riqueza do País, sem precisar cair no socialismo. Quer dizer, o desenvolvimento era a promessa para barrar o avanço do socialismo e as ameaças de revolução social que se espalhavam especialmente pelos países pobres mas do Terceiro Mundo e na Europa também, com os partidos comunistas da França e da Itália, e que foram também enfrentados com a ajuda do Plano Manstein para a reconstrução.

Quer dizer, o capitalismo enfrentou o avanço socialista dessa forma.

Com a perspectiva de hoje, percebemos, com evidência, que aquilo era realmente um engodo. Era uma promessa vã. E isso ficou mais ou menos nítido já no final dos anos 50, quando se reuniu o chamado Clube de Roma, que congregava lideranças dos países líderes da economia mundial e esses analistas examinaram a situação do mundo e chegaram à seguinte conclusão: não dá para todo mundo. Desenvolvimento para todo mundo não dá, porque acaba o Planeta. Daí nasceu o projeto de restrições ecológicas, mas que sempre se aplicam aos países pobres. Os países ricos têm mais direitos de poluir. Mas o fato é que ficou evidente para todo o mundo que aquela promessa era vã, era uma promessa política para barrar o avanço do socialismo.

No momento em que ruiu a experiência soviética, ruiu o muro e acabou aquela experiência primeira socialista do mundo, acabou também o desenvolvimento. Essa expressão sumiu do dicionário político completamente. A mídia brasileira falava muito, hoje em dia não se fala em desenvolvimento. E não se consegue nem dar expressão política a isso. O Brasil tem um Ministério do Desenvolvimento e não consegue fixar um Ministro. É o Ministério que mais muda Ministro. E os Ministros entram e saem sem saber o que fazer, porque acabou-se com a idéia de um projeto, de uma política desenvolvimentista para os países. Hoje o projeto econômico é o projeto do mercado financeiro internacional. Não existe correntemente na mídia e na pauta do debate econômico a expressão "desenvolvimento".

Assim como também há um esforço de fazer sumir a expressão "Estado Nacional", dizendo que hoje em dia não tem mais sentido Estado Nacional. É claro, uma coisa é ligada a outra. Para acabar, soterrar de vez com a idéia do desenvolvimento é preciso soterrar de vez também com a idéia de Estado Nacional, de soberania, porque, afinal de contas, vivemos todos neste mundo que não tem fronteira e só tem uma expressão econômica que é a expressão do mercado financeiro internacional.

E isso aconteceu debaixo dos nossos olhos, tendo o Brasil uma experiência. No segmento daquela promessa que no fundo era engodo, era uma estratégia de barrar o avanço do socialismo, alguns países realizavam experiências exitosas do desenvolvimento, inclusive o Brasil. Certamente o que teve mais êxito. Nenhum país do mundo, nos anos 50 e 60, até os anos 70, conseguiu evoluir a sua economia, montar uma base econômica, estruturar sua economia, sua indústria dentro daquele projeto de industrialização com substituição de importações e tudo o mais, teve um êxito extraordinário, com suas falhas, claro. E hoje reconhecemos.

Ainda hoje o Celso Furtado referiu-se à falha da pouca atenção à educação, a um investimento no ser humano. E quero dizer a vocês, com a lembrança de quem participou disso, porque o BNDE era agência desenvolvimentista e era uma agência muito mobilizadora de motivações. Nós tínhamos um prazer enorme em trabalhar no BNDE, achando que estávamos fazendo tudo, porque era uma equipe jovem, o BNDE fez seu primeiro concurso em 56 e dele eu participei. Então eu entrei nessa leva de jovens que discutiam todo dia o projeto de desenvolvimento. E o BNDE sempre foi uma instituição que teve certo grau de democratização interna, onde os técnicos efetivamente eram ouvidos e tinham uma participação nas decisões. Claro que vez por outra a diretoria decidia alguma coisa em contrário dos pareceres técnicos, mas na sua grande maioria os técnicos tinham uma participação bem grande e eram respeitadas as suas opiniões.

E discutíamos muito, todo dia, entre nós e esse assunto, lembro-me perfeitamente, discutia-se muito, mas o BNDE não devia investir em educação? Educação era tema de debate. E foi rejeitado esse investimento. Eu me lembro bem disso e quero até me penitenciar porque fui daqueles que compartilharam a idéia de que avançar na economia era o principal, o resto vinha quase que por gravidade. Eu participei desse erro, dessa falha enorme!

Assim como a questão da distribuição também. Achava-se que era preciso concentrar o capital, impulsionar a economia, construir uma indústria a todo custo, e depois o resto se resolveria. O fato é que a realidade veio mostrar que hoje a nossa grande carência foi a desatenção, a falta de prioridade para educação naquele projeto extremamente exitoso em tudo o mais, mas que teve essa falha, que acabou prejudicando a longo prazo. Parece que a nossa cultura é um pouco desatenta em relação às ações de longo prazo. Somos muito solicitados pelo curto prazo e acabamos nos esquecendo do longo prazo. E foi o que aconteceu naquele momento.

Mas o fato é que o Brasil avançou enormemente e logrou um êxito extraordinário, até que entrou numa fase mais difícil, porque as primeiras etapas mais fáceis já tinham sido concluídas, porque o País entrou naquele processo de endividamento, uma série de circunstâncias, a própria situação mundial alterou-se, até que veio a derrocada do mundo soviético e acabou o desenvolvimento, acabaram-se as promessas. O Banco Mundial virou uma agência do FMI. O BID virou um fantasma. O nosso BNDE virou um financiador de privatização. O nosso Ministério do Planejamento não consegue encontrar um Ministro, e assim as coisas foram caindo numa situação de estagnação e o Brasil, que teve um êxito enorme, ficou no meio do caminho, não conseguiu completar a chamada decolagem.

Naqueles anos em que se discutia muito o desenvolvimento, um livro foi muito citado, dos Rostof, que procurava definir as etapas do desenvolvimento, começava por uma decolagem, tinha de ter uma velocidade de decolagem para conseguir. E o Brasil começou a decolagem muito bem mas não concluiu, entrou numa parada e estamos vivendo essa situação de angústia em que o próprio Estado Nacional começa a se retrair, a perder sua capacidade mobilizadora e coordenadora de retomada do projeto de desenvolvimento brasileiro. Fala-se muito em retomada.

O próprio Presidente Fernando Henrique, na sua segunda campanha, eu me lembro como uma dos principais, senão a principal promessas era a retomada do desenvolvimento. Que retomada o quê? Continuamos patinando, sem o menor vestígio no horizonte de possibilidade de retomada. Ao contrário, cada vez mais mergulhando numa situação de dificuldade e de vulnerabilidade e de dependência incrível.

Olhamos para a Argentina, achando que estamos caminhando para lá. Mas inconformados com isso. A Nação brasileira hoje, a opinião do povo brasileiro hoje já percebeu. Aquela idéia do pensamento único que se falou muito, "não há alternativa, a política é essa mesmo", é simplesmente porque não há alternativa, a Oposição não é capaz de definir alternativa. Logo, só existe esse caminho. Mas isso está realmente mudando. Eu estou vendo isso mudar neste momento. E uma das razões de estarmos aqui reunidos é que esse sentimento está impregnando as nossas consciências.

Agora, essa é uma retomada vai exigir. Esse é sempre um problema essencialmente na sua profundidade político. É um problema de composição de forças políticas, arregimentação de forças políticas, para superar uma situação de dependência e de vulnerabilidade gigantesca que temos hoje, para cuja superação tem de concorrer quase que toda a sociedade brasileira. Quase que sempre vão ficar aqueles renitentes, aqueles sócios mais evidentes do mercado financeiro internacional, mas a sociedade brasileira começa a perceber também, mesmo a sua elite econômica, que estava muito entusiasmada com o projeto neoliberal, a globalização e tudo o mais, começa a perceber que isso não tem futuro, que as manifestações de tensão na sociedade, de esgaçamento da sociedade, os conflitos que aí estão, a criminalidade, a impossibilidade, nada dá certo, tudo sempre dá errado e sempre se coloca a culpa fora do País, porque foi a crise asiática, a crise da Rússia, agora a crise da Argentina. Mas o fato é que nada dá certo e não vai dar. E a sociedade, mesmo sua elite econômica, começa a perceber que é preciso realmente buscar alternativa. E vai-se formando uma disposição de diálogo e de formações de alianças capazes de produzir ou de facilitar essa engenharia política.

Nessa engenharia política temos de compor alianças muito fortes internamente mas temos de buscar também alianças externas. E estamos vendo que no mundo mais rico há muitas resistências que vão crescendo, porque esse modelo capitaneado pela finança internacional é um modelo que produz aprofundamento de desigualdades também dentro dos países ricos e produz desemprego, riscos de instabilidade. Então começa a se formar essa avalanche de protestos que não pode ser ignorada. Uma coisa é o protesto que houve em Davos, mas depois vem Seatle, e agora em Gênova foi terrível. Quer dizer, isso vai acabar. Eles não podem mais se reunir. Vão se reunir num navio, no meio do oceano, porque não podem mais se reunir em terra devido ao protesto.

Mas como se articula esse protesto se não houver um ressentimento grande dentro dos próprios países ricos? Então é importante para compormos todas essas aliança,. Não podemos nos isolar desse protesto internacional contra o neoliberalismo porque ele é fundamental para o êxito da nossa mudança, que é em si muito difícil. Porque a nossa economia e a nossa mídia, que faz as cabeças, ficam inteiramente dominadas por essa idéia de que o importante é internacionalizar, globalizar, liberalizar, desregulamentar, e vamos caminhando para um buraco cada vez mais fundo.

Então, a elaboração de um novo projeto de desenvolvimento, quando falo um grande projeto não quero dizer que isso seja posto num papel. O projeto de desenvolvimento é a definição de alguns caminhos e alguns pressupostos básicos e a aposta em marcha nisso. No momento em que se põe em marcha o projeto politicamente ele vai se configurando na prática, resolvendo as dúvidas e alternativas que se apresentam no curso da sua caminhada.

Evidentemente esse projeto tem de conter alguns pressupostos. O primeiro deles é a recuperação da soberania, que está afetada, sim. Hoje o embaixador aqui esteve e conhece por dentro. A nossa soberania está extremamente limitada pelas imposições do mercado financeiro internacional e da potência hegemônica internacional, Estados Unidos, que nos cobram obediência aqui e ali com muita eficácia, esta é a verdade, com muita dureza. Isso não aparece porque a linguagem é diplomática, mas é força mesmo.

E precisamos recuperar a soberania. Significa que o projeto de desenvolvimento brasileiro, se ele tem de restaurar a soberania, tem de ser minimamente nacionalista, isso é, valorizar a economia nacional, os interesses nacionais, a cultura nacional, quer dizer, ele tem de ser minimamente nacionalista. Mas ele não pode ser daquele tipo de nacionalismo que muitas vezes os nossos militares, por exemplo, que hoje estão por baixo, mas os nossos companheiros ligados a esse pensamento, o pensamento militar é de que se tem de defender o interesse nacional, de qualquer maneira, mesmo pela força. Isso não funciona mais.

A defesa, a recuperação da soberania, a implantação de um projeto nacional que é minimamente nacionalista tem de contar, tem de ser profundamente democrático e contar com um apoio popular, um engajamento nacional popular muito grande, porque as forças que se opõem são muito poderosas. Então só uma arregimentação muito larga, que inclua necessariamente, não só a classe média brasileira, que está com disposição para isso, mas também elites empresariais, em quem estamos sentindo também disposição de buscar uma alternativa porque estão sendo liquidados por essa política atual.

Então esse projeto tem de restaurar a soberania, realizar uma mobilização popular grande, quer dizer, ter apoio popular, um sentimento popular muito poderoso, tem de recuperar a ação do Estado. Porque mercado espontaneamente não faz desenvolvimento. O mercado funciona. E não queremos eliminar o mercado e voltar a pensar na idéia da economia totalmente planejada porque comprovadamente o mercado é importante para organizar as decisões de investimento, mostrar as preferências e as demandas relativas de cada bem ou serviço, quer dizer, um mercado essencial. Agora, o mercado não pode ser o Deus ex machina, o Deus que decide tudo. Quem tem de decidir é a sociedade, através do Estado democrático, naturalmente, sem autoritarismo, nesse vai-e-vem, que é o jogo democrático, nessa prática que caracteriza precisamente o jogo democrático que é importante para nós. Agora, uma qualidade de democracia diferente da simples, da mera democracia representativa que aliena o eleitor do eleito. Ele vai lá na cabine de quatro em quatro anos, coloca o seu voto e diz: agora eu não tenho mais nada com isso porque eu já elegi esse cara, ele tem responsabilidade. Não é assim.

A democracia que estamos exatamente querendo reformular é uma democracia de participação contínua e permanente. Claro que com gradações, mas que não pode ser a democracia alienista que é a representativa clássica, que já sabemos que só produz o desinteresse, o indivíduo não está nem aí, nem sabe em quem votou, não sabe de nada, e deixa para lá, e todo político é corrupto. Quer dizer, não é isso. É preciso que haja exatamente toda uma engenharia política de formação dessas alianças amplas e de uma qualidade de democracia diferente dessa que está aí.

E para isso o projeto de desenvolvimento tem de ter dimensão social importante. Por outro lado tem de ter também uma dimensão capitalista ou de formação de capital também importante para poder exatamente nos livrar dessa dependência do financiamento externo. Isso é, temos de ser competentes para de um lado mostrar a elite empresarial que ou damos a dimensão social um valor muito mais alto do que ela tem hoje, ou esse projeto não vai se realizar, e o que vem é a degradação da sociedade. Agora, temos de mostrar também aos

trabalhadores e aos excluídos desse modelo que aí está que também temos de mininamente atender a alguns interesses dessa elite empresarial até para trazer de volta a montanha de dinheiro brasileiro que está lá fora, e entra no Brasil como se fosse investimento estrangeiro, e na verdade é dinheiro de brasileiro que foi colocado no mercado internacional. E esse dinheiro nós temos de trazer. À força nós não vamos conseguir trazê-lo, simplesmente porque eles estão fora do alcance mesmo da nossa soberania restaurada.

Então temos de negociar isso e estimular esse capital a voltar, oferecendo oportunidades também de rendimentos e de ganhos. Porque num processo de desenvolvimento há sempre espaço para ganho de todos. Então pode ganhar muito mais o assalariado do que ganhou no passado, mas tem de ganhar também um pouco o capitalista, que traz seu capital de volta, o empresário que traz o seu capital de volta, para reerguer esta Nação. E é claro que tem de haver um esforço de trabalho, de tecnologia, de educação. Tudo isso não precisamos colocar no papel, vamos definindo os parâmetros, o balizamento e vamos na prática dando respostas aos desafios que vão aparecendo.

Agora, que existe uma possibilidade, existe. Ela está aí, palpável, diante de nós. Esgotou-se. Temos a nítida sensação de que se esgotou essa promessa, que era a seguinte. O Brasil abre tudo, vem dinheiro para cachorro para cá, porque este País tem recursos inesgotáveis, é uma capacidade de oferecer oportunidades de investimento como nenhum outro país do mundo tem. Então vamos abrir tudo, vamos nos encher de desenvolvimento, essa economia vai para as nuvens e vai ter para todo mundo, até as migalhas da mesa vão sobrar para o povo trabalhador e eles vão engordar com isso. Isso não dá mais. Está na cara que não vai acontecer, essa foi outra promessa vã que se esgotou. Então há esse sentimento nacional.

Precisamos, com inteligência, com engenharia política, mas com seriedade também, com honestidade, com ética, porque essas coisas são importantes na formação da confiança entre os líderes e os liderados. É importante a relação ética, a transparência, a seriedade, para arregimentarmos essa força potencial que aí está e começar a construir um projeto novo de desenvolvimento do País que tenha essa dimensão social e que naturalmente vai, digamos, atender aos anseios dos socialistas.

Eu não vou falar em socialismo aqui, agora, porque o projeto socialista está vivo. Ele pareceu morto no momento da derrocada, mas há todo um renovar de propostas. O farol está aceso ainda lá no horizonte e sabemos o caminho para lá. Só que precisamos compreender que na situação em que nós, brasileiros, nos encontramos, na medida em que implantaram o regime socialista pela revolução armada isso não é mais viável, esbarraríamos numa inviabilidade

e colocaríamos tudo a perder, temos de efetuar uma política de transição, sim, e de transação. E isso é perfeitamente possível, viável e depende muito da nossa sensibilidade, da nossa determinação e da nossa postura ética, moral diante dessa situação que aí está.

Enfim, acho que até falei demais. Agradeço a todos. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Agradecemos profundamente ao Senador Saturnino Braga pela belíssima intervenção..

Antes de anunciar a próxima intervenção eu quero, em nome da Mesa e em nome dos expositores, agradecer os celulares desligados. Temos certeza de que eles continuarão desligados.

Quero também comunicar que hoje, após esse debate, às 19 horas, haverá, neste mesmo local, um debate sobre o tema "Cultura da Visão Socialista", promovido pela seção paulista da Fundação João Mangabeira.

Lembro ainda que a próxima intervenção vai ser feita em francês. Espero que todos os companheiros estejam de posse dos seus fones.

O Partido Socialista Brasileiro e a Fundação João Mangabeira têm a honra, o prazer, a satisfação, tem mesmo o orgulho de passar a palavra ao jornalista Maurice Lemoine, Diretor do Le Monde Diplomatique, que será o segundo a intervir neste painel "Estado Nacional e Desenvolvimento".

Com a palavra o Maurice.

O SR. MAURICE LEMOINE (Expositor) - Obrigado. Antes de mais nada, quero corrigir um pequeno equívoco. Não sou o diretor do "Le Monde Diplomatique". Sou apenas o chefe de redação adjunto do jornal, e não gostaria que o verdadeiro diretor, o Senhor Ignacio Ramonet, pudesse pensar que vim ao Brasil para fomentar um golpe de estado e tentar ocupar se lugar.

Devo dizer, também, que falo, quando estou na França, com frequência e sem problemas sobre a América Latina, mas aqui me sinto constrangido. Eu, um francês, europeu, falando para vocês que, sem dúvida, conhecem muito mais sobre o assunto que vou discursar. É um tanto esquisito.

Portanto, falo com humilde, na esperança de não abordar fatos corriqueiros e coisas que vocês já estão cansados de saber.

Soberania e desenvolvimento. Com frequência, agregamos ao termo soberania a palavra nacional. É claro que, quando falo de soberania nacional não se trata de nacionalismo no sentido restrito da palavra, mas se trata, fundamentalmente, do direito dos povos a disporem sobre eles mesmos, sobre seus próprios destinos.

O Estado - Nação é , hoje, por toda parte, contestado, sua soberania é colocada em questão pelo fluxo migratório, pelo desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, pela constituição de grandes unidades regionais, tais como a União Européia, o Mercosul, o Acordo de Livre Comércio Norte-americano e talvez, amanhã, a Zona de Livre Comércio das Américas, pelo surgimento progressivo de uma justiça internacional e, evidentemente, pela globalização econômica e financeira.

No interior de suas fronteiras históricas o Estado deixa, então, de ser um lugar privilegiado de identidade e de ação política. Ele não oferece mais o quadro estruturador da solidariedade social, do conviver juntos e do bem estar comum.

Ora, não se pode cercear o Estado, nem do ponto de vista da democracia, nem do ponto de vista do desenvolvimento. Temos hoje, portanto, duas lógicas se enfrentando: de um lado, a lógica financeira, a de tudo pelo mercado; de outro, a lógica cidadã.

Vários fatos contribuíram, estes últimos anos, para o enfraquecimento do Estado na América Latina. Vou falar rapidamente sobre o assunto, porque vocês o conhecem melhor do que eu. Chamo apenas a atenção para o fato de que nos anos 1970 a dívida da América Latina atingia, mais ou menos, 60 bilhões de dólares. Em 1980, ela foi para 204 bilhões, em 1990, para 443 bilhões e, hoje, segundo fontes do Conselho Econômico Latino-Americano, ela atinge 750 bilhões de dólares. O que significa que o pagamento dos juros provocou, durante todos estes anos, uma transferência nítica de recursos de cerca de 25 bilhões de dólares por ano. Significa, igualmente, que este Continente, durante todo este tempo, teve que consagrar de 30 a 35% do total de suas exportações ao pagamento de suas dívidas. E, hoje, no momento em que discurso, cada latino-americano deve 1.550 dólares.

Concebidas como remédios às crises, as políticas neoliberais provocaram golpes terríveis nas despesas públicas, nas reformas fiscais, na liberalização das importações, priorizando novas exportações, nas revogações das legislações de trabalho e na adoção, por toda parte, de políticas de austeridade. Estas políticas, extremamente duras, provocaram um grande enfraquecimento do papel do Estado, sobretudo através das privatizações. O problema das privatizações é de que, justamente, os setores produtivos e rentáveis é que são privatizados. Permanece para a sociedade civil a gestão dos setores considerados improdutivos, em particular os setores sociais.

Ocorre que não há mais dinheiro nos caixas e o Estado não se encontra mais em condições de agir. Vou citar o exemplo mexicano, não vou injuriá-los

citando o exemplo brasileiro. A Pemex, sociedade petroleira mexicana, paga em impostos e taxas o correspondente a um terço das despesas do Estado. Não sei de que orçamento, de que dinheiro disporia o governo mexicano para aplicar na saúde, na educação, na infra-estrutura de que o país necessita de maneira dramática, caso privatizasse a Pemex. Há alguns anos atrás, o México possuía 1.550 empresas estatais, o que era demasiado, uma verdadeira hipertrofia do sistema estatal. Hoje, apenas 10 grandes grupos financeiros controlam a economia, o que é muito pouco, significando a substituição dos monopóplios públicos por um pequeno grupo de monopólio privado. Ora, o papel do monopólio privado é o de obter lucros, não o de se interessar em investir em benefício da população, e ninguém pode condená-lo por isso. Portanto, nos encontramos de certa maneira num impasse.

Para Washington, para a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, para o Banco Mundial, para o F.M.I., para o G8, assim como para a Organização Mundial do Comércio, a erradicação da pobreza passa por um crescimento maior do comércio internacional e do desenvolvimento econômico a ele associado. Para eles, as palavras de ordem são: importar, exportar, abrir as fronteiras, baixar as taxas... É preciso, no entanto, assinalar que o desenvolvimento não deve ser apenas identificado ao crescimento do produto interno bruto. O PIB é uma necessidade, mas ele é um indicador quantitativo, pouco fiável, enquanto que o verdadeiro desenvolvimento é uma noção qualitativa. Com frequência nos esquecemos de que a natureza do crescimento, seu ritmo, sua estabilidade, são pré-determinados pela distribuição da renda, pelo nível de democracia no país, pelo grau de controle que os cidadãos têm do meio ambiente em que vivem. Melhorar o mercado real exige formas flexíveis de planejamento, e elas se opõem a um mercado mítico. Em todo caso o mercado não existe sem o Estado, sem a reconstrução de seus meios de ação.

Importar, exportar, importar, exportar, exportar, importar.....

Na realidade, exportar, essa palavra mágica do Banco Mundial e do FMI, parece ser muito mais destinado a favorecer os países industrializados que compram , porque quanto mais um produto é exportado, e quanto maior o número de seus exportadores, mais baixo fica seu preço, podendo até desmoronar no mercado.

Na América Latina, para enfrentar a dívida, muitas vezes teve-se que sacrificar tudo em prol das exportações, sobretudo de produtos agrícolas. Só que um tal esforço foi sempre feito em detrimento de culturas de subsistência, tanto que o preço dos alimentos de base não parou de subir, afetando a parte mais pobre da população.

Exportar...

O Brasil possui uma superfície cultivável equivalente ao território da Índia. O Brasil seria capaz de alimentar 300 milhões de pessoas, e, no entanto, em seu território 32 milhões de brasileiros são sub-alimentados. Em 1996, o Governo brasileiro gastou mais de 3 bilhões de dólares importando produtos alimentícios, enquanto isso milhares de trabalhadores rurais pediam terras para trabalhar. Que lógica é esta?

E desculpem-me, se o comércio fosse realmente a solução para a pobreza planetária, esta desgraça já teria desaparecido da face da Terra. No entanto, em maio de 2.000 a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) divulgou que o Continente possui 224 milhões de pobres, ou seja 36% de sua população, índice que é superior ao do ano 1980. Durante 20 anos repetiram e tornaram a repetir que a economia neoliberal era destinada a garantir o desenvolvimento da região. O que se vê é um total fracasso dessa economia. E até mesmo os países industrializados não escaparam das consequências desse fenômeno planetário, a Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.) divulgou que existem, atualmente, 37 milhões de desempregados na Europa, 100 milhões de pessoas sem moradia fixa e quase 200 milhões de pessoas cuja esperança de vida acabou se reduzindo nos últimos anos. Para agravar o fenômeno, surgiu um capitalismo financeiro de tipo novo, fruto da liberalização dos movimentos de capitais nos anos 1980/1990. É uma força de uma brutalidade prodigiosa a qual não podem resistir nem as moedas, nem os maiores grupos, nem os Estados gigantes, e o Brasil sabe bem o que isso significa.

O câmbio, sem controle, dos fluxos financeiros representa mil vezes o volume das trocas comerciais de um país, e este novo domínio das finanças é evidentemente favorecido pela explosão, numa escala mundial, das novas tecnologias de comunicação. E foi dessa forma que surgiu um novo tipo de capitalismo, sucedendo ao antigo capitalismo empresarial. O novo capitalismo patrimonial ou financeiro impõe seus critérios de performance financeira exorbitante a todos os setores de atividades humanas , rediscutindo todo o pacto social, a quem exigem um retorno de cerca de 15% sobre os investimentos feitos, quando se sabe muito bem que o crescimento em geral gira em torno de 3%.

O problema criado pela globalização econômica, resumindo essa primeira parte, vem da difícil cohabitação entre dois conceitos, jurídicos ou lógicos, profundamente divergentes. O primeiro conceito é a soberania, sobre o qual se edificou o Estado - Nação. Esse conceito necessitou da elaboração de um arsenal jurídico complexo que apoia a construção de uma economia nacional, precisa e defensora. O segundo conceito é o do livre comércio. Um livre

comércio internacional cujo objetivo, claramente expresso, é o da criação de um mercado global, baseado num direito puramente econômico que transgride e nega as fronteiras.

Os mercados financeiros, nós sabemos, estimulam as rendas a curto prazo, quaisquer que sejam os custos sociais ou ambientais, favorecendo projetos de livre comércio que são feitos através de condições indignas de trabalho, atentando contra o meio ambiente, sem nenhuma fiscalização, e, muitas vezes, utilizando até fundos duvidosos. Há uma ausência manifesta de contra-poder: o mercado julga, o mercado decide, sem possibilidade de apelação. No entanto, paradoxalmente, essas operações são juridicamente corretas, e o poder político, cada vez mais, encontra dificuldade em expressar seu caráter anti-econômico e anti-social. Elas podem, através do caráter impositivo, serem fatores de instabilidade sistêmica. É o que demonstrou os efeitos das políticas de abertura impostas a certos países da Ásia nos anos 1990, que desencadearam as crises que conhecemos, ou os efeitos das políticas impostas à América Latina.

Quanto aos preços mundiais, se não corrigidos localmente e soberanamente através de taxas e subvenções, acabam provocando distorções graves em muitos países. Vemos, então, surgir , como é o caso dos países andinos, Peru, Bolívia, Colômbia, culturas ilícitas no lugar das culturas de produtos alimentícios. Passei, agora, um mês na Colômbia. Vocês sabem que a Colômbia produz 80% da cocaína mundial, aí o cultivo da coca passou de 50 mil hectares para 120 mil hectares em alguns anos. E a esse fenômeno inquietante, Washington respondeu com o plano Colômbia, redigido em inglês. Pergunto, isto significa que os agricultores colombianos são traficantes de droga, malfeitores? -Não. O que esquecemos de dizer, com frequência, é que, com a abertura das fronteiras, Colômbia deixou de cultivar 700 mil hectares de terras produtivas, que foram aplicadas políticas repressivas, extremamente duras contra os agricultores colombianos. Em 1970, a Colômbia era autosuficiente em arroz, hoje ela importa 420 mil toneladas. Não é muito difícil de adivinhar que os agricultores que, hoje, cultivam a coca eram os que cultivavam arroz anos atrás. Também não é muito difícil compreender porque, na zona rural, onde moram 80% dos 13 milhões de habitantes, abaixo do nível da pobreza, muitos deles apoiam a guerrilha.

O Plano Colômbia coloca em questão a soberania da Colômbia e dos Estados vizinhos latino-americanos, a quem os Estados Unidos impõem suas participações no dito plano. Neste sentido o Congresso norte-americano autorizou o financiamento pelo Pentágono de 38 operações militares, com envio de tropas, aproximadamente 100 mil soldados, a 21 países da América Central, do Sul e do Caribe. O objetivo das operações militares é de apoiar os exércitos

latino-americanos no combate ao narcotráfico. Os norte-americanos afirmam que a presença militar sobre o território latino-americano é essencial para assegurar a segurança, mas ela pode trazer más lembranças. Ademais, eles afirmam ser esta presença vital para a economia e a cultura dos Estados Unidos, e aí também ela pode trazer más lembranças. O Comando Sul do exército americano acrescenta que esta presença é necessária para proteger algumas das democracias mais fracas do continente, e nós sabemos de que maneira os Estados Unidos protegem as democracias na América Latina. Ficamos felizes quando os americanos se retiraram das bases do Panamá, no final de 1990. Mas desde então, vários outros centros avançados de operações militares surgiram: no Equador, nas Antilhas holandesas, no Peru, em Salvador, em Honduras, na Colômbia, a antiga base de Guantanamo em Cuba e a base naval de Porto Rico.

Esta política norte-americana lhes permite manter um controle sobre todo o território latino-americano, e aí podemos falar de perda de soberania, porque ela implica numa vigilância estrita de grandes territórios considerados como estratégicos, em particular a Amazônia, implicando diretamente o Brasil com seus recursos naturais não renováveis e suas fontes de água que serão vitais nos próximos anos.

Esta presença militar americana na América Latina permite também o controle de uma população que representa um potencial perigoso de reação frente às políticas neoliberais.

Terminando esta segunda parte da minha exposição, é preciso dizer que o triunfo do liberalismo vai de par com um mundo unipolar dominado pela hiperpotência americana. As outras potências ocidentais, em particular européias, que participam de todo esse fenômeno, acabam também sendo vítimas, em menor grau, sem dúvida, do que aqui. O fato de que nos países do sul certas castas oligárquicas se aproveitam da liberalização não diminui em nada seu caráter essencialmente coercitivo, nem a perda da soberania que ela provoca.

Neste sentido, é interessante ver como se desenrolam as negociações para a criação da Zona de Livre Comércio das Américas. Trata-se, como vocês sabem, de estender a todo o Continente as regras do Acordo de Livre Comércio norte-americano que já arruinou a agricultura mexicana. Este Acordo é tão pouco apresentável que nem mesmo os parlamentares latino-americanos tiveram acesso a seus termos até agora. As negociações são feitas na mais perfeita clandestinidade. No entanto, certos empresários, pela necessidade da causa, reunidos no American Business Forum obtiveram um estatuto oficial nas negociações. O que significa que as normas desse Acordo de Livre Comércio serão ampliadas. Vou dar apenas um único exemplo: no capítulo 11, do Acordo elaborado, permite-se aos investidores estrangeiros entrar com ações judiciais contra

os Estados nacionais, caso tenham sofrido perdas provocadas por legislações, tais como as que protegem o meio ambiente. Foi dessa forma que o governo mexicano teve de pagar 16 milhões de dólares de indenização à empresa californiana Metalate Corporation, por ter um de seus municípios recusado à empresa a autorização de instalação de uma descarga perigosa à saúde, depois de manifestações populares na região. Ao Estado se lhe é retirado o direito de normatizar. Este cerco perverso da economia internacional afeta os termos do contrato social dos Estados - Nações, pois o mercado não pode cumprir por si só a missão do interesse geral.

A globalização privando os Estados - Nações do controle da moeda, dos movimentos de capitais, da fiscalização do orçamento, da faculdade de fazer alianças militares, acaba por desestruturá-los, retirando deles o controle do poder público, o centro das decisões econômicas. A globalização multiplica as fraturas sociais entre os que dela se beneficiam, porque eles existem, e são suas vítimas. Ela não assegura a longo prazo, nem ao sul, nem ao norte, nem progresso, nem desenvolvimento. Um exemplo: a ausência de planejamento no setor energético afeta a Califórnia e o Brasil, obrigando-lhes a se iluminar com velas porque há dez anos não se investe em centrais elétricas.

Termino dizendo, rapidamente, que é preciso voltar à modernidade do ideal republicano de concepção de nação enquanto comunidade de cidadãos. Aí, sim, se encontra a base de um internacionalismo verdadeiro, que só poderemos construir se grandes Estados surgirem tanto nos países do sul quanto do norte, apoiados por movimentos sociais e cívicos, de maneira a criar as bases de uma nova multipolaridade internacional.

O Estado é indispensável, pelo fato da importância que a segurança representa para o desenvolvimento . Só a cooperação eficaz entre uma polícia não corrompida e a justiça, trabalhando pelos direitos dos cidadãos, permitirá a existência de um Estado de direito, assegurando a segurança das pessoas. O Estado é indispensável para gerenciar uma administração que não seja corrompida na fiscalidade e nas licitações públicas. O Estado é indispensável pela importância dos serviços públicos a longo prazo.

Todo país para se desenvolver necessita de infra-estrutura moderna, de um bom nível de educação, de um bom nível de saúde . Estes são setores que não devem, que não podem ser liberalizados. O Estado é indispensável para a existência de empresas públicas eficientes nos setores de base, onde os recursos a longo prazo são necessários, porque dificilmente seriam rentáveis a curto prazo, como é o caso dos transportes ferroviários, do setor energético, etc... Aí , formas de financiamento e administração pública devem ser estabelecidas ou restabelecidas.

Concluindo, o desenvolvimento equilibrado do planeta passa pela construção de grandes Estados como a China, a Índia, o Brasil, a Indonésia, o Irã, o Egito, o México, etc... E que não me venham com histórias, porque a construção dos Estados não se opõe ao desenvolvimento econômico e ainda menos à democracia. O Estado é uma condição para a existência da democracia. A construção de um Estado não significa que ele deva se fechar sobre si mesmo, fechar suas fronteiras, nem significa um nacionalismo estreito e perigoso.

A cooperação internacional precisa se desenvolver mais em matéria de administração, de serviços públicos, de polícia, de justiça, de formação. Mas ela não poderá nunca substituir as decições de um povo sobre seu próprio destino.

A República foi instituida contra o feudalismo, cuidado para que ele não volte. A República significou a chegada do reino da lei, da expressão da vontade geral, da soberania dos povos.

A construção de Estados dignos desse nome é a condição para o surgimento de um mundo multipolar, capaz de se liberar do domínio do sistema capitalista financeiro mundial, cujo guarda, em última instância, é a hiperpotência americana.

É preciso, tanto ao norte quanto ao sul, na Europa e aqui, assegurar a convergência dos movimentos sociais e cívicos e das lutas democráticas pela reconquista cidadã dos Estados. Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Muitíssimo obrigado. Agradecemos a intervenção do jornalista Maurice Lemoine.

Passamos agora a palavra ao nosso companheiro Tito Ryff, Secretário de Planejamento, Indústria e Comércio do Governo do Rio de Janeiro.

O SR. TITO RYFF (Expositor) – Agradeço ao Roberto Amaral e cumprimento meus companheiros de mesa, Maurice Lemoine, Senador Saturnino Braga, a todos companheiros socialistas que participam deste encontro.

O fato de ser o terceiro a se manifestar, após as duas intervenções de qualidade que os senhores puderam ouvir, cria para mim evidentemente o embaraço de não ter possivelmente nada de essencial a acrescentar, porque o essencial já foi dito tanto pelo Senador Saturnino Braga, quanto pelo Maurice Lemoine.

Talvez eu possa dar uma contribuição, chamando atenção para três aspectos complementares ao que foi dito aqui. E a contribuição que eu gostaria de dar desdobra-se em três aspectos. O primeiro deles diz respeito a examinar um pouco a lógica do pensamento neoliberal, tentar esmiuçá-la e demonstrar por que essa lógica não se aplica às condições de países como o Brasil.

Quero também contribuir, como fez o Saturnino Braga, para resgatar um pouco a nossa auto-estima, demonstrando que no passado fomos capazes, sim, de alcançar taxas de desenvolvimento econômico ou de crescimento econômico, porque não tivemos associado a esse aumento do produto um desenvolvimento social, mas fomos capazes, sim, de ter taxas de crescimento econômico expressivas que, inclusive, se destacaram na comparação internacional.

E finalmente afirmar, o que foi feito aqui também, que algo está mudando em nosso País que nos permite ter esperanças com relação ao futuro, de que há um entendimento, uma consciência nacional de que esse modelo que está aí chegou aos seus limites, e que o País não agüenta mais uma terceira década de estagnação econômica e de falta de desenvolvimento econômico e social.

O que é o pensamento neoliberal que prevalece nas últimas duas ou três décadas, não apenas em nosso País, mas no mundo inteiro, de forma geral? É um pensamento que rejeita a idéia de que o Estado tem qualquer papel a desempenhar na promoção ou no estímulo ao processo de desenvolvimento econômico. Que as forças do mercado, por si só, podem contribuir exclusivamente para o processo de desenvolvimento econômico. De que cabe ao Estado, apenas ao Estado não como ente soberano nacional, o território, a língua, um povo, os símbolos nacionais, mas o Estado aparelho da administração pública, nos planos federal, municipal e estadual. Cabe ao Estado apenas, sobretudo no plano federal, fixar as regras das finanças públicas, gerando um superávit primário, como tem acontecido no Brasil nos últimos anos, estabelecer os limites e as normas da política monetária, administrar a política cambial e que, ao fazer isso, o Estado vai criar condições sólidas do ponto de vista macroeconômico que por si só vão permitir o desenvolvimento econômico.

Cabe às empresas nessa visão o processo de gerar riqueza, emprego, renda e de promover o crescimento da economia. Ao Estado compete apenas a tarefa de estabelecer os fundamentos, que seriam sólidos, da economia. É o que nos tem dito freqüentemente os economistas do Governo, que repetem incessantemente que os fundamentos econômicos ou macroeconômicos do nosso País são sólidos e que, portanto, o desenvolvimento econômico, o crescimento está na primeira esquina, ao nosso alcance, e que se por ventura nas últimas décadas não conseguirmos retomar o processo de desenvolvimento econômico, foi simplesmente por uma série de fatores fortuitos que nos vieram do exterior: a crise da Ásia, a da Rússia, agora a da Argentina, e assim por diante. E escondem o fato de que há uma incapacidade do atual modelo de promover o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Dessa visão neoliberal resulta um corolário. Qual é esse corolário? O de que a competição não se estabelece entre países, ela se faz entre empresas. Ou seja, aos países, aos Estados cabe apenas a tarefa de estabelecer condições estáveis do ponto de vista macroeconômico. Que uma vez mantida a baixa inflação, reduzida a taxa de juros porque a inflação está baixa, uma vez administrada a estabilidade do câmbio, as empresas por si só vão ser capazes de gerar desenvolvimento econômico.

Ora, isso pode-se aplicar a economias desenvolvidas, mas não se aplica ao Brasil. E por que se aplicaria a economias desenvolvidas e não ao Brasil ou a países do Terceiro Mundo como o Brasil? Simplesmente porque as condições de concorrência entre empresas no cenário internacional são muito diferentes. Dependendo se essa é uma empresa de país desenvolvido ou de país como o Brasil. Por quê? Porque nesses países as empresas partem de um patamar científico e tecnológico mais avançado. O nível de educação das populações é muito mais alto. A capacidade financeira dessas empresas é muito maior do que a capacidade financeira das empresas brasileiras. A sua dimensão, do ponto de vista econômico, comercial, é muito maior. É lá nesses países que são geradas as inovações tecnológicas que são aplicadas à produção. Portanto, essas empresas têm condições de competir muito melhor no mercado internacional do que as empresas de países como o Brasil.

Portanto, essa regra do neoliberalismo cria condições, se for aceita pelo Brasil, absolutamente desiguais, não-equitativas do ponto de vista da concorrência internacional entre empresas. Sem falar no fato de que essas empresas têm muitas vezes acesso a fontes de financiamento muito mais baratas e de muito mais longo prazo do que as fontes de financiamento a que têm acesso as empresas brasileiras.

O que se vê em geral é que nas áreas em que esses países têm condições de concorrer com vantagens em relação a países como o Brasil, evidentemente prega-se a liberdade comercial, a concorrência. Mas naquelas áreas em que países do Terceiro Mundo têm, porventura, uma vantagem comparativa, como nos produtos agrícolas, nos produtos agroindustriais, na área dos produtos têxteis, dos calçados, da indústria siderúrgica, países como os Estados Unidos impõem barreiras de proteção à entrada nos seus mercados, subsidiam os seus produtores, estimulam e subsidiam as exportações e estabelecem regras de competição que não são de maneira alguma aquelas que pregam no tocante aos outros produtos e que têm vantagens comparativas, ou aquelas que pregam de maneira geral quando falam do neoliberalismo e da abertura comercial.

A história do desenvolvimento dos países no século XX não corrobora essa visão neoliberal de que os países iniciam seu processo de desenvolvimen-

to econômico ou reconstroem suas economias sem a interferência do Estado. Ao contrário, a interferência do Estado foi fundamental em processo de desenvolvimento econômico ao longo do século XX, a intervenção do Estado foi fundamental para a reconstrução de economias do período pós-guerra, e o Senador Saturnino Braga, aqui, distinguiu muito claramente e de maneira que considero extremamente lógica a diferença entre reconstrução e desenvolvimento econômico.

A economia da Europa, depois da Segunda Guerra Mundial, foi reconstruída através do Plano Manstein, nos investimentos do Banco Mundial para a Reconstrução e Desenvolvimento. A economia do Japão foi reconstruída depois da Segunda Guerra Mundial. As economias dos países em desenvolvimento, ou do Terceiro Mundo, ao contrário, iniciaram, têm de iniciar um processo sustentado de desenvolvimento econômico. Qual é a diferença? A diferença substancial foi tocada também pela intervenção do Senador Saturnino Braga, é que esses países que precisavam reconstruir sua economia tinham uma base de conhecimento científico e tecnológico já previamente acumulada. Tinham elevado a níveis superiores a educação dos seus povos. Portanto, tratava-se apenas de reconstruir a base física e material da economia, e não de iniciar um processo de desenvolvimento econômico desde as bases necessárias para desenvolver um processo autônomo de desenvolvimento econômico, de geração de conhecimento científico e tecnológico, de promoção de fusão da educação entre os seus povos.

Então essa é uma diferença essencial. Mas não apenas desses países que tiveram que reconstruir suas economias depois da Segunda Guerra Mundial, a intervenção ou a participação do Estado foi fundamental. Podemos dar alguns exemplos de países do Terceiro Mundo. O Brasil, por exemplo, até a década de 70, durante todo o decorrer do século XX, foi dos países que mais cresceram em todo o mundo. Certo, esse crescimento não se fez acompanhar do desenvolvimento social, como dissemos, mas de qualquer maneira, quando comparamos as taxas de crescimento econômico no Brasil com a de outros países, verificamos que o Brasil se situa entre os dois ou três países que mais cresceram até 1970, ao longo do século XX. É um resultado admirável. E isso foi feito graças à participação do Estado brasileiro, graças à promoção e orientação do desenvolvimento econômico por parte do Estado brasileiro.

E quais foram esses marcos, essas intervenções, essas iniciativas que permitiram ao Estado brasileiro promover o desenvolvimento econômico? A criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a criação da Vale do Rio Doce, a criação da PETROBRAS, da ELETROBRÁS, da EMBRATEL, do BNDE, referida pelo Senador Saturnino Braga. Todas essas iniciativas de brasileiros que

tinham a visão de futuro, a visão de um projeto nacional, que tinham visão de estadistas, todas essas iniciativas possibilitaram o crescimento do Brasil de forma extremamente rápida ao longo de boa parte do século XX.

No entanto, a partir da década de 70, esse crescimento diminui substancialmente. Já perdemos duas décadas: a de 80 e a de 90. E como foi possível passar de uma situação em que o Brasil era capaz de produzir crescimento econômico rápido para uma situação de estagnação virtual da economia? É claro, houve, sim, uma parcela de esgotamento do modelo que adotávamos até então, que era o modelo de substituição de importações. Talvez tenhamos esgotado esse modelo a partir da segunda metade da década de 70. Mas é preciso lembrar que, a partir da própria década de 70, a economia brasileira tornou-se extremamente vulnerável às flutuações da economia internacional. A economia brasileira tornou-se extremamente dependente do sistema financeiro internacional. Ela se transformou na verdade em prisioneira, ficou cativa do sistema financeiro internacional. Por quê? Porque a primeira crise do petróleo, em 1973, pegou o Brasil no contrapé. Nós praticamente não produzimos petróleo. Apenas 20% da nossa necessidade de consumo.

Entre 1973 e 1979 tínhamos nos endividado a juros baixos no mercado financeiro internacional para equilibrar nossas contas externas. Em 1979 uma segunda crise do petróleo e uma elevação das taxas de juro do mercado internacional. Aí começa a história que nos foi contada por Maurice Lemoine da bola de neve da dívida externa dos países Latino-Americanos, com destaque para o Brasil. E nunca mais saímos dessa prisão, dessa submissão internacional que é o principal limite que nos é imposto ao crescimento e à recuperação do desenvolvimento nacional.

Lembro-me de que em 1976 eu estudava numa universidade inglesa, naquela ocasião era provavelmente o único estudante latino-americano num auditório predominantemente de ingleses, e um especialista da economia internacional, Roseinstein Rodan, analisava os impactos da crise internacional do petróleo sobre as economias do mundo inteiro. E ele fez um longo parêntese sobre a economia latino-americana. Naquela época o México ainda não tinha descoberto as grandes quantidades de petróleo que tem hoje, nós não tínhamos feito um esforço de substituição de importações, desenvolvendo tecnologias próprias para exploração de petróleo em águas profundas, a Argentina não tinha aumentado sua capacidade de produção de petróleo. Apenas a Venezuela tinha petróleo suficiente para atender as suas necessidades e exportar.

E esse grande especialista do comércio internacional dizia que para ele as principais vítimas da crise do petróleo seriam as economias latino-americanas. Dizia que para ele, um especialista dos assuntos internacionais, isso repre-

sentava uma verdadeira tragédia, porque ele não conhecia povos tão criativos, tão imaginativos, tão talentosos quanto os latino-americanos. Ele, que era um cidadão do mundo, tinha visitado o mundo inteiro. E aí falava da literatura latino-americana, de Luiz Borges, de Jorge Amado, Gabriel Garcia Marques, dos urbanistas e dos arquitetos brasileiros, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, dos pintores latino-americanos, desde Portinari, Diego Rivera e tantos outros, falava da música popular latino-americana, em que dizia que era a mais rica, mais diversa do ponto de vista cultural de todo o mundo. Falava, enfim, de todas as manifestações do talento e da criatividade dos latino-americanos, e fez esta interrogação: por que países e povos tão criativos e tão talentosos tinham sido incapazes de desenvolver e criar estruturas políticas que pudessem permitir o desenvolvimento econômico e social da sua gente? Dizia ele para nós, estudantes, que esse era um mistério ao qual não conseguia responder, como estudioso das questões sociais e econômicas.

Então é claro que os países latino-americanos, na sua totalidade, sofreram o impacto desses dois processos das duas crises do petróleo, 1973 a 1979, e a partir daí o endividamento grande e crescente das suas economias. E essa é a principal restrição ao processo de desenvolvimento econômico que pesa ainda sobre uma economia como a brasileira.

Dizem alguns que a participação do Estado na economia, como promotora do desenvolvimento econômico, é uma questão do passado. Que na verdade os tempos modernos exigem um Estado enxuto, reduzido, pequeno, dedicado exclusivamente às questões de interesse social, como investimentos em educação, saúde, saneamento básico, habitação popular. E essa ideologia neoliberal tem sido difundida e disseminada no nosso País.

É claro que o Estado deve investir, sim, mais e melhor em educação, saúde, saneamento básico, habitação popular, mas o Estado brasileiro tem ainda um papel extremamente importante a desenvolver e a desempenhar no tocante a desenvolvimento econômico. A promoção e a geração de emprego e de renda em nosso País.

Quais são as questões que temos de enfrentar agora e que dependem, evidentemente de opções políticas e econômicas que temos sido incapazes de tomar nas últimas duas décadas. O Brasil hoje tem um déficit em transações correntes que deve alcançar este ano alguma coisa da ordem de 28 bilhões de dólares, ou seja, entre tudo aquilo que arrecadamos com divisas internacionais ou com moeda forte, e tudo aquilo que gastamos anualmente dá uma diferença, um hiato da ordem de 28 bilhões de dólares. A isso se acrescenta uma fatura em termos de amortização também da ordem de 27 a 28 bilhões de dólares, ou seja, o País necessita a cada ano de 56 bilhões de dólares para fechar suas contas externas.

É claro que um Ministro dizia antigamente que dívida não se paga, se rola. Mas quando a situação no sistema financeiro internacional é instável, quando o País está fragilizado do ponto de vista externo, a rolagem da dívida é feita em condições de prazo e de juros cada vez mais negativas. E essa é a situação que o País está enfrentando neste momento e terá de enfrentar nos próximos anos.

A isso se acrescenta – e é decorrência desse desequilíbrio externo – o desequilíbrio das contas internas, das finanças públicas. A dívida interna também cresceu exponencialmente, como se fosse uma bola de neve. Basta dizer que em 1963, antes do Plano Real, a dívida interna pública do Brasil era da ordem de 60 bilhões de reais. Hoje ela é dez vezes superior a esse montante, e tende a crescer, e cresce cada vez mais a uma taxa de juros da ordem de 19% ao ano.

Portanto o Estado brasileiro, a sociedade brasileira, porque não é tarefa apenas para o Estado, mas uma decisão política que exige coragem, determinação e mobilização da sociedade brasileira, vai ter de enfrentar essas duas grandes questões: a da dívida externa e a dependência a entrada de recursos internacionais e a questão da administração apropriada e adequada da dívida pública interna do nosso País.

Além disso, o Estado brasileiro tem importante papel a desempenhar em termos de promoção do desenvolvimento econômico. Em primeiro lugar, substituindo importações na área de turismo, na área dos fretes. o Brasil já foi responsável por 30% do transporte marítimo no seu comércio internacional. Hoje detém apenas pouco mais de 5% desse total. O Brasil sempre teve superávit na sua conta de turismo. Hoje tem um déficit enorme. O Brasil gasta uma fortuna, cerca de 6 bilhões de dólares, em importação de produtos eletroeletrônicos. Tudo isso pode ser objeto de um esforço nacional, de uma promoção do Estado para substituição em importações.

O Estado brasileiro precisa ter uma política, sim, de desenvolvimento industrial, de promover novas áreas do desenvolvimento industrial, novas áreas de inovação tecnológica. O Estado brasileiro precisa ter, sim, uma política de desenvolvimento e apoio à agroindústria. O Estado brasileiro precisa ter, sim, uma política de incentivo ao conhecimento científico e tecnológico, de investimento em telecomunicações, em informática, em biotecnologia e engenharia genética, áreas em que temos vocação e capacidade científica e tecnológica a desenvolver. Então, todas essas políticas públicas devem ser implantadas pelo Estado brasileiro, devem ser estimuladas pelo Estado brasileiro como forma de promover o desenvolvimento econômico e social.

Isso é que se chama de projeto nacional, isso é que está faltando neste momento para o nosso País. É claro que não é uma tarefa apenas do Estado brasileiro, é claro que é uma tarefa que incumbe a toda a sociedade brasileira. Os modelos de desenvolvimento econômico bem-sucedidos são aqueles em que houve associação, identidade e interesse, parceria, unidade de esforços entre, de um lado, o Estado, a empresa privada, os trabalhadores, a sociedade organizada, e o mundo do conhecimento científico e tecnológico, abrigados nos centros de pesquisas e nas universidades. Esse conjunto de forças é que deve se mobilizar para preparar um projeto nacional que permita a retomada do nosso processo de desenvolvimento econômico.

E por último um elemento importante aqui mencionado também, que é a preservação da cultura nacional e o resgate da nossa identidade. Isso é fundamental. Também nesse aspecto é preciso que possamos fazer com que esse resgate da identidade e da cultura nacional se transforme em instrumento de desenvolvimento econômico e social.

Lembro-me de que na primeira reunião nacional do PSB, da qual participei, fiquei muito bem impressionado pelo fato de que havia ali, entre um discurso e outro, uma manifestação cultural tipicamente brasileira. É preciso lembrar que existem 500 milhões de habitantes de língua espanhola, com os quais temos proximidade lingüística, afinidade histórico-cultural ou pertencentes à lusofonia. Lusofonia que se estende pelos cinco continentes. Esse conjunto da população mundial de 500 milhões de habitantes pode ser, sim, um mercado substancial para produtos que manifestem e expressem o nosso talento, nossa criatividade em matéria cultural. Assim como podemos ser receptores desses países nas suas manifestações de diversidade cultural.

Não precisamos, não devemos ficar dependentes e submetidos à hegemonia cultural que nos é imposta pelo cinema, pelo vídeo, pela televisão norte-americana. Temos, sim, de valorizar e afirmar nossa capacidade de gerar produtos culturais próprios, que são reconhecidos como produtos culturais de valor em todo o mundo, mas para os quais é necessário, sim, o apoio do Governo para que eles possam competir em condições de igualdade com os produtos culturais que são hegemônicos do mundo inteiro.

De modo que esse é o projeto nacional que precisamos afirmar. É claro que ele depende de um processo de afirmação da nossa vontade política como Nação. Depende de uma mobilização da sociedade brasileira, mas se essa mobilização for levada a bom termo, se tivermos condições de viabilizar do ponto de vista político – e o ano que vem nós teremos eleições em nosso País – a afirmação desse projeto nacional, não tenho a menor dúvida de que estarão preenchidas as condições para que possamos retomar taxas de crescimento

econômico, dessa vez associadas ao desenvolvimento social, iguais àquelas que fomos capazes de obter e alcançar no passado. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Muito bem. Nós estamos muito gratos ao companheiro Tito Ryff e vamos iniciar agora a segunda fase, a fase dos debates.

Antes eu quero relembrar que logo após estaremos todos na área dos estandes, onde estão os livros, para o lançamento do livro "A Paranóia do Soberano", do nosso companheiro Valton, que é uma incursão psicanalítica na política ou a leitura política da psicanálise, muito útil a leitura num ambiente de políticos, e da revista "Comunicação e Política".

Estamos aguardando a vinda dos crachás e faremos a chamada de acordo com a ordem de chegada e acredito que poderemos acertar a resposta em grupo de três. Evidentemente ao fazer a sua pergunta, o companheiro indicará a quem ela é encaminhada.

Pediria que fosse levado o microfone ao companheiro Valton, que é o primeiro.

O SR. VALTON MIRANDA LEITÃO (Diretório Nacional do PSB) – Quero cumprimentar a Mesa e colocar uma questão para todos que, aliás, é uma continuidade do que procurei situar pela manhã para o Prof. Celso Furtado e para o Embaixador Samuel Guimarães. Diz respeito à correlação entre os mecanismos atuais da globalização, do capitalismo monopolista na sua fase hoje chamada neoliberal e a questão do Estado. Como é possível imaginar que os Estados Nacionais possam escapar do esmagamento? Como é possível imaginar que a soberania possa escapar das injunções do sistema?

O sistema é esmagador não só no sentido econômico, no sentido pura e estritamente econômico, tanto na vertente da economia de produção como na vertente do sistema financeiro e especulativo. Aliás, hoje pela manhã eu abordava exatamente isso, que não é possível desligar uma coisa da outra e criar um Estado que tenha condições de bloquear a especulação.

Penso que isso seria mais ou menos como imaginar um Estado que magicamente pudesse sair das imposições do sistema internacional. Sair das imposições da OCDE, do FMI e conseguir o milagre de caminhar sozinho dentro desse contexto. Seria mais ou menos assim como criar uma mágica capaz de dar ao Estado condições de autonomia que lhe permitissem esse novo caminho.

Aí penso: será que às vezes exageramos ou imaginamos que há uma questão cultural da América Latina? Que nós, latino-americanos, seríamos cul-

turalmente incompetentes para as questões econômicas? Seria isso uma espécie de incompetência psicoestrutural para o gerenciamento das questões de economia política? Ou será isso um viés que, fabricado pelo próprio sistema cultural dominante, no sentido de introduzir isso como parte da sua indústria de cultura? Ou seja, quando a indústria cultural dominante passa a ser, vamos dizer, o elemento que vai determinar como devemos pensar, como devemos nos situar e, portanto, nos submeter a uma avaliação que é, em princípio, racista e negativa para os latino-americanos?

Creio que não sei por quê, mas as exposições me levaram a fazer esse raciocínio que estou expondo. E gostaria de ouvir alguns comentários, principalmente do jornalista do Le Monde, porque é um europeu e poderia ver de acordo com nossas exposições e na nossa compreensão dessa realidade um pouco do viés do dominador. Não o estou chamando de partícipe desse processo, mas dizendo que você vê a partir de outro ângulo, de outro vértice. E, portanto, poderia nos dar uma compreensão do que procurei situar.

Obrigado.

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Muito bem. Companheiro João Bosco de Oliveira.

O SR. JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA – Boa tarde. É uma honra. Peço permissão Plenário para deixar de lado as congratulações com a organização, que está uma beleza, mas é uma oportunidade que tenho de abraçar, de viva voz, o Senador, S.Exa. Saturnino Braga pela vivência da ética, da moral na vida pública. (Palmas.) Tendo ocupado cargos no Executivo e no Legislativo, e, por isso, dirijo-lhe minha primeira pergunta e a segunda ao nosso ilustre visitante Maurice.

Senador Saturnino, o meu objetivo é chegar a uma idéia socialista. Portanto, começo assim: o Parlamento é a instância máxima de avaliação e julgamento do Estado. No caso o Estado brasileiro. V.Exa. referiu-se sobre a reconstrução e o desenvolvimento do País e parece-me que a avaliação desses esforços não é – vou usar um termo de academia, estou diante de um autor de um livro – uma epstemologia, ou seja, não estamos aprendendo com as nossas próprias experiências de forma clara, documentada, de pesquisa acadêmica para descobrir onde falhamos, onde acertamos.

Hoje de manhã ficou claro que tivemos grandes acertos e também enormes erros nas nossas políticas públicas, especialmente as desenvolvimentistas. Nesta tarde estamos conectando essa questão do desenvolvimento às ideologias internacionais e transnacionais, em que nosso desenvolvimento é dirigido dessa ou daquela forma por forças que estão além de nossas próprias avaliações internas brasileiras.

Então, pergunto a V.Exa.: sou um estudioso das políticas públicas brasileiras, tendo escrito sobre uma metodologia de avaliação das políticas públicas brasileiras e queria aprender com V.Exa. nesta tarde que dimensões, não sei em que variáveis, questão de palavras aqui não é importante, mas como V.Exa. vê, pela ótica do socialismo, que dimensões devam estar claramente consideradas para o exercício econométrico, o exercício de avaliação sob a ótica de outras disciplinas que possam dizer assim: o desenvolvimento foi de tanto para tanto. E V.Exa. sendo também da área técnica e exata saberia por obséquio acolher a pergunta assim resumida: como avaliar se houve ou não desenvolvimento. Nós dizemos: década perdida. Eu gostaria de saber isso para quem sabe consubstanciar que possam os governos socialistas, a partir de uma avaliação então clara, acadêmica, encaminhar proposta do interesse da comunidade e da população brasileira.

A segunda pergunta é para o nosso ilustre visitante francês, na presença de quem estou muito honrado de estar, sobre também como aprender as lições desses acontecimentos relacionados com o neoliberalismo, a questão da soberania contraposta à jurisprudência e à maneira como são julgadas as questões internacionais que mencionou em sua palestra. Porém, temos a Organização das Nações Unidas – e agora vou falar um pouco mais devagar para que a tradução seja mais clara – levantou no final do milênio, na década de 90, a bandeira ecológica mundialmente, da qual destaco as reuniões de Copenhagem, na qual a conferência centrou os propósitos do desenvolvimento na pessoa humana. Já o tinha feito no Rio de Janeiro. A reunião de Copenhaguen foi em 95, a do Rio de Janeiro em 92, que nos lembramos com muita alegria.

Então, ao se ler esses documentos, tem-se a impressão de que o capitalismo se impõe um resgate duplo dos estragos causados ao Planeta Terra como fonte e como meio da conquista e acumulação do capital que aí está sendo mostrado como um mal do momento, quer dizer, um capital que avassala o mundo mudando de um país para o outro, e causando crises aqui e acolá, em busca de lucros. Então de um lado o próprio Planeta serviu à acumulação de tais capitais financeiros, mas a reunião de Copenhague pede que, inter alia, os países se dediquem a políticas públicas novamente, portanto falando de desenvolvimento, centradas tais políticas na pessoa humana. Isso para mim tem um sabor de socialismo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Agora o companheiro João Luiz Batista.

O SR. JOÃO LUIZ BATISTA – Motivado pelo profundo respeito e com enorme satisfação de participar deste Encontro Internacional Socialista, quero reafirmar também o profundo respeito ao nobre Senador Saturnino Braga, homem que tem um passado sem mácula, sem nódoa, transparente. E foi demonstrado na então Comissão de Ética.

O imperialismo americano está destruindo o mundo. É preciso conter esse avanço, que poderá ser contido com a eventual vitória das Oposições. Eu digo eventual mas estou convencido de que essa realidade vai ocorrer em 2002. Estou torcendo para que possa ser do nosso partido, PSB. Mas se assim não for, certamente será do partido não, que é o Partido dos Trabalhadores, porque aí haverá uma colisão de união, mantida a vitória da Direita, porque na verdade eu só considero que tenhamos condições de proporcionar esse desenvolvimento que queremos, a integração do Estado com a sociedade, com um governo de Esquerda. E eu só considero partidos verdadeiramente de Esquerda o nosso e o Partido dos Trabalhadores, os que têm candidatos em condições em potencial de chegar lá.

Nesse sentido, quero formular uma pergunta ao nobre Senador: como o nosso partido, o PSB, vai fazer essa arrancada? Porque na minha maneira de ver só existe essa forma, através da educação, porque ela é a pedra angular. Relembro um provérbio que diz o seguinte: se você quer colher a curto prazo, plante cereais; se você quer colher a longo prazo, plante árvores frutíferas; mas se você quer colher para sempre, prepare e eduque o homem.

Portanto, na minha maneira de ver, para se ter um grande País com desenvolvimento, o Estado comungado com a sociedade, é preciso investir pesado na educação. (Palmas.) E o nosso partido certamente, que já tem um programa nesse sentido, é preciso reformulá-lo e aperfeiçoá-lo. Aí sim teremos o caminho para pavimentar esse tão sonhado grande plano educacional.

Eram estas as minhas indagações. Fora dessa ótica não vejo saída. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Muito obrigado, companheiro. Os painelistas vão responder, na ordem inversa das intervenções.

Passo a palavra inicialmente ao companheiro Maurice.

O SR. MAURICE LEMOINE (Expositor)

-Obrigado. Não vou responder diretamente às perguntas que me foram colocadas. Vou fazer uma reflexão sobre as relações, em particular, sobre a Europa dominadora e os países da América Latina. Concordo com o presidente Chirac, quando há 2 anos atrás ele veio à América Latina, não para falar de

política ou da nova ordem mundial, mas para vender seus produtos e tentar ganhar algumas empresas no lote das privatizações na Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. A dificuldade diante da globalização é que nos anos 1960 quando se falava de relações entre as potências dominantes e os países do sul, falava-se do centro e da periferia. Hoje já não existe mais um centro e uma periferia. O centro se situa em Washington, em Paris, em Madri, em São Paulo, em Bogotá, em Tóquio. A periferia se situa em Washington, em Londres, em São Paulo, em Bogotá, em Tóquio. Falamos da globalização da economia, mas há ao mesmo tempo uma globalização das elites, e quando falo de elite coloco este termo entre aspas, porque ele não me agrada muito. Isto quer dizer que se encontramos, se discutimos com um alto funcionário francês, britânico, americano, brasileiro, colombiano, japonês, eles vivem no mesmo universo, eles vivem no mesmo mundo, eles vêm as mesmas cadeias de televisão, assistem aos mesmos filmes no mesmo momento, se vestem praticamente da mesma maneira, e poderíamos dizer a mesma coisa dos excluídos. Um excluído dos guetos americanos, das favelas brasileiras, do subúrbio parisiense, se veste agora praticamente da mesma maneira, com tênis "adidas" e uma camiseta.

Temos uma sociedade que é dividida não mais geograficamente, mas por extratos, ao mesmo tempo ao norte que ao sul. E a grande dificuldade, de certa forma tanto para nós como para vocês, é que estes excluídos, sejam do norte ou do sul, frequentemente não têm participação no processo democrático. Eles foram desencorajados, perderam todas as esperanças. É o que dá às minorias, aos grandes privilegiados, que não são apenas os ricos mas também representantes das classes médias, o que eu chamaria de uma forma de bloqueio sobre o sistema. Vou dar um exemplo, comum na América Latina mas que atinge também a Europa. Nas eleições temos cerca de 40% de abstenções. É suficiente que 30% a 33% da população que usufrui dos benefícios da globalização vote para que o sistema em vigor permaneça por toda parte. É o que ocorre para nós, é o que se passa na América Latina. Com 30% de votantes podemos manter o sistema indefinidamente, graças as abstenções. E a grande dificuldade é fazer com que os excluídos voltem a se interessar pela política.

Nos anos 1960 falávamos, ao norte e ao sul, de ricos e pobres. A situação se complicou, durante os últimos 20 anos, na medida em que hoje falamos de excluídos, de sem terra, sem teto, desempregados.

E para não falar apenas do lado negativo, vemos também surgir um esboço de reflexão comum, ao norte e ao sul, que recentemente se exprimiu no Forum de Porto Alegre, como um começo de resistência global de sociedade contra a globalização econômica. Há 15 anos atrás não se falava da dívida da América Latina na Europa, isto não interessava ninguém. Hoje há uma tomada

de consciência. Em torno do movimento Attac, na França, que luta pela detaxacão das transações financeiras, vê-se surgir uma nova maneira de se fazer política, e vê-se até alguns jovens se interessando pela política. Então algo de novo está nascendo, só que eu seria incapaz de dizer exatamente o que é e no que vai dar.

(Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – O Saturnino ainda há pouco me corrigiu porque eu disse que ia dar a palavra aos painelistas na ordem inversa do que havia sido da primeira intervenção. Se assim o fosse teria de ter dado a palavra primeiro ao Tito Ryff. Peço perdão por isso, mas porque fui muito influenciado pela intervenção do Valton, sob o duplo aspecto das preocupações psicanalíticas dele também. (Risos.)

Peço ao Saturnino que então nesse caso fique em último lugar, encerrando o trio, e passo a palavra ao Tito Ryff.

O SR. TITO RYFF (Expositor) – Vou me limitar a responder a uma das questões que foram levantadas, até para ser breve e dar oportunidade ao Saturnino de se estender um pouco mais nas respostas.

Uma questão que foi levantada à qual não poderia me furtar de responder. O primeiro dos nossos participantes indagou se haveria por acaso alguma limitação de ordem cultural, alguma sina, alguma maldição que impedisse os povos latino-americanos de promover seu desenvolvimento econômico social. Não. Não existe nenhuma característica de ordem cultural que nos impeça de crescer, de nos desenvolver. Só se for por parte das nossas elites, mas não certamente por parte do nosso povo.

Muito pelo contrário. Falo aqui em nome do conhecimento que tenho do povo brasileiro, mas tenho certeza de que se estivesse aqui um mexicano, um cubano, um colombiano ou venezuelano poderia provavelmente dar exemplos também dos seus países com relação aos seus povos no tocante à capacidade dessa gente de superar as dificuldades e enfrentar os problemas. Eu acho que o povo brasileiro é absolutamente exemplar sob vários aspectos.

E não somos nós que dizemos isso. Pesquisas recentes e internacionais mostraram isso. Em primeiro lugar, mostraram que o brasileiro é extremamente empreendedor. As crises econômicas, as dificuldades que o povo brasileiro teve de enfrentar nas últimas décadas fizeram com que se desenvolvesse uma cultura do empreendedorismo no nosso País que é absolutamente singular. Pela primeira vez o Brasil foi incluído em pesquisa internacional para medir o índice de empreendedorismo da sua gente, e surpreendentemente chegou à frente dos Estados Unidos, país que se diz o país da livre iniciativa, da promoção da iniciativa dos indivíduos e assim por diante. E as mulheres brasileiras

são as mais empreendedoras do mundo, assim como os homens também. O brasileiro, de maneira geral, é extremamente empreendedor.

Outra pesquisa recente tentou medir o grau de solidariedade social, de disponibilidade das pessoas, de propensão das pessoas a ajudar o próximo, a ser solidário. Mais uma vez o Brasil, e se não me engano o Rio de Janeiro, destacou-se, aparecendo em primeiro lugar nessa pesquisa. Vários testes foram feitos para demonstração da solidariedade, do respeito, da confraternização, da disposição das pessoas de ajudarem os outros. E o brasileiro mais uma vez se destacou. E destacaram-se inclusive nessa pesquisa povos menos desenvolvidos ou com nível de renda inferior a dos povos mais desenvolvidos. Ou seja, chegou-se à conclusão de que quanto mais desenvolvido o povo, quanto mais alto o grau de progresso econômico e material, menor o grau de solidariedade social, menor a capacidade das pessoas de se doarem, de se entregarem, se dedicarem a resolver os problemas dos outros.

Então o povo brasileiro é extremamente generoso, empreendedor, corajoso. O povo brasileiro é realizador e acaba de dar uma demonstração de civismo e de responsabilidade social exemplar ao reduzir o seu consumo de energia em 20%, obedecendo às metas fixadas, tentando inclusive salvar e preservar o País de um racionamento, que seria a conseqüência da incapacidade, da incompetência e da imprevidência do Governo Federal, das nossas elites. O povo brasileiro é, certamente, um povo absolutamente exemplar. E como eu disse, e disse aqui também o Senador Saturnino Braga, ao longo de boa parte do século XX nós fomos capazes, como Nação e como povo, de crescer e crescer muito rapidamente. Não fomos capazes de promover o desenvolvimento social, não fomos capazes de distribuir renda, de resolver as questões ligadas à educação, ao saneamento básico, à saúde, à erradicação do analfabetismo. Mas isso deve-se imputar mais à responsabilidade das nossas elites do que à responsabilidade do nosso povo.

Ainda há alguns meses eu estava em uma pequena cidade do interior de Santa Catarina, chamada Chapecó, fazendo uma palestra para dirigentes do Banco do Brasil. E como sempre nessas ocasiões perpassa à audiência um clima de desânimo, de pessimismo, uma espécie de propensão a achar que não há solução, que já tentamos tantas coisas e nada deu certo, e que o Brasil vai viver eternamente sendo o País do futuro. Aí resolvi fazer uma pergunta a eles: "Mas me digam o seguinte: há 40 anos o que havia?" E eles não entenderam o sentido da minha pergunta, se entreolharam e dois ou três: "Bom, há 40 anos aqui não havia absolutamente nada, havia um descampado, terreno vazio". Eu digo: "E em 40 anos os antepassados de vocês foram capazes de construir, porque aqui é uma cidade próspera, ativa do ponto de vista agroindustrial, criaram uma grande comunidade. Vocês não acham que isso é motivo de orgulho para todos vocês?"

Então isso é o Brasil. Quando vamos ao interior do Brasil, nos redutos mais remotos do território brasileiro, vamos encontrar gente empreendendo, fazendo, realizando, a despeito de todos os entraves e dificuldades do modelo social e econômico que nos são impostos pelas nossas elites.

Portanto eu acho que o povo brasileiro não tem nenhuma restrição do ponto de vista cultural, nada na sua psicologia social que o impeça de gerar crescimento, desenvolvimento econômico. É só desatarmos os nós que aí estão, é só superarmos as dificuldades que nos são impostas pelas elites daqui e lá de fora, que veremos o nosso Brasil voltar a crescer e a se desenvolver como fez antes, e melhor do que fez antes, porque nos beneficiaremos da experiência e história que adquirimos nesse tempo. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Muito bem. Senador Saturnino.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO BRAGA (Expositor) – Eu assino embaixo de tudo o que o Tito disse, porque essa é realmente a minha convicção. Não é por querer transmitir um otimismo que não sinta, artificial, é porque realmente sinto isso.

Agora, compreendo a pergunta do Valton porque efetivamente quase que passa para nós no dia-a-dia, na mídia, o que lemos nos jornais passa-se uma imagem de incapacidade ou de irresponsabilidade dos povos latino-americanos de modo geral, como se os anglo-saxões tivessem esse privilégio de ter mentes mais organizadas para a responsabilidade e nós para o hedonismo, para usufruto imediato do que nos é oferecido. O que aliás aqui para nós é uma qualidade. Até isso nós temos que pensar, porque daqui a pouco vou entrar na pergunta do João Bosco. A finalidade principal é a busca da felicidade, e é preciso dosar. Não é passar a vida inteira a pensar no futuro e não usufruir o presente, e temos realmente essa capacidade de usufruir o imediato com alegria. É uma característica do nosso povo que eu acho até muito positiva, mas isso é transformado em carimbo de irresponsabilidade, de incapacidade para pensar o longo prazo, e isso passa muito pela nossa mídia de modo geral. Parece que também ela fica sempre fascinada pelo Primeiro Mundo e descobre lá coisas, porque quantas vezes a nossa mídia dá notícias positivas do Brasil porque saiu num órgão de imprensa americano ou europeu.

Ainda este mês o Economist publicou uma matéria mostrando que os êxitos fantásticos das pesquisas financiadas pela FAPESP na área de biotecnologia e de genética, que foram consideradas mundialmente muito importantes mesmo. Agora, o Economist publicou, jornais brasileiros repetiram: "Olha, o Economist disse isso..." Quantas vezes o Brasil não é citado pelo que o Time

disse ou pelo que o Le Monde disse. Aí se reconhece. Quer dizer, a nossa mídia é muito desatenta às vezes para o que se passa aqui.

Mas o fato é que num ambiente de dificuldade como esse que nós estamos vivendo isso se acentua. O povo quase que cai em depressão. Mas nos momentos de êxito que vivemos nos anos 50 e 60 isso não se observava. Nós vivemos uns tempos de otimismo e de crença nas virtudes brasileiras muito intenso. E é evidente que nós podemos retomar esse sentimento na medida em que as nossas realizações, que são eminentemente políticas, venham a se efetivar.

Eu não quero entrar na crítica à mídia, porque esse assunto mereceria quase que um seminário, mas o fato é que as informações da nossa mídia são muito pobres. Por exemplo, o Maurice Lemoine nos trouxe uma série de informações a respeito da Colômbia e das estratégias do Pentágono que a mídia nossa não dá. O que dá aqui é o seguinte: há lá uma guerrilha, financiada pelo tráfico, e ponto final. Quer dizer, faltam-nos alguns órgãos importantes, como é o caso do Le Monde, especialmente do Le Monde Diplomatique, que está aqui muito bem representado. Mas o fato é que esse sentimento é capaz de brotar no povo brasileiro, sim, na medida em que encontremos os caminhos de êxito, que eu acho que vamos encontrar pela via política.

O João Bosco fez uma indagação interessante: como se mede o desenvolvimento? No sistema capitalista, que é o sistema hegemônico no mundo, mede-se o desenvolvimento pelo PIB, isto é, pela soma do que se produz no País em termos de bens e serviços etc., acertado pelo que se ganha e se perde nas transações internacionais. Mas o fato é que a medida é eminentemente econômica, não se medem outros valores importantes sob o ponto de vista humanístico, que não são medidos. Por exemplo, o que se teria que buscar seria um índice de felicidade média dos povos. Isso a humanidade não foi capaz ainda de definir, mas somos capazes de ter a compreensão para fazer a crítica da medida exclusivamente econômica, que é aquela utilizada.

Por exemplo, quando se trata de países de outro sistema que não seja capitalista é difícil por exemplo medir. Se for medir o estado de felicidade do povo de Cuba pelo PIB não dá, porque vai aparecer um resultado muito baixo. Agora, quando você conhece a realidade do País e compreende que aquele povo continua engajado num processo revolucionário absolutamente espontâneo, e acreditando naquilo, e vivendo uma vida em que os padrões de educação, de saúde, de emprego, de oportunidades de realizacão pessoal, cultural, são muito altas, veja-se que o PIB não alcança isso. E é preciso então fazer a crítica da medida pelo PIB à luz desses outros aspectos, dessas outras dimensões da vida humana, que caracterizam a felicidade, a realização do ser humano. Mas infelizmente, para objetivar uma situação, continuamos medindo pelo PIB.

Tanto que até hoje o Embaixador referiu-se ao fato de que é previsível que em 2015 o PIB da China seja o maior do mundo. Tudo bem. Agora, é óbvio que a situação do povo chinês em termos de realização não vai se medir só pelo PIB. O PIB é uma questão de afirmação quase que de poder no mundo. Você ter um PIB elevado, ter uma capacidade de produção militar grande é importante como afirmação da imagem de uma nação no concerto das outras do mundo. Mas é preciso realmente aperfeiçoarmos.

As Nações Unidas têm feito esforços para definir índices de desenvolvimento humano. Isso é muito interessante. E temos de buscar, enfim, desenvolver mais esse tipo de medição, para que tenhamos um quadro mais completo do que simplesmente a medida da economia.

Quanto ao que disse o João Luiz eu estou de pleno acordo. Quero agradecer muito ao João Luiz e ao João Bosco as referências ao meu desempenho. Cumpri a minha obrigação e fui coerente com todos os compromissos de Senador pelo Partido Socialista, tenho muito orgulho disso. Mas temos, sim, de desenvolver uma estratégia política para 2002. Acho que não é o âmbito aqui neste seminário, mas nós do PSB temos de nos reunir, para definir uma estratégia de vitória, pensando nos destinos do País, que vão ser jogados nessa eleição do ano que vem que é de extrema gravidade. E vencendo essas eleições, acredito que as possibilidades de vitória são efetivamente muito grandes, vamos ter então de colocar em marcha o nosso projeto nacional de desenvolvimento.

E aí é claro que a educação vai ter o peso maior, fundamental não só porque foi uma das nossas grandes falhas do passado no projeto exitoso econômico que tivemos nos anos 50, 60 e 70, como porque todo o processo político que vai se desenvolver a partir da mudança da direção política do Estado brasileiro vai exigir essa formação em termos de cultura e de educação não só voltada para a instrução convencional que é feita pelas escolas e pelos diferentes estágios, mas também na questão da educação política, que é muito importante e que é o que caracteriza a verdadeira preocupação. Acho que foi ele mesmo quem disse que é importante, sim, plantar o cereal, a árvore, mas o mais importante é ensinar a plantar.

E assim também na questão social é importante atender com políticas sociais a questão da fome, o Programa de Combate à Fome do Betinho, ninguém é contra, porque você tem de dar mesmo algum atendimento para a pessoa não morrer de fome, num estado de miséria tão grande. Mas esse tipo de política assistencialista ou populista, como se chama quando se quer desgastar esse tipo de estratégia, realmente não satisfaz. O que satisfaz é exatamente a promoção da elevação do nível de cultura política, de compreensão política. Quer dizer, a educação também política, que os verdadeiros partidos de esquerda sempre

têm procurado enfatizar, mas que é preciso que uma vez que esses partidos de esquerda cheguem ao poder, praticar isso também como políticas de Estado, quer dizer, a política de formação de cultura política do povo. Quer dizer, antes de ser pai do pobre é preciso ser professor do pobre, mostrar a ele que só a organização do povo, só exatamente a compreensão dos fatos e a mobilização organizada dos interesses legítimos e dos próprios sentimentos populares é que é capaz de produzir uma verdadeira revolução. Quer dizer, o nosso propósito é o de produzir revolução, sim, não na visão tradicionalista da revolução armada, mas a revolução exatamente pela informação, pela educação, pela arregimentação, pela organização do povo para os fins sociais que constituem, enfim, o nosso objetivo principal. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Antes de iniciarmos a última série, queria avisar que, após este nosso painel, informou-nos o Carlos Siqueira que as cortinas serão abertas e serão oferecidos café e água. Ele disse que era *coffee break*, eu tenho impressão de que *coffee break* deve ser isso.

Companheiro André Luiz de Oliveira.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos.

A minha pergunta para a Mesa é a seguinte: temos visto diversos economistas dizendo que para o Brasil alcançar um nível de equilíbrio econômico e social teria de crescer — volta a velha história do PIB — a 8.5% durante duas décadas. Segundo análises, nós não vamos crescer ainda este ano devido à crise mundial, à crise dos Estados Unidos e da Europa e da estagnação do Japão. Devido à globalização dos mercados, a nossa economia altamente dependente de capital externo para o seu financiamento não vai conseguir suportar sua conjuntura atual porque os fluxos de capitais vão por mercados mais seguros, que é o mercado americano.

A minha pergunta é a seguinte: conseguimos dar o pulo do gato na questão de desenvolver a soberania nacional, na questão de desenvolver um Estado Nacional necessitando atualmente desse tipo de financiamento externo? Como o Brasil pode assegurar, com seus setores principais, industrial, financeiro, como construir um projeto nacional terminativo? Eu acho que a crise não é mais conjuntural, é estrutural do sistema capitalista que está chegando a um fim. A minha grande dúvida é esta: qual a nossa resposta como Partido Socialista Brasileiro, que tem no seu programa um socialismo democrático, de liberdade? Nós vamos apostar em quê? Qual é a nossa proposta para a ruptura desse sistema num programa para 2002 para uma futura eleição? Que alternativa teremos?

Estamos vivendo hoje, alguns setores extremamente assustados com a

crise. O setor industrial, setores do campo militar também. A minha dúvida eu acho que caberia até um outro seminário para o partido discutir, porque vejo que temos um déficit democrático de discussão. A União Européia fez uma proposta recente, bem concreta, ao MERCOSUL, de prazos até de 15 anos de tarifas de exportações e o MERCOSUL tem de dar uma resposta até outubro. E o setor que está discutindo essa questão no Brasil foi surpreendido com o pragmatismo e a objetividade que a União Européia teve com sua proposta. E até hoje parece que o empresariado brasileiro não conseguiu ainda sentar para discutir uma contraproposta.

O Congresso Nacional ainda não discutiu essa questão, quer dizer, a sociedade não discute essa questão. Outra responsabilidade do PSB é mobilizar a sociedade para a discussão. É um fórum importantíssimo. O PSB tem de puxar a questão da ALCA, do MERCOSUL, da União Européia para um discurso democrático, para levar à sociedade. E esse não deve ser um discurso somente de empresário, tem de ser um discurso que consigamos discutir com a sociedade como um todo.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Muito bem. O próximo é o companheiro Alexandre Santini.

O SR. ALEXANDRE SANTINI – Boa tarde.

Vivemos uma etapa da globalização, quer dizer, na verdade entendendo-se a globalização como movimento histórico que não se iniciou há dez anos, senão um movimento que já vem se dando na história da humanidade, mas que essa etapa neoliberal da globalização vem fundada na circulação de mercadorias, de produtos tecnológicos e da informação, no avanço desses mecanismos, e isso vem sendo globalizado. Sendo que paradoxalmente essa globalização ainda não abarcou a globalização de idéias, a globalização das pessoas, da circulação da cultura, das diferenças. Eu acho que essa é uma etapa da globalização hegemônica.

Mas existe, através desses próprios mecanismos que a própria globalização criou, como por exemplo a Internet e outros meios, uma globalização insurgente, se se pode chamar assim, que estaria caracterizada pelo Fórum Social Mundial, por essa grande manifestação agora na reunião do G-8, em Gênova, pela Marcha pela Dignidade Indígena, promovida pelo exército zapatista, no México, este próprio encontro que está acontecendo aqui também, no marco de uma discussão internacional, acho que também tem esse caráter.

Então, deixo uma pequena reflexão para a Mesa sobre como as próprias armas da globalização podem estar sendo utilizadas dentro de uma perspectiva

insurgente, quer dizer, de se insurgir contra a globalização, contra essa perspectiva da globalização, porém entendendo a importância de fazer isso numa escala mundial também. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é diretamente ao Dr. Tito Ryff quando falava sobre a questão da integração do Brasil com a comunidade hispânica, a questão lusófona. Percebo, por alguns países da América Latina que já visitei, e olhando para o Brasil também, acho que existe uma distância muito grande entre os países da própria América Latina e o Brasil, uma coisa até difícil de se entender, porque outros países têm uma perspectiva eu diria até meio folclórica do Brasil: "Ah, o Brasil é o samba, o futebol etc." Principalmente do ponto de vista cultural.

Quer dizer, o Brasil, por ser um País extremamente grande, com uma diversidade cultural interna também muito grande, está um pouco fechado, do ponto de vista da circulação cultural com a América Latina e acho que para os outros países latino-americanos também o Brasil ainda é um certo enigma. Gostaria que o senhor falasse a esse respeito.

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Agora tenho o prazer de chamar a nossa querida amiga, dirigente do partido, Jacy Proença.

A SRA. JACY PROENÇA – Queridos companheiros Roberto Saturnino, Roberto Amaral, convidados palestrantes, inicialmente eu gostaria de registrar que somos do Mato Grosso, estamos aqui com um grupo de aproximadamente 40 companheiras e companheiros. Após 32 horas de viagem estamos aqui para participar deste momento extremamente rico para o nosso aprendizado. (Palmas.)

Não sei se foi engano meu, talvez um mal-entendimento, com relação à questão do desenvolvimento foi dito pela manhã que há necessidade de políticas públicas e mais efetivamente de um projeto de desenvolvimento. Deu-se a impressão de que praticamente nunca tivemos um projeto. Talvez seja de acordo com a ética ou com a ótica que se estabelece para isso. Mas entendo que sempre tivemos políticas públicas, projetos de desenvolvimento, só que a meu ver o "x" da questão vem exatamente do por quem e para quem esses projetos foram construídos e executados, estão sendo cumpridos por quem.

Num dado momento da nossa história, nós, por exemplo, vamos considerar mulheres e negros neste País executamos e construímos este País. Hoje, num dado momento, basicamente alguém determina e simplesmente dizem para todos nós "Cumpram." Então depende muito do por que e para quem.

Agora também pela manhã e o finalzinho agora da tarde foi abordado como objetivo – que entendi também ao mesmo tempo como desafio – da

necessidade do investimento na população, e eu li nesse momento investimento na educação por uma elevação da cultura nacional, e o Dr. Tito finalizou, infelizmente peguei só o finalzinho também, com a necessidade de resgate da identidade de uma cultura nacional. É exatamente em cima dessas duas questões que quero trazer, não sei se os palestrantes abordaram isso, que dentro de um projeto de desenvolvimento nacional, agora já sob a nossa ótica e ética socialista, não se teria de levar em conta políticas públicas e elas também com caráter universalistas para contemplar especificidades que a nossa realidade apresenta, que insiste em excluir a grande maioria, como as mulheres e os negros, seria possível um projeto de desenvolvimento socialista sem atacar com ações efetivas as desigualdades a que estas e estes estão submetidos, que simplesmente pela cultura sexista e racista que impera em nosso País e que nos tem excluído, ao longo da nossa história, de todo e qualquer projeto de desenvolvimento implementado até hoje? (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Agora eu vou conseguir fazer o inverso mesmo, e a primeira intervenção vai ser do Saturnino, depois o Tito, e depois o Maurice.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO BRAGA (Expositor) – André Luiz, não precisamos dar muita importância a números que são postos como objetivo. Claro que a China tem crescido 8% ou 10% ao ano, mas se crescermos 5% ao ano mas com um investimento muito sólido em educação, em preparação para o desdobrar desse crescimento, vamos nos dar por satisfeitos, porque será grande realização.

E claro que isso tem de ser discutido ampla e profundamente com a sociedade, até para organizar as forças sociais para esse projeto que vai encontrar dificuldades. A vulnerabilidade da nossa economia em relação às exigências do capital financeiro internacional é uma parada. Nós vamos ter de fazer um esforço coletivo de superação dessa vulnerabilidade. Vamos ter de desenvolver capacidade de negociação, porque é importante reduzir os custos desse nosso comprometimento. Acho que não precisamos pensar em ruptura do tipo moratória e separação, grito de independência, porque isso pode trazer conseqüências e represálias desastrosas, mas um certo esforço de enfrentamento e de negociação mais positiva e mais afirmativa para nós, que requer um apoio da sociedade muito grande, inclusive da elite econômica. Não só do povão, a elite econômica tem de estar conosco nesse embate, porque vamos precisar gerar saldos cambiais importantes no balanço de pagamento, no balanço comercial, para exatamente aumentar nosso poder de enfrentamento e de negociação.

E isso vai exigir mobilização da sociedade para esse fim, um esforço de trabalho, de poupança maior. Um grau de confiança elevado da sociedade no

Governo que vai propor esse projeto, conduzi-lo e propor os termos de negociação. Vai ser uma tarefa difícil, sim, dura, mas para a qual nós temos potencial e condição de enfrentá-la, desde que também sejamos capazes de produzir alianças internacionais. Alianças evidentemente na América Latina é o primeiro espaço de aliança para nós e para todos os demais latino-americanos também. Mas alianças também nos próprios locais onde o capitalismo financeiro está mais residente.

O Lemoine referiu-se muito bem a que no centro há periferias e na periferia há centros, reportando-se exatamente ao fato de que a nossa elite endinheirada é tão comprometida com as exigências do capital financeiro, é tão satisfeita com essas exigências quanto os detentores do poder em Washington, porque eles estão embricados. Então é preciso fazer alianças exatamente com as periferias do centro, para possibilitar o êxito na restauração da nossa soberania. Além de debater muito com a nossa sociedade e ganhar a sua adesão.

Aliás, o Santini também se referiu à importância da integração da América Latina. Eu não quero ferir sucetibilidades em relação por exemplo ao México de hoje, mas hoje, quando pensamos em América Latina, pelo menos nós, brasileiros, estamos pensando muito mais em América do Sul do que América Latina, porque é uma realidade. O México, com o NAFTA, já se integrou. E a América Central segue muito a liderança do México. Quer dizer, é fatal, é inevitável que pensemos em termos de América do Sul. E é claro que existem alianças importantes, como é o caso de Cuba, que está lá no Caribe mas não se integrou como México, mas de forma que vai ser difícil fazer aquilo. Como diz o Roberto Amaral, é mais absorção do que integração, que é a pura verdade.

Mas o Santini referiu-se à importância dessas manifestações internacionais e eu quero dar o meu testemunho àqueles que por acaso não estiveram no Fórum de Porto Alegre, porque foi muito importante. Sentimos exatamente a possibilidade de contar com alianças muito importantes, exatamente que estão sendo excluídos por esse modelo dos países que estão na vanguarda, digamos assim, sob o ponto de vista de produtividade econômica.

Então existe, sim, o Lemoine tem razão, um centro em toda periferia e existe uma periferia no centro, repito, e precisamos ganhar o apoio dessa periferia do centro e construir essas alianças.

Por fim uma palavra de reconhecimento à Jacy pelo esforço que eles têm feito e ela muito especialmente na Fundação João Mangabeira no desenvolvimento político, cultural dos nossos companheiros do Mato Grosso.

O Tito disse que num contato em Santa Catarina perguntou aos cidadãos o que existia ali há 40 anos. O que existia há 40 anos em Mato Grosso?

Existia, sim, uma população, mas nem longe essa população pensava nas questões que a Jacy está levantando aqui, porque não havia nem horizonte de pensamento, não havia fundamento algum cultural e político para levantar essas questões da exclusão do negro, da mulher. E hoje em Mato Grosso existe uma consciência desenvolvida, existe não só uma produção muito mais desenvolvida, o que o Brasil ganhou com a conquista do seu interior. O Brasil era um litoral e umas ilhazinhas no interior, hoje é um país que integrou seu território efetivamente. Ainda há algumas áreas amazônicas que estão de fora, mas o fato é que Mato Grosso tem hoje uma população com um grau de consciência que a companheira Jacy revela aqui ao levantar essas questões e ao dizer e exigir que o nosso projeto tenha especificidades que constituem questões que temos de enfrentar, sim, como a questão do negro, da discriminação que existe efetivamente, e a questão da mulher que ainda sofre, que tem muito que avançar, embora também tenha avançado, porque a mulher há 40 anos, eu conheci o esquema, era outra.

Mas, enfim, para alimentar a nossa força, a nossa expectativa positiva, é necessário reconhecermos que alguma coisa de importante foi criado em áreas onde não existia essa consciência, e a Jacy é um exemplo claro e insofismável, muito convincente desse avanço. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Companheiro Tito.

O SR. TITO RYFF (Expositor) – O Senador Saturnino Braga já respondeu a boa parte das questões. Vou então focar minha atenção no aspecto relacionado com a cultura e a nossa integração com a comunidade latino-americana.

Eu diria que precisamos procurar resgatar os nossos laços com a latinidade de maneira geral, mas em especial e sobretudo com o que chamaríamos de latino-americanidade. E por que isso? Não apenas porque temos interesses comuns, porque temos um patrimônio histórico-cultural se não comum, muito próximo, não só porque temos proximidade lingüística, mas porque podemos e devemos ter um destino comum, não só pela proximidade geográfica com os países da América do Sul, mas porque é a economia do futuro, é a economia do presente mesmo. Já em grande parte é a economia da cultura, do entretenimento, do lazer, da informação de caráter científico e tecnológico, de informação jornalística, de educação, de difusão e prestação de serviços a distância, através da Internet. Então não podemos desconhecer que existe uma comunidade de 500 milhões de pessoas, com as quais nós temos identidade ou proximidade lingüística e afinidade cultural e histórica. E nós precisamos trabalhar essas afinidades.

De modo que é evidente que ainda há uma distância a percorrer. E eu diria que se essa distância não foi percorrida há mais tempo, em grande tempo é responsabilidade nossa. Existiu por parte do Brasil, durante muito tempo, uma espécie de auto-suficiência em relação aos nossos irmãos sul-americanos e latino-americanos. Talvez a impressão de que o nosso destino não era exatamente o mesmo destino deles; talvez o fato de que pela dimensão territorial, pela dimensão populacional, pudéssemos encontrar uma via de desenvolvimento que fosse própria e não se confundisse com as soluções e os caminhos percorridos por eles. Mas está cada vez mais claro que no mundo globalizado é preciso procurar as parcerias, as identidades, as aproximações que vão nos fortalecer no confronto ou na negociação internacional. E eu não tenho a menor dúvida de que sairemos fortalecidos e preparados para negociar em melhores condições se fortalecermos os vínculos com esses países, como eu disse, não só em função desse, digamos, patrimônio histórico-cultural, não apenas olhando para o passado, mas sobretudo para o futuro. Eu acho que nós temos um destino comum e esse destino tem de ser reafirmado em função desse patrimônio histórico, mas em função, sobretudo, das potencialidades e oportunidades que nos são oferecidas, pelo fato de termos com esses países afinidades lingüísticas, históricas e culturais. E isso é um potencial econômico a ser explorado.

Eu iria um pouco além. Não desprezaria o México, Saturnino. Eu acho que o México ainda pode ser resgatado, embora ele sofra um pouco de uma esquizofrenia, de uma busca de identidade própria, ao mesmo tempo uma atração quase que irresistível pelo grande irmão do norte e, ao mesmo tempo, uma rejeição. Vive entre esses dois dilemas. Mas eu iria além disso. Acho que temos de estabelecer um vínculo cultural muito forte com a população de origem latino-americana que está inserida na economia dos Estados Unidos. Nós temos de procurar, com essa população, estabelecer vínculos culturais, vínculos de informação, vínculos turísticos, que façam com que eles se identifiquem cada vez mais conosco e que possam, talvez, iniciar um processo de transformação por dentro da sociedade norte-americana. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Muito bem.

Companheiro Maurice.

O SR. MAURICE LEMOINE (Expositor)

-Não vou responder às perguntas feitas ao PSB, porque não cabe a um francês fazê-lo. Vou falar um pouco das armas oferecidas pela globalização. Falou-se sobre o fenômeno da Internet, como todo fenômeno não se trata de um milagre, nem se deve esperar coisas extraordinárias dele. É um instrumento que hoje permite uma evolução sensível. Falo na qualidade de jornalista, por-

que a informação tem um papel importante no desenvolvimento do progresso humano. Há 15 anos foram massacrados na Guatemala 200 mil indígenas. Isto se passou na indiferença geral. Hoje, não seria mais possível. Em 1986 o padre Josino Tavares foi assassinado no Tocantins pelo capitalismo selvagem, e na Europa ninguém escutou falar no assunto. Isto não seria mais possível hoje. Podemos acompanhar, hoje, na França, quase ao mesmo tempo em que vocês, todas as tribulações do processo da polícia militar que assassinou os trabalhadores rurais no Eldorado do Carajás. Hoje, podemos acompanhar, ao vivo as declarações do Exército Zapatista de Liberação Nacional no Chapas. Hoje, podemos acompanhar, quase em direto, as declarações dos dirigentes equatorianos, por ocasião dos movimentos de protesto social. É evidente que é preciso ter a vontade política de utilizar estas informações. Mas está ficando cada vez mais difícil, para o capitalismo selvagem, agir na completa impunidade. Se de certa forma os países constituíam espaços geográficos difíceis de penetrar, penso na Guatemala dos anos 1980, onde era muito difícil um jornalista penetrar, hoje, a informática permite saltar barreiras. Os debates de Porto Alegre foram acompanhados pela Internet, é verdade que o jornal "Le Monde Diplomatique" estava implicado no evento e assim como o movimento Attac ajudou muito o Fórum, mas é, de certa forma, uma nova forma de contato entre militantes do norte e do sul. Portanto, temos aí, a nossa disposição, um instrumento que deverá permitir as ligações entre as periferias do norte e do sul.

(Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Muito obrigado.

Vamos dar início ao que, suponho, será a última série de perguntas. Inicialmente, pela ordem de recepção dos crachás, o companheiro Valdemiro de Souza, de Brasília.

O SR. VALDEMIRO DE SOUZA (Brasília) – Quero agradecer aos companheiros do Rio de Janeiro e do Brasil, e os companheiros do mundo inteiro que aqui se encontram.

No avião, eu me encontrei com dois diplomatas chineses, e aprendi muitas coisas com eles. Uma velha cultura, que resolveu seus problemas de forma inteligente. Como nós, brasileiros. E quero comunicar aos companheiros, por iniciativa de alguns colegas, lançamos o pré-candidato para Presidente da República. (Palmas.) Juntamente com os Governadores Anthony Garotinho e João Capiberibe.

É a primeira vez na história brasileira que um homem comum vai pleitear, junto aos filiados, regionais, os convencionais, a Direção Nacional, a uma pré-candidatura. Até porque vai valorizar o socialismo brasileiro, porque nenhum outro partido teve essa iniciativa.

Aí eu queria a compreensão não só dos brasileiros, mas dos companheiros do mundo inteiro, porque a nossa proposta é para viabilizar o primeiro governo de participação num processo de conquista dos valores individuais. Citamos, por acaso, o trabalho de Miguel Couto, em homenagem à primeira Capital da República, quando ele dizia que o problema do Brasil era de latrina. Com todo respeito eu dizia que os americanos mandaram o homem à lua, para uma participação, mas outra pessoa nós não conhecemos, nós somos estranhos. Como vamos resolver as nossas diferenças sendo estranhos uns com os outros?

Companheiros, o partido deve estar em choque. Como um homem que não faz parte da elite intelectual, da elite econômica ou que não teve na concepção de muitos, inclusive dentro do nosso partido, esses valores que são estanque a uma herança européia, em que extratificou o colonialismo para as Américas, com o qual exterminaram os povos, e muitas riquezas, vi até há poucos dias na Rede Globo o Sr. Getúlio Vargas, uma negra conseguiu no Estrela do Sul um diamante que vale hoje, parece-me, 300 milhões, e em troca a rainha deu o Rolls Royce em que andou o Tony Blair, ao estar no Palácio da Alvorada, e o Fernando Henrique Cardoso apresentava-lhe aquele presente da rainha. Mas custou uma brasileira que pegou um diamante, que vale 300 milhões, e o nosso Presidente, tido e amado pela classe dos trabalhadores brasileiros, para ganhar um presente de um ferro velho que está lá no Palácio da Alvorada.

Essa é a nossa concepção de pessoa, de homem, inicialmente das nossas mães, esposas e companheiras, as mulheres. Então a nossa proposta – e eu quero aí a participação de todos, nem só da direção, mas de todos – é um primeiro projeto de uma visão global da inteligência e da sabedoria. O Brasil não tem inteligência organizada. Tem inteligência individualizada, egoisticamente falando. "Eu sou professor, eu sou cientista, eu sou senador, eu sou reitor, eu sou pastor, eu sou bispo". Isso não diz nada! Nós não sabemos somar.

Então a nossa preocupação é somar essa capacidade individual no coletivo e fazer, do coletivo, indivíduo, num projeto político. Como fazer isso eu não sei, mas tem de iniciar.

Eu protocolei este documento na Confederação do Comércio, da Indústria, porque fui diretor e eles estão distribuindo pela primeira vez, o nosso presidente da Federação trouxe aqui para os grandes diretores de Magazines, e perguntou para ele: "Magno – que é um médico, é o presidente da Federação –, você traz um projeto de um socialista, rapaz, você é do PFL!" Ele disse: "Foi um associado da nossa casa e merece respeito. Eu quero que os empresários do Rio de Janeiro, São Paulo, do Rio Grande do Sul, o respeitem, porque é um ser humano e merece respeito".

A segunda história que queria contar para vocês é sobre a filha de um amigo meu, de nove anos, que leu onde dizia "comida e fome". E ela disse: "Pai, eu vou bater um papo na Internet". Chamou a atenção do pai, que é meio conservador, e ela disse: "Que coisa fantástica!"

A outra foi o reitor de Brasília, especialista nessa tese. Para quem tem mais de 40 anos nós temos uma eminente figura do Brasil que poucos brasileiros conhecem, que é Josué de Castro, o prêmio de literatura. Então esses setores estão, a partir de Brasília, estudando o seu projeto. Morreu agora o Milton Santos, poucos brasileiros sabem que ele morreu, que seguidor do Josué de Castro.

Então o que nós queremos é que este Brasil mude. De que maneira? Primeiro criando uma inteligência. Segundo, somando a sabedoria. Como diziam os chineses, fazemos os projetos em todas as latitudes do Brasil, projetos pequenos e grandes, e aqui teremos o primeiro item: comida. Que é desde o microorganismo até a ligação do Atlântico e Pacífico com a malha rodoviária, para o melhoramento dos portos, e um trabalho de integração não só da capacidade individual, técnica que temos hoje, uma violação dos direitos humanos. Quando levantamos essa tese nem o nosso Supremo entendia o que eram direitos humanos. Mas na preparação do indivíduo ele tem de saber a sua responsabilidade perante a Nação. Nós hoje temos um povo descrente, e a descrença não constrói nada. Nós precisamos ser um povo capaz de enfrentar qualquer dificuldade.

Então a nossa proposta é um desafio. O conceito dos juristas diz: O Estado tem de ter a cara da Nação, sem vergonha da cara que temos. Não somos nem melhores nem piores que ninguém, somos seres humanos. E como seres humanos a mente coletiva da humanidade já nos informou sobre alguns dos indicativos que podemos superar tudo que é possível. Só não quando morrermos. Tenho meus 63 anos, não pertenço a nenhuma das elites deste País, mas sou um ser humano e quero carinho, atenção, inteligência e sabedoria de cada um.

E vamos para a convenção apresentar um projeto. Quero aqui a participação dos meus amigos Amaral, Saturnino Braga, do nosso Secretário do Rio de Janeiro, também do Governador do Rio Janeiro, Anthony Garotinho, do Capiberibe, do Ronaldo Lessa, dos Prefeitos, Vereadores.

Fui à Ilha do Fundão, à ABI, à Ordem dos Advogados aqui no Rio de Janeiro, porque todos estão engajados nesse projeto. A mídia está só divulgando crime, com o crime não se constrói nada. Com o crime só destrói, porque não somos simplesmente atos de violência. O ser humano, acima de tudo, como disse Saturnino Braga, tem a capacidade de amar. Só amando se constrói.

Companheiros, é a primeira vez que estou me identificando, meu nome é Valdemiro de Souza, moro em Brasília desde 56, fui amigo de Juscelino e de sua família, aprendi muito com ele. E, para encerrar, fui à fazenda do Juscelino, com dois Deputados do antigo MDB, que eram artistas, eu falei com ele e ele me disse: "Eu não recebo mais político". Eu lhe disse: "Mas os dois o senhor vai receber, Presidente". Ele disse: "Por quê? "Porque são artistas". "Então está bom". Aí ele me chamou para fazer uma caipirinha. Ele cortou o limão e eu espremia o limão. Eu lhe disse: "Presidente, eu tinha vontade de fazer uma pergunta para o senhor, posso?" Ele disse: "Pode." Eu lhe disse: "O senhor fez uma homenagem à primeira missa, fez uma homenagem à Europa, na pessoa de Salazar, mas se esqueceu dos índios e dos negros. O seu governo não foi racista." Juscelino levantou e disse a seguinte frase: "Não foi um erro meu nem do meu governo, nem dos meus assessores, mas sim dos nossos antepassados que não nos informaram que brasileiros nós somos. Nenhuma mulher, nenhum homem pode tomar decisão de si e do outro se não estiver informado do seu potencial interior".

E eu fiz esse registro na memória nacional e é um dado que os brasileiros deveriam conhecer, principalmente os pesquisadores, as universidades, os políticos, os religiosos.

Companheiros, estou aqui à disposição dos meus irmãos para qualquer proposta para melhorar este País, para qualquer coisa, porque acredito neste Brasil, acredito na capacidade individual dos brasileiros e do potencial que este Brasil é, tanto na conquista da tecnologia de vários setores da sociedade, também nos valores, porque nós não nos unimos. Nós somos um povo polivalente, mas estanque. Então, vamos deixar de ser estanques, vamos nos dar as mãos e construir um Brasil.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – A intervenção agora é de Marcílio Rosa e Silva, da União Nacional dos Guardas Civis Municipais do Brasil.

O SR. MARCÍLIO ROSA E SILVA (União Nacional dos Guardas Civis Municipais do Brasil) – Boa tarde a todos os participantes deste belíssimo Encontro Internacional Socialista. Parabenizo o Partido Socialista Brasileiro, através da Fundação João Mangabeira, por essa belíssima iniciativa. Cumprimento em especial o grande Senador Roberto Saturnino Braga, em nome de quem cumprimento os outros participantes da Mesa, ele que é um patrimônio hoje não só desse partido, mas da Esquerda e do Parlamento brasileiros.

Gostaria de fazer três perguntas. Uma específica para o nobre secretá-

rio, Prof. Tito Ryff, outra para o Senador, e outra para o nobre Prof. Maurice Lemoine. A primeira é para o Tito Ryff, fazendo um levantamento de um dado histórico importante neste País, que foi um governo de tentativa de integração nacional, onde estiveram presentes grandes pensadores, grandes homens e mulheres, em que governava João Goulart, e inclusive o PSB na época integrou esse governo na pessoa da grande figura do Ministro Hermes de Lima e do gigante que hoje está vivo Evandro Lins e Silva, e de cuja saudosa figura temos o maior carinho e respeito, Raul Ryff, que teve a oportunidade de presenciar e viver com intensidade os bastidores daquele momento de profunda efervescência cultural, social e política que o País viveu naquela época, em que o golpe militar de 1964 interrompeu esse processo de desenvolvimento e tentativa de integração nacional, pergunto ao nobre Secretário: não seria a salvação para o nosso País, nesse momento complexo e muito difícil que todos os segmentos da nossa sociedade está vivendo, e baseado nessa profunda complexidade de associar ao desenvolvimento a integração internacional e também o desenvolvimento social e político, todos os segmentos da nossa população, principalmente a população mais esquecida nos rincões mais distantes do nosso País, pergunto: não seria importante tentar resgatar as reformas de base que tentaram implementar na década de 60? Será que essa seria a saída para uma sociedade alternativa e integrada com os interesses fraternos e amigos que precisamos ter? Essa é minha pergunta.

A pergunta ao Senador é que independente da importância da integração latino-americana, muito abordada pelas intervenções anteriores e brilhantemente respondida pelos painelistas, será que não seria também uma saída de integração econômica e política do Brasil, além da América do Sul, fortalecendo o MERCOSUL e impedindo a criação desse absurdo que é a Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA, não poderíamos fortalecer em primeiro lugar a comunidade dos países de língua portuguesa, que foi completamente esquecida por esse desgoverno, desse canalha do Fernando Henrique Cardoso, como vem esquecendo grandes valores da nossa cultura e da nossa sociedade, procurando integrar com os países inclusive da África, muito amigos, e que se identificam profundamente com a nossa cultura e com a nossa sociedade?

Segundo, pode ser paradoxal ou contravertido, mas não seria a busca talvez de uma integração econômica de uma faixa comercial ligando o Brasil à África do Sul pela relação cultural, à Índia pela semelhança territorial e à China, tão falada nas intervenções anteriores? Será que não seria talvez a saída? Até rememorando as antigas companhias das índias orientais que serviram aos colonizadores do passado? Não seria também uma tentativa na busca desse desenvolvimento sustentável? É a minha pergunta ao Senador.

E ao nosso Monsieur Maurice, uma figura que acompanhamos bastante através do Le Monde Diplomatique, e admiramos profundamente a França, mas pergunto sinceramente: será que essas frentes antiglobalizantes que tiveram no seu ápice o Ato em Gênova, no encontro do G-8, não seria talvez um grupo organizado da União Européia para se contrapor ao imperialismo norte-americano? Pergunto: será que não é na verdade uma briga entre imperialistas, europeus e norte-americanos, já que independente da importância cultural que a Europa e a França, e particular e profundamente da cultura francesa? Será que por exemplo a França fez sua autocrítica da destruição quase completa que fez por exemplo na África e nos países que hoje estão quase que destruídos desse importante continente, inclusive para a nossa cultura?

Agradeço a oportunidade da intervenção e peço desculpas pela prolixidade.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Muito bem.

A última intervenção é da companheira Ruth Ferreira Santos, do Rio de Janeiro.

A SRA. RUTH FERREIRA SANTOS (Rio de Janeiro) – Falta um minuto para darmos boa noite.

Faço parte do PSB de Niterói e é um prazer aqui estar, a Mesa pela manhã foi ótima e agora à tarde também é muito bom poder participar desta Mesa diretamente. Quero parabenizar o nosso Senador pelas suas qualidades no momento propício no âmbito do Brasil.

A minha pergunta é simples e não quero me alongar. Só quero saber, diretamente do Prof. Saturnino e ao Tito, como os movimentos sociais organizados, como sindicatos entre outros, podem contribuir para a construção e execução de um projeto para o desenvolvimento socioeconômico numa ótica do modelo socialista, tendo em vista que é muito difícil o acesso a essa construção? (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Para encerrar com a intervenção da Mesa, vamos ouvir inicialmente o companheiro Maurice Lemoine, e aproveito o momento para, em nome do Partido e da Fundação João Mangabeira e dos organizadores deste encontro, e com certeza também em nome do auditório agradecê-lo a presença, por ter aceito o nosso convite e estar aqui conosco, e agradecer fundamentalmente a qualidade da sua contribuição.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MAURICE LEMOINE (Expositor)

-Muito obrigado. É um prazer estar aqui com vocês. Infelizmente meu português é tão ruim que é melhor falar francês. Respondo rapidamente à pergunta sobre o desenvolvimento do movimento anti-globalização na Europa, e em particular na França. Na verdade este movimento se manifesta com relação a vários adversários. O adversário principal é, evidentemente, a hegemonia americana, e o movimento se manifesta contra a tirania da Organização Mundial de Comércio, contra as políticas adotadas pelo FMI, contra o Banco Mundial, mesmo sendo menos atingidos por estas políticas do que são os países latino-americanos. Mas o movimento é também um meio de pressão sobre os governos europeus. Na Europa, se eu não me engano, e eu me engano com freqüência, temos uma maioria de Governos sociais democratas. Afora a Itália e a Espanha, todos são Governos sociais democratas, e esses Governos, e em particular o Partido Socialista Francês, não adotam política alguma contra a globalização, e são por isso muito criticados pela esquerda. Temos, então, ao mesmo tempo que lutar contra a hegemonia americana e exercer uma pressão sobre os Governos europeus para que resistam mais à globalização, na medida em que na França, por exemplo, a pressão é grande para que a educação seja liberalizada, que a saúde seja liberalizada, que sejam privatizados os serviços públicos. Portanto, há uma forte resistência. Este é um primeiro ponto.

Esta luta contra a globalização se inscreve também em outro registro: a criação do grande mercado continental americano. É evidente que, do ponto de vista de Washington, a criação deste grande mercado tem por objetivo afastar a Europa das relações que ela está estabelecendo com os países do Mercosul, e também do México. Portanto, afastar um adversário que está incomodando.

Nos encontramos em configurações múltiplas que fazem com que os aliados de uns sejam inimigos de outros e vice-versa. Portanto, aí está a maneira como podemos ver e perceber o movimento anti-globalização na Europa. Mas insisto sobre uma coisa muito importante, vou talvez chocá-los, mas depois da queda do muro de Berlim a Europa se voltou para o leste e se esqueceu da América Latina. E só um fenômeno como o de Porto Alegre fez renascer o interesse que já existiu, sobretudo quando a Europa se traumatizava pelo que se passava no Brasil no tempo da ditadura. Portanto Porto Alegre permitiu que jovens que não conheciam a América Latina passassem a vê-la como um símbolo de luta contra um sistema que nos afeta a todos.

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Agora o Tito.

O SR. TITO RYFF (Expositor) – Vou procurar ser breve na resposta.

Recebi com satisfação a evocação feita do Governo João Goulart, acredito

que foi uma oportunidade histórica que perdemos na ocasião. Talvez tivéssemos sido bem-sucedidos àquela altura no sentido de implementar as reformas de base que eram postas diante da Nação pelo governo de então, pelas forças da transformação social no Brasil. Provavelmente teríamos conseguido promover o desenvolvimento econômico e social do País em bases mais justas e inserir o Brasil no cenário internacional, numa posição de soberania e de construção de um processo autônomo de desenvolvimento econômico e social. Acredito que tenha sido uma oportunidade histórica perdida. Nesse sentido é importante que resgatemos a memória dessa experiência e a examinemos cada vez mais e com maior profundidade.

E fico contente porque houve menção à participação do meu pai nesse momento histórico do País e evidente que isso sempre me traz lembranças carinhosas e positivas com relação à sua trajetória política no cenário do Brasil.

As reformas de então eram a reforma agrária, a tributária, a do sistema financeiro, a urbana, que foi editada quase no final do governo. Havia um projeto e uma proposta de reforma do sistema educacional brasileiro. Acho que são temas que ainda permanecem muito vivos e muito atuais. Evidente que o Brasil mudou muito desde então. E o que valeria a pena talvez fosse retomar aqueles projetos e propostas, reexaminá-los, mas atualizá-los e submetê-los evidentemente às necessidades do Brasil atual. Mas é importante que saibamos cultivar a memória dos nossos momentos históricos relevantes e aprender com ensinamentos do passado.

Houve naquele momento exacerbação talvez excessiva por parte tanto da esquerda quanto da direita, o momento histórico internacional também não era oportuno, havia uma contra-ofensiva do imperialismo norte-americano no continente, em função da Revolução Cubana, de 1959, a reação das forças da direita e das forças do conservadorismo político e social foi forte, mas é uma experiência que nós teríamos de resgatar e reafirmar como uma tentativa, uma proposta que foi desperdiçada do ponto de vista histórico, mas que tinha um caráter generoso do ponto de vista social e tinha a preocupação que ainda é viva, atual de desenvolver um projeto nacional, autônomo e soberano.

Outra questão é com relação à pergunta da Ruth Ferreira Santos, quanto à contribuição que os movimentos sociais organizados podem dar à elaboração e à construção de um projeto socialista nacional. Essa contribuição é fundamental e importante, e pode ser dada em duas etapas: neste momento em que se debatem os destinos do País, num processo pré-eleitoral, através de propostas, de sugestões, de participação nos debates, nos seminários, em todos os eventos que vão discutir esses temas de interesse nacional. Portanto, o movimento social organizado, os sindicatos, têm contribuição positiva a dar à elaboração de propostas e de sugestões para a preparação de um projeto nacional.

E depois, num segundo momento, como todos desejamos, as Oposições forem bem-sucedidas nesse próximo embate eleitoral, e o PSB tiver, como todos imaginamos, responsabilidades de governo, é fundamental garantir a governabilidade desse governo que vai procurar transformar o Brasil e mudar o modelo econômico e social prevalecente no nosso País. E aí a governabilidade não é apenas a governabilidade no Parlamento, mas a governabilidade que tem de ser assegurada e oferecida pelas forças sociais do País, pelo movimento social organizado, pelos sindicatos, por uma parcela expressiva do empresariado nacional, como lembrou o Saturnino. A questão da governabilidade deve ser uma preocupação permanente para todos nós. Até mesmo – tentando estabelecer um vínculo com a pergunta feita anteriormente — porque experiências históricas anteriores mostraram que quando se deseja mudar o País, a questão da sustentabilidade do projeto, da governabilidade é fundamental para o êxito da proposta. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Antes de passar a palavra ao Senador Saturnino Braga, quero registrar a presença em plenário, só agora o estou vendo, não sei se estava há mais tempo – mas são essas luzes sobre nós –, mas estou registrando agora a presença de um querido amigo meu e acho que de todos deste auditório, de um dos fundadores, um dos responsáveis pela fundação do partido e o nosso Presidente de honra o sempre Senador Jamil Haddad. (Palmas.)

Saturnino.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO BRAGA (Expositor) – O nosso companheiro Marcílio levantou uma questão interessante que freqüentemente é esquecida por nós. É claro que a nossa prioridade, a nossa proximidade, a nossa prática tem sido toda voltada para a América Latina, e não discordando do Tito, de que não devemos jogar fora o México, mas especialmente para a América do Sul, não podemos esquecer a África., por razões de ordem econômica, mas também razões de ordem afetiva, moral. O que está sendo feito com a África por esse modelo é algo que revolta o sentimento de humanidade que deve permear nos todos.

Agora, integração, é complicado, porque integração existe um mínimo de homogeneidade em termos de estágio de desenvolvimento, de produtividade. É muito difícil realizar integração entre países que apresentam grandes graus de disparidade. Por exemplo, a comunidade européia percebeu isso muito bem e está investindo maciçamente nos países que estavam economicamente mais retardados: Portugal e Grécia. Eu estive em Portugal agora, nesse mês de julho, e fiquei espantado com o volume de investimentos que está sendo feito em todo o País. Eu percorri muito o interior. Em cada cidade do interior o

volume de construção que está sendo feito com financiamentos extremamente generosos da comunidade européia é muito grande. Quer dizer, houve essa compreensão. Portugal vive um momento de euforia, com índice de crescimento econômico muito bom, e um índice de desenvolvimento social também muito importante, exatamente como resultado dessa consciência dos países mais ricos da comunidade européia, França, Alemanha, Bélgica e Holanda, Itália, que resolveram investir em Portugal e Grécia, para reduzir as disparidades e completar de forma mais eficaz e harmoniosa a integração.

Então integrar o Brasil com a África do Sul, sim, existe um certo grau de paridade de desenvolvimento que permitiria, mas por outro lado as razões de natureza cultural e histórica seriam muito maiores na nossa integração com Angola e Moçambique. Mas aí a disparidade é muito grande. O que não significa que não devamos olhar com muita atenção para esses países de língua portuguesa porque temos laços históricos muito importantes.

E mais uma vez lembramos a questão do longo prazo. No longo prazo, esses países da África podem ser muito importantes para o Brasil sob o ponto de vista econômico. Então nós temos de desenvolver toda uma política de aproximação comercial, econômica com os países lusófonos da África e também obviamente com países outros da África, como é o caso da África do Sul, que está aqui no Atlântico Sul, dentro de uma área geoeconômica próxima de nós. Houve e há conversações, pelo que sei, de integração da África do Sul no MERCOSUL, o que seria viável, sim, exatamente pelo grau de desenvolvimento mais próximo dos países que compõem o MERCOSUL. Quer dizer, se ampliarmos o MERCOSUL, como é nosso propósito, para a América do Sul toda e ainda trouxermos a África do Sul, talvez até haja condição de trazer também Angola e Moçambique, desde que haja disposição de investir nesses países e de elevar o grau de produtividade. Enfim, temos de caminhar dentro de trajetórias viáveis. E precisamos dar muita atenção e procurar desenvolver relações comerciais e políticas muito mais fortes com Angola e Moçambique, mas não pensar desde logo numa integração porque há problemas.

Assim como também ele se referiu à Índia e à China. A Índia, por exemplo, há um desconhecimento completo por parte da nossa sociedade, da nossa imprensa. Ninguém fala da Índia. A Índia não mergulhou de cabeça nesse projeto neoliberal globalizante. Agora, eu ignoro, não sei o que está se passando na Índia, mas é importante mantermos um relacionamento, porque é um país de grande dimensão, de grande potencial, assim como obviamente a China. Se pensarmos em crescimento das nossas trocas comerciais e das nossas exportações é claro que dentro de uma política comercial agressiva a nossa prioridade maior neste momento teria de ser a China, porque é o país que se

abre com um potencial mais promissor para um crescimento de trocas com a economia brasileira, porque é um país que está numa fase de dinamismo muito grande e um dinamismo que não vai se arrefecer nos próximos anos. Está sendo conduzido com muita habilidade, com muita inteligência e constitui para nós um mercado potencial gigantesco.

É óbvio que temos de considerar essas questões de localização geográfica porque os custos de transporte, com países distantes como a China e mesmo a Índia, obviamente dificulta um pouco, mas essas dificuldades hoje em dia, com o desenvolvimento dos meios de transporte, não são impeditivas de forma alguma e acho que seria muito importante, deveria ser uma prioridade para o nosso Governo fortalecer, aprofundar e engrandecer as nossas relações comerciais com a China e com a Índia e buscar a integração, sim, da África do Sul, de todos os países da América do Sul dentro de uma integração mesmo no MERCOSUL.

Enfim, fiquei satisfeito pelo Marcílio ter levantado esse ponto que costuma ficar esquecido de nossa parte, tão ocupados que estamos com os nossos problemas acabamos esquecendo os nossos irmãos da África que estão passando por situação muito mais desastrosa ainda que a nossa.

Quanto à questão da Ruth, o Tito já respondeu muito bem. Eu só queria dizer que o chamamento dessas organizações da sociedade também deve ser uma responsabilidade do nosso partido. Aliás, vamos reconhecer, o nosso partido tem feito um esforço. É que os próprios sindicatos nessa situação de desemprego estão tão preocupados com a manutenção dos empregos dos seus membros que estão eles mesmos com pouca disponibilidade de atuação digamos de cunho mais político. Mas acho que é um dever nosso, uma responsabilidade nossa, especialmente de um partido socialista, manter sempre um chamamento em relação aos sindicatos e às organizações sociais de modo geral. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Temos ainda alguns avisos. Lembramos que, após o lançamento do livro do Valton, e após o café, que vai ser acompanhado de biscoitos, sanduíches, refrigerantes, no Salão Branco, teremos aqui, neste salão, o debate sobre o tema "Cultura na Visão Socialista", promovido pela Associação Paulista da Fundação João Mangabeira.

Queria lembrar que amanhã iniciaremos nosso segundo dia e precisaríamos começar as 9 horas, com o Painel "A Nova Agenda Internacional: Direitos Humanos, Direitos Sociais e o Descontrole dos Fluxos de Capital", com os expositores Jean Ziegler, do Partido Socialista Suíço, Professor da Universidade de Genebra e Relator da Comissão de Direitos do Homem da ONU, e o nosso

bravo companheiro, ex-Deputado, Jurista, Criminalista, homem de direitos humanos, Vice-Prefeito de São Paulo, Dr. Hélio Bicudo.

Companheiros, para encerrar eu tenho a impressão de que posso dizer, em nome do auditório, que todos nós, com as palestras da manhã de hoje e com este painel de agora à tarde, estamos todos de parabéns.

Muito obrigado.

Sessão

03 de agosto de 2001
Hora: 9 horas

"A Nova Agenda Internacional: Direitos Humanos, Direitos Sociais e o Descontrole dos Fluxos de Capital"



Expositores:
Jean Ziegler (Partido Socialista Suíço, Professor da Universidade de Genebra e Relator da Comissão de Direitos do Homem da ONU) e Hélio Bicudo (Vice-Presidente de São Paulo)

Coordenador:
Carlos Siqueira
(Primeiro-Secretário Nacional do PSB)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) - Vamos dar início ao 1º Painel desta manhã: "A Nova Agenda Internacional: Direitos Humanos, Direitos Sociais e o Descontrole dos Fluxos de Capital".

Para expor sobre este tema, a Fundação João Mangabeira, do Partido Socialista Brasileiro, convidou o Dr. Jean Ziegler, Membro do Partido Socialista Suíço, Professor da Universidade de Genebra e Relator da Comissão de Direitos do Homem da ONU, a quem pedimos que seja recebido com aplausos. (Palmas.)

A Fundação João Mangabeira e do Partido Socialista Brasileiro também convidou o Dr. Hélio Bicudo, Vice-Prefeito de São Paulo, membro do Partido dos Trabalhadores, uma grande figura pública nacional, defensor intransigente dos direitos humanos, a quem pedimos aplausos; temos a honra e a satisfação de recebê-lo nesta manhã para a sua exposição. (Palmas.)

Para a primeira exposição, passamos a palavra ao Dr. Jean Ziegler. Pedimos aos companheiros que usem o fone, pois ele falará em Francês e haverá tradução simultânea.



O SR. JEAN ZIEGLER (Expositor) - Senhor Presidente, Carlos Siqueira, senhoras, senhores, prezados companheiros?

Agradeço primeiramente ao Partido Socialista Brasileiro pelo convite e pela hospitalidade, e agradeço à Fundação João Mangabeira pelo oferecimento da palavra , durante estes quarenta minutos, esta manhã. O tema, hoje, é sobre os fluxos de capital e de mercadorias.

Reunimo-nos hoje, 3 de agosto, 15 dias após o enocntro do G8 em Genova, de 20 a 22 de julho. Pela primeira vez, em Genova, o movimento anti-globalização reuniu 200 mil pessoas e a tragédia que lá ocorreu vocês tiveram consciência. Por isso eu peço que esta manhã seja dedicada à memória de Cláudio Juliani, 23 anos, estudante de história, assassinado em Genova, durante uma manifestação, pela polícia italiana.

A data deste Encontro é também importante porque estamos as vésperas de uma nova rodada da Organização Mundial do Comércio, quando será discutida a liberalização das patentes e dos direitos de propriedade intelectual, e não somente a das mercadorias, capitais e serviços. Esta reunião deve começar em novembro, no Emirato do Qatar. Como os donos do mundo não podem mais se reunir em qualquer lugar do planeta são obrigados de escolher o

deserto, no Golfo Pérsico, num dos Estados mais terroristas do mundo. É importante assinalar que o Emirato do Qatar aparece, regularmente, em quarta posição, na lista da Anistia Internacional.

Portanto, nosso Encontro se situa num momento de luta entre os combatentes da esperança e os mestres do mundo, momento extremamente delicado, interessante e frágil.

Fim das observações preliminares.

Minha exposição se constitui em três partes.

Primeiro abordarei o surgimento do mercado planetário unificado do capital financeiro e sua origem social. Em seguida, falarei sobre os mestres e as vítimas. Depois, como organizar a resistência.

Primeiras observações:

A origem social do mercado capitalista unificado.

Louis Antoine de Saint Juste, amigo de Robespierre, foi executado em Paris dia 27 de julho de 1794. Na véspera de sua execução, Saint Juste disse a seus juízes: "entre o povo e seus inimigos nada há em comum além da espada". A espada que corta. Nós estamos hoje exatamente nesta situação. Uma ordem mundial nasceu radicalmente oposta aos interesses elementares da imensa maioria da população do planeta. O período que vamos analisar nesta manhã é de aproximadamente 10/11 anos, de novembro de 1989 até hoje, até as vésperas da Terceira Conferência Mundial do Comércio, que será realizada no Emirato do Qatar. Onze anos, novembro de 1989, queda do muro de Berlim, fronteira ocidental do império soviético. Nesse período de análise, onze anos, o modo de produção capitalista sofreu três mudanças de paradigma. A primeira mudança é, com certeza, a multinacionalização e a monopolização. Karl Marx diz: "o capital busca, por sua própria natureza, o império do mundo". Quer dizer, o modo de produção capitalista possui dois vetores constitutivos: um que lhe conduz à monopolização e outro à multinacionalização. Estes dois vetores constitutivos do modo de produção capitalista foram bloqueados até 1989 pela bipolaridade da sociedade planetária. Em agosto de 1991, a União Soviética implode. Até agosto de 1991, um homem sobre três nessa terra vivia sob um regime comunista, com uma bipolaridade da sociedade planetária que impedia objetivamente ao modo de produção capitalista utilizar seus dois vetores constitutivos.

Abro um parêntese. A União Soviética era tão comunista quanto eu sou budista, ou seja ela não era comunista em hipótese alguma. Era um regime corrompido, totalitário, policialesco, em todo caso desde a época de Brejenev. Mas não devemos nos lamentar, isto nada tinha a ver com o comunismo.

O fato é que existia a bipolaridade que impedia os dois vetores fundadores do modo de produção capitalista de encontrar o que Marx chamava "a dominação do mundo", que o capital busca por natureza.

Depois de 1991, a União Soviética implode, o modo de produção capitalista conquista o planeta.

Segunda mudança de parâmetro, de paradigma: o fim da bipolaridade da sociedade planetária coincide, por uma coincidência histórica extraordinária, com um certo número de revoluções tecnológicas e eletrônicas que se sucedem rapidamente, aumentando a instrumentalidade do capital dominador de maneira extraordinária. Dou um exemplo, nasceu um "cyber space" integrado, a velocidade das comunicações, das transmissões de mensagens aumentou extraordinariamente. Um banqueiro de Genebra, um banqueiro calvinista, corresponde com sua surcusal de Tóquio ou do Rio à velocidade da luz, ou quase com a velocidade da luz: 300 mil kms/segundo. Esta é a velocidade de um sistema de computador em uso, hoje, nos principais bancos do mundo. Em seguida surgiram computadores capazes de tratar, na contemporaneidade imediata, um número incrível de milhões e milhões de variáveis.

Isto quer dizer que imensos impérios financeiros tornaram-se gerenciáveis. Dou o exemplo do comércio mundial que aumenta em média 11% ao ano, nos últimos 5 anos e que está, portanto, em expansão. No ano passado, segundo a Organização Mundial do Comércio, o comércio mundial movimentou em valores 6 mil bilhões de dólares. Ora o comércio mundial atual se divide da seguinte maneira: 1/3 dele, ou seja um pouco mais de 2 mil bilhões de dólares, vão para o comércio no interior das sociedades transnacionais. A Nestlé, segundo produtor de produtos alimentícios do mundo, tem sucursais no Brasil, a matriz em Vevey, o fluxo de mercadorias, de serviços, de patentes, de repatriamento de licenças do Brasil para Vevey, etc, é o que nós chamamos de comércio no interior das sociedades transnacionais. Em seguida, 1/3 do comércio mundial se faz entre sociedades transnacionais, e, por fim, somente 1/3 se faz entre todos os outros protagonistas, dos Estados ou particulares, do planeta. Temos aí um sistema de monopolização totalmente extraordinário.

Dou outro exemplo, a Organização Mundial do Comércio (154, Route de Lausanne - Genebra) fez o inventário dos protagonistas globais, mais ou menos 60.000 sociedades transnacionais no mundo, com mais ou menos um milhão e meio de sucursais no planeta. Dessas 60.000, 500 são verdadeiramente importantes e 200 controlam 37% do produto planetário bruto, ou seja de todas as riquezas do planeta. Uma monopolização, voltando a citar Marx, totalmente extraordinária. A multinacionalização, ou seja o outro vetor, nem é preciso falar, ela é evidente. Não gosto do termo sociedade multinacional. Prefiro sociedade transnacional porque cada sociedade transnacional tem na sua base uma oligarquia com uma identidade

nacional, local, regional, em todo caso identificável. Portanto, há uma monopolização totalmente extraordinária que nem sequer Marx poderia prever.

Terceira mudança de paradigma: é a autonomização gradual de uma fração do capital. Em todo fundo de capital, uma fração se autonomizou, ou seja se transformou em capital financeiro, ou capital puramente especulativo. Cito algumas estatísticas do Banco Mundial, datadas de abril de 2001 e referentes ao ano 2.000. O Banco Mundial nos diz que no ano 2.000, todos os dias, mais ou menos mil bilhões de dólares mudaram de identidade, jurídica ou monetária. Desses mil bilhões de dólares, que durante o ano 2.000 foram diariamente cambiados, 13% somente correspoderam ao pagamento da dívida comercial, e 87% ao capital especulativo, capital flutuante. Isto não é totalmente exato, porque as reservas líquidas das sociedades transnacionais estão embutidas nestas estatísticas. Enfim, 87% é capital financeiro, aquele que não produz mais valia monetária e que é de uma mobilidade total. Quando Tóquio fecha é a bolsa de Nova Yorque que se abre, quando Nova Yorque fecha é a de Frankfurte, Paris, Zurique, Londres que abrem. Ou seja, 24 horas por 24 horas, salvo durante os fins de semana, este capital especulativo gira em torno do planeta e proporciona lucros incríveis, como veremos mais adiante.Não temos tempo de falar aqui dos diferentes instrumentos financeiros novos que criaram esta extraordinária mobilidade.

Abro um parêntese, Ricardo e Adam Smith têm perfeitamente razão quando dizem que quando a mobilidade do capital é máxima, o lucro é máximo. A maximalização do lucro é totalmente performante. Assim como é performante a famosa lei de Ricardo sobre os custos comparáveis de produção.

Abro um novo parêntese, para nós homens e mulheres de esquerda, é preciso dizer que o modo de produção capitalista é certamente o modo de produção mais criador de riquezas que o mundo conheceu desde sempre. As oligarquias do modo de produção capitalista acumulam riquezas que nenhum imperador, nenhum papa, nenhum rei jamais teve entre as suas mãos. Há uma vitalidade no modo de produção capitalista que corta a respiração. Moro em Genebra, tenho alguns amigos universitários que ainda conversam comigo, quando ninguém nos vê, e é incrível o que eles me contam sobre os novos instrumentos financeiros que nascem praticamente todos os dias.

Podemos comprar toda a colheita de soja do Brasil um ano antes, na maior parte das bolsas, com 5% de fundos próprios. E o papel da colheita da soja no Brasil pode ser vendido mil vezes, pode ser trocado, vendido novamente, ele vira um objeto de especulação nas bolsas. Quando finalmente a colheita se materializa, se houve uma tempestade e ela é pequena, você vai a bancarrota ou, então, ganha muito dinheiro.

O caráter irracional do sistema é surpreendente. Mas também existe um elemento de grande racionalidade. Nos bancos de Genebra, por exemplo, nos back offices, não são mais os traders que ficam diante dos computadores. Os traders não sabem mais o que fazem, o que vendem ou revendem, não sabem o que é uma usina metalúrgica no Brasil ou uma terra no Canadá, tudo é codificado, totalmente. Mas nos back offices onde são feitas as análises, onde se estudam os riscos, não encontramos mais banqueiros ou matemáticos, encontramos físicos nucleares. Em geral físicos que saíram do Centro Europeu de Pesquisas Nucleares - CERN - de Genebra. O CERN perdeu muito de seus físicos que foram empregados pelos bancos, nos back offices, empregados para criar modelos de virtualidade extremamente complicados que visam simplesmente limitar os riscos. No mundo do capital financeiro existe, portanto, esta coexistência surpreendente: uma total irracionalidade (a bolsa funciona através de angústias, antecipações, rumores, pela aceitação do plano de austeridade pelos senadores argentinos, pelo pé machucado do Senhor Bush, etc) , uma angústia obscura, e, ao mesmo tempo uma racionalidade extrema, completamente fora do alcance da vida real dos homens, uma racionalidade abstrata, que se traduz pelo risco-management, que é a modelização dos riscos feito por físicos teóricos, que no mundo universitários são os melhores qualificados para fazer tal trabalho.

Estas são as três mudanças de paradigmas.

Quem são os mestres, quem são as vítimas dessa ordem capitalista, do novo capital financeiro planetarizado e unificado?

Os mestres, eu os identificarei a seguir. Falo primeiramente de suas estratégias, são as oligarquias do capital financeiro mundial. Eles são um número muito reduzido de homens, oligarquicamente organizados, que dominam diferentes setores do capital financeiro, todos com uma origem identificável nacional, todos percorreram um processo de socialização que podemos identificar. Há uma oligarquia francesa, americana, canadense, suíça, etc, que se mistura, que é ao mesmo tempo concorrente. A bolsa é assombrosa, as o.p.as, as ofertas de compra pública, de compra de hotéis, as fusões forçadas, etc, enfim a bolsa é uma selva, e entre elas as oligarquias são de uma ferocidade total. Mas quando o sistema corre um risco, elas formam um bloco contra os povos.,

Portanto, primeiro surgiram as oligarquias. Em seguida, com a implosão da União Soviética tivemos o curso livre da dupla vetorialidade: monopolização e multinacionalização. O império americano não se desarmou. Um dos impérios caiu em ruínas, o outro, militar, político, econômico, ideológico, mas, sobretudo, militar recusou de se desarmar. Ficou intacto e se potencializa cada vez mais. Ontem, não sei quem falou, se foi o Senador Braga ou o Embaixador Guimarães, sobre a América não como uma potência planetária, mas como uma super-

potência sideral. Ela não só controla militarmente o planeta, mas também uma parte do sistema solar, da galáxia. Ela domina um setor inteiro do espaço.

Estas oligarquias quando atingem a dominação mundial através do capital financeiro, se apoiam sobre uma estrutura de coerção extremamente brilhante, que permite a eliminação violenta de qualquer adversário que questione o sistema, em qualquer lugar da Terra.

Outro segmento do aparelho de coerção e dominação mundial são as organizações inter - Estados: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, que mediatizam e universalizam esta dominação. O sonho do Forum de Davos, por exemplo, o sonho de dominação da oligarquia é um governo universal sem Estados. Ou seja, a racionalidade do capital financeiro não mediatizada, organizando o planeta. As três organizações mercenárias, duas criadas em 1944 (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) e a mais nova criada em primeiro de janeiro de 1995 (Organização Mundial do Comércio), se ocupam de regularizar os fluxos de mercadorias, dos serviços, das patentes, das propriedades intelectuais, etc. São as três organizações mercenárias que mediatizam e que colocam tudo no lugar. Elas se pretendem democráticas, evidentemente. É a democracia de 1 dólar - 1 voto. Isto porque no FMI o direito de voto está ligado à potência financeira dos membros. Dito em outras palavras, as oligarquias, através de um sistema aparentemente democrático controlam totalmente as três organizações mercenárias.

Na O.M.C. o direito de voto é por Estado, 1 Estado - 1 voto, ou seja cada um dos 142 países membros tem um voto. O Embaixador do Brasil é o Senhor Amorim, um reacionário incrível, eu o conheço bem, ele tem um voto. A Moldavia, último país a ingressar na OMC tem também 1 voto. Em novembro será admitida a China, com seus 1,2 bilhões de habitantes, 1 voto também. A União Européia, os 15 países da União Européia controlam juntos 41% do comércio mundial. Junto com a América do Norte controlam 88% do comércio mundial, então apesar dos votos, vejam bem, o controle se faz da mesma forma na OMC.

Quem são estas oligarquias. Vou citar algumas estatísticas, sem lhes aborrecer muito. Estou tentando me inspirar em Maurice Lemoine, que fez isto de maneira muito elegante. As 225 maiores fortunas do mundo, segundo as estatísticas do ano 2.000, representam o equivalente da renda anual de 47% da população do planeta. Somos 6,2 bilhões de seres humanos sobre a Terra, hoje, as 225 maiores fortunas do mundo equivalem à renda anual de 47% da população do planeta. Nos Estados Unidos, por exemplo, a fortuna de Bill Gates é superior a de 500 milhões de americanos. Os indivíduos são, hoje, mais ricos que os Estados. As 15 pessoas mais ricas da Terra têm uma fortuna duas vezes

superiores ao produto interior bruto de todos os povos que se encontram ao sul do Saara,com exceção da África do Sul. Os resultados financeiros da General Motors são superiores ao produto interior bruto da Dinamarca. Os resultados financeiros da Exxom Mobil são superiores ao produto interior bruto da Áustria. E cada uma das 100 principais empresas transnacionais do mundo vendem, cada ano, seja no interior como no exterior de seu sistema mais do que os 120 países mais pobres do planeta conseguem exportar. Uma monopolização totalmente extraordinária. Eis os mestres do mundo. Eles se encontram em Davos todos os anos. É o famoso clube dos mil. Davos é uma pequena cidade de 12 mil habitantes, no Grison suíço, magnífica, onde se esquia no inverno. E todos os anos de 25 a 31 de janeiro os mestres do mundo se reunem lá, protegidos por barragens policiais e pelo exército suíço, a quem eu pago meus impostos. O clube dos mil possuem os resultados das mil maiores empresas do mundo, com resultados financeiros maiores a um bilhão de dólares. Se alguma empresa não respeitar os critérios é expulsa de Davos. Eles são muito duros entre eles. Os mestres do mundo, é o que quero dizer aos combatente que somos, aos militantes que irão enfrentá-los, os mestres do mundo são perfeitamente indentificáveis. Eles têm um rosto, uma estrutura que os motiva, têm uma estratégia, têm instrumentos, armas, são perfeitamente identificáveis. Além disso, o aparelho complicado, de três andares, que construiram é também identificável. A frase de Jean Paul Sartre: conhecer o inimigo, combater o inimigo, se aplica perfeitamente ao combate que devemos levar adiante.

Quem são as vítimas?

Dou um exemplo: a fome, a fome no mundo. No ano passado, a FAO publicou em abril de 2000, 36 milhões de pessoas morreram de fome. Isto significa que cada dia 500 mil pessoas morreram de fome, pessoas como eu como vocês. E os que são clinicamente sub-alimentados eram no ano passado 826 milhões. Dito de outra maneira, quase um sexto da humanidade morre ou tem sua vida destruída, pela falta de alimentos . Se uma criança entre 0 e 5 anos, na famosa faixa etária, passou fome, mesmo que mais tarde venha a se alimentar melhor, através da merenda escolar, como é o caso no Brasil, tem o seu desenvolvimento comprometido. Como diz Regis Debray, são os crucificados de nascimento. Sub-alimetados durante a infância, eles não poderão se recuperar mais tarde porque as células cerebrais não são recuperáveis.

Outro exemplo, dado pelo Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD, que adota cinco critérios para analisar a existência coletiva de um povo.

Abro um parêntese. Vocês sabem que sou o relator das Nações Unidas pelo direito dos povos à alimentação, é um trabalho decisivo, terrível, apaixonante, mas... Existe hoje, por detrás das portas atapetadas das Nações Unidas, um

combate muito duro entre o Banco Mundial e a UNICEF, cuja diretora é uma americana formidável, muito inteligente. O diretor do Banco Mundial, analisando as mesmas estatísticas que estamos analisando esta manhã , afirma que esta situação não pode continuar como está, porque a fome destrói muitas vidas e a fome é um genocídio que se reproduz através das mulheres sub-alimentadas que dão a luz, cada ano, a centenas de milhões de crianças inválidas de nascimento e, que ademais, não poderão dar o seio materno porque a sub-alimentação não favorece o leite materno. Então o diretor do Banco Mundial sugere a compra de milhares de toneladas de produtos de alimentação infantil da Nestlé, da General Foods, etc, sobretudo de leite em pó, para ser distribuido na África Saariana, no sul da Ásia, na Bolívia, no Haiti, etc. Distribuir leite para quebrar o ciclo da desgraça, para que a destruição não possa se reproduzir. Só que a diretora da Unicef, que se ocupa de crianças, diz que o diretor do Banco Mundial está completamente louco, porque a falta de água potável atinge mais de 2 bilhões de indivíduos. Hoje, mais de 2 bilhões de indivíduos sobre a Terra não dispõem de água potável para consumir, só dispõem de uma água poluida. Portanto se o plano do Banco Mundial entrar em vigor, muito mais crianças morrerão porque o leite em pó fornecido às mulheres africanas, haitianas, paquistanesas, etc, será dissolvido em água poluida. Esse debate ocorre hoje e não tenho coragem de tomar um partido. Digo apenas que cada pessoa que hoje morre de fome, morre assassinada, porque a FAO afirma que o planeta, na sua fase atual de desenvolvimento agrícola, é capaz de alimentar, sem problemas, 12 bilhões de seres humanos, quer dizer o dobro da população atual. Alimentar sem problemas significa dar a cada indivíduo, cada dia, uma média de 2.700 calorias. Este é o critério utilizado. Dito de outra maneira, quem morre hoje não morre mais como Marx imaginava em 1883, porque em fevereiro de 1883 ele estava persuadido de que a carência objetiva acompanharia a humanidade ainda durante séculos. Marx se enganou, porque depois de 1883 uma formidável sucessão tecnológica e científica se potencializou e hoje a destruição do homem é muito mais de ordem social. Não existe mais nenhuma fatalidade na destruição dos homens hoje, mas há assassinos. Bertold Bretch, o grande marxista alemão, magnífico poeta, disse: ser mau é difícil. Então, até mesmo as oligarquias necessitam de ter uma ideologia que se justifique. Esta ideologia é o neoliberalismo, e o neoliberalismo tem apenas dois valores centrais: a maximalização dos lucros e a acumulação das riquezas na maior velocidade possível. Ele não possue nenhuma dimensão normativa.

O neoliberalismo é muito perigoso porque joga com a noção de liberdade, que é uma noção mobilizadora. Ele é sobretudo perigoso porque ele nega ser uma ideologia. Ele afirma ser a transcrição discursiva de leis da natureza que governam a natureza. Um banqueiro neoliberal se vê como um astrônomo,

ele observa as viagens dos astros, os campos magnéticos, etc., e traduz em ação humana o que ele observa. Há pessoas que ainda me dirigem a palavra em Genebra, apesar de meus livros. Outro dia, discutindo com um banqueiro, no trem que vinha de Berna para Genebra, eu comentava o quanto é incrível saber que os 4,2 bilhões de dólares de Mobutu, que foi derrubado em 1987 no Congo, estão no Crédito Suíço e em diferentes bancos particulares em Genebra. É capital em fuga, acobertado pelo segredo bancário, enquanto isso na capital do Congo as crianças morrem de fome. Então perguntei ao banqueiro: você que é cristão, calvinista, que faz doações para a Cruz Vermelha, como você pode aceitar uma tal coisa? E ele me respondeu textualmente: você tem inteiramente razão, é escandaloso. Mobutu é um gangster. Então perguntei porque não devolver o dinheiro, já que os trâmites feitos pelos novos dirigentes nunca acabam. O Governo brasileiro tentou, durante 12 anos, recuperar a fortuna de Jânio Quadros em Genebra e não conseguiu. Então perguntei ao banqueiro porque não restituir este dinheiro ao povo do Congo, e ele me olhou como se eu estivesse dizendo um absurdo total e me respondeu que não podia interferir no fluxo dos capitais.

É verdade que os fluxos do capital sul-norte são excedentários para os países do norte, já há mais de 6 anos, graças ao aumento do serviço das dívidas. Mas isto é a lei da natureza. Nada podemos fazer.

A ideologia neoliberal que justifica a prática diária da oligarquia do capital financeiro planetatarizado é como a Aids, diz Pierre Bourdieu. Porque ela desmantela as defesas imunitárias da vítimas. No último número do "Le Monde Diplomatique" há uma página sobre os argumentos utilizados pelas oligarquias contra os que lutam contra a globalização. Um dos argumentos principais é: vocês não conhecem nada sobre as leis da economia, as leis naturais que a governam. É por isso que Bourdieu tem perfeitamente razão quando afirma: a ideologia neoliberal é exatamente como a Aids, ela destrói os sistemas imunitários da vítima. E muitos de nossos companheiros, bem formados, concordam sobre as consequências terríveis da globalização, mas acabam dizendo que nada podemos fazer, porque são as leis da economia. A política interior aplicada por nossos companheiros nos países governados por socialistas, na União Européia, de Blair a Jospin, é a política neoliberal. Todos. Eles praticam a chamada política interior planetária. Aceitam o consenso de Washington em suas políticas nacionais o que representa um duplo perigo porque a fiscalidade e os investimentos ficam totalmente dominados pelas oligarquias do capital financeiro internacional. e, se Jospin adotasse, hoje, uma política diferente a do consenso de Washington haveria a fuga dos capitais de investimento na França. A França possui hoje 8,5% de desempregados e esta curva é novamente ascen-

dente, são 1,6 milhões de pessoas desempregadas. Na Alemanha é ainda pior. E, ademais, se a fiscalidade não baixasse todo tempo, para servir ao grande capital, seria o mesmo, ele sairia da França. Falo de um país forte, que tem um Estado e uma República há mais de 200 anos, não falo de Honduras, falo da França.

Ultimas observações:

A resistência.

Karl Marx disse: o revolucionário deve ser capaz de escutar a grama crescer sob seus pés. Estar atento para ver onde os novos movimentos sociais nascem assim como a grama cresce. Nós nos encontramos nessa situação . Os novos movimentos sociais, esta nova fraternidade da luta que nasce, por isso Porto Alegre foi, em janeiro deste ano, muito importante, 20.000 pessoas participando. Haverá de novo Porto Alegre em janeiro 2002. As eleições brasileiras serão extraordinariamente importantes. Se a esquerda ganhar no Brasil, no próximo ano, alguma coisa vai mudar, não só neste continente, mas também para nós na Europa. É um páreo extremamente importante. Estive no começo de julho na Venezuela e lá também tive uma conversa com o Presidente Chaves, coisas importantes estão acontecendo.

O que é preciso fazer?

Jean Jacques Rousseau, meu compatriota, que era um operário relojoeiro de Genebra, no "Contrato Social" diz: entre o poderoso e o fraco, a liberdade oprime e a lei liberta. Dito de outra maneiro, a restituição do poder normativo do Estado ou do poder público, qualquer que seja; pode ser um Estado federal supranacional europeu, ou um Estado bolivariano continental latino-americano, tal como Chaves pensa, é absolutamente necessário para barrar o capitalismo selvagem.

É certo também que se a esquerda brasileira chegar ao poder, pagar a dívida não significará nada. É preciso voltar ao cartel dos devedores. Em 1984, eu ainda era jovem, na Internacional Socialista, não sei se o Senador Braga está aqui, ele estava presente no Rio Palace com Willy Brandt, Alan García do Peru veio nos dizer: não vou pagar a dívida do Peru além dos 33% do valor de nossas exportações. Ele foi evidentemente massacrado, completamente . O primeiro barco peruano que acostou num porto americano ou europeu foi sequestrado a mando de um banqueiro. Não funcionou. Mas a idéia de Che Guevara, retomada por Boumediene, Bouteflika e algumas outras pessoas, ou seja o grupo de Lima, de criar um cartel de devedores, com os 120 países do terceiro mundo juntos, recusando pagar uma dívida que já pagaram muitas vezes, sim, funcionaria. Fidel Castro, no seu discurso feito durante a Conferência Latino-Americana deu estatísticas bem precisas. A dívida latino-americana já foi paga 10 vezes, calculadamente.

Se o novo Governo brasileiro, que chegar ao poder,aceitar em manter uma dívida que representa 52% do produto interior, será uma loucura. Direita ou esquerda, de nada terá servido chegar ao poder, porque ele não terá os meios para adotar políticas sociais intensas, sobre as quais Tito Riff e outros companheiros falaram com eloqüência. Portanto, a ruptura deve ser organizada e nós temos os meios. Impedir a nova rodada da OMC, nós temos os meios, eliminar a independência dos bancos centrais, nós temos os meios, impedir a universalização das patentes sobre os seres vivos nas mãos de Novatis, de Monsanto, etc, nós temos os meios, fechar as bolsas de matérias primas de Chicago, que fixa dia a dia o preço especulativo do arroz, do milho, etc, nós temos os meios.

Termino falando sobre a consciência coletiva internacional, a consciência pública dos povos. A idéia da fatalidade celebrada pelas oligarquias, a idéia das leis naturais da racionalidade do capital financeiro não é mais aceita. A resistência física se organiza, através de Porto Alegre e de Genova ela começou. Hoje a tarde vocês ouvirão João Pedro Stedile que é um dos motores da coordenação de Porto Alegre 2002. E, no próximo fim de semana haverá a primeira conferência preparatória da resistência contra a conferência do Qatar, em Beirute. Há fatos que nos dão esperanças. As armas do combate também temos: desmantelamento do FMI, desmantelamento da OMC, restauração do poder público.

Ultima observação: com frequência nos chamam a atenção, perguntando a nós, resistentes, mas afinal que mundo vocês querem? Expliquem!!! Nós sabemos que ter a bolsa como reguladora da economia, a mão invisível como critério de distribuição de bens, de serviços, etc, é horrível. Nós sabemos. Mas qual é a economia que vocês querem, qual é a organização? Se não exitir mais a OMC, quais serão as regras? Se não há mais o FMI, como os fluxos de capital serão regularizados?

A isto tudo respondo. Os companheiros que na manhã de 14 de julho caminharam sobre a Bastilha, em Paris, em 1789, não sabiam qual seria a Constituição da Primeira República, três anos mais tarde. Eles não sabiam. Nós não sabemos. Somos os homens e as mulheres que caminham sobre a Bastilha e sabemos, com certeza, o que não queremos. Vivemos tão pouco tempo sobre este Planeta. Sei, em todo caso o que não quero aceitar, durante este curto tempo que estou sobre este Planeta.

O horizonte é verdadeiramente a Declaração dos Direitos do Homem de 18 dezembro de 1948. No seu primeiro artigo lemos: todos os indivíduos, todos os seres humanos nascem livres e iguais, na dignidade e nos direitos. Eles são dotados de razão e de consciência. Eles devem agir com relação aos outros com espírito de fraternidade. No artigo terceiro lê-se: todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa.

Pablo Neruda, no Canto Geral, diz estas palavras de esperança:

"nossos inimigos podem cortar todas flores, mas jamais impedirão a primavera".

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheiros, antes de passar a palavra ao Dr. Hélio Bicudo, gostaria de registrar, com muita satisfação, a presença entre nós do Cônsul Geral da Alemanha, Dr. Joseph; e o Cônsul Geral da Suíça, Dr. Gruber. (Palmas.)

Também registro, com satisfação, a presença entre nós do Senador Socialista Antônio Carlos Valladares, dos Deputados Sérgio Novais, Izílio, do PSB/RS, Djalma Paes e do Deputado Carimbão, de Alagoas, que está desde ontem conosco. (Palmas.)

Agora, tenho a honra e a satisfação de passar a palavra ao Dr. Hélio Bicudo, Vice-Prefeito da Cidade de São Paulo, mas aqui está para falar também sobre o tema dos Direitos Humanos, do qual é um especialista e um militante durante toda a sua vida.

O SR. HÉLIO BICUDO (Expositor) – Um bom dia às companheiras e aos companheiros deste encontro.

Queria dizer, antes de qualquer coisa, que me sinto muito honrado pelo convite que me fez a Fundação João Mangabeira e o Partido Socialista para estar presente aqui com vocês e desfrutar desta Mesa, na qual ouvimos uma lição da maior importância, com conceitos fundamentais, pelo ilustre Professor Jean Ziegler.

Então vamos dizer alguma coisa a respeito do tema que nos foi proposto. Na verdade, poderíamos informar que a nova agenda internacional surge com o fim da disputa leste-oeste, travada entre modelos, pode-se dizer estereotipados no capitalismo *a la* Ronald Reagen e o comunismo stalinista. O colapso do comunismo na Europa Central e a desintegração da União Soviética, somados à adesão do socialismo espanhol e francês ao discurso neoliberal facilitariam a disseminação das propostas advindas da reunião ocorrida em novembro de 1989, que foi aqui mencionada, em Washington, patrocinada pelo Instituto Internacional Econômico, entre funcionários do governo norte-americano e os organismos financeiros internacionais ali sediados: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento especializado em assuntos latino-americano.

A mensagem que o chamado Consenso de Washington então formulou, marcadamente neoliberal, acabaria sendo absorvida por substancial parcela das elites políticas empresariais e intelectuais de toda região, como sinônimo de

modernidade, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se fosse de sua iniciativa e de seu interesse.

O saudoso Embaixador Paulo Nogueira Batista, ao apontar o que então estava acontecendo, assinalava que exemplo marcante dessa cooptação poderia ser encontrado em documento publicado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a recomendar que a inserção internacional de nosso país fosse feita pela revalorização da agricultura de exportação, como se a vocação do Brasil, entrando já no século XXI, pudesse voltar a ser de exportador de produtos primários, como foi até 1950.

Na verdade, o estabelecimento do neoliberalismo diante do desaparecimento do conflito norte-sul entre os países ricos e os países pobres. O conflito devedores-credores é provavelmente a contradição principal do pós-guerra fria, época caracterizada por fatos de economia e de informação expressados pelo termo globalização.

No final do século passado e naturalmente entrando no terceiro milênio, os povos dos países pobres do chamado terceiro mundo têm sido submetidos a uma nova escravidão, a escravidão de um credor que leva ao devedor a morte política em um mercado de capitalistas que não reconhecem os tradicionais limites éticos e jurídicos, a usura.

Cabe aqui anotar que nestes últimos anos, em decorrência do modelo econômico a pouco e pouco adotado, assistimos a uma violação massiva dos direitos humanos em parte considerável devido ao ônus da dívida por parte dos países pobres e indiretamente ao exercício de um poder financeiro global que também não tem limites éticos ou jurídicos.

Em 17 de abril de 1998, em Genebra, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou uma resolução sobre conseqüências das políticas de ajuste econômico originadas pela dívida externa, no gozo efetivo dos direitos humanos e especialmente na aplicação da declaração sobre o direito ao desenvolvimento. Afirmou então essa Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas que o exercício dos direitos básicos da população dos países devedores à alimentação, moradia, vestuário, emprego, educação, serviços de saúde e a um meio ambiente saudável não pode subordinar-se à aplicação de políticas de ajuste estrutural e reformas econômicas originadas pelas dívidas.

Tem início, segundo tudo indica, uma reação ao pensamento de que a estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo, pois para chegar-se a esse objetivo seria necessário uma disciplina orçamentária que levaria a uma inevitável contenção de gastos com bem-estar e a restauração, se não o crescimento, das taxas naturais de desemprego; ou seja, a criação de um

novo exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Tornava-se também imprescindível a reforma fiscal.

Permitam-me, nesse passo, sublinhar que na oportunidade em que o Governo brasileiro apresentou, em 1998, seu projeto de ajuste fiscal ao parlamento, ali ocorreu, a propósito, um debate em que se interpelava o ministro da Fazenda Pedro Malan justamente sobre as violações que decorreriam com a adoção dos termos do projeto a direitos consagrados na Convenção Americana de Direitos Humanos, que foi subscrita e ratificada pelo Brasil, recebendo assim os contornos de norma constitucional, em conseqüência do disposto no art. 5°, § 2° da Constituição Federal, que diz:

"Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte".

Refiro-me a esta proposta do Governo brasileiro, porque a consideram paradigmática e permite que dela se extraiam importantes lições sobre a real posição do Brasil frente aos direitos humanos; lições, que segundo parece, não encontraram eco no país-irmão Argentina, onde, para se alcançar o equilíbrio das contas públicas, aumenta-se o desemprego, rebaixam-se salários, pulveriza-se a Previdência Social e são esquecidas a educação e a saúde.

Mas voltando ao Brasil, naquela oportunidade ponderou-se que o Presidente da República vem afirmando, isso está no seu memorável discurso de 7 de setembro de 1995, bem como em outros pronunciados em diversas oportunidades, que os direitos humanos se constituem no fundamento do Estado Democrático de Direito. É, aliás, o que decorre da leitura do que poderíamos chamar de pórtico da Constituição brasileira. Ali está escrito e ali se afirma que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos, dentre outros, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais no trabalho e da livre iniciativa. E se constitui objetivos fundamentais da República construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. E mais, que a República Brasileira rege-se nas suas relações internacionais pela prevalência dos direitos humanos.

Mais tarde, no Programa Nacional de Direitos Humanos, editado em 13 de maio de 1996, está escrito: o Governo tem compromisso real com a promoção dos direitos humanos. E a seguir detalha: uma sociedade ainda injusta, como é a do Brasil, com grandes desigualdades de renda, promover os direitos humanos tornar-se-á mais factível se o equacionamento dos problemas estruturais, como aqueles provocados pelo desemprego, pela fome, pela dificuldade de acesso à terra, à saúde, à educação, concentração de renda, for objeto de

políticas públicas governamentais, visando a plena realização do direito ao desenvolvimento.

Ora, diante dessas premissas, indagava-se como oferecer a discussão do parlamento, um ajuste fiscal que caminhava exatamente na contramão dos direitos humanos, ao reduzir o crescimento a índices negativos, ao promover o aumento do desemprego, ao determinar a estagnação, senão o retrocesso, no campo da saúde e da educação? Essa pergunta ficou sem resposta, mas a verdade é que o ajuste em questão viola a nossa Convenção Interamericana dos Direitos Humanos, pois em direitos humanos não se pode compadecer com o longo prazo então prometido, nem mesmo com o médio prazo, aventados para que se alcançasse a satisfação desses direitos. Os direitos humanos são urgentes, eles são de hoje, para que não se diga que são de ontem.

De pontuar-se que a Convenção Interamericana de Direitos Humanos dispõe:

"Toda pessoa tem o direito a que se respeite a sua vida; toda pessoa tem o direito de que se respeite a sua integridade física; nenhuma pessoa pode ser privada de seus bens, exceto mediante o pagamento de uma indenização justa".

A Convenção, ainda, em seu art. 29, contém normas para a interpretação dos direitos nela contemplados, afirmando que:

"Nenhum dispositivo da Convenção pode ser interpretado no sentido de permitir a quaisquer dos Estados-partes suprimir o gozo e o exercício dos direitos de liberdades reconhecidos na Convenção e limitá-los na maior medida que o previsto em seus termos;

limitar o gozo e o exercício de qualquer direito ou liberdade que seja reconhecido de acordo com as leis de quaisquer dos Estados-partes, ou de acordo com outra convenção em que seja parte um desses Estados;

excluir outros direitos e garantias que são inerentes ao ser humano ou que derivam da forma democrática e representativa de governo;

excluir os limites que possam produzir a declaração dos direitos e deveres do homem e outros atos internacionais da mesma natureza".

Ao afirmar a universalidade desses direitos, a declaração universal, agora, implicou na revisão do conceito tradicional de soberania absoluta dos Estados, que passa a sofrer relativização em prol da observância dos direitos humanos, na medida em que esse espaço ao constituir tema de legítimo interesse da comunidade internacional na cristalização do indivíduo como sujeito de direito internacional.

É importante notar, ademais, que em debates ocorridos em 1996, tanto na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, quanto na Terceira

Comissão da Assembléia Geral das Nações Unidas, a delegação brasileira advertiu para as conseqüências adversas da pobreza e do subdesenvolvimento para a totalidade dos direitos humanos, dada a indivisibilidade desses direitos. Nos debates do ano seguinte, ponderou ainda a delegação brasileira que o direito à vida não se limitava a mera sobrevivência, mas significava bem mais do que isso: o direito de viver com dignidade.

Saliente-se, em resumo, que o Brasil, ao ratificar os tratados de direitos humanos, contraiu, a par das obrigações convencionais atinentes a cada um dos direitos protegidos, também obrigações gerais da maior importância, consignados naqueles tratados. Apenas para me referir a uma delas, é de respeitar e assegurar o respeito dos direitos protegidos, o que requer medidas positivas por parte do Estado. E outra, a de adequar o ordenamento jurídico interno à normativa internacional de proteção.

Ora, se são essas as obrigações assumidas pelo Estado e que implicam recurso de todos os seus Poderes, de todos os seus órgãos e agentes, não se pode admitir, em primeiro lugar, que o Executivo deste País formule propostas legislativas ou adote medidas administrativas que passem ao largo desses tratados e convenções. Em segundo lugar, que o Legislativo as aprove. Correspondendo ao Poder Judiciário, se isto vier a acontecer, assegurar que as normas em questão sejam respeitadas, anulando aquelas que lhes são contrárias.

Ainda há pouco, de anteontem e de ontem, o Ilustre Ministro Marco Aurélio, Presidente do Supremo Tribunal Federal, alertava o povo brasileiro para o papel nesse sentido do Poder Judiciário. Evidentemente que o Presidente do Supremo Tribunal já foi objeto de críticas por parte do *establishment*. Como um Presidente do Poder Judiciário pode se manifestar da maneira por que S.Exa. o fez?

Assim, não se pode objetar com a afirmativa de que os direitos e garantias enunciados de forma genérica não são objeto de violação pelas medidas propostas, que visariam utopicamente, no médio e longo prazo, propiciar um desenvolvimento sustentado, quando todos os brasileiros teriam sua participação nos bens da Nação, na construção de uma nova sociedade solidária e justa. É aquela velha história de que o bolo precisa crescer para comportar uma distribuição mais justa. Acho que todos nós já vimos esse filme, já o assistimos e já sofremos as suas conseqüências.

Essa objeção realmente não colhe, porque segundo afirmam economistas e políticos nacionais e internacionais – e hoje ouvimos as palavras de um professor da Universidade de Genebra no mesmo sentido, que tem debatido a questão, não há nenhuma garantia de que os ajustes fiscais sejam o mecanismo

hábil para corrigir os desvios da economia de qualquer país e da brasileira em especial. E depois, o sacrifício que se faz agora, com a configuração de um quadro de miséria e de fome, da perda de direitos e garantias, jamais poderá ser compensado. Não se tem dúvidas de que muitas outras mortes estão se acrescendo às 400 mil crianças que morrem anualmente no Brasil por desnutrição. Esse pacote teve e terá sobre elas o efeito de mais de uma bomba de Hiroshima.

Acrescente-se que, a propósito, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem salientado que na interpretação da Convenção Americana deve-se buscar a melhor maneira de conciliar, dentro das regras de direito internacional aplicáveis ao caso, os interesses contidos no assunto, e que são, em primeiro lugar, o interesse das vítimas, no caso dos ajustes fiscais, dos trabalhadores e de suas famílias, de que sejam protegidas e se lhes assegure o pleno gozo dos direitos que têm segundo a Convenção.

Em segundo lugar, a necessidade de salvaguardar a integridade institucional do sistema que a mesma Convenção estabelece. Em outra oportunidade, a mesma Corte advertiu:

"Na Convenção Americana se encontra uma tendência em integrar o sistema regional e o sistema integral de proteção dos direitos humanos e que têm sido reafirmados e desenvolvidos por outros instrumentos internacionais, tanto de âmbito universal como regional".

Igualmente, em várias disposições da Convenção, fazem referências a outras convenções internacionais e ao direito internacional sem restringi-las ao âmbito regional. Confiram-se os arts. 22, 26, 27, 28 e 29 da Convenção. Dentro delas cabe destacar muito especialmente o disposto nesse último art. 29, que contém normas de interpretação da Convenção e que se opõe, em termos bastante claros, a restringir o regime de proteção dos direitos humanos, atendendo a fonte das obrigações que o Estado tem assumido nessa matéria.

Em outra ocasião, a Corte ponderou que o exame do conteúdo do art. 29 da Convenção aponta também para a necessidade de interpretar e integrar cada norma da Convenção, utilizando os princípios jacentes, ou subjacentes, ou ainda suprajacentes em outros instrumentos internacionais, nos próprios ordenamentos internos e nas tendências vigentes em matéria de direitos humanos. Todos os quais se encontram em alguma medida incorporados à Convenção, mesmo em virtude do citado art. 29, cuja amplitude inovadora não tem parâmetros em nenhum outro documento internacional.

Resta ponderar, ainda, com o Professor Cansado Trindade, hoje Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que o Estado pode ser perfeitamente responsabilizado no plano internacional pelo descumprimento

de normas convencionais, ainda que busque este se estribar em lei ou norma constitucional interna. Isso é da mais alta importância para todos aqueles países que são signatários e ratificaram a Convenção Americana de Direitos Humanos. Não é essa apenas uma possibilidade teórica, pois há inúmeros casos em que isso ocorreu, como revela a rica jurisprudência sobre a Convenção Européia de Direitos Humanos atinentes a medidas legislativas e práticas administrativas, que foram consideradas pela Comissão e pela Corte Européia de Direitos Humanos como incompatíveis com as disposições da Convenção Européia.

Realmente, em se tratando do Brasil e em se tratando das atitudes tomadas, do ponto de vista legislativo e do ponto de vista administrativo, pelo Governo Federal brasileiro, não vi, como membro que sou da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, nenhuma denúncia relativamente a esses desmandos do Governo brasileiro com relação às violações que pratica legislativamente e através de providências administrativas aos direitos da pessoa humana.

São considerações que deveriam ser objeto de maior reflexão para corrigir as violações ocorrentes e, por outro lado, direcionar futuras ações governamentais no caminho do respeito pelos direitos humanos, considerados pelo Presidente da República, repita-se, o fundamento do Estado Democrático de Direito, mas que não obstante estão sendo violados pelo próprio Governo.

Desejo ainda lembrar que se encontra em plena vigência o protocolo adicional à Convenção Americana sobre direitos humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais, o chamado Protocolo de São Salvador. Nos *consideranda*, que se constituem em ampla justificativa do texto do ajuste, os Estados-partes reafirmam a estreita relação que existe entre a vigência dos direitos econômicos, sociais e culturais e a dos direitos civis e políticos, pois as diferentes categorias de direitos constituem um todo indissolúvel, que encontra sua base no reconhecimento da dignidade da pessoa humana, pelo que exigem uma tutela e promoção permanente, com a finalidade de concretizar sua plena vigência, sem que jamais possa justificar-se a violação de uns em benefício da realização de outros.

É assim que o Protocolo de São Salvador impõe o direito ao trabalho, garante os direitos sindicais, à seguridade social, à saúde, à educação, à cultura e ao meio ambiente saudável. E ao mesmo tempo busca que os Estados enviem à Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos informes periódicos a respeito das medidas progressivas que tenham adotado para assegurar o devido respeito dos direitos consagrados no Protocolo. Não conheço nenhuma comunicação a esse respeito enviada pelo Brasil ou por quaisquer dos países filiados à Organização dos Estados Americanos.

Como se vê, os instrumentos internacionais, como ainda bem observa o Professor Cansado Trindade, voltados ao propósito comum de salvaguarda dos direitos humanos formam um *corpus* de regras, ademais bastante complexo, de origens diversas, de diferentes âmbitos de aplicação, regional ou global; distintos também quanto a seus destinatários e beneficiários e significativamente de conteúdo, força e efeitos jurídicos desiguais ou variável, desde simples observações, até convenções devidamente ratificadas e de órgãos exercendo funções também distintas. Mas a despeito de sua diversidade constitui traço distintivo do *racionale* e dos tratados instrumentos dos direitos humanos, ou de que se dirigem eles à proteção dos seres humanos e de que a solução de reclamações nesse campo devem assim ser guiada e basear-se no respeito aos direitos da pessoa humana.

Por último, convém asseverar que a Segunda Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, acentuou o tema da indivisibilidade dos direitos humanos, além de sua universalidade, objetividade e não-seletividade, assim como a relação destes com a democracia e o desenvolvimento. Não há sim que fazer abstração de particularidades culturais, porquanto é a partir de tais particularidades ou diversidades que se buscam os valores universais que se manifestam numa consciência universal. Já não se pode mais negar o ideal comum de todos os povos quanto à meta a alcançar, consubstanciado na Carta Internacional dos Direitos Humanos, complementada ao longo dos anos por dezenas de outros tratados setoriais de proteção e de convenções regionais e consagrado nas Constituições de nosso País.

Resta que se cumpra com o convencionado livremente pelos Estados e pelo povo, porque é para o povo e pelo povo que esses tratados e que esses institutos legislativos existem.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Vamos passar à fase dos debates. Vamos adotar o mesmo sistema do dia de ontem; os companheiros que desejarem se inscrever para perguntas poderão entregar os crachás. Pela ordem da entrega dos crachás serão chamados.

Queremos registrar a presença da companheira Mary Machado, Secretária Nacional de Mulheres, que está nos dando o prazer da sua presença; do Deputado, por São Paulo, Salvador Curiê e do Deputado Rodrigo Rollemberg.

O primeiro inscrito é a Professora Jacy Proença. Solicitamos aos companheiros que façam intervenções breves, perguntas um pouco mais diretas na medida em que hoje teremos que concluir os trabalhos no máximo às 12h30min, porque teremos na parte da tarde dois painéis. De maneira que não podemos prolongar por muito tempo os trabalhos deste dia.

A SRA. JACY PROENÇA – Primeiramente, um bom dia a todos os companheiros e companheiras, parabenizo a Mesa e os palestrantes.

Gostaria de aproveitar a presença do nosso companheiro da ONU. Em 1995, o Movimento Negro e seus aliados no Brasil realizaram uma grande manifestação frente ao Planalto, que foi intitulada Marcha Zumbi dos Palmares. Em 1995, também havia no mundo todo uma mobilização em torno das discussões pelos direitos da mulher, em que o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Mulheres do Brasil nessa época. Zumbi nessa época foi incluído no livro dos heróis brasileiros. O Governo brasileiro, nesse mesmo ano, reconhece pela primeira vez a existência da discriminação e do racismo no nosso País. Constitui-se um grupo de trabalho interministerial para desenvolver medidas, políticas públicas que venham contrapor a essa discriminação já explicitada. Estamos às vésperas, de 30 de agosto a 7 de setembro ocorre a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e outras Formas de Intolerância, na África do Sul. Genebra sediou em 78 e em 83 as duas primeiras, onde teve como foco central a questão do *apartheid* na África do Sul. Isso em função de um reconhecer que a miséria, a pobreza tem sexo, ela tem cor. E aqui no Brasil isso está muito explícito.

Só a título de exemplificação, para pegar uma questão que é essencial para a sobrevivência das pessoas, que é exatamente a questão do mercado de trabalho que está sendo bastante discutido desde o dia de ontem, no Brasil um homem branco chega a ter uma renda mensal de 726 em média; uma mulher branca, 572,86; um homem negro, 337,13; uma mulher negra, 289, para desempenhar a mesma função, com o mesmo grau de formação. E o único fator que se chegou à conclusão, e isso não foi o movimento negro, mas o próprio Governo brasileiro, única e exclusivamente pela questão da discriminação.

E me parece também que nesse processo todo se criou um impasse na questão da Conferência Mundial. Se não me engano, fecha agora o documento que será discutido na Conferência, e há essa polarização entre aqueles países que sofreram esse processo todo de forma mais intensa através do escravagismo e aqueles que praticamente o praticaram. E o Brasil está nesse fogo cruzado, praticou e ao mesmo tempo a população negra é a mais atingida, a mais injustiçada. E os Estados Unidos se manifestaram, inclusive até a semana retrasada, de que não participa dessa Conferência exatamente porque eles são contrários à questão das reparações.

Então, dentro dessa agenda internacional, de que forma tem sido trabalhado isso, de que forma se pretende superar esse impasse, para que de fato venha se avançar. E que os direitos humanos, dentro dessa ótica, considerando que a discriminação, o racismo, as injustiças, as desigualdades estão acentuadas

exatamente nesses dois setores: mulheres e a população negra; colocando como referência, a título apenas de exemplo o Brasil, mas isso está no mundo todo.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheiro Carlos Zimmer, por favor.

Pedimos aos companheiros certa brevidade com relação às perguntas para termos mais tempo para mais perguntas.

O SR. CARLOS ZIMMER – Serei breve, Carlos.

Quero, primeiramente, parabenizar o ilustre companheiro Hélio Bicudo, quando esteve em Curitiba presidindo o Tribunal Internacional dos Direitos Humanos, onde o Governador do Paraná Jaime Lerner foi condenado pelos seus crimes de atrocidades contra principalmente os trabalhadores sem-terra, no momento onde estávamos inaugurando um monumento em prol de um trabalhador sem-terra assassinado pelo Governador Jaime Lerner, no dia 1° de maio, um monumento que inclusive foi projetado por Oscar Niemayer.

E quero transmitir um abraço ao Professor Jean Ziegler do seu aluno lá em Genebra, Vitório Sorotchuc, lá do Paraná.

E a minha pergunta vai ao Professor Jean, quando ele observa que devemos fechar a bolsa de Chicago, quando devemos impedir a internacionalização das patentes. Quero saber qual é a fórmula que aqui no Brasil devemos ter para impedir que não entreguemos 620 quilômetros quadrados em Alcântara, no Maranhão, para uma base norte-americana. Que fórmula é essa que devemos usar, que não conseguimos aqui no Brasil nem impedir a simples privatização de uma empresa estatal estratégica.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – O próximo é o companheiro Valton Miranda, do PSB/CE.

O SR. VALTON MIRANDA LEITÃO (PSB/CE) – Professor Ziegler, os partidos socialistas estão no poder na Europa, os verdes na Alemanha, na França, na Inglaterra a social democracia inglesa e todos estão absolutamente rendidos ao neoliberalismo. Essa situação, parece-me, tem um conteúdo, um elemento subjetivo, que penso que está na apatia que tomou conta do movimento socialista internacional e o sentimento de impossibilidade de que não se pode fazer nada para enfrentar a lógica do capitalismo monopolista, até porque essa lógica parece realmente de uma inexorabilidade, tal como foi colocado na sua exposição, que só nos resta, enquanto intelectuais e pensadores, tentar formular alguma coisa para resistir a tudo isso.

Haveria aí um elemento de subjetividade, um componente psicológico

– e puxo aqui um pouquinho para a minha área – que está dentro desse contexto de rendição, de apatia e de aceitação da inexorabilidade desse processo.

Agora, o elemento que acho ainda mais preocupante é a esquerda, porque penso – e isso coloquei aqui ontem e volto a insistir nesse ponto – que a esquerda elegeu a democracia como instrumento fundamental de luta política. Ora, radicalizar o conceito de democracia, colocá-lo como algo inerente, como estratégia e não como tática política, parece-me uma coisa complicada na medida em que se passa a lutar pela democracia em si mesma. E essa democracia tem servido de instrumento exatamente para a ação do sistema neoliberal. É em cima da idéia de democracia que o neoliberalismo trabalha e é em cima da pretensão do ganho do poder político democrático que a esquerda também está trabalhando.

Então isso torna, num sentido assim bem amplo e bem geral, a questão muito preocupante. Costumo dizer que atacar a questão também do ângulo da subjetividade é fundamental. Quer dizer, como o senhor colocou, que achei interessantíssimo, que aquilo ali é um clube de assassinos. Não se pode ficar com meias palavras a pretexto de que temos que ter parcimônia científica, ou temos que ser parcimoniosos com a colocação das idéias e não dizer que aquele é o clube dos mentirosos, é um clube de disseminação universal de mentiras, é um clube de psicopatas.

Portanto, nesse sentido eu queria uma observação sua sobre essa questão.

E ao Dr. Hélio Bicudo uma pergunta nesse mesmo diapasão: caso o PT e o Lula venham a assumir o Governo do Brasil, estaríamos dentro da mesma virtualidade. A luta pela democracia que tem essa virtualidade de imagina que em si mesmo um poder nominalmente de esquerda vai mudar a situação que está fora do país, onde o poder real está fora do país.

Então, como contornar uma situação na qual o poder concreto não se encontra dentro do país, mas fora dele.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheiro João Luís Batista, por favor.

Torno a encarecer aos companheiros pela brevidade, porque as perguntas estão sendo um pouco longas e o tempo se esvai.

O SR. JOÃO LUÍS BATISTA – Tenho algumas indagações ao ex-Deputado e atual Vice-Prefeito da maior cidade da América Latina. Tenho uma visão diferente sobre direitos humanos, porque na verdade direitos humanos no

nosso país ainda são incipientes. Na minha visão, para que tenhamos direitos humanos reais é necessária uma reformulação do Código Penal. Por que digo isso? Ainda há pouco foi abordado pelo nobre parlamentar e Vice-Prefeito que é uma verdadeira bomba na questão das crianças, que morrem praticamente à míngua, enquanto que no Brasil são gastam 700 reais para se manter um preso. Quando toco na questão da reformulação do Código Penal, é para termos medidas mais drásticas, mais enérgicas na questão, sobretudo, dos crimes hediondos, porque muitas vezes os crimes hediondos são praticados com tortura e tortura é um crime extremado, covarde e cruel. Então é necessário também se pensar nas vítimas. Os direitos humanos também têm que ser voltados não só para o delinqüente e para o marginal que praticam crimes hediondos, mas também para as vítimas.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Conclua, companheiro, vamos ter que ser um pouco mais rígidos.

O SR. JOÃO LUÍS BATISTA – Só um pouquinho, porque o tema é da maior importância e gostaria um pouco de tolerância da Mesa pela importância do tema.

O Professor da Universidade de Genebra, do Partido Socialista Suíço, aproxima-se dos fundamentos de Carl Marx, ele reza na cartilha de Carl Marx. E Carl Marx nos momentos de luta realmente usava muito desses fundamentos.

E creio que em 2002 chegaremos ao poder. O Governo será Socialista, não tenho a menor dúvida. E acredito que será diferente do Governo do Chile, Ricardo Lages. E será diferente de Lionel Jospin, da França. Acredito que o nosso Socialismo no Brasil será mais puro e certamente terá mais condições.

Para finalizar, quando Carl Marx se defrontava diante de suas pregações, para fazer com que a classe trabalhadora e operária fizesse o enfrentamento ao capitalismo, ele tinha uma frase fundamental para poder realmente estimular e também não esquecer que o Socialismo não é apenas utópico, mas ele é real, tanto é real que já está em vários países. E virá para o Brasil e assim se alastrará pelo mundo inteiro. Ele dizia o seguinte: os homens devem morrer pelos seus ideais porque são mortais, mas os ideais Socialistas jamais morrerão porque são eternos. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Vamos passar a palavra para o Professor Jean Ziegler fazer seus comentários sobre as quatro intervenções e depois ao Dr. Hélio Bicudo.

O SR. JEAN ZIEGLER (Expositor) - Agradeço, companheiros, são perguntas muito interessantes. Primeiro o que a companheira disse é verdade, as Nações Unidas vão realizar dentro de 4 semanas, do 30 de agosto ao 7 de

setembro, a Conferência Contra o Racismo na África do Sul. E o Brasil tem um papel central nesta Conferência, porque o Secretário Geral da Comissão Preparatória é Sabóia, que é Secretário dos Direitos Humanos no Ministério da Justiça em Brasília. O Brasil, durante os quatro anos em que a Comissão se reuniu fez um trabalho formidável, Sabóia e sua equipe realizaram um trabalho formidável: A Conferência está em crise, por duas razões. De um lado os países árabes querem introduzir a noção do sionismo como sendo um racismo, querem condenar o sionismo como sendo uma forma de racismo. O que fará com que os americanos não compareçam à Conferência. De outro lado, os países africanos vão pedir a condenação oficial da escravidão e vão pedir indenizações por ela, e aí são os chefes dos países europeus que não virão. Portanto, nos encontramos em uma situação de crise, mas aí, de novo,devo dizer que o Brasil está muito bem. Asssisti, no mês de junho à última conferência preparatória, em Dakar, e o Governo brasileiro disse: o primeiro barco de escravos saiu da África em 1526 e nós fomos um dos últimos países a abolir a escravidão em 1888, portanto reconhecemos a culpa, a infração moral. Não sei se a Conferência vai ocorrer, o que vai se passar. Mas a senhora tem perfeitamente razão, há uma crise profunda ao nível de uma Conferência que é essencial para a comunidade internacional , porque se a comunidade internacional não consegue condenar o racismo que é uma calamidade incrível , na Europa o racismo é um veneno. Na Suíça, em Genebra, há um grande racismo contra os árabes, os africanos, o anti-semitismo ressurge novamente, e se não conseguirmos fazer dessa conferência, uma conferência internacional de condenação do racismo é realmente uma péssima coisa. Mas não posso ir além. É preciso ver se Sabóia consegue convencer ainda os chefes de Estado europeus no que diz respeito à escravidão, e se os europeus conseguem levar Bush.

Em seguida respondo conjuntamente à quarta pergunta e à segunda parte da sua pergunta, a discriminação pela pobreza. Se o novo Governo de esquerda brasileiro não romper com a lógica da dívida, ou seja, se ele não tentar criar o cartel dos devedores, que recusarão coletivamente de pagar a dívida, nada mudará: nem a pobreza, nem a sub-alimentação, nem o analfabetismo. Mas creio que há uma consciência aqui de que, se a esquerda chegar ao poder, a primeira medida a tomar será recusar o pagamento dos juros da dívida. Em seguida, negociar, coletivamente com outros devedores, e o Clube de Paris, a redução gradativa da amortização da dívida, etc. É uma idéia que a Internacional Socialista defendeu em 1988, no Rio de Janeiro no seu Conselho Consultivo. Se o Brasil tomar a iniciativa de criar o cartel dos devedores, quer dizer, de exigir a negociação coletiva dos devedores com o Clube de Paris para rever a redução da dívida, a moratória do pagamento dos juros e sua amortização, aí, sim, o Clube de Paris e o FMI terão problemas. Uma nova missão foi agora a

Washington renegociar a dívida. Enquanto os ministros brasileiros continuarem tomando o avião para ir pedir ao FMI de ser gentil e ajudar o país, tudo vai por água abaixo. Não haverá luta contra a pobreza, nem luta contra o analfabetismo, nem luta contra a discriminação das mulheres, etc. Unicamente isso. O MST é magnífico, é um movimento que está no centro da vida do mundo rural e que vai além do quadro brasileiro. No Brasil, 1% dos proprietários rurais controlam 43% das terras aráveis. A reforma agrária por ocupações, porque a outra o Governo não a promove, através de assentamentos e cooperativas é uma necessidade urgente, porque há 4,5 milhões de famílias brasileiras sem terra, nas estradas.

É verdade que a Internacional Socialista não está bem. Ela é a mais antiga organização política do mundo, fundada em 1864, tendo Karl Marx como seu primeiro Secretário Geral. Ela cobre hoje quase 18 milhões de companheiros. O Partido Socialista Brasileiro é, pelo momento, observador . Se vocês se tornarem membros, 12% de suas cotizações irão para a Internacional. Minhas críticas à Internacional Socialista não são endereçadas a seus dirigentes, mas ao etnocentrismo, ao euro-centrismo que nela impera. Temos 42 membros de pleno direito, mais os observadores e consultores. O núcleo da Internacional se compõe de europeus e os europeus só debatem os grandes problemas europeus, como o desemprego na França, na Alemanha ea abertura que devem fazer em direção aos países do Leste europeu. Há 11 países negociando a adesão à União Européia para o próximo ano, que deverá contar com 25 países membros: a Hungria, os países bálticos, a Romênia, etc. Este euro-centrismo é terrível. Não se consegue nas reuniões do Conselho Executivo e nos Congressos Gerais, cada 3 anos é realizado um Congresso Geral, discutir outro assunto. Apesar de que agora, graças a televisão, fala-se um pouco sobre a solidariedade para com a América Latina,a África. Mas falo sobre o que se passa por detrás das portas fechadas. Discute-se exclusivamente sobre os problemas dos Governos socialistas no interior da União Européia e sua ampliação em direção ao Leste, onde se encontram Estados criminais horríveis. Esta abertura vai ser mortalmente perigosa para a União Européia. Além do mais, a maior parte de nossos companheiros que estão no poder demissionaram frente ao capital financeiro. Cito Jospin, que é uma pessoa de bem, honesto, e que se encontra nas pesquisas para a Presidência na França a 3 pontos de Chirac. Todos os movimentos contra a globalização, contra Davos, o movimento Attac rompeu com Jospin. Em todo caso, os movimentos sociais não votam para estes socialistas, e a extrema esquerda, com Crivine, que tem 6% de votos decidiu que no segundo turno não apoiarão os socialistas. As forças vivas das nações européias romperam com os países da social democracia constituída. O exemplo francês é típico. Portanto há algo que não funciona mais na Internacional Socialista, porque

se ela não capta mais a esperança dos movimentos populares, dos movimentos sindicais, das forças vivas de uma nação é porque ela demissionou e porque ela interiorizou a lógica do capital. E isto é verdade. Habermas, o grande sociólogo alemão, diz que os partidos socialistas europeus praticam a política interior planetária, quer dizer praticam a política interior que o capital financeiro planetarizado dita a eles. Não vou desencorajá-los a entrar na Internacional Socialista, porque vocês são observadores, e eu quero que haja mais brasileiros presentes para dar vida, inteligência. Mas é preciso que cheguemos à ruptura com o etnocentrismo, com a submissão à determinação do capital, impondo novas alianças com os movimentos populares, e exigindo que o Parlamento francês aceite votar a taxa Tobin sobre a especulação do capital. Seria muito bom se a esquerda brasileira estivesse massivamente presente na Internacional Socialista. Hoje quem está presente é Brizola, mas talvez ele não represente bem o socialismo brasileiro. É preciso tentar entrar no próximo Congresso, mas com reivindicações de ruptura. Não devo dar conselhos, para não ser arrogante, mas como estamos entre companheiros, exprimo minha opinião puramente subjetiva. Obrigado.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Com a palavra o Dr. Hélio Bicudo.

O SR. HÉLIO BICUDO (Expositor) – Quero dizer, em primeiro lugar, que compartilho inteiramente das apreensões do companheiro Valton de Miranda a respeito do comodismo que tem sido assumido pelos partidos Socialistas nessa questão política, que hoje mais presente do que ontem no Brasil em especial diante de uma possibilidade de uma vitória das esquerdas nas próximas eleições presidenciais.

Sobre esse aspecto compartilho inteiramente das posições aqui mencionadas pelo Prof. Jean Ziegler, no sentido de que realmente o Brasil tem condições de buscar um cartel de devedores para confrontar-se com o cartel dos nossos credores. Acho que sem uma posição muito clara nessa questão da dívida externa, que hoje esmaga os países pobres. Nessa luta que passou do leste, oeste para o sul e norte do mundo, acho que se não nos unirmos, as esquerdas, para que esse cartel dos países devedores se realize, para que possam realmente ter um confronto razoável com a força e com o império que está situado no hemisfério norte.

Com relação a essa questão dos direitos humanos, senti na palavra do companheiro João Luís Batista essa questão subjacente de que aqueles que defendem direitos humanos defendem os direitos de bandidos. Muito claro isso para mim. Isso é uma distorção que a mídia vem provocando há muitos anos em nosso País; quem defende direitos humanos, defende direitos de ban-

didos. E sabemos que isso realmente não se desenha dessa maneira. Aqueles que defendem os direitos humanos, e hoje os direitos humanos estão na pauta da comunidade mundial, eles defendem os direitos da pessoa, os direitos que nascem com a pessoa, que subjacentes com a pessoa humana.

Então, quando se fala em penas mais graves, tenho impressão de que estamos fazendo o discurso conservador, não estamos fazendo o discurso Socialista. Temos que buscar na reforma do Código Penal uma reformulação dos delitos e das penas ali contidos, para que não se observe a distorção que temos hoje, de pessoas que são primárias, que estão cumprindo pena e pessoas que cometeram crimes realmente atrozes e que estão livres pela sociedade afora.

Acho que essa questão, por exemplo, dos crimes hediondos, não tem sentido nenhum que uma constituição configure e permita a configuração de crimes hediondos. O que são crimes hediondos? Onde é que está a objetividade na tipificação de um crime se nós criamos a subjetividade para a sua configuração? Quem hoje é detido com dois pacotinhos de maconha dentro do bolso é preso e vai responder preso por esse crime, entre aspas, e vai cumprir uma pena até o seu final. É por isso que as nossas prisões estão superlotadas. Acho que é preciso que visitemos uma das nossas prisões, umas delegacias de polícia, as pessoas amontoadas, as pessoas vivendo como animais, para verificarmos que precisamos realmente modificar a nossa legislação penal, para que os juízes apliquem penas alternativas às penas de reclusão, para que as pessoas possam cumprir as suas penas dentro da comunidade e não excluídas da comunidade, porque na verdade o que existe hoje no Brasil, nos países em geral, sejam eles do hemisfério norte, sejam do hemisfério sul, é o desejo de segregação. Aqueles que cometeram fatos capitulados no Código Penal como crimes devem ser afastados da convivência de nós que somos os bons, eles que acabem e nós continuemos a existir.

De modo que acho que a reforma penal eu temo que ela vá passar exatamente por penas mais graves, por delitos novos. E essas penas e esses delitos oprimem a quem? Basta irmos visitar um presídio para ver quem são os oprimidos por essas penas previstas pelo Código Penal e aplicadas pelos nossos juízes. É a população mais pobre, são os pobres que estão ali e não os ricos. Quando se vai a uma delegacia de polícia e se vê uma pessoa que está cumprindo uma pena de reclusão e que é primário, e que se vê uma pessoa que cometeu cento e tantos homicídios e que recebe uma pena de seiscentos e trinta e poucos anos continuar em liberdade, acho que isso precisa ser corrigido.

Por aí ficamos. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheiro Francisco Nogueira, por favor. Precisamos de objetividade porque ainda temos 7 pessoas inscritas. As perguntas devem ser feitas de um modo mais direto e rápido para que o debate ainda possa prosseguir.

O SR. FRANCISCO NOGUEIRA – Sobre a exposição do Professor Jean, boa exposição inclusive sobre os direitos humanos e sociais, dois pontos chamaram-me atenção. Primeiro, quando ele coloca como uma das formas de fortalecer o cumprimento desse direito a restauração do poder público; e a outra, quando ele coloca também na sua intervenção, estou só resumindo aqui, a questão da ruptura deve ser organizada.

Quanto à primeira questão, a da restauração do poder público, temos que vincular esse processo ao que discutimos ontem, que é o processo da globalização, o processo dessa realidade hoje mundial que é a exploração capitalista e imperialista dos países, que ontem foram colocadas aqui, e que uma das políticas é exatamente a diminuição da coisa pública do Estado, a diminuição, a privatização. Isso representa para nós uma coisa preliminar. Para que os direitos humanos sejam mais fortalecidos é preciso, na verdade, o restabelecimento, o fortalecimento da coisa pública como um veículo, um mecanismo de fazer com que possam esses direitos serem ampliados.

A questão de a ruptura dever ser organizada, acho que essa é uma questão que não tem resposta, apenas é uma reflexão que se faz. É óbvio que concordo plenamente que a ruptura com esse sistema capitalista, selvagem, hoje responsável pela miséria do mundo inteiro, a globalização da riqueza por um lado e a exclusão do mundo inteiro, da humanidade, também concordo com isso. O grande problema é que o poder é tão forte que essa organização o sistema não deixa acontecer. Eis o desafio nosso, fazer essa organização, o sistema monopolista não deixa acontecer.

Quanto à exposição do Dr. Hélio Bicudo, achei-a muito boa inclusive quando ele diz que os direitos humanos convencionados hoje ao longo desse processo, com muito esforço por todo mundo, eles são violados... E vou dar um exemplo no Brasil. Eles são violados por um pacote econômico, por uma medida provisória, enfim, por qualquer medida que atendendo a essa questão do capital selvagem, do capital monopolista vem cada vez mais dificultar. E ele expôs também uma situação que do ponto de vista do poder institucionalizado, do poder jurídico do país e do mundo inteiro, ninguém vê uma ação contra esses cidadãos que fazem esse processo.

Acredito que o poder mais forte para fazer os direitos humanos serem respeitados é a organização da população, da sociedade organizada, sindicatos,

movimentos populares, enfim, a sociedade civil organizada. Só que, Dr. Hélio, nós neste poder selvagem, neste País em que vivemos, quando parte desses setores ou desses segmentos que ainda defendem isso por terem uma posição mais de esquerda, de ruptura com o capitalismo, essas pessoas, esses blocos são na verdade recebidos a bala pelas polícias de todos os Estados, são recebidos pelo poder repressor para não deixar esse setor organizado, que esse é o desafio.

De modo que a minha pergunta é se esses dois pontos, tanto na questão jurídica quanto na questão dos movimentos da reação da população é que vão fazer com que esses movimentos, os direitos humanos e sociais, sejam respeitados.

Em função dessa contradição é que acredito que num país capitalista, como nós somos e por isso defendemos o Socialismo como uma alternativa de sociedade, em países capitalistas todos os direitos humanos e sociais sempre são desrespeitados nesse processo.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheira Mary Machado, por favor.

A SRA. MARY MACHADO (Secretária Nacional de Mulheres) – Gostaria de saudar os companheiros e companheiras presentes e especialmente a iniciativa da Fundação João Mangabeira de nos proporcionar essa oportunidade de ouvir tão brilhantes painelistas.

Quero registrar que nós mulheres Socialistas lamentamos a ausência do recorte de gênero na discussão a respeito da diferença social e do aprofundamento da pobreza no mundo. Lamentamos inclusive a ausência de pessoas que estejam propondo esse debate na Mesa dos trabalhos. Acreditamos que um partido Socialista tenha que contemplar sempre essa perspectiva, uma vez que não podemos fugir dessa realidade hoje em dia no mundo. Se formos fazer uma análise da questão da pobreza, não tem como desconsiderar hoje que mais de um terço da população mundial pobre são mulheres e que dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres. E que a cada quatro minutos neste país uma mulher sofre algum tipo de violência e que hoje já somos 30% das chefes de família e que somos, apesar disso, discriminadas no salário percebendo salário menor do que dos homens.

Então, quando fazemos o debate a respeito da necessidade de mudança, precisamos ter clara a diferença, a especificidade que está colocada nessa questão do sistema capitalista e do aprofundamento da desigualdade social no que diz respeito à questão da mulher.

Foi muito bem colocado, e gostaria que o nosso primeiro painelista, o Professor Jean, discorresse um pouco mais a respeito do neoliberalismo e de como ele se coloca para a sociedade. Essa é uma questão que particularmente sempre me preocupa, porque é verdade, como o Professor colocou, que o neoliberalismo se coloca enquanto um sistema econômico, que tem uma pauta e um modelo econômico para a sociedade. No entanto, o neoliberalismo se aprofunda e se afirma. O Prof. Jean disse muito bem que muitos governos socialistas acabam adotando essa prática neoliberal e assumindo políticas diferentes daquelas que sonham com um outro tipo de sociedade, porque o neoliberalismo afirma alguns comportamentos na sociedade, comportamentos individualistas, competitivos e a afirmação de uma falsa liberdade, que na verdade ela representa sim a afirmação de um processo de construção do particular e não do público e do social.

Gostaria que o Professor pudesse discorrer um pouco mais dessa questão, porque ela é muito mais profunda e cada um de nós incorre nesse erro, embora sejamos integrantes de um partido socialista. Na nossa prática, envolvemo-nos numa sociedade economicista, de disputa, individualista e todas as outras questões que aqui levantamos.

É importante reafirmar – sou gaúcha, sou de Porto Alegre, moro em Porto Alegre – o que foi colocado também a respeito de como buscar essas saídas. Creio que o Fórum Social Mundial, que aconteceu este ano e cuja segunda edição será de 31 de janeiro a 5 de fevereiro, novamente em Porto Alegre, foi um importante momento de debate, não apenas pela diversidade do que nós lá vivenciamos, de cultura, de experiência acumulada, mas fundamentalmente porque democratizamos um debate que até então estávamos fazendo de forma muito setorizada. E aí se chama para a necessidade da verdadeira articulação e efetivação dos movimentos sociais, dos sindicatos e dos partidos políticos que querem, têm o desejo e trabalham para se constituir enquanto porta-vozes e organismos que refletem os anseios da sociedade.

Concluindo, penso ser importante colocar isso para este plenário, porque nós do PSB precisamos afirmar a nossa presença nessa segunda edição do Fórum Social Mundial, que com certeza será muito mais importante do que o primeiro.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheira Regina Célia, por favor. O Próximo é o companheiro Juliano Siqueira, é bom já se posicionar junto ao microfone para tentarmos agilizar.

A SRA. REGINA CÉLIA – Bom dia à Mesa, ao ilustre Professor da Universidade de Genebra, ao Dr. Hélio Bicudo e ao Sr. Carlos Siqueira.

Companheiros e companheiras aqui presentes, foi dito sobre o uso de papinhas e leite em pó para crianças desnutridas. Faço parte da Pastoral da Criança e gostaria de ressaltar a importância do leite materno, mesmo o leite da mãe que está desnutrida ainda é mais importante do que qualquer alimento a ser dado para a criança. É preciso nutrir a mãe com algum alimento, a Pastoral da Criança fabrica a multimistura, que é um concentrado de vitaminas e sais minerais, que isso passará para o leite materno, para crianças de até seis meses, inclusive período em que deve ser de amamentação exclusiva. Após esse período a multimistura pode ser dada à criança.

O trabalho realizado pela Pastoral da Criança, que é a maior organização não-governamental do mundo, vem reduzindo o índice de mortalidade infantil não só no Brasil como em outros países da América do Sul, também na África e no Timor Leste.

No Brasil, enquanto a média nacional é de 35 mortes para cada 1.000 nascidos vivos, a Pastoral da Criança consegue, com o seu trabalho nos bolsões de miséria, reduzir a 13 por 1.000 nascidos vivos.

Quero dizer que esse trabalho começou após uma reunião da ONU em 82, quando se discutia mortalidade infantil e saúde pública, e que o então Dom Paulo Evaristo Arns, participante dessa reunião, trouxe esse questionamento para a sua irmã, Dra. Zilda Arns Neuman, que era médica pediatra sanitarista e dirigia uma rede de postos de saúde e ela começou a encontrar soluções e meios de fazer chegar essas informações às famílias. E hoje esse é um trabalho digno de ser louvado e este ano está até concorrendo ao Prêmio Nobel da Paz.

Queria saber se o senhor conhece o trabalho da Pastoral da Criança.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheiro Juliano Siqueira, por favor.

O SR. JULIANO SIQUEIRA (Rio Grande do Norte) – Camarada, amigos, companheiros, companheiras, vamos ser objetivos. Até seria de melhor senso não fazer a pergunta, diante de tantas e tão importantes que já foram feitas e do óbvio esvaziamento do plenário.

Mas desejaria muito discutir a informação primeira do Prof. Jean Ziegler. Na verdade, algumas questões essenciais já foram levantadas. E nesse tema que hoje estamos discutindo no Encontro Internacional Socialista, a proposta da Nova Agente Internacional e a abertura, Direitos Humanos e Direitos Sociais.

Sou do Partido Socialista Brasileiro do Rio Grande do Norte e sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Norte.

O Professor, jurista, ex-deputado e atual vice-prefeito Hélio Bicudo colocou com muita propriedade e sem dissipar minhas preocupações o processo de mundialização da legislação protetora dos direitos humanos, da ultrapassagem das fronteiras nacionais e da limitação da chamada soberania nesse campo. Temos agora inclusive tribunais em Haia, julgamento de generais de guerras na antiga Iugoslávia, o Millosevit está por lá, o outro que passou pela Bósnia também já foi condenado etc.

Mas há uma preocupação nisso tudo. Desejaria esclarecimento nesse campo. Sabemos que esse processo é decorrente da mundialização, como dizem bem os franceses. Mas a questão é a seguinte: a questão da Iugoslávia a OTAN resolveu; a questão do Iraque etc., etc. A questão do Oriente Médio, particularmente do povo palestino, não é resolvida ou não querem resolver e estamos diante de um genocídio produzido pelo fundamentalismo religioso e sionista. E os tribunais estão julgando quem? Lembro-me quando o genocida Pinochet estava preso na Inglaterra e depois na Espanha, uma grande parte da mídia inclusive a brasileira perguntava por que o comandante Fidel Castro tinha liberdade para viajar pelo mundo e voltar para Cuba, comparando-o ao Augusto Pinochet.

Então é preciso olhar esse processo de limitação da soberania dentro desse mundo mundializado ou globalizado e extrairmos daí os elementos que estão produzindo as intervenções e o processo de composição desses tribunais de natureza transnacional. Não é discutir a universalidade dos direitos, é discutir quem está com a titularidade da aplicação desses direitos. Esse é o meu questionamento. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheiro Paulo Pedroso, por favor.

O SR. PAULO PEDROSO – Sendo bem objetivo, tenho respeito ao tempo, gostaria que o Prof. Jean deixasse um pouco mais clara a questão de alternativas ao modelo econômico neoliberal. O que está acontecendo no mundo em termos de outras experiências de economia? Para romper com o projeto é necessário um outro projeto e não ficou muito claro esse outro projeto. E também se é possível conciliar esse processo de globalização com o combate à fome, à desnutrição, ao desemprego e à miséria.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheira Ivone Barreiros.

A SRA. IVONE BARREIROS – Quero cumprimentar os companheiros do Partido Socialista, principalmente os da Fundação Mangabeira pela organização deste evento. E já ouso sugerir que eles ocorram em todos os Estados do Brasil, até a título de sugestão de organização do nosso Partido.

Mas quero elogiar e agradecer a presença de um professor que vem retemperar o ânimo e o entusiasmo dos Socialistas brasileiros. A análise da conjuntura dele foi excelente. Para ser objetiva, gostaria de formular-lhe duas questões.

Qual é a sua opinião, Prof. Jean, sobre a taxa T*obin* e sobre a falaciosa mídia internacional?

Para o ilustre companheiro, membro do Ministério Público, Hélio Bicudo, dada a experiência jurídica que este companheiro tem, dado o fato de acompanhar, através da Câmara Federal em Brasília, os assassinatos dos companheiros do Movimento dos Sem-Terra, frente às injustiças cometidas por membros da magistratura deste país e do Ministério Público também, frente as mortes e os assassinados não apurados, pergunto ao companheiro Hélio Bicudo: quais são as providências que estão sendo tomadas no nível dos tribunais internacionais.

E ao companheiro Siqueira, parabéns, leve esses encontros para outros Estados e cidades do Brasil. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Obrigado, companheira. Passamos a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. Hélio Bicudo e, em seguida, ao Prof. Jean Ziegler.

O SR. HÉLIO BICUDO (Expositor) – A respeito dessa questão da mobilização para a luta pelos direitos de todos, a luta contra essa questão do pagamento da dívida externa, acho que há muitos anos no Brasil já se desenha esse movimento de se organizar e se buscar nessa organização a maneira de enfrentar o poderio dos países do hemisfério norte. Acho que isso é fundamental. Podemos dizer até, como Eça de Queiroz, que é um problema acaciano, nós sabemos que precisamos fazer, o problema é que até agora nós não soubemos fazer. Temos uma expectativa no próximo ano. Será que vamos fazer? É uma grande pergunta que se põe a todos nós. Será que não estamos já no processo eleitoral fazendo concessões que levam a tolerância relativamente ao domínio da ideologia neoliberal em nossa economia e na economia dos países mais pobres?

Acho que precisamos fazer uma reflexão bastante profunda a respeito desse tema, para que nós, na medida em que possamos alcançar a Presidência da República, alcancemos realmente o poder.

Quero aqui me congratular com a Pastoral da Criança. Acho que a Pastoral da Criança tem atuado de uma maneira muito importante no que diz respeito a nossa formação, a formação da nossa raça. E enaltecer o trabalho que a Dra. Zilda Arns está realizando junto com as suas companheiras da Pastoral da Criança e que mereceu e está merecendo uma proposta que é popular para que ela e evidentemente a Pastoral do Menor sejam agraciadas com o Prêmio Nobel da Paz.

A pergunta do Juliano Siqueira é muito instigante. O processo de mundialização dos direitos humanos está em marcha, mas evidentemente é um movimento que vai caminhando muito paulatinamente, vai caminhando muito devagar porque ele tem que atingir a consciência de todas as pessoas e sabemos que ainda essa consciência de que os direitos humanos são os nossos direitos, são os direitos da pessoa humana como tal, sejam eles delinqüentes ou não. Essa concepção de que os direitos humanos são os nossos direitos precisa ainda penetrar muito em todos nós para que realmente possamos chegar à conclusão, que para mim é óbvia, de que os direitos humanos são os direitos de todos nós e que é importante que esse processo de mundialização dos direitos humanos caminhe.

Evidentemente que esse processo bate bem de frente com a questão da soberania dos países. Ainda não faz muito tempo, o Brasil se negava a reconhecer a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos baseado num conceito retrógrado de soberania, alimentado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, mais propriamente pelo Itamaraty. E foi um processo de convencimento e que a mobilização pública respondeu com muita presteza para que o Brasil, afinal, em 1998, no dia da comemoração da Declaração dos Direitos Universais, concedesse em reconhecer a jurisdição da Corte Interamericana.

Essa questão dos organismos internacionais, dos tribunais internacionais, dos códigos internacionais, o código penal internacional, acho que estamos ainda engatinhando para chegarmos a essa universalização do processo de contenção desses crimes, que você apontou muito bem, que estão acontecendo no Brasil a cada instante, a cada momento, a cada dia, a cada semana, a cada mês, a cada ano, que se avolumam e que a grande maioria desses crimes advêm de políticas públicas adotadas pelo Governo. Da mesma maneira, o genocídio que hoje se pratica na Palestina, que se praticou nos países do Oriente Médio em lutas recentes do capital contra os direitos das pessoas.

De modo que acho que essa titularidade está com o povo. A titularidade para a aplicação desses direitos está com o povo. Mas é preciso que o povo saiba da existência desses organismos e saiba como atuar para que esses organismos possam dar uma resposta a essas violações.

Quero dizer a vocês que na minha experiência como membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanas posso dizer que vejo com surpresa que ao passo que no Brasil temos essas violações por parte do Governo, por parte dos nossos legisladores, por parte do nosso Poder Judiciário, por parte da nossa polícia, violações contundentes de direitos humanos, a Comissão Interamericana não recebeu até hoje mais do que duas ou três dezenas de denúncias de violações desses direitos. Quer dizer, é preciso que saibamos da existência dos mecanismos internacionais e é preciso que saibamos da maneira pela qual podemos acionar esses mecanismos, porque se na verdade desconhecemos os mecanismos, não sabemos como acioná-los, evidentemente que eles não têm nenhum papel importante na evolução da prática dos direitos humanos em qualquer país.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Professor Jean Ziegler, por favor.

O SR. JEAN ZIEGLER (Expositor)

-A relação entre direitos civis e direitos sociais é um grande debate. Para nós não há Governo socialista, nem transformação possível da sociedade sem o respeito escrupuloso do princípio majoritário e de todos os direitos civis. Lenine propagava que a consciência coletiva não é capaz de votar por seus verdadeiros interesses e que é preciso, então, ter uma vanguarda. Apesar da beleza da palavra vanguarda, o partido socialista não aderiu à esta teoria. Se você quer desenvolver um país, você tem que mobilizar a população, através do direito participativo e através de um processo de crítica, autocrítica, liberdade de expressão, liberdade de assembléia, liberdade de voto, etc. Os direitos democráticos são condições para o desenvolvimento das forças de produção de um país. Portanto é verdade o que Marx falou: o homem que tem fome não pode comer uma cédula de voto, o analfabeto nada tem a ver com a liberdade da imprensa. O dever dos socialistas é de dar comida e o direito de voto, é alfabetizar e dar a liberdade de expressão. Agora o problema da mulher na Internacional Socialista é um problema muito doloroso, porque somos machos terríveis. Vejo as fotos do ato de abertura desse Encontro, não há nenhuma mulher. Treze homens e nenhuma mulher.

Carlos Siqueira - Senhor Ziegler, hoje a tarde uma mulher coordenará os trabalhos.

É isso aí. Fazer o trabalho, elas fazem. É outra coisa. As mulheres fazem os trabalhos, os homens colhem os louros. Seriamente, nós tentamos resolver a questão a dois níveis. Há uma organização internacional socialista de

mulheres que vai ser dissolvida. Elas não querem existir como Internacional Socialista de Mulheres. Em vários partidos europeus, sueco, norueguês, finlandês, dinamarquês, a paridade é garantida nos estatutos. Quando há uma eleição são 50% de homens e 50% de mulheres candidatos. Há uma discussão para saber se os ministérios importantes devem ser ocupados por homens ou por mulheres, paritariamente. Na França, Jospin introduziu há 2 anos atrás a paridade. Eu sou pela paridade, sou favorável a que todos os estatutos dos partidos socialistas, membros da Segunda Internacional, obriguem propor 50% de homens e 50% de mulheres nas eleições, com os nomes alterados nas listas. Mas as críticas inerentes ao machismo dos socialistas na Europa é um grande problema.

Falo rapidamente da Pastoral da Criança. Ela é remarquável. A campanha contra Nestlé, pelo leite materno muito importante. É provado que o leite materno é melhor do que qualquer outro leite, mas hoje o Banco Mundial quer voltar a discutir o assunto e o debate não é completamente absurdo porque não vejo como evitar a maldição de um ciclo em que mulheres subnutridas dão a luz crianças inválidas.

A taxa Tobin. Na França há um movimento que se chama Attac: Associação das taxas de transferência do capital financeiro internacional. James Tobin era professor de economia, presidente do conselho econômico de Kennedy e foi ele quem inventou esta taxa, recebendo o Nobel em 1972. Tobin morreu recentemente. A taxa diz: o problema dos países do terceiro mundo se encontra na versatilidade do capital de investimento, ou seja o grande capital. Quando as taxas de juros são elevadas no Brasil, bilhões de dólares chegam à bolsa de São Paulo. Mas basta a menor variação para que este capital parta com a velocidade da luz. E as usinas fecham por falta de capital, a bolsa cai e centenas de milhares de pessoas ficam desempregadas. Tobin disse: é preciso encontrar um meio de frear esta velocidade. Não de impedir a especulação, mas simplesmente freá-la. E o meio é fazer pagar uma taxa para todo capital financeiro que partir antes de 6 meses de aplicação. Seria uma taxa gradativa, um capital que permanecesse 5 anos em um país não pagaria taxa alguma. O produto desta taxa iria para um Fundo de Desenvolvimento, dando aos países que necessitam de capital estrangeiro a capacidade de sustentar seu desenvolvimento. Este Fundo seria destinado aos 49 países mais pobres do planeta, e o Brasil não se encontra entre eles. Pelo momento o único parlamento no mundo que já aprovou esta taxa é o parlamento canadense.

O que fazer? Repito o que já disse. Vocês peguem o texto revolucionário mais importante, o Manifesto Comunista, as famosas 12 reivindicações do fim do Manifesto são todas negativas: nenhuma criança com menos de oito anos

nas usinas, nenhum trabalho aos domingos, etc. Portanto, eu sei o que não quero. Isto basta para o movimento popular revolucionário. É absolutamente suficiente. Devemos liberar a liberdade do homem. Criar as condições para que o homem possa ser livre, e o que ele fará de sua liberdade, este é o mistério da história. Mas esta reconquista é absolutamente necessária. O Brasil vive sob uma República graças as pessoas que marcharam sobre a Bastilha. Portanto, é preciso liberar a liberdade do homem. Termino com uma frase de Jaures, que foi assassinado em agosto de 1914. Jean Jaures dizia que não somos desse mundo e que esse mundo não nos pertence. Levi Strauss disse que a história começou sem o homem e que ela pode terminar sem o homem. E com o capitalismo selvagem, se a maximalização do lucro das oligarquias continuar a se desenvolver livremente durante ainda alguns anos, é possível que não só venha a desaparecer os valores herdados da República, mas a própria civilização desaparecerá do planeta. Portanto, a ruptura urge, ela é essencial.

Obrigado.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheiros e companheiros, antes de encerrar, gostaria de agradecer e felicitar os dois expositores, dizer que foi uma honra para o Partido Socialista e para a Fundação João Mangabeira tê-los conosco nesta manhã, nossos amigos que nos brindaram com excelentes exposições, que já eram esperadas por todos, essas duas figuras extraordinárias, o Dr. Hélio Bicudo, grande defensor dos direitos humanos, figura pública nacional da melhor qualidade, e o Prof. Jean Ziegler, que está conosco desde a abertura do nosso encontro.

Muito obrigado e um abraço a todos.

Sessão

03 de agosto de 2001
Hora: 14 horas

"Socialismo, lutas no campo e conflito urbano"



Expositores:
João Pedro Stédile (Movimento Sem-Terra) e
Luís Jorge Werneck Viana (Professor)

Coordenador:
Margarida Vieira
(Diretora de Cursos da Fundação João Mangabeira)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) - Gostaríamos de convidar a Professora Margarida Vieira, Diretora de Cursos da Fundação João Mangabeira, para tomar assento à mesa e dirigir os trabalhos deste painel.

Convido também para tomar assento à mesa o companheiro João Pedro Stédile, do Movimento Sem-Terra, que será um dos painelista desta tarde, que nos honra hoje aqui com a sua presença.

Convido também o Professor Luís Jorge Werneck Viana para que possa tomar assento à mesa, também um dos nossos convidados e um dos painelistas desta tarde.

Saudamos a todos e passamos a palavra e a coordenação dos trabalhos à Professora Margarida Vieira.

A SRA. MARGARIDA VIEIRA (Coordenadora) - Boa tarde a todos os companheiros presentes, participantes do Encontro Nacional Socialista, para darmos continuidade a um conjunto de debates, que acho que estão sendo de alto nível e de grande importância para que possamos ter uma estratégia, tanto nacional quanto internacional, para enfrentar a globalização dominante hoje.

Vamos iniciar nossos trabalhos. Desde início, quem for se inscrever, ao final das palestras, para os debates, pedimos que seja o mais sintético possível, porque às 17h temos um outro painel.

Iniciamos com o João Pedro Stédile, daquele que é o maior movimento social deste país, dentro desse nosso Painel "Socialismo, lutas no campo e conflito urbano", que depois será seguido pelo Prof. Luís Werneck Viana.

Teremos as exposições e ao final das mesmas abre-se o debate.



O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE (Expositor) - Boa tarde, companheiros e companheiras, estou muito orgulhoso de poder estar aqui com vocês, alegro-me em ver tantos companheiros valorosos que há tantos anos militam na causa socialista do nosso país. E me alegro também por os coordenadores terem incluído o tema da questão agrária entre os aspectos a serem debatidos e estudados num seminário da magnitude e da importância, que vocês organizaram aqui no Rio de Janeiro.

Como todos sabem... Aquela luz é necessária? É muito desagradável falar sem en-

xergar direito as pessoas. (Palmas.) Alegro-me também porque percebo que a ala de esquerda é majoritária. (Palmas.)

Bem, vamos ao trabalho. Há um consenso entre os intelectuais e pensadores dos problemas brasileiros de que o problema da terra é um dos pilares fundamentais que caracterizou a organização da nossa sociedade. E embora hoje tenhamos a maior parte da população vivendo nas cidades, dito como uma população urbanizada, no entanto, tanto do ponto de vista populacional, em torno de 50% da nossa população vive em pequenos municípios dependendo da atividade agrícola, mas, sobretudo, as características da nossa sociedade, as raízes culturais e o poder econômico e político estão intrinsecamente vinculados com a questão da propriedade da terra. De maneira que mesmo, creio, entre a direita há um consenso de que a propriedade da terra não é um problema só do Sem-terra, mas da sociedade brasileira como um todo.

E nesse tempo que me foi dado quero ter a petulância de compartilhar com vocês a forma teórica como nós do Movimento Sem-Terra interpretamos a evolução do problema agrário na nossa sociedade. E por isso, evidentemente, preciso recorrer aos aspectos da formação histórica do nosso povo e não apenas fazer uma abordagem da conjuntura atual e da forma mentirosa e escamoteada com que o atual Governo trata a questão agrária no Brasil, embora a minha especialidade seja mesmo falar mal do Fernando Henrique.

E espero, como prognosticou o Professor Fábio Comparato, que é um dos grandes juristas que temos, que ainda haja tribunais para quem o Sr. Fernando Henrique Cardoso tenha algum dia que prestar contas, tal as malvadezas que ele fez para o nosso povo.

Mas voltemos ao tema da nossa palestra. Se olharmos para a evolução da questão da propriedade da terra no Brasil, há períodos bem determinados que nos permitem perceber como ela foi evoluindo na nossa sociedade. Desde que aqui chegaram os portugueses, em 1500, eles já trouxeram o modo de produção predominante, como o capitalismo. E nós vivenciamos, então, uma primeira etapa, de 1500 até 1850, em que os colonizadores organizaram a exploração da nossa natureza e da terra, dentro do capitalismo dependente, cujo modelo se caracterizou como modelo agroexportador. Ou seja, todo esforço da sociedade brasileira daquele período foi direcionado para a produção agrícola e para a exportação. E a forma de organizar as unidades produtivas nesse modelo foi o que os sociólogos chamaram de *plantation*, que é uma terminologia inglesa, que em geral se manteve, mesmo na nossa literatura sociológica, embora o Professor Jacob Borender se atreveu a traduzir como plantagem. Mas a expressão ou o conceito que na minha opinião caracteriza melhor, embora mantendo em inglês, é mais conhecido como *plantation*.

E o que caracterizou a *plantation* aqui no Brasil? Toda produção agrícola era organizada com grandes fazendas, com a monocultura, destinada apenas a produtos de exportação: cana, café, algodão, pecuária extensiva para exportar o couro, cacau e mão-de-obra escrava. Essas são as características fundamentais dessa *plantation*. E a propriedade da terra não era privada. Esses grandes fazendeiros, usineiros e engenhos obtinham apenas a concessão de uso de parte da coroa. De maneira que até 1850, embora a forma de produzir fosse baseada em grandes propriedades com trabalho escravo, a propriedade da terra era pública, era uma concessão da coroa àqueles capitalistas que tivessem dinheiro para investir em escravos e se dedicar apenas àqueles produtos que a coroa queria. Ou seja, se alguém quisesse plantar só milho e mandioca não podia, tinha que se dedicar exclusivamente aos produtos de exportação.

Evidentemente que esse modelo gerou muitas contradições. Vocês conhecem melhor do que eu todas as pressões sociais ao nosso povo, a luta dos negros, a existência dos quilombos etc. Até que chegou a um ponto em que a monarquia se deu conta de que a escravidão era insustentável. Com isso a coroa se preparou para uma transição também da propriedade da terra. E em 1850 D. Pedro II decretou a Lei 601, que foi a primeira lei de terras do Brasil, que a rigor está em vigor até hoje e que foi um marco que, na prática, introduziu o capital na propriedade da terra, libertou a terra dos laços monárquicos, mas libertou-a para quem tivesse dinheiro, porque a lei era explícita. Daí para diante, qualquer cidadão brasileiro poderia ser proprietário privado de terras, o que antes não podia, desde que tivesse dinheiro para comprar essa terra da coroa.

Com essa característica, a lei, na verdade, queria e conseguiu evitar que os então trabalhadores escravos ao conquistarem a sua liberdade fossem impedidos de se transformar em camponeses, para preservá-los então como mão-de-obra cativa assalariada. E assim se fez. Quando os escravos conquistaram a liberdade, depois de muitas lutas e finalmente reconhecidas em lei no final do século, essa população negra não teve como se transformar em camponeses ou pequenos proprietários de terra, porque não tinham absolutamente nenhum recurso. Com isso a maior parte daquela população migrou das então fazendas escravocratas para as cidades portuárias, que eram os únicos lugares onde havia trabalho pesado para ex-escravo: carregar e descarregar navio. E essa marca da lei de terras inclusive é a origem então por que as nossas principais cidades negras são as cidades portuárias: Rio Grande, no Rio Grande, Santos, em São Paulo, São Mateus, no Espírito Santo, Salvador, Recife, São Luís e Belém.

Nesse mesmo período, tivemos então um processo de transição do modelo econômico, já que o modelo agroexportador entrou em crise com a

fuga dos escravos. Não havia mais mão-de-obra suficiente para tocar aquelas lavouras. E essa crise tornou-se aguda com a eclosão da I Guerra Mundial, que fechou o mercado externo do café e impôs uma grave crise na cafeicultura, que era o principal produto da nossa economia.

Nesse período de crise de transição, como a burguesia então resolveu esse problema agrário? Poderia ter resolvido fazendo reforma agrária, distribuindo terra, dando o direito de acesso a terra àqueles milhões de trabalhadores; como, aliás, abro parênteses, foi o que a sociedade norte-americana fez. Nos Estados Unidos, quando eclodiu a guerra civil entre a burguesia industrial do norte e os escravocratas do sul, e felizmente os do norte ganharam, apesar de ter causado 500 mil mortes, a primeira lei que Lincoln fez representando a vontade da pátria foi uma lei de reforma agrária, embora não tenha esse nome. Se fôssemos fazer uma tradução literal, seria o direito de morar na terra.

E por essa lei, Lincoln introduziu dois direitos fundamentais para o povo norte-americano. O primeiro, que toda família que quisesse trabalhar na terra teria esse direito assegurado pelo Estado, independente de pagamento. O segundo princípio fundamental, estabeleceu o limite máximo de propriedade. O Estado distribuiria até 100 acres, que equivale mais ou menos a 65ha., acima disso era proibido. E o terceiro princípio fundamental, que por isso é uma referência clássica até hoje, é que a lei garantia a auto-aplicação, não havia necessidade de INCRA e de outras burocracias, as próprias famílias iam demarcando as terras públicas, desde que morassem nelas e trabalhassem nelas.

Sobre essa base então, nesse mesmo período em que nós vivemos a crise aqui no Brasil, os Estados Unidos como fizeram a reforma agrária na prática e distribuíram 130 milhões de hectares de terras públicas para 6 milhões de famílias, isso criou as bases de um capitalismo, cá entre nós, um pouco mais democrático; pelo menos criou as bases do desenvolvimento de um capitalismo de mercado interno. Já que essas 6 milhões de famílias foram incorporadas, precisavam comprar instrumentos de origem industrial e assim por diante.

Fecho parêntese. Já que não fizeram a reforma agrária no Brasil, nem sequer imitando a burguesia do norte, qual foi a saída então que as oligarquias brasileiras deram? Importar sem-terra da Europa. E de 1850 até 1930, segundo as pesquisas do saudoso Darcy Ribeiro, migraram para o Brasil 600 mil famílias de camponeses pobres da Europa: da Itália, da Espanha, da Alemanha, da Polônia, alguns Ucranianos, uns poucos Suíços que vieram aqui para Petrópolis, Teresópolis.

E foram os que então substituíram a mão-de-obra escrava e desenvolveram pela primeira vez no Brasil uma nova classe social, que foi esse segmen-

to de camponeses que até então não havia. Evidentemente que com a fuga dos escravos muitos setores sociais se embrenharam pelo sertão do Brasil, sobretudo seguindo os rios e surgiu também daí o sertanejo, tão bem descrito pelo Guimarães Rosa, e que formou também então o campesinato no que é hoje o semi-árido nordestino, que é mais um campesinato por fuga, por vontade que se adentrou pelo sertão, do que por uma deliberação do Estado, ou por um modelo de sociedade que lhes garantisse terra. Daí, acho que toda razão tem o Guimarães ao chamar o camponês sertanejo de acima de tudo um teimoso, porque ele surgiu à revelia das próprias classes dominantes.

Bem, seguimos na nossa evolução histórica. Em 1930, como ápice dessa crise, tivemos então uma revolução política comandada pelas forças progressistas industriais da nossa sociedade, representada na figura do Getúlio Vargas, que se transformou numa revolução política porque apresentou como proposta para sair daquela crise do modelo agroexportador a implantação de um novo modelo, o modelo de industrialização dependente, em que o Estado passou a priorizar e a organizar a sociedade brasileira em torno da implantação de fábricas do setor industrial. No entanto, esse modelo de industrialização dependente nasceu de novo com algumas características que não representavam ruptura com o modelo anterior. Primeiro lugar, a base de acumulação de capital para dar sustentação a esse novo modelo foi baseada numa tríplice aliança de capital nacional, com capital estrangeiro e com capital estatal, que às vezes aparecia até metamorfoseado nas próprias empresas. Tínhamos empresas que dentro dela era composta por esses três capitais. E havia empresas só estatais, só nacionais, ou só estrangeiras, de acordo com o setor.

Mas o fundamental é que embora a sociedade se direcionasse para o modelo industrial, a forma como foi feita essa transição não foi com ruptura do modelo da oligarquia rural. E mesmo Getúlio Vargas manteve intacto então esse setor da oligarquia, que seguiu com grande propriedade e se dedicando aos produtos de exportação. De novo, então, pela segunda vez na nossa história, a burguesia nacional perde a oportunidade de realizar uma reforma agrária tipicamente capitalista, que poderia fortalecer o mercado interno e o nosso próprio modelo de industrialização seguir por outros rumos se não o que tivemos.

Evidentemente que de 30 a 64 a sociedade brasileira sofreu então uma grande metamorfose, ela deixou de ser de modelo agroexportador, deixou de ser uma sociedade agrária para ser uma sociedade tipicamente industrial e organizada. Segundo os economistas, nesses 50 anos, de 30 a 80, o Brasil foi a sociedade do planeta que mais cresceu economicamente. O que, inclusive, abro parêntese, é revelador da falsidade dessa propaganda da burguesia que diz que o povo brasileiro é indolente, vagabundo, não quer trabalhar. É tudo ao

contrário, as estatísticas da ONU revelam que nesses 50 anos, de 30 a 80, o povo brasileiro foi o que mais produziu mercadorias per capita no mundo. No entanto, não pôde ter acesso ao resultado do seu trabalho.

Qual foi a forma de a burguesia resolver as contradições que iam se gerando pela multiplicação da população no meio rural, pela multiplicação dos camponeses, que daí não tinham acesso a terra e que a rigor nesse período então é que vai se multiplicando mais e mais as populações tidas como camponesas sem-terra e que vão se reproduzindo na nossa sociedade então sobre outras relações sociais como assalariamento, meeiros, parceiros, agregados, arrendatários, peões, enfim, diversas denominações que essas relações sociais vão adquirindo no nosso território, que no fundo todas elas são apenas apelidos para uma condição social maior, de serem camponeses que trabalham com sua força de trabalho familiar, mas que não têm terra, trabalham na terra dos outros.

Então, as formas com que a burguesia procurou resolver essas contradições foram basicamente duas: oferecer emprego na cidade para os filhos dos camponeses, como inclusive uma condição de ascensão. E de fato havia muito emprego. Como o modelo era de industrialização muitas fábricas se instalaram e muitos filhos de camponeses saíram então do interior porque não tinham terra, vieram para as cidades para conseguir emprego. E ao conseguirem emprego na indústria, mesmo sendo semi-alfabetizados ou não tendo muita formação técnica, conseguiam ascender socialmente. Basicamente, quem anda hoje pelo nosso pólo industrial do ABC ou na região de Contagem e Betim vai se dar conta conversando com os operários que agora estão se aposentando de que todos eles têm origem camponesa. E de certa forma resolvia essa contradição social, os filhos de camponeses vinham para as cidades e melhoravam de vida, escreviam para a família que estavam melhor, que tinham feito casa, comprado um carro e assim ia alimentando a migração como se fosse uma saída.

E a outra alternativa, que já na década de 40 começou a ser induzida pelo Estado brasileiro, foi então a colonização das áreas públicas. E, sobretudo, as primeiras áreas a serem colonizadas foram do Centro-Oeste, a região de Goiás, Mato Grosso do Sul e o sul do que hoje é Mato Grosso.

No final da década de 50, início da década de 60, esse modelo de industrialização dependente começou a demonstrar uma crise, que não era uma crise tão profunda, mas era aquela que os economistas chamam de uma crise cíclica, de curta duração, que foi o que a nossa economia viveu no final da década de 50 e início de 60. Com o surgimento dessa crise cíclica nesse modo de capitalismo dependente ressurgiu na nossa sociedade o tema da questão agrária. E pela primeira vez aparece a proposta de reforma agrária como um

tema da sociedade brasileira. Antes ela havia aparecido, mas muito mais como doutrina, como discurso político.

Abro um parêntese para compartilhar com vocês que a bem da verdade o primeiro projeto de reforma agrária que circulou no Brasil foi de autoria da bancada do Partido Comunista Brasileira na Constituinte de 46. E circula ainda por aí, das antigas editoras do Partidão, um discurso clássico do Luiz Carlos Prestes, em que ele apresenta essa proposta para a sociedade brasileira como solução para os nossos problemas. Infelizmente o Partido teve vida curta, foram colocados fora da lei e o projeto evidentemente escondido.

Mas, como eu dizia, no início da década de 60 é que o tema da reforma agrária reascende na sociedade como uma questão fundamental. E naquele debate se confrontam várias teses. E essas teses também tiveram muita polêmica na sociedade porque por sua vez coincide historicamente que pela primeira vez na História do Brasil é a partir da década de 50 que os movimentos camponeses adquirem organização nacional com um caráter de classe. Até a década de 50 as lutas camponesas sempre foram localizadas, pontuais e com um nível de consciência política baixíssimo, praticamente corporativo, naquela ânsia de apenas lutar por terra para trabalhar e sustentar sua família.

Mas na década de 50, até porque as contradições sociais tinham se avolumado, é que surge então no Brasil movimentos camponeses com uma organização horizontal em todo o pais, com clareza de classe e com ideologia política. Tanto é que o próprio movimento camponês também se diferencia de acordo com as influências político-partidárias que o dirigem. Então, dentro do Partidão se organizavam as uniões de lavradores e trabalhadores agrícolas, as ULTAGs, que era uma forma específica, os setores mais de esquerda do próprio Partidão, a esquerda cristã e outros agrupamentos de esquerda organizavam as ligas camponesas. E o PTB de esquerda, dirigido pelo Brizola, pelo Paulo Shiling, organizou então o MASTER, com uma força maior no sul. E os setores da igreja também dividiam suas influências entre a igreja conservadora, como o caso do cardeal aqui do Rio de Janeiro, que na época era bispo em Natal, ele organizou todo um setor conservador para organizar os camponeses contra o perigo do comunismo. Mas também havia um setor progressista da igreja católica, referenciado em torno de Dom Helder Câmara, que organizou na CNBB o Movimento de Evangelização de Base, o MEB, que existe até hoje e que servia como um processo de conscientização dos camponeses e de organização progressista dos camponeses.

Então é nesse caldo da nossa sociedade é que também do ponto de vista sociológico e doutrinário naquela década houve muitas polêmicas de como sair então do problema agrário brasileiro. O Partidão agora jogou um papel

conservador. Em 46 foi progressista e agora conservador. E os principais intelectuais do Partidão defendiam a tese de que o Brasil ainda vivia o feudalismo e que, portanto, era necessário fazer uma reforma agrária, mas uma reforma agrária de caráter antifeudal. E para isso havia necessidade de se aliar com a burguesia nacional. Quem duvidar pode consultar os livros, que são clássicos, embora com uma vertente bem definida, Quatro Séculos de Latifúndio, do Alberto Passos Guimarães, ou Problemas Agrários Camponeses, do Mário Vinhas, que eram os principais intelectuais e inclusive alguns textos históricos do Prof. Nelson Werneck Sodré, que era um grande historiador, mas que comungava com essa mesma tese do partido.

Depois tivemos uma outra vertente, que foi a vertente sepalina, capitaneada pelo Celso Furtado, que esteve aqui com vocês, que é um dos grandes pensadores ainda vivos do nosso país. O Celso Furtado repetiu na polêmica a tese clássica do desenvolvimento econômico, de que no Brasil só iríamos superar a nossa dependência se fizéssemos o desenvolvimento do mercado interno. E para desenvolver o mercado interno o primeiro passo era dar terra aos camponeses para transformá-los em consumidores. E ele levou tão a sério a sua tese que propôs ao Presidente Goulart a criação da SUDENE, que era uma forma de institucionalizar um mecanismo governamental de viabilizar isso, fazer a reforma agrária no Nordeste e levar a indústria para lá.

Depois outros técnicos com essa mesma orientação doutrinário constituíram um grupo de trabalho, que apresentaram então ao João Goulart uma lei de reforma agrária que mais ou menos viabilizaria essa doutrina e que foi anunciada pelo João Goulart aqui no Rio de Janeiro no famoso comício da Central do Brasil, dia 13 de março de 1964. E a reforma agrária proposta pelo João Goulart em síntese era desapropriar todas as propriedades acima de 1.000ha, portanto recuperava na nossa legislação a idéia de propriedade máxima e desapropriariam todas as propriedades que se localizassem ao longo dos 100km de cada lado das BRs. Por quê? Porque aí estava a concepção de Celso Furtado, é preciso distribuir terras, mas próximas do mercado para que os camponeses possam consumir os produtos da indústria e possam trazer rapidamente os produtos agrícolas para as cidades. O desfecho dessa tese vocês já conhecem, foi o golpe de 64.

Do ponto de vista doutrinário na academia houve também uma outra corrente mais a esquerda, que foi a corrente da teoria da dependência, cujos principais pensadores foram André Franco, Rui Mauro Marini, que já nos deixou, e o Teotônio dos Santos, que é o Secretário de Relações Internacionais do Governo Garotinho. Esses três pensadores apresentaram uma visão mais radical do que a do Celso Furtado e defenderam a tese de que só haveria reforma agrária no Brasil se fosse uma reforma agrária anticapitalista. Somou-se a essas

teses desses três intelectuais um dissidente do Partido Comunista, que fez a luta interna com Alberto Passos Guimarães e com Nelson Ferné, que foi o Caio Prado Júnior. E o Caio Prado também pela primeira vez apresentou uma espécie de autocrítica e disse: olha, no Brasil não existe feudalismo, o Brasil já é relações capitalistas na agricultura. Portanto, se a sociedade brasileira conseguir fazer uma reforma agrária, ela necessariamente terá que ter caráter anticapitalista.

Bem, veio a ditadura militar, um desastre, os intelectuais presos, exilados, os movimentos camponeses massacrados. Os velhos lutadores que estão aqui devem se lembrar, a sanha da repressão se abateu primeiro sobre os camponeses, isso não é nenhuma vantagem evidentemente, mas porque o serviço de inteligência da CIA trabalhava com a tese de que havia uma revolução camponesa em curso no Brasil sob a influência de Cuba e simulada pelo Julião. De maneira que enquanto a Embaixada Norte-Americana tinha 60, 70 funcionários, o Consulado de Recife tinha 720 funcionários, todos agentes da CIA evidentemente, que iam lá para o interior do Nordeste controlar as atividades das ligas. De maneira que esse tema de espionagem política que hoje volta aos jornais já é um velho conhecido dos movimentos camponeses.

Como é que a ditadura militar resolveu o problema agrário? Porque ela tomou o poder político, impôs um regime de ditadura, mas os problemas continuam! Ou seja, a estrutura da propriedade da terra continua a mesma! Logo, do ponto de vista sociológico, ou marxista se quiserem, as contradições continuarão latentes e estiveram latentes! Então, como a burguesia industrial, agora mais aliada com o capital estrangeiro, sob a ditadura militar resolveu o problema agrário? Resolveu com a tese, que depois foi explicada, da chamada "modernização conservadora". Ou seja, transformar os latifúndios e a grande propriedade em fazendas altamente capitalistas. E através de programas do Crédito Rural, usando o Banco do Brasil, através da influência dos Estados Unidos, que veio aqui e impôs um pacote tecnológico chamado "revolução verde", que era na verdade a indução para que as grandes propriedades passassem a usar adubo químico, agrotóxicos e máquinas. Então, durante os 20 anos de regime militar, modernizamos de uma maneira conservadora a propriedade rural no Brasil. Ou seja, o capitalismo aumentou na agricultura sem distribuir a propriedade da terra. Por isso é que se chama "conservador".

E assim chegamos ao final da década de 80. Veio a crise do modelo de industrialização, daquele modelo do Vargas, como disse o próprio sociólogo Fernando Henrique, é verdade, enfrentamos uma crise, que certamente outros estudiosos vão abordar aqui com vocês, o primeiro resultado dessa crise de modelo teve repercussões políticas, a ditadura militar não conseguiu mais se

sustentar, as massas foram para as ruas, tudo isso vocês já participaram ativamente, cai a ditadura militar, mas não se resolve o problema do modelo econômico.

Então, passamos por uma crise de transição, que foi toda a década de 80, como os economistas chamaram de "a década perdida". Por que perdida? O povo deixou de comer? Não, continuamos a vida normalmente, mas perdida no sentido de que o capitalismo e as classes dominantes não tinham uma proposta de modelo para a nossa sociedade. As eleições de 89 são emblemáticas nesse sentido. Por que as elites apresentaram oito candidatos diferentes, porém iguais? Tipo Aureliano Chaves, Ulysses Guimarães, Caiado, Mário Covas e acabou ganhando o azarão, que era o Collor? Por que na verdade aquela disputa política representava que não havia unidade entre a classe dominante sobre qual modelo econômico se implantar. Essa unidade, que aparentemente foi esboçada durante o Governo Collor, mas ela só se consolidou no Governo Fernando Henrique Cardoso e é por isso que ele ganhou as eleições de uma maneira tão fácil, porque com o Fernando Henrique Cardoso aí sim houve unidade do poder econômico, ideológico e dos meios de comunicação em torno de um novo modelo econômico, que é o que estamos vivenciando hoje. Que modelo é esse? Os estudiosos ainda não delimitaram exatamente, mas todos dizem que se trata de um modelo que agora subordina a economia brasileira ao capital internacional e financeiro.

Bem, o que tem a ver isso com a agricultura? É que de novo em vez de pensar um outro modelo econômico de democratização da propriedade da terra ou de um novo modelo, mesmo capitalista, de uma nova forma de industrialização, as elites brasileiras implantam um modelo que tem graves conseqüências para a organização agrícola, que é o que estamos vivenciando hoje. Ou seja, a agricultura também passou a seguir a lógica do capital internacional e é hoje quem domina o nosso setor agrícola.

Muito rapidamente, queria compartilhar com vocês quais são as características principais desse novo modelo agrícola que está em curso. Primeiro eles entregaram o controle do comércio agrícola para as multinacionais. Há cinco anos o comércio da soja no Brasil era bem pulverizado entre cooperativas, um monte de empresas nacionais etc. Hoje 74% do comércio agrícola da soja são controlados por três empresas multinacionais. E estão ampliando mais o processo de concentração. Mantiveram o estímulo a grandes empresas, grandes fazendas de exportações e conduziram aquele capitalismo agrícola agora para o Centro-Oeste. O Governo está gastando bilhões para viabilizar a agricultura no Centro-Oeste. Só em infra-estrutura este Governo tem previsto 20 bilhões de dólares, para viabilizar a soja, o arroz e o algodão no Mato Grosso. No algodão inclusive aconteceu um fenômeno interessante, porque o Governo

espalhou a notícia, que não é verdadeira, de que no Nordeste não dá mais algodão, porque tem o bicudo, porque não tem não sei o quê – o único bicudo que presta é este que esteve aqui conosco – com isso os agricultores não tiveram mais acesso a sementes resistentes, como têm em São Paulo sementes resistentes a bicudo. Conseqüência: no Nordeste não dá mais algodão. Então o Brasil deixou de produzir algodão? Não, agora todo o algodão nacional é produzido em fazendas de 5 mil hectares, 10 mil hectares no Mato Grosso. Inclusive a maior de todas as fazendas é do Magri, que tem 100 mil hectares de área contínua de algodão no Mato Grosso.

A agroindústria foi desnacionalizada para as multinacionais. Praticamente a única grande agroindústria nacional sobrou a Sadia, mal das pernas, mas está aí. E houve um desmantelamento do setor público agrícola. O Estado, seguindo a idéia do neoliberalismo, retirou-se da agricultura, não tem mais assistência técnica, não tem mais pesquisa, não tem mais estoque. O Governo brasileiro não sabe quantos sacos de feijão tem hoje no Brasil, porque os armazéns da Conab foram privatizados e qualquer um pode especular o que quiser. Não tem mais política de preço mínimo, não tem mais crédito.

Na época do Delfim, é por isso que ele tem uma base social grande no meio rural, na época do Delfim, Ministro da Agricultura, o Banco do Brasil aplicava 18 bilhões de dólares em crédito rural. Hoje, com toda propaganda do Fernando Henrique, são 3 bilhões, seis vezes menos do que há 20 anos.

Por último, o que é mais grave, talvez, é que nesse modelo agrícola está também incluso um novo pacote tecnológico baseado na biotecnologia, cujo fato mais agravante é que a Embrapa se retira da pesquisa e o Governo entrega toda a parte de biotecnologia para o controle das multinacionais. Sete grandes grupos controlam toda a biotecnologia no nosso país. E vão usar a biotecnologia não para melhorar a produtividade, não para eliminar a fome, vão usar a biotecnologia para ficar brincando de Frankstein com esses trangênicos e cujo objetivo principal é o monopólio das sementes e através das sementes explorar os agricultores e, pior, todos os experimentos de trangênicos nenhum é para aumentar a produtividade, nenhum é para aumentar a nutrição do alimento, 97% dos experimentos trangênicos que existem são experimentos que casam a fertilidade da semente com o necessário uso de agrotóxico, porque as empresas agora querem é vender veneno. Então o sujeito da Monsanto, mas junto tem que comprar o saco de herbicida, a lata de herbicida e assim por diante.

Então, companheiros, estamos numa encruzilhada. Já era difícil pensar numa reforma agrária capitalista para desenvolver o mercado interno, imagine agora pensar em reforma agrária num modelo desse, em que está inviabilizada a

pequena agricultura familiar como um todo. Então isso colocou os movimentos sociais do campo, não só o MST, numa encruzilhada: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. O que nós resolvemos? Vamos comer o bicho. Ou seja, nós temos que enfrentar o modelo. (Palmas.)

Com isso, quero dizer que, na verdade, a luta pela democratização na propriedade da terra hoje, a luta pela reforma agrária, a luta por uma outra sociedade no Brasil passa necessariamente não apenas por combater o latifúndio, que é até a parte mais fácil dar um tapa nos latifundiários. O problema mais grave hoje é a luta contra o modelo econômico e mudarmos para um modelo que mude a forma de organizar a produção, não mais subordinada às multinacionais, mas sim prioritariamente voltada para atender as necessidades do nosso povo.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

A SRA. MARGARIDA VIEIRA (Coordenadora) – Antes de passar para o Professor Luís Werneck, apenas dois recados: primeiro, anunciando o lançamento do livro "Cuidado, estão de olho grande no seu voto". Logo depois da palestra vocês encontrarão o livro à disposição, com a propaganda adicional do Stédile.

Em segundo lugar, a divulgação da festa de confraternização denominada "Quarentena", elaborada pelo Núcleo Estadual Socialista de Cultura e Arte do Rio de Janeiro. Será na sexta-feira, 3 de agosto, no bar Pega Leve, hoje, às 21h, ingressos 5 reais.

Vamos passar para o Prof. Luís Werneck para que faça sua exposição e para depois desenvolvermos um debate sobre o tema.

O SR. LUÍS JORGE WERNECK VIANA (Expositor) – Obrigado pelo convite.

Vou falar pouco. Temos aqui uma grande liderança do movimento social brasileiro, acho que é uma oportunidade importante para vocês dialogarem com ele, não quero atalhar esse tempo.

Algumas considerações apenas. Vou tentar pensar junto, trazer temas. A esquerda moderna, desde os fundos dos tempos, acostumou-se a pensar que o dia seguinte, o tempo seguinte, ser-lhe-ia mais favorável do que o tempo presente. Numa escalada contínua, num avanço entendido por tantos até como inexorável e escrito no próprio sentido do desenvolvimento histórico. A esquerda ia avançar. E de fato avançou.

Se olharmos uma perspectiva que não é remota, 30 anos, o que temos? O bloco socialista conduzindo uma experiência em escala planetária no ociden-

te e no oriente, os movimentos de libertação nacional e os movimentos democráticos: socialistas, social democratas dos países de capitalismo maduro. Era realmente uma base muito poderosa que parecia inarredável, como se garantisse mesmo um sentido inexorável do movimento da história em direção ao socialismo.

De outra parte, como era o contexto existente nos países de capitalismo avançado? O estado do bem-estar social: Alemanha, os países nórdicos, França, Itália, Inglaterra antes de Thatcher, uma articulação poderosa dos movimentos sociais principalmente de trabalhadores, inscritos mesmo na estrutura do Estado via as organizações corporativas, transacionando seus direitos, suas condições de trabalho, existindo mesmo uma dupla representação para os movimentos dos trabalhadores: a representação clássica no parlamento e a representação dita funcional no contexto das câmaras corporativas, onde era exercida a negociação sob arbitragem do Estado.

Qual era a expectativa no mundo do capitalismo madura onde vigia o *all fare*? Com base nessa dupla representação, a clássica político-partidária e a funcional, com base num avanço contínuo do movimento de massas também se mobilizar a reprodução do capitalismo por dentro e a partir daí dar curso à transição para uma sociedade que deveria ser socialista. Esse era o contexto há 30 anos. Não remoto, repito, o que foi feito dele? O bloco socialista derruiu, o movimento de libertação nacional minguou, senão desapareceu, de qualquer forma perdeu o carisma, perdeu aquela forma forte de representação e o *all fare* foi atingido de morte, inclusive a partir de um movimento social muito expressivo, que foi sintoma da passagem, a greve dos mineiros na Inglaterra de Margareth Thatcher, que durou um ano e que foi levada a ferro e fogo, no sentido de marcar uma ruptura.

Por que tudo isso aconteceu não é tema para a nossa conversa, nem guardo sapiência para essa interpretação. Mas tenho uma suspeita de que a política não foi indiferente a esse processo. A má interpretação, a interpretação equivocada, uma subjetividade desencontrada do andamento das coisas tal como elas existiam se manifestavam no mundo, que fez com que na União Soviética, por exemplo, se avançasse cada vez mais na burocratização da sociedade a serviço de um planejamento estatal que garantiria o socialismo efetivamente existente e que com isso inibiu a controvérsia, inibiu a prevenção e fez com que aquele lado do mundo acabasse perdendo a competição essencial na luta econômica. Atrás da derrota na competição na luta econômica esteve o "anquilosamento" das estruturas políticas, uma hiperideologização da sociedade, que não lhe permitiam devassar o curso dos acontecimentos tal como efetivamente eles se processavam.

De 70 para cá o que assistimos? À passagem triunfante do capital, inclusive rejuvenescido por uma ideologia do tipo fundamentalista, o neoliberalismo e deu as costas à experiência do capitalismo nos séculos XIX e no século XX, especialmente no que dizia respeito ao keynevenismo, a intervenção do Estado na dimensão econômica. Fora Keynes, fora o *all fare*, livre movimentação do mercado, livre movimentação para o capital.

Esses ventos varreram o mundo. Está aí o processo da globalização, que em si tem se dito e com toda razão não é um mal, não é um processo cataclísmico, mas que atua com efeitos catastróficos exatamente porque não vem encontrando diante dele resistências políticas, identidades políticas, movimentos sociais articulados com partidos políticos que tenham condições de impor mediações a essa movimentação acelerada, desabrida e desrespeitosa do capital com todas as demais dimensões da vida.

Nós vivemos num processo hoje de colonização de todas as dimensões da vida pela economia. Aqui, onde houve tanta luta, não pouca e envolvendo não apenas vanguardas, homens de ímpeto, mas massas de milhões, como no final dos anos 70 e também como nos processos eleitorais transcorridos nos anos 70, especialmente na eleição de 74, quando a oposição elegeu pela primeira vez a sua bancada de senadores: Orestes Quércia em São Paulo, Saturnino aqui no Rio de Janeiro. E conquistamos uma constituinte, e conquistamos uma Constituição avançada, democrática, progressista, uma das mais avançadas do mundo. Embora uma parte da esquerda se recuse ainda siderurgicamente a entender isso.

Varga Llosa, que é um escritor peruano que eu gosto muito, independentemente de suas posições políticas de hoje, escreveu um livro na juventude, aos 30 anos de idade, quando ele era de esquerda, mas não era por isso que ele era bom, chamado "conversação na catedral", em que há um personagem que está embaixo do poste, um jovem, quieto, pensando sobre os destinos do seu país e ele pergunta para si: quando foi que o Peru se fodeu? Quando foi que o Brasil se tornou tão despreparado, tão vulnerável para enfrentar este cenário da globalização que aí está? Houve um momento, esse momento não foi natural, não caiu do céu, não foi um relâmpago, esse momento foi fabricado pelo nosso erro, que não soubemos realizar a transição, porque nos dividimos no curso dela, entre os que queriam derrotar a ditadura avançando pelo caminho das liberdades e da democracia política, daqueles que queriam derrubá-la, fazendo desta derrubada não uma via para a transição, mas um caminho de conquista para um governo popular democrático avançado em perspectiva para o socialismo.

Evidentemente, o segundo caminho não prosperou porque não havia

como prosperar, mas a divisão que se instalou neste momento foi crucial. É esta divisão que vai explicar por que no curso dos anos 80, quando mais avança o processo da transição, se separam as forças da opinião democrática dos movimentos sociais, especialmente o sindicalismo operário, o novo sindicalismo. É no curso dessa dissociação entre democracia política e democracia social, entre opinião e interesse que em 89 assistimos como que impotentes o fruto da nossa luta de 20 anos se esvair das nossas mãos, sendo apropriado por um marginal da política brasileira, por um sicário, um cavaleiro da fortuna, o Sr. Fernando Collor de Mello. Ou ele ganhou em função das suas virtudes, de uma acumulação de forças anteriores? Ulysses não era bom como um candidato de unidade? Não, não era bom. Ulysses não era bom para subir nem no palanque do segundo turno do candidato de esquerda. Não era bom.

Nesse processo em que vivemos hoje, se a globalização é o que é, nós podíamos vivê-la um pouco à francesa. Isto é, fazer as reformas que o grande capital pede, em relação as quais não força para impedir, mas impor limites: aqui, não!

Podíamos ter defendido o nosso Estado, a nossa história, as nossas tradições. Com o que nos defendemos hoje? Do primeiro Fernando ao segundo Fernando e mais Fernando, o terceiro Fernando, réplica do segundo, ambos continuação do primeiro, fundador dos fernandos e dessa política que aí está, que mudou a agenda brasileiro, que foi o Collor; e este Fernando que aí está dá seqüência, num contexto politicamente mais largo, com mais apoio, presidencialismos de coalizão, maioria parlamentar, ainda temos que ouvir isso. Não é verdade que este governo governe por medidas provisórias, este governo governa com maioria parlamentar. Se não tivesse maioria parlamentar, o parlamento derrubava a medida provisória. Inclusive estamos sim reduzidos no plano da opinião. Onde está o nosso jornal, como se chama o nosso jornal? Vertente Socialista? Tribuna Socialista? Qual é o nome dele? O trabalho? Qual, vende aonde, em que banca? É o Estadão, a Folha de S.Paulo, O Globo, o Jornal do Brasil e ponto, acabou!

E passamos por tudo isso contando com movimentos sociais ativos. O Brasil ainda tem um dos sindicalismos mais poderosos do mundo, inclusive em termos de número de sindicalizados, não perdemos sindicalizados. O Brasil tem um dos movimentos mais poderosos do mundo no campo, com o MST liderado aqui pelo nosso bravo Stédile. Temos isso, temos uma inteligência animosa, temos uma universidade, mas na política o que temos? Nada! Eles ganharam três eleições. Não foram imposições a mano militare, foram vitórias limpas, com o voto. O que andávamos fazendo nós? Maldizendo a escuridão, esperando as chuvas, sem querer sujar as mãos com as alianças, com a política.

Porque nós não podemos reconhecer nesta democracia a democracia por que lutamos, instituições vazias gerando no vazio, um parlamento sem articulação com a vida social, um presidente negociando com os parlamentares, convertidos em máquinas de clientela, a troca de voto no parlamento por benefícios nos currais eleitorais.

Esse é um lugar de partido, não há saída sem partido. Sem partidos, sem aliança de partidos e sem articulação de partidos e de aliança de partidos com os movimentos sociais, o que pensamos, o que somos na nossa sociedade não é minoria, nós nos convertemos em minoria pela alquimia eleitoral que assim nos deprecia, porque nós não temos sabido estabelecer o nosso jogo de acordo com o jogo tal como é.

E termino. E penso que se chegamos até aqui em grande parte nessa situação de "malaise", por uma má interpretação e um mau ajuizamento dos fatos, que não há nada a impedir, não há decreto celeste que impeça a unidade da vida popular, a unidade entre povo e democracia, entre opinião e interesse, entre democracia política e democracia social.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. MARGARIDA VIEIRA (Coordenadora) – As pessoas que quiserem elaborar questões para os nossos dois palestrantes ou enviam por escrito à Mesa, ou fazem oralmente mas com a maior capacidade de síntese possível, para que tenhamos tempo para que eles possam responder no conjunto a série de questões levantadas.

Já de início, temos aqui uma questão para cada um dos palestrantes, que já vou deixar com eles, para que no momento em que tenhamos um número razoável de questões eles já possam responder.

Otávio Castro.

O SR. OTÁVIO CASTRO – Primeiramente, queria dar boa tarde a todos os companheiros presentes, companheiros Pedro Stédile, Werneck, o orgulho que está havendo aqui, sei lá, acho que é a quinta palestra do Stédile, e venho estudando um pouco assim particularmente também dentro da universidade, que é a PUC, onde eu estudo, a questão da revolução e como ela é apresentada, porque as pessoas muitas vezes têm medo da palavra revolução, ela assusta. E porque andamos questionando que trabalhar a ideologia é uma coisa que não tem muito trabalho, porque o caos aí todo mundo está vendo agora. Colocarmos a nossa forma de agir que é o mais complicado.

Gostaria assim de uma explanação maior sobre a questão da revolução cultural, porque a revolução armada é o último estágio, mas que ela começa

pela educação, por um projeto nacional. De repente, que ele desse uma explanação sobre esse assunto e sobre como a mídia vem tratando o movimento sem-terra e o assunto do banco da terra, que gera essa especulação toda em torno da venda dos latifúndios, enfim, a falta de meio de produção para os trabalhadores que ocupam a terra. São essas duas questões principais.

A SRA. MARGARIDA VIEIRA (Coordenadora) – Obrigado, Otávio.

Agora, o José Reinaldo de Sá Falcão, Alagoas.

O SR. JOSÉ REINALDO DE SÁ FALCÃO (Alagoas) – Quero parabenizar o Stédile pela apresentação.

Stédile, quero saber rapidamente o seguinte: para comer o bicho, como você bem colocou, nesse restante de ano e no próximo ano, que é um ano extremamente complicado por ser um ano eleitoral, quais as estratégias que o movimento está traçando para sair um pouco dessa relação que está se traçando hoje no processo, em que a própria mídia está começando a criar um impasse entre o movimento e a própria sociedade na visão como está sendo mostrada. Nós conhecemos e sabemos que a realidade não é essa, mas o que a mídia mostra é justamente para criar essa empatia entre a sociedade e o movimento.

Então, o que vocês estão trabalhando nesse final de ano para comer o bicho como deve ser comido dentro do próprio movimento?

A SRA. MARGARIDA VIEIRA (Coordenadora) – Já temos três questões, começa com o Stédile e depois o Werneck.

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE (Expositor) – Eu me alegro com as questões e acho que cometi um equívoco de metodologia, acho que tinha que começar pelas perguntas, que teriam direcionado melhor o nosso tema, porque todas elas são muito não só pertinentes como muito profundas para precisarmos entender a conjuntura que vivemos hoje.

Vou começar pela parte da política do governo atual. O principal que tentei expor na parte anterior é de que a política agrícola e agrária do Governo Fernando Henrique não tem nada que ver com reforma agrária. Ou seja, a burguesia brasileira já resolveu o problema agrário para eles. O que significa resolver o problema agrário do ponto de vista capitalista? É que o jeito que está organizada a agricultura no Brasil dá lucro e, portanto, deve seguir assim. Isso não significa que para a sociedade brasileira não haja um problema agrário, óbvio. Estamos convencido e todas as forças progressistas de que persiste na nossa sociedade um grave problema agrário representado na concentração da propriedade da terra, em que apenas 1% dos proprietários são donos de quase a

metade de todas as terras e que essa concentração na propriedade da terra gera então muitos problemas sociais, como a fome, a pobreza no campo, o êxodo rural, uma falsa urbanização, o desemprego de uma população semi-alfabetizada, cujos problemas sociais que relatei somente vão se resolver nessa sociedade se antes não se resolver o problema da propriedade da terra.

De maneira que a proposta sintética de: é preciso democratizar a propriedade da terra como sinônimo de reforma agrária, agora ela é uma bandeira apenas dos trabalhadores, do povo; a burguesia nacional não tem mais nenhum interesse.

No entanto, o Governo Fernando Henrique sabe, por pesquisa de opinião e pelo ambiente cultural em que vivemos, que o povo brasileiro apóia a reforma agrária. Por quê? Óbvio, alguns de nós somos ainda netos de escravos, alguns de nós somos netos daqueles camponeses famintos que vieram da Europa enganados. Ou seja, embora a maioria esteja na cidade, mas as raízes históricas culturais do nosso povo têm claro de que se existe um sujeito antisocial na nossa sociedade ele se chama latifundiário. Todo mundo tem raiva de latifundiário.

Portanto, há um sentimento social contra o latifundiário. Lá no Rio Grande do Sul, o Beto vai me ajudar, todo mundo chama latifundiário de gigolô-de-vaca, é o apelido mais bonito que eles ganharam. Até o Benedito Rui Barbosa teve a coragem de colocar na Globo o que é um sentimento geral, de que latifundiário neste país é corno, na novela Rei do Gado. Não no sentido assim moralista, aqui ficarmos fazendo discriminações, mas no sentido de como o povo interpreta a figura do rei do gado. Ou seja, ele é rei do gado, mas não passa de um desmoralizado para a nossa sociedade.

Então, a burguesia brasileira teve que se apropriar do termo reforma agrária para dizer para a sociedade: não, eu vou fazer reforma agrária, eu que tenho a iniciativa, não se preocupe! E toda estratégia que eles montaram não é no sentido de resolver o problema agrário, o problema agrário já está resolvido, toda estratégia deles é então fazer uma propaganda como se eles quisessem fazer reforma agrária.

Então, o Valtão vai nos ajudar, é uma espécie de esquizofrenia, eles fingem que fazem o que não vão fazer. Talvez por isso é que o Jungmann estudou 8 anos psicologia e não conseguiu se formar. Aí arranjaram um lugar para ele. E como um bom ex-comunista, o melhor lugar para ele era seguir enganando os comunistas e botaram ele de Ministro da Reforma Agrária. Tem tudo a ver com o projeto da burguesia.

Evidentemente que não basta uma política de propaganda, porque a

propaganda ela se esvai. Então eles adotaram diversos mecanismos, um deles sob conselho e orientação do Banco Mundial foi a famosa estratégia de reforma agrária de mercado, em que o Banco Mundial traz dinheiro, dá para o Governo e naquelas áreas de conflito o Governo compra à vista do fazendeiro. Obviamente que isso não tem nada que ver com reforma agrária, isso é uma negociata rural, até porque do ponto de vista de capital e de econômico o sujeito que vende uma fazenda à vista vai reaplicar numa outra fazenda maior, ou vai reaplicar em apartamento, ou seja, o mecanismo concentrador de riqueza e não distribuidor.

Mas é importante perceber que essa política do banco da terra é uma determinação do Banco Mundial, que eles experimentaram primeiro na África do Sul, depois nas Filipinas e agora no Brasil, na Guatemala e na Colômbia. Ou seja, nos países em que há tensionamento com os movimento camponeses aí o Banco Mundial vem com essa fórmula milagrosa, cujo objetivo é distensionar, controlar.

E a segunda grande política deles é evitar que os pobres continuem se organizando. Aliás, na tradição da história brasileira, o que mais medo as elites brasileiras têm é quando os pobres se organizam. Eles não admitem que os pobres se organizem. Eles podem até admitir que pobre peça esmola, podem até admitir a cesta básica, mas não admitem o direito de organização. Isso é um agravante.

Então a política deles é para quebrar as organizações dos trabalhadores seja de qualquer tipo. E quebram como? Promovendo a divisão, dando um agradinho aqui um agradinho ali, que às vezes se utilizam inclusive de vertentes ideológicas para essas divisões, quebram com cooptação, acabei de dar o exemplo do Ministro Jungman, vinte anos de Partidão, jogou na lata de lixo e foi prestar serviço para a burguesia. Eu como um ser cristão ainda me vingarei, tenho certeza que ele vai para o inferno. E quando não resolve a divisão e a cooptação, estou falando dos métodos clássicos da burguesia, aí é repressão. E pode ser uma repressão violenta, física, mas pode ser uma repressão mais inteligente e eficaz, que é o serviço de inteligência, que é a escuta telefônica, que é a utilização do Poder Judiciário, para forçar processos, incriminar etc. Este ano já temos 180 processos. Temos uma equipe de advogados, que trabalham de graça por sinal, que constituíram até uma rede de advogados populares, são 480 advogados que nos ajudam; e não vencem! Porque todo santo dia tem algum bendito juiz, a mando de não sei quem, que abre um processo, que é justamente para ir engessando a organização.

Então, da política do Governo não há que se ter dúvida nenhuma, é uma política que é ao contrário, ela fortalece cada vez mais o processo de

concentração do capital na agricultura, assim como eu me referi. Por exemplo, nesses últimos seis anos do Fernando Henrique, segundo o último senso do IBGE, 920 mil pequenas propriedades com menos de 100ha foram a falência. É o mesmo que nós no movimento, com muito pau, comendo o bicho, ocupando, enfrentando o Judiciário, enfrentando a polícia, em 15 anos assentamos 350 mil famílias; e o Governo em 6, com a política econômica dele, tomou a terra de quem já tinha, de 920 mil pequenas propriedades! Então é um processo permanente de concentração da propriedade.

Bem, sobre a conjuntura política em geral, qual é a avaliação que nós fizemos? É que nós vivemos um momento muito complexo e delicado, como revelou o professor. Realmente não é fácil. Concordamos com as suas preocupações de que não se trata de um passeio as próximas eleições e nem se trata de ficar buscando adesões a nomes. Achamos que só sairemos dessa nova encruzilhada em que estamos agora, parecida com a de 89, se conseguirmos fazer dois movimentos. O primeiro movimento é debater na sociedade, nos trabalhadores, nas periferias, no povo em geral um novo projeto para o Brasil. Que projeto é esse? Nós temos que fazer essa reflexão sobre quais são as causas dos problemas que estamos vivendo agora, que não se resume à política neoliberal, a nossa sociedade vem com problemas estruturais graves como esse da terra, mas há outros como o da suspensão do pagamento da dívida externa, como o da soberania nacional.

Enfim, temos que identificar quais são as causas que levam a nossa sociedade a ter tantos problemas e debater as saídas que de fato atinjam essas causas. Esse é um projeto. Evidentemente que não é um socialista. Temos dito que é um projeto popular. Por quê? É uma espécie de grande unidade do povo tentando pegar as rédeas do seu destino para reinfluenciar uma reorganização da economia para atender as suas necessidades, os seus problemas.

E o segundo movimento é que nós precisamos reativar o movimento de massa. Concordo com o professor de que nunca a esquerda teve tanto aparato na mão, em termos de instituição, prefeitura, sindicato, orçamento, mas é verdade também que do ponto de vista da lógica da luta de classe estamos num refluxo do movimento de massa. Temos dinheiro e não temos povo e é melhor ter povo e não ter dinheiro, porque no fundo, no fundo, todas as transformações sociais só vêm da força do povo. O que é grave é que muitos de nós nos iludimos com dinheiro. Então, é necessário haver nos próximos meses e anos uma vontade coletiva de partidos, movimentos, organizações que gerem uma nova ascensão do movimento de massas, que pode começar com lutas localizadas contra energia, contra não sei o que etc. e que vá multiplicando esforços para chegarmos a um outro diretas já, aqueles grandes comícios etc. Isso que

ascensão de movimento de massa. O que estamos vivendo agora é refluxo. E no refluxo a escuridão. E na escuridão cada um ainda fica se cutucando lá no poço. Na ascensão do movimento de massas, quando o povo resolve botar o time na rua, aí também vamos conseguir ver com mais clareza os caminhos. Esse é o momento.

Então nós do movimento sem-terra como estamos tentando comer o bicho? É justamente fazer esse trabalho de conscientização, como tinha uma pergunta anterior por escrita, e de politização da nossa base de que a complexidade da luta de classe atual é que nós não podemos mais nos ater apenas a ocupar a terra, que é preciso nos envolvermos em todos os problemas da sociedade brasileira, que passam necessariamente por entender a natureza do modelo econômico agora e passam necessariamente pela discussão de um outro projeto para o Brasil. E procuramos fazer de uma maneira muito modesta, com cartilhas, jornais, debates. Para tentar politizar temos feito vários convênios inclusive com universidades.

Até em homenagem aos nossos companheiros do Rio de Janeiro, acabamos de fazer um curso aqui na UERJ, graças às forças progressistas da universidade que nos ajudaram, trouxemos 500 militantes do Brasil inteiro e durante 10 dias ficamos estudando a realidade brasileira, para que esses nossos jovens depois voltem lá para o interior e debatam o projeto. Acabamos de fazer um curso também com a Universidade Federal de Juiz de Fora, um curso mais aprofundado, de um mês inteiro, que depois vai ter seqüência, sobre os grandes pensadores do Brasil, porque há também um problema ideológico sério do nosso colonialismo. Nós só queremos copiar dos outros. E o povo brasileiro já produziu grandes pensadores, nós é que não damos bala. Então temos que recuperar os Darcy Ribeiro, Caio Prado, os Paulo Freire, para citar os que nos deixaram, os Florestan Fernandes, os Milton Santos, que a burguesia esconde. Eu vivo puto da cara dizendo para os jornalistas mas não aprendem: como a burguesia esconde os nossos pensadores! Faz uns 15 dias que faleceu o nosso grande Milton Santos. Fui no enterro, tinha 88 pessoas, contei a dedo. A Globo não deu um tiquinho. No mesmo dia tinha morrido o lateral direito do Vasco, eles deram notícia extraordinária três vezes, um molequinho com 18 anos. É um ser humano, mas afinal não representa nada para o nosso povo. E o Milton Santos não falaram nada. Por quê? Porque o Milton Santos é um pensador do povo, não da burguesia. Agora, o povo tem que se apropriar dele! (Palmas.)

Existem várias formas de ver a expressão revolução. Nós nos somamos àqueles que fazem a crítica a um certo proselitismo irresponsável, meio sectário de confundir revolução com assalto ao palácio, ou confundir revolução com o uso de armas. Freqüentemente inclusive o movimento sem-terra vem

sendo acusado ou agredido pelos meios de comunicação, tentando nos caracterizar como violentos. Sobre esse aspecto nós procuramos difundir entre a nossa militância o pensamento do Ho Chi Minh. Ho Chi Minh organizou um povo e esse povo camponês, pobre, sem dinheiro, sem nenhum sindicato na mão derrotou a maior potência militar do mundo. E perguntaram uma vez para Ho Chi Minh: mas como é que vocês conseguiram derrotar essa potência militar? Que armas vocês usaram, foram os soviéticos que deram para vocês, foram os chineses, quem foi que deu as armas? O Ho Chi Minh respondeu dessa maneira: a nossa maior arma foi ter conquistado a cabeça do povo, ter conscientizado para que cada cidadão vietnamita se transformasse num soldado, saber para que tem que lugar. E o sujeito quando tem um projeto e sabe para que tem que lutar, qualquer coisa que ele conseguir pegar na mão vira uma arma. Então, o principal nosso é o trabalho de convencer as cabeças e não de ficar explicando se é melhor o que você pega na mão.

E também sobre o tema da revolução utilizamos muito nos nossos cursos de formação um pouco o pensamento do Caio Prado, para também não sair naquele negócio manualesco, o Lenin dizia isso, o Marx dizia isso. É interessante saber o que eles pensavam, mas nós temos pensadores também que davam interpretações brasileiras do que é uma revolução. E a revolução no sentido do Caio Prado é aquela mudança social que consegue alterar as estruturas econômicas e de poder numa sociedade. E é para isso que estamos lutando, no fundo, para fazer uma grande revolução brasileira. (Palmas.)

A SRA. MARGARIDA VIEIRA (Coordenadora) – Terminaram as inscrições, porque agora o Luís Werneck responde essa parte e depois eu abro para os quatro que vão apresentar as suas perguntas, porque temos um debate logo em seguida.

O SR. LUÍS JORGE WERNECK VIANA (Expositor) – Tenho duas aqui: "Os movimentos sociais não podem ser apêndices dos partidos. Como devem se comportar os partidos, principalmente os socialistas para se inserirem nesses movimentos sem aparelhá-los?"

Bom, essa é uma questão clássica. É verdade que os movimentos sociais não podem ser apêndices de partido de forma nenhuma, eles têm a sua autonomia, têm a sua lógica, sem o que eles são abafados, esterilizados, convertidos em máquinas, perdem a espontaneidade, enfim, carisma, força etc. O partido socialista tem que estar lá, presença, fermento, um elemento de organização, de consciência. É isso.

"O que leva a pensar que os movimentos sindicais no Brasil sejam os mais fortes do mundo?"

Eu devo estar com uma péssima dicção, não devo ter dito isso não, eu disse que são uns dos mais fortes do mundo e mantenho. Esse é um tema que eu podia me alongar, mas... Do ponto de vista quantitativo isso é verdade. Nós não perdemos massa sindical, o mundo sindical continua a se expandir, a influência política e societal do sindicalismo é muito forte na nossa sociedade. Qualquer enquête de opinião dessas aí feitas para saber o que o povo valoriza mais: partido, parlamento, igreja, coisas do tipo. O sindicato tem sempre um índice de resposta muito alto. Isso é uma opinião recente que conheço. Não só pelas lutas recentes do sindicalismo, como também porque não se explica o processo de institucionalização do Brasil dos anos 40 para cá sem se compreender o mundo sindical. Por exemplo: Petrobras. Não se compreende a criação da Petrobrás sem a presença e a atuação do sindicalismo brasileiro. E por aí vai.

Então, é uma presença que é de mercado, de um lado, pelas suas lutas de resistência contra a exploração econômica e é também uma força derivada da sua influência política e cultural. Não é à toa, desde 89 temos um candidato de origem sindical. Não atuou. E por aí vai.

Bom, essas eram as duas questões, já respondi, muito obrigado.

A SRA. MARGARIDA VIEIRA (Coordenadora) – João Luiz Batista.

O SR. JOÃO LUIZ BATISTA – Fazendo uma retrospectiva na História, no século XVIII, o país que tinha verdadeiramente a reforma agrária era exatamente o Paraguai; tanto é verdade que estava em pleno período de esplendor, era o país de melhor condição econômica e melhor condição de vida da América do Sul. A Inglaterra, nesse período, era a senhora do mundo. O Paraguai se tornava uma ameaça não só para a Inglaterra, mas, sobretudo, para a Europa. A Inglaterra, inteligentemente, induziu o Brasil, a Argentina e o Uruguai. E aí se transformou, foi criada a Tríplice Aliança e esmagaram o Paraguai, porque era uma ameaça a menos para o poderio da Inglaterra.

Atingindo a fase de 1961 a 1964, no governo verdadeiramente de esquerda, aonde ia se instalar a verdadeira reforma agrária, aí veio o movimento de 64 e realmente abortou a tão sonhada reforma agrária que certamente iria desabrochar.

A questão da fome não se faz também com muita produção de grão. Tanto é verdade que nesse início de 2001 tivemos a maior safra de grãos do país, 80 milhões de grãos, que daria para manter a alimentação do Brasil em duas décadas. No entanto continuam existindo 50 milhões de miseráveis. Portanto, é preciso realmente pensar que às vezes nem sempre a produção de muitos grãos supera a miséria desse povo.

Para finalizar, estamos num período bem próximo da instalação da reforma agrária. Há uma grande expectativa de uma vitória da oposição. Pergunto ao companheiro Stédile: eleito o Luiz Inácio Lula da Silva, creio que a reforma agrária virá ser instalada e implantada. Qual a sua opinião a respeito disso? Porque se não houver uma vitória da esquerda, certamente a reforma agrária não virá. Esta é a minha indagação.

E quanto ao nobre debatedor, Luís Jorge, ele tem razão quando fala sobre as medidas provisórias do FHC. Se as esquerdas não procurarem lutar para manter uma maioria na Câmara Federal e no Senado, realmente vai ser difícil, porque poderá haver ingovernabilidade e nesse sentido ela terá que fazer a correlação de fogo inclusive com os partidos de direita.

A SRA. MARGARIDA VIEIRA (Coordenadora) – Agora o Deputado Rodrigo Rollemberg, do Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERT (Distrito Federal) – Boa tarde a todos. A pergunta é bem objetiva. Quero cumprimentar os dois oradores, mas é dirigida ao João Pedro Stédile.

O Brasil mais uma vez se submete aos interesses do capitalismo internacional no que se refere a um dos setores mais estratégicos do país, que é o setor agrícola. Temos um dos maiores bancos de germoplasma do mundo, na Embrapa, mas não temos recursos para pesquisa científica, que condiciona que muitas das pesquisas em biotecnologia feitas pela Embrapa sejam feitas em parceria com grandes multinacionais, como é o caso da Monsanto.

Como o MST vê o papel da Embrapa hoje e como deveria ser no governo popular? O que o MST tem feito para incentivar a agricultura orgânica e seus assentamentos? E como o MST considera que deve se organizar a sociedade para "comer o bicho", tendo em vista que o partido hegemônico da esquerda brasileira, o PT, a cada dia tem atenuado o seu discurso, aproximando-se cada vez mais do discurso dominante? E, finalmente, se passaria pela cabeça dos estrategistas do MST em médio prazo a criação de um novo partido político. Obrigado.

A SRA. MARGARIDA VIEIRA (Coordenadora) – Carlos Roberto Bezerra Calheiros, de Roraima.

O SR. CARLOS ROBERTO BEZERRA CALHEIROS (Roraima) – Primeiro, parabenizar os palestrantes e observar a presença do PSB de Roraima neste grande encontro debatendo.

Seria para o Stédile. Em 79, em Roraima, um brigadeiro indicado ainda pelo governo militar iniciou um processo de levar nordestinos para assentar em

Roraima. E esse projeto continuou. Até hoje o atual governador distribui out dors principalmente no Maranhão, dizendo que quem for para Roraima terá terra e todas as condições. E o que está acontecendo lá é justamente isso, o governo joga esse agricultor, sem a mínima condição de infra-estrutura lá nos seus lotes, o INCRA também tem esse processo de assentamento, eles não passam nem um ano e vêm para a cidade de Boa Vista justamente aumentar esse bolsão de miséria em Boa Vista. Na terça-feira saiu até uma matéria na Rede Globo que muitos desses agricultores estão catando lixo na lixeira pública.

Outra questão que está ocorrendo agora é justamente as ONGs, que estão com um grande projeto na Amazônia, lá em Roraima mesmo, comprando até algumas terras desses agricultores, algumas terras já tituladas e para o quê não sabemos.

Minha pergunta seria nesse sentido: se o MST já tem algum projeto para a Amazônia como um todo, porque no momento não existe o problema da terra em Roraima; pelo contrário, temos muita terra ainda. Mas o problema justamente é que o governo assenta o agricultor e não dá a mínima condição, nem mesmo as estradas, ele mantém as estradas vicinais como pontes, os próprios agricultores recuperam pontes etc. Minha pergunta seria se o MST tem algum projeto, ou até mesmo fazer uma visita em Roraima, e pode procurar o PSB que passaremos mais informações. Obrigado.

A SRA. MARGARIDA VIEIRA (Coordenadora) – Agora a última questão para o nosso baiano Domingos Leonelli e, posteriormente, os expositores respondem.

O SR. DOMINGOS LEONELLI – O Professor Werneck Viana agrega a um pensamento seu já antigo sobre essa divisão básica ocorrida na década de 70, que acompanhou – permita que eu relembre – que veio junto com a separação entre o processo de abertura e o projeto de auto-reforma do sistema, da ditadura do regime militar, localiza nessa década uma separação entre, digamos, a opinião política, entre a política e a reivindicação social, entre um novo sindicalismo e interpreta, que corresponde – era bom recordar aqui – a um novo contingente operário surgido depois da ditadura, o Brasil saiu, em 15 anos, até a década de 70, de 3 milhões para 9 milhões de operários industriais, que gera portanto uma nova classe operária. E nesse processo perde-se a tradição revolucionária – para retomar o tema do Stédile – mas acumulada ao longo de 50 anos, que era o pensamento acumulado basicamente do Partido Comunista Brasileiro.

A mim parece que as facilidades, o estímulo a novos partidos à época etc., quando alguns continuaram na ilegalidade, como o PCB, o PcdoB, princi-

palmente os partidos comunistas e outros ganharam o direito de se legalizar, como o PDT, o PT, correspondia obviamente a uma estratégia do Planalto, do Golbery, mas que era muito mais profunda, era preciso impedir que uma tradição revolucionária se juntasse com o ímpeto de uma classe operária muito mais impetuosa, movimentada, ativa, com novas formas de organização.

Isso se repete, isso se consagra, digamos assim – também recorrendo aqui ao Stédile, que pleiteia uma reedição da movimentação de massa das diretas, e tenho trabalhado um pouco nesse tema – essa movimentação, que foi o maior movimento de massa do século XX na América e um dos maiores do mundo, resulta em que uma das suas forças principais, a que viria a ser o partido hegemônico da esquerda, recusa-se a participar da conseqüência imediata das diretas já, que foi a eleição de Tancredo no colégio eleitoral. Não haveria a eleição de Tancredo se não fossem as diretas já, o candidato seria o Maluf, ou não seria o Maluf, seria o Andreazza, enfim, não haveria possibilidade de derrotar o sistema.

Logo após verificamos aquilo que o Werneck registra, essa separação vai se aprofundando e temos então o máximo da separação com a vitória completa, quer dizer, aquela transição que novamente cumpre o carma histórico brasileiro, o Presidente da República, resultado dessa transição das diretas já, das mudanças já, de todo o processo, que é? José Sarney, que dois anos antes era o Presidente do PDS, do partido político da ditadura. Ela se consagra com a vitória completa através da vitória de Collor com essa separação.

Acho que nós já aprendemos muito, inclusive sobre a perda do conceito de revolução, substituído por uma exacerbação do oposicionismo, por uma exacerbação do reivindicacionismo, por uma dificuldade imensa de compreender que um processo revolucionário hoje implica na responsabilidade de governar revolucionariamente, de acumular nesse processo.

Então, a pergunta que faço é se os expositores vêem alguma possibilidade de realizarmos de novo, recuperarmos o conceito de revolução e realizarmos essa indispensável unidade entre a tradição do pensamento revolucionário brasileiro – fiquei muito feliz com essa colocação de resgate da nossa acumulação, feita pelo Stédile – com a compreensão de que à esquerda não cabe apenas mobilizar as massas como fez e recusar-se depois a participar do processo de negociação como aconteceu com uma parte da esquerda nas diretas já, que se recusou a participar, esquecendo-se que no Vietnã milhões de vidas se perdiam e a luta se dava de forma sanguinolenta, enquanto se reunia permanentemente uma Mesa em Paris e foi lá que se resolveu a vitória do povo vietnamita. Compreender que negociação e luta, negociação e mobilização não são termos que se excluam. Quando se excluíram, perdemos lamentavelmente.

Nessa pequena pesquisa que tenho feito, registrei uma frase, dentre outras muito competentes e brilhantes desse companheiro nosso, que é um fenômeno, que é o companheiro Lula, mas ele dizia o seguinte: a campanha das diretas foi muito boa especialmente porque foi uma coisa que todo mundo se juntou ali e depois cada um foi para o seu canto, comemorando aquilo que a meu ver foi exatamente a sua perdição.

Muito obrigado, desculpe pela longa colocação.

A SRA. MARGARIDA VIEIRA (Coordenadora) – Vamos passar aos nossos palestrantes, que de um lado vão responder as questões e fechar o debate aqui hoje.

O SR. LUÍS JORGE WERNECK VIANA (Expositor) – Dessa vez eu começo, porque eu só tenho uma, que é a do Leonelli.

Leonelli, em primeiro lugar, muito prazer em te rever, eu recebi o vosso telefonema, mas eu já estava vindo para cá. Eu pensei que você estava na Bahia, porque vi o recado sem óculos, mas você estava aqui no Rio.

Gostei muito da sua colocação, sobretudo de te ver. Não falo com linguagem de parlamentar, porque não sou disso, falo com a linguagem do coração. Há muitos anos que não nos vemos e é muito bom te ver tão afiado.

Eu diria o seguinte: tem havido algumas – bem dialogal – algumas coisinhas que valiam a pena registrarmos. O Stédile mesmo hoje falou em questão nacional. Lembra? O Lula tem falado na questão nacional. Falar em questão nacional importa o quê? Uma viagem na memória. Acho que a esquerda brasileira está dividida em dois pedaços, essa foi uma tragédia dela; cronologicamente a esquerda que foi até um certo ponto e a esquerda que começou a sua história a partir dali, que cancelou a experiência da esquerda anterior, como por exemplo no movimento sindical, entender de forma desqualificada, degradada o sindicalismo brasileiro como um sindicalismo estatalizado, corporativizado. Hoje se está vendo, quando os neoliberais tentam a desregulamentação, o quanto importa a defesa da justiça do trabalho, dessa institucionalidade que está aí, da legislação do trabalho etc.

Quando os neoliberais levantam a tese revisionista, fim da era Vargas, é preciso começar uma outra história, é que também essa nova esquerda que está aí começa a perceber que havia alguma coisa naquela era a ser revalorizada, requalificada, que as coisas não foram bem assim do jeito que eles contaram; que muito da oposição deles à era Vargas se devia à resistência da esfera pública, a uma invasão indistinta da economia. O que se dizia nos anos 40? Que a vocação do país era basicamente agrícola, ainda havia essa controvérsia aqui. Pegar a discussão entre o primeiro Simonsen, o Roberto Simonsen e o Gudan,

que é de 1944, o que está se discutindo é isso, indústria e agricultura. Indústria como? Estado, sindicatos, esquerda, partido comunista. Foi uma luta, não se consegue apresentar a história da industrialização do Brasil sem a presença do Estado, das elites conservadoras que os dirigiam, mas também sem a presença dos sindicatos, dos comunistas e por aí vai. Tem que entender essa singularidade brasileira.

A esquerda que aparece no final dos anos 70, como se sabe, tem outra matriz e ela renovou muito a esquerda brasileira, ela renovou muito o cenário republicano do Brasil, acho que ela trouxe um elemento de saúde muito grande, inclusive com algumas características que não estavam presentes na esquerda anterior: mais democracia, mais abertura, enfim, é uma conversa longa, Leonelli.

A única coisa que eu registraria é de que o tema da memória está voltando. Por exemplo, na "revalorização" que o Lula tem feito da era Vargas e das suas instituições, essa agora que o Stédile fez, agricultura e questão nacional, e aí esse Partido Socialista Brasileira, do qual não sou membro, mas sou um admirador, tem uma característica que me parece interessante na esquerda brasileira, que é a sua pegada com o tema nacional, o tema da nação, da defesa dos interesses nacionais, da soberania nacional. Um tema que não é presente no PT, está presente na liderança do PT, mas não é presente no programa do PT. E nós não vamos longe sem isso, inclusive para conceber um projeto que escreva o país de forma independente e soberano no contexto da globalização. É claro que não é o nacionalismo de velho tipo, evidente que não é, fechamento de fronteiras, não pode ser isso, não tem lugar no mundo para isso, mas um país pensado a partir de nós, o mercado pensado a partir do nosso. Enfim, volto ao exemplo, a França faz isso muito direitinho.

Agora, o negócio de: a revolução. Eu encrenco quando ouço isso, eu encrenco. Acho que o nome da revolução hoje é uma democratização contínua e aprofundada da vida social. Acho que isso que é revolução. Agora, se pintar a gente faz! (Palmas.)

O SR. JOÃO PEDRO STÉDILE (Expositor) – É uma pena não ter tanto tempo, foram várias questões, um companheiro perguntou se nós conhecíamos o Programa Frutificar, aqui do Rio. Não conhecemos, portanto não temos como opinar.

Também algumas bem pontuais, que quero deixar mais tempo para a principal, se o movimento sem-terra pensa em virar partido. Óbvio que não, o movimento sem-terra é um movimento social, o dia que virar partido acabou! É claro que sempre tem essas coisas dentro da esquerda, é próprio da vida política, muita gente enciumada. Há algum tempo chegaram a nos dizer que nós

éramos partido porque tínhamos hino, bandeira. Bom, então o Corintians também é partido. Mas isso é não entender como a simbologia é importante para construir a unidade das pessoas. O povo nos movimentos de massa não se unifica por teses, e a esquerda brasileira ainda não aprendeu isso, está lá em 1905 ainda, na cultura russa. O povo não se unifica por teses. O programa de governo e a tese do governo na última campanha nem o Lula leu, só o Mercadante e Marco Aurélio que foram os que escreveram. Temos que romper com esse tipo de cultura besta de me engana que eu gosto. O povo se unifica em torno de ideais, sonhos. E esses ideais e sonhos se materializam por símbolos, por músicas, por sentimentos, como disse o professor. O coração funciona mais que o cérebro na luta de massas. O cérebro é para o comitê central, para o povão é o coração. Como a esquerda pratica vidas partidárias, se me permitem a expressão, de merda, que se resume a disputar cargo, então quando vê um movimento social que procura resgatar os valores da tradição socialista, aí se assusta, ah, vai virar partido. Partido o quê, vocês é que não sabem fazer partido! Essa é a resposta que damos aos que nos criticam.

Bem, sobre a Embrapa, é um grande tema, a Embrapa é uma das grandes empresas públicas do mundo, que construímos ao longo dos últimos 30, 40 anos. E agora, como disse bem o companheiro, o Fernando Henrique vai entregar tudo para Monsanto. Aguarde-nos! Não contem para os jornalistas que estão por aí infiltrados, mas nós vamos resgatar a Embrapa para o patrimônio do povo brasileiro. (Palmas.)

Temos discutido entre outros movimentos, não só o sem-terra, o movimento dos pequenos agricultores, dos sindicatos combativos, os próprios funcionários da Embrapa, nós não vamos entregar o patrimônio genético que está acumulado na Embrapa para Monsanto, nem que tenhamos que ir para uma guerra, mas essa eles não levam. (Palmas.)

A Amazônia não é um tema do sem-terra, é muito mais sério, é um tema da nação brasileira, é uma questão nacional. Do ponto de vista da agricultura, inclusive os companheiros de lá sabem, a Amazônia não tem uma vocação para agricultura temporária; a vocação da Amazônia é o extrativismo, a biodiversidade e a manutenção da natureza. O movimento como movimento tem pouca presença na Amazônia, estamos lá no sul do Pará, Maranhão, Tocantins e Rondônia. E a bem da verdade também não conseguimos produzir um projeto no sentido de uma proposta específica de como aproveitar os recursos naturais da Amazônia, porque o nosso camponês, como é emigrante, chega na Amazônia com a idéia de onde ele era, então quer fazer agricultura e agricultura não dá na Amazônia. Então estamos também nesse processo de autocrítica e de reflexão, tateando, buscando; com um problema que é muito difícil você moldar uma

nova matriz produtiva para a Amazônia se você não tem conhecimento científico acumulado, que o movimento de massa não tem. É o Estado que precisava colocar a serviço da sociedade brasileira conhecimentos mais acumulados para pensar uma outra forma de desenvolver a Amazônia. Esse é do ponto de vista da agricultura. Agora, do ponto de vista da questão nacional, é outra guerra que temos que fazer.

No processo de acumulação de capital que vem por aí nas próximas décadas, as grandes empresas multinacionais, como deve ter explicado o nosso mestre Ziegler, que é a incorporação, se me permitem, do Rodolfo Ilferdin – nós também que somos meio espíritas acreditamos nisso, Ziegler – as grandes empresas multinacionais tenderão a juntar três setores que antes estavam separados: farmácia, agroquímica e sementes. Esses três ramos de produção agora estão se juntando num só. A Monsanto tem os três departamentos, a Cardilo tem os três departamentos, a antiga Bayer tem os três departamentos. E nesse novo setor de ponta de acumulação o domínio da biotecnologia vai ser fundamental para elas acumularem nos fármacos, na produção de sementes e nos agrotóxicos. E para isso eles têm que ter acesso a biodiversidade, porque é a diversidade das plantas é que vai dar elementos para eles produzirem alternativas.

No hemisfério norte – se tem algum biólogo aí que me ajude – estão classificadas nos Estados Unidos 2.800 plantas. A Embrapa sem sequer ter se aprofundado na Amazônia já tem catalogadas no Brasil 55.000 plantas diferentes. Então vocês vêem o potencial que temos no nosso país. Óbvio, as multinacionais americanas estão de olho na Amazônia. Isso não é conversa de militar nacionalista, isso é a lógica do capital, que vai querer tomar conta desse potencial de recursos naturais. E é para isso que vem Plano Colômbia, é para isso que vem ALCA. Por isso que temos que defender a Amazônia de qualquer jeito e por isso que temos que ser contra a ALCA de qualquer maneira, não simplesmente dizer: não, vamos fazer um acordo! (Palmas.) Porque na questão da ALCA e da Amazônia está em jogo a possibilidade de continuarmos como nação independente. Aí não é negociação de como entramos, como nos inserimos, deixa botar quanto, não é isso. Com a desculpa da expressão, não existe meia gravidez. Aqui na Amazônia e na biodiversidade, na ALCA, é defender a possibilidade de o povo brasileiro continuar como povo independente.

Finalmente, o companheiro perguntou: bom, e se o Lula ganha a eleição, daí sai a reforma agrária. Sai coisa nenhuma! O que acontece, companheiros, é que temos a ilusão de que as medidas caem do céu, um salvador da pátria vai acontecer. As mudanças sociais só acontecem por processos sociais, quando milhões de pessoas têm que se envolver. Evidentemente que uma vitória

eleitoral sonhada por todos nós ajuda a alterar a correlação de forças da sociedade, mas isso é uma partezinha para nos dar força de organizar ainda mais o povo, para que o povo pegue nas suas mãos os destinos. A novidade que nem o Lula ainda descobriu, mas eu falei para ele, é que a natureza da reforma agrária é diferente daquela do capitalismo do século XIX e que a própria burguesia nacional fez nos Estados Unidos, no Japão e na Europa, de que bastava distribuir terra. Agora, uma reforma agrária no Brasil começa pelo combate ao latifúndio, mas necessariamente precisa acabar com as multinacionais que controlam o setor agrícola. (Palmas.) E aí para enfrentar o capital internacional não basta a caneta, tem que ter milhões atrás. Assim como a reforma agrária no Brasil precisa recuperar o setor público. Em toda parte do mundo, todo mundo sabe, é em Cuba, é na China, nos Estados Unidos, não há possibilidade de desenvolver agricultura sem apoio do Estado, porque a agricultura não é controlada pelos homens, é controlada pela natureza e por São Pedro. Não é igual uma fábrica que contrata operário, máquina, matéria prima e sai o sapato. A natureza é que controla o processo produtivo. Daí que a sociedade tem que se organizar através do Estado para proteger aqueles agricultores, que vão estar em interação com a natureza para produzir o nosso alimento. Além do fato de que o alimento é a prioridade número zero, nenhuma sociedade sobrevive sem comer.

Então, o setor público é que precisa desenvolver a agricultura, o setor público é crédito, é assistência técnica, é armazenagem, é garantia de preço, é garantia de renda para que o agricultor continue lá. E isso no Brasil está completamente esfacelado. E aí entra o papel da Embrapa.

E o quarto aspecto da novidade na nossa reforma agrária é que nós temos que recuperar a biotecnologia e a Embrapa para o setor público. Por isso que nós do movimento sem-terra, junto com outras organizações da via campesina em nível internacional estamos levantando a bandeira: a semente é o patrimônio da humanidade. A sociedade só chegou ao ponto que chegou até hoje nesses 50 milhões de anos, não sei quanto, porque as sementes eram democráticas, o agricultor podia plantar o que queria. Agora, nessa etapa do imperialismo, as multinacionais querem controlar a semente! O monopólio da semente coloca em risco a sobrevivência da humanidade, companheiros, porque isso coloca a produção de alimentos sob a égide do lucro.

Portanto, uma reforma agrária no Brasil tem que começar por dois atos: primeiro dando um pontapé no maior latifundiário para dar o exemplo; segundo, dando um pontapé na Monsanto: volte para os Estados Unidos e devolvam a semente para os brasileiros. É por isso que a reforma agrária é tão complicada e é por isso que ela hoje ultrapassa os interesses dos sem-terra e se transfor-

mou não só numa questão nacional, mas numa questão de mudança do modelo econômico da nossa sociedade.

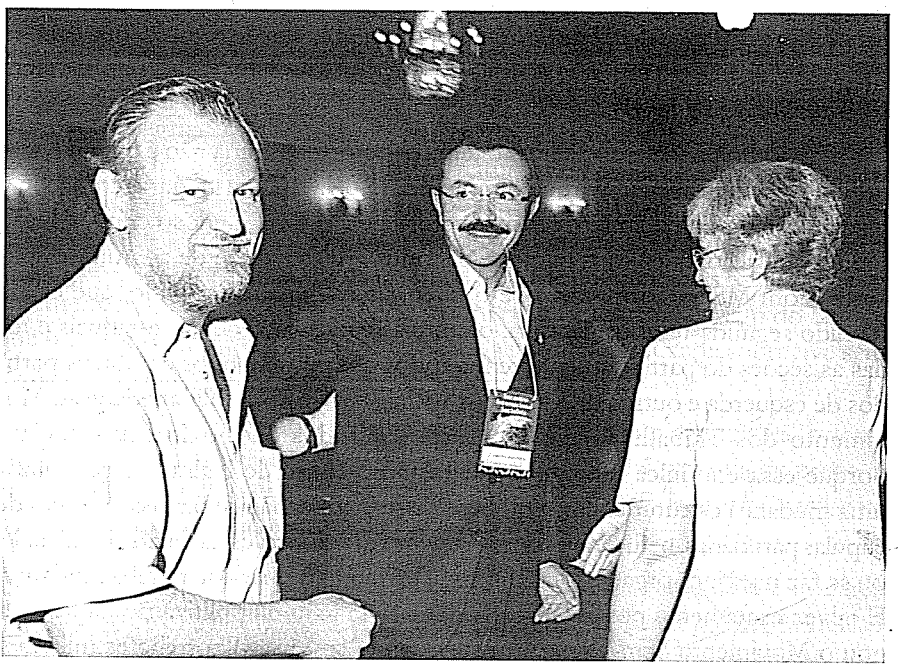
Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros, requeiro um minuto da atenção de todos. Quero fazer uma referência à presença do João Pedro Stédile aqui, agradecendo também ao Prof. Werneck por sua brilhante exposição, também a do próprio Stédile, mas alguns companheiros me pediram para que antes que terminasse este painel propusés-semos aqui uma moção de solidariedade ao Movimento Sem-Terra, em face das declarações dos chefes militares ontem, no jornal Folha de S.Paulo, que soaram como verdadeira ameaça não apenas ao Movimento Sem-Terra, mas também aos movimentos sociais de modo geral.

Como para nós socialistas o tema da reforma agrária não é uma novidade, é um tema histórico, porque o movimento pela reforma agrária começou e teve ênfase no Brasil através de um socialista do PSB, o saudoso companheiro Francisco Julião, queremos que este encontro, se estiverem de acordo, se solidarize com MST e proponha que o diretório nacional do partido, que estará reunido segunda-feira em Brasília, oriente as bancadas federais, estaduais e todas as seções do partido a se unirem a todos os companheiros de outros partidos de esquerda e outros movimentos sociais na irrestrita solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e a todos os movimentos sociais, porque essa é a única esperança que resta no Brasil de realmente se realizar uma mudança estrutural. E como bem disse Stédile, não se fará isso através de cúpulas partidárias, nem através de parlamento e nem através da institucionalidade; ou se faz mudança organizando e conscientizando o povo, ou não há mudança. E talvez exatamente por assim entender e pelo grau de politização a que chegou o Movimento Sem-Terra, ele esteja sendo ameaçado por chefes militares. E nós socialistas não podemos admitir isso.

Peço para que todos, se estiverem de acordo, levantem-se e aplaudam entusiasticamente o principal líder do principal movimento social do Brasil. (Palmas.)

Temos um *coffee break* na sala ao lado e voltaremos imediatamente para a instalação do próximo painel, com o Professor Atílio Borón, da Argentina, que já se encontra entre nós, com o Professor Antônio Carlos Peixoto e o Dr. Roberto Regalado, do Partido Comunista Cubano.



João Pedro Stédele ao ser cumprimentado pelo Primeiro Secretário Carlos Siqueira e pela Profª Margarida Vieira

Sessão

03 de agosto de 2001
Hora: 17 horas

"Socialismo, lutas sociais e Processo político na América Latina"



Expositores:
Atílio Borón (Cientista político, membro do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais da Argentina),
Antônio Carlos Peixoto (Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), e
Roberto Regalado (Partido Comunista Cubano)

Coordenadora:
Jacy Proença
(Diretora da Seção Estadual da Fundação João Mangabeira em Mato Grosso)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Vamos dar início ao último painel desta tarde, sob o título: Socialismo, lutas sociais e processo político na América Latina.

Convido para compor a Mesa o Professor Atílio Borón, Cientista Político, Membro do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais da Argentina;

Convido o Professor Antônio Carlos Peixoto, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nosso companheiro do Partido Socialista Brasileiro;

Convido o companheiro Roberto Regalado, do Partido Comunista Cubano, Cientista Político, que nos honra desde o início da inauguração deste encontro com a sua presença; e

Convido a Professora Jacy Proença, nossa companheira do Mato Grosso, que está aqui chefiando uma delegação muito grande presente a este encontro, que também é Diretora da Seção Estadual da Fundação João Mangabeira em Mato Grosso, onde realiza um excelente trabalho de formação política. Com a coordenação a Professora Jacy Proença.

A SRA. JACY PROENÇA (Coordenadora) – Boa tarde, companheiras e companheiros, coordenação deste evento. Estávamos dialogando com os palestrantes para definir a dinâmica a utilizarmos neste trabalho. Combinamos que cada palestrante fará uso por 20 minutos, serão comunicados tão logo completem os 20 minutos e se houver necessidade daremos mais 10 para conclusão.

Portanto, comecemos com o Professor Atílio Borón, Cientista Político, Membro do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais da Argentina.

O SR. ATÍLIO BORÓN (Expositor)

Vou falar em espanhol, devagar, e espero que possamos nos compreender. Vou tentar dar uma resposta aos críticos dos socialistas, que continuam pensando ser o socialismo a solução para a gravíssima crise que a humanidade enfrenta hoje.

A crítica feita é a seguinte: vocês, socialistas, denunciam o capitalismo apenas como impugnação moral, mas não apresentam uma proposta alternativa. Quando chegam ao Governo, fazem o mesmo o que faz a direita. Para tanto, nos mostram as experiências de alguns Governos na Europa, que ocuparam o lugar de Governos conservadores como o de John Major na Inglaterra, dizendo: o futuro de vocês é a terceira via de Blair. E Blair, do ponto de vista de políticas concretas, não é muito diferente do que se fez antes.

Então, por esta via, se invalida o socialismo, deixando-o apenas como um movimento moral, sem capacidade de fazer propostas concretas.

Aqui, no Brasil, há alguns anos atrás, Fernando Henrique Cardoso, disse mais ou menos isso: "Dentro da globalização não há alternativa, e fora da globalização não há solução". Este pensamento retórico é falso, porque nele a globalização aparece como um fenômeno da natureza, aparece como algo que não é causado pela sociedade humana, pelos interesses sociais em luta, mas como algo que cai do céu e isto tem muito a ver com o que foi, durante um grande período histórico, a estratégia dos intelectuais, dos grandes intelectuais da sociedade burguesa, que sempre demonstraram ser o capitalismo o ponto final de um longo processo histórico no qual os homens assumem e aceitam sua natureza egoísta, aquisitiva e competitiva.

O fenômeno do capital como natureza permite, consequentemente, ver as calamidades, por ele provocadas, como calamidades naturais, diante das quais os Governos pouco podem fazer. Se vocês querem ver este ponto de vista desenvolvido de forma fria, basta ler Frederico Hayeck, o autor clássico do pensamento neoliberal. Quando Hayeck diz que a palavra justiça social não tem nenhum sentido porque a justiça social supõe que a ordem social foi estabelecida por alguém, por alguma classe, por alguma corporação, e , no entanto, a sociedade tem uma ordem natural. Então pedir justiça à sociedade é tão absurdo quanto uma vítima de um terremoto ou de uma inundação pedir indenização à terra que tremeu ou à água, que são fenômenos naturais. E este é, hoje, o raciocínio dominante no marco ideológico da mundialização neoliberal. Um pensamento que convém altamente aos Governos porque então eles podem dizer: vivemos num mundo global, Brasil está submetido às tendências globais da economia e não há remédio, não se pode fazer nada além do que se está fazendo.

Se a pobreza existe, se existe a exclusão social, se há marginais, tudo se deve ao fato do mundo ser assim. Se amanhã as coisas mudarem, então Brasil, Argentina, México, também poderão mudar. Mas, no fundo, é muito pouco o que podemos fazer.

O que quero expor é que realmente o diagnóstico sobre a mundialização neoliberal é sumamente negativo. Não vou molestá-los com dados e estatísticas, porque elas são bem conhecidas, até o papa João Paulo II fornece dados sobre a pobreza e a degradação do mundo, portanto não vamos numa conferência de socialistas dar mais detalhes sobre isto. O Bando Mundial dá dados, e vou citar apenas um: cada ano morrem no mundo aproximadamente 36 milhões de pessoas em razão de doenças e fome consequentes das políticas neoliberais aplicadas em escala mundial. Quer dizer, cada ano desaparece uma Colômbia, ou uma Argentina, uma Espanha, um Estado de São Paulo, ano após ano.

Um fracasso tremendo. Quase a metade da população do planeta não

tem acesso à água potável, carece de serviços elementares, cresce a diferença entre os pobres e os ricos de modo extraordinário nos últimos 20 anos. O diagnóstico é claro: não funciona, isso está nos levando a uma hecatombe.

Os ecologistas, os companheiros que estão lutando no terreno específico da defesa do meio ambiente possuem dados terríveis. Por exemplo, se toda a população do planeta consumisse a mesma energia que consome a população americana, o petróleo do planeta desapareceria em 19 dias. Então não existe maneira de pensar que através desse esquema se possa arrumar o que quer que seja.

Mas a questão não é só combater a globalização. Uma certa imprensa está chamando os críticos da globalização de globalifóbicos. Não sei se a expressão está sendo usada também aqui no Brasil. Bem globalifóbicos, a fobia da globalização, você detesta a globalização. Não é nada disso. O socialista é por definição internacionalista, pensa num sentido global, total e integral. Não somos globalifóbicos. O que dizemos é que a forma que assumiu esse processo de globalização, que é a forma neoliberal, é uma forma perversa, que está condenando países inteiros à prostração e à pobreza.

Hoje o professor Werneck repitiu a pergunta de Vargas Llosa: "Quando foi que o Peru se lascou?" Bem, eu pergunto: Quando foi que a América Latina se lascou? O que foi que nos aconteceu? Nos lascamos há séculos, mas voltamos a nos lascar há muito pouco tempo. Porque na década de 1960, a América Latina teve uma oportunidade de se sair e não permitiram a ela que o fizesse. E quem não o permitiu foi esse imperialismo, essa estrutura imperial, da qual pouca se fala na América Latina, mas que se fala cada vez mais nos Estados Unidos. Foi ele quem forçou os países da América Latina a adotar um rumo de desenvolvimento econômico catastrófico.

Pensem somente nisso: em 1960 havia um país, Coréia, menor do que o estado de Alagoas. Um país eminentemente rural, um país que tinha sofrido uma guerra tremenda, que se tinha partido em dois, que estava ocupado militarmente pelos norte-americanos, mas que, apesar dessa ocupação, soube resistir em um ponto. Disseram não podemos expulsar os norte-americanos, temos que enfrentar o perigo da Coréia do Norte e da China, mas da nossa economia vamos nos ocupar nós mesmos. Recusaram todos os conselhos do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, do Departamento do Tesouro, que diziam na época: Coréia é muito pequena, é um país de trabalhadores rurais que não pode desenvolver a indústria, não pode se inserir no comércio mundial e portanto deve aceitar a divisão internacional do trabalho e seguir plantando arroz. Os Estados Unidos venderão os produtos manufaturados que vocês necessitam, mas a Coréia disse não. Coréia tinha na época uma renda per capita

quatro vezes menor do que a brasileira. Hoje a renda per capita da Coréia é de 13.000 dólares ao ano, e Coréia é o único país que deixou de ser um país atrasado no século 20, para ser uma potência industrial. Potência industrial que obriga a Alemanha, na Europa, a levantar barreiras alfandegárias para impedir que os coreanos venham a competir com a Volkswagen e a Mercedes Benz.

Alguém pode me dizer que os carros coreanos são mais baratos porque os salários na Coréia são salários de fome. Nada disso. Nos últimos 20 anos, na Coréia surgiu uma tendência exatamente contrária da que vemos no Brasil, na Argentina e no México, a tendência ao fortalecimento do salário real e ao aumento da participação dos trabalhadores no progresso nacional, que se acentuou extraordinariamente desde que a Coréia se desembaraçou da ditadura militar e elaborou um regime capitalista democrático. Quando o Banco Mundial dizia aos coreanos que deviam desarmar o Estado, o que eles fizeram foi exatamente o contrário: expandiram o Estado, fizeram uma reforma tributária, uma reforma agrária, e demonstraram que o Estado pode ser um bom administrador e executor responsável de políticas públicas. O que não ocorre na América Latina. A cidade de Seul com 12 milhões de habitantes não possuia há 40 anos um sistema de transportes capaz. Hoje possuem o sistema de metrôs mais importante do mundo, com capital inteiramente estatal.

Bem, para dar a resposta a Vargas Llosa, poderíamos dizer que a América Latina se lascou quando optou pelo rumo indicado pelos Estados Unidos, esquecendo-se de que os Estados Unidos não praticam aquilo que aconselham. Os Estados Unidos disseram que a América Latina tinha que diminuir os gastos públicos, que abrir a economia, abolir os subsídios, ao mesmo tempo em que eles aumentavam os gastos públicos, reforçavam os subsídios e protegiam sua economia. E, no entanto, nos diziam de fazer exatamente o contrário. Mas o probema não se encontra no fato dos americanos nos dizerem de fazer isso ou aquilo, o problema se encontra no fato de nossos Governos aceitarem o que os americanos dizem.

Quero fazer algumas propostas para sairmos dessa situação, sem ficar apenas me queixando da globalização. Primeiro, creio ser possível para qualquer Governo na América Latina, hoje, adotar um sistema de normatização da especulação financeira internacional. Por exemplo, Brasil e Argentina foram fortemente abalados pelo efeito tequila em 1995 do México. O mesmo efeito tequila não atingiu o Chile e se perguntamos o porquê, saberemos que foi por uma razão bem simples. O que se podia, então, se fazer no Brasil e na Argentina, ou seja, chegar pela manhã com uma mala carregada de um milhão de dólares, aplicar na bolsa de São Paulo ou Buenos Aires, e, de noite, sacar os lucros obtidos nas aplicações e ir embora para outro país, não se podia fazer no Chile.

Lá, quando alguém chegava com uma mala carregada de um milhão de dólares, um funcionário do Banco Central chileno dizia: muito bem, deixe 33% de garantia, durante um ano, no Banco Central, e aplique o resto do dinheiro; mas o que for aplicado não poderá deixar o país antes de dois anos. Chile não sofreu o efeito tequila.

Quando se diz que dentro da globalização não há alternativa, Chile encontrou a alternativa naquele momento. Depois deixou de aplicá-la. Porquê? Porque acreditaram no interesse dos Estados Unidos em incorporar o país na economia americana, através do acordo da Nafta, com o México e o Canadá. Chile fez uma aposta estratégica muito equivocada, pensando que fosse este o caminho para eles, dando as costas ao Mercosul. O presidente Frei numa de suas últimas viagens aos Estados Unidos ouviu de Clinton: se vocês não opuserem mais restrições a circulação do capital financeiro no Chile, o Congresso americano aprovará rapidamente o ingresso do Chile na Nafta. Os chilenos cumpriram as ordens, só que os americanos não. E o Chile foi então brutalmente sacudido pela crise asiática de 1997 e1998, e até hoje está se recuperando do choque.

Isto significa que existem possibilidades, mesmo dentro da economia global, de saídas. Não é tão certo que estejemos atados pelos pés e pelas mãos no que diz respeito às possibilidades de fazer restrições aos fluxos financeiros internacionais. Em segundo lugar, é possível se adotar iniciativas bem interessantes.

América Latina atua com certo grau de organização e por isso o Mercosul é muito importante. Por essa razão querem os Estados Unidos destruir o Mercosul, precisamos ter isso bem claro. Para eles é fundamental acabar com esta experiência. E por mais que nós, socialistas, vemos no Mercosul uma experiência que deixa muito a desejar, sua destruição seria pior.

Se os Estados Unidos têm interesse em resolver o problema do narcotráfico, e nós também o temos, eles não têm interesse algum em resolver algumas questões que nos prejudicam como a evasão de capital para os chamados países fiscais, que se encontram fundamentalmente no Caribe e em algumas outras zonas. E não cabe a menor dúvida de que se os paraísos fiscais existem é porque os Estados Unidos o permitem. E porque o permitem? Porque para o grande Banco norte-americano esses paraísos fiscais são vínculos fundamentais no processo de lavagem do dinheiro que procede não somente do narcotráfico, mas também da venda ilegal de armas, do turismo sexual, da prostituição infantil, do trato de brancas e de todos os negócios excusos que surgiram com a mundialização neoliberal.

Mas se os países latino-americanos se unem e começam a pressionar os Estados Unidos, com a ajuda de aliados internos nos Estados Unidos, porque eles existem, os paraísos fiscais poderiam ser eliminados e isto traria um grande benefício para América Latina, pois canalizaria um fluxo financeiro internacional importante que poderia chegar a nossos países.

Quanto tempo podem durar as Ilhas Cayman se os Estados Unidos decretarem que nenhuma empresa poderá, doravante, abrir uma conta corrente, uma poupança, ou fazer aplicações em um banco daquele paraíso fiscal, se quiserem continuar operando no território norte-americano? Se aplicado o mesmo tipo e bloqueio que se faz a Cuba, podem durar 24 horas. Cuba resiste a 40 anos. As Ilhas Cayman em 24 desapareceriam, pois são apenas um refúgio de contrabandistas, de piratas a serviço do sistema internacional. E isso é claro que é possível fazer.

Não se pode controlar quem são os operadores especulativos do Banco Internacional? Claro que se pode controlar. Há estudos que demonstram que são apenas 100 grandes bancos e fundos de investimentos que monopolizam quase 95% do fluxo financeiro mundial. São bancos e fundos que têm endereços conhecidos, sabemos quem são seus gerentes, como operam e onde operam. Como é que não se pode controlar isso? Não há vontade de controlar porque se prefere que eles sejam controlados através dos próprios mercados, quer dizer dos monopólios.

Fala-se da taxa Tobin, o grupo Attac, na França, tem um impacto muito forte em toda América Latina. Como é que não poderíamos aplicar uma taxa Tobin às transações financeiras internacionais? Hoje essas transações equivalem a mil bilhões de dólares diários. Fazendo o cálculo mais conservador, com uma pequena taxa sendo aplicada sobre esses transações se poderia criar um fundo gigantesco de reserva para apoiar o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza, o que equivale a quase dois planos Marshall por ano. Porque não se faz? Porque não aplicar uma taxa de 0,5% sobre estes capitais que circulam?

Alguém poderia me contestar dizendo que são capitais que investem. Não, eles são capitais eminentemente especulativos. E sabem porque são eminentemente especulativos? Porque são aplicações de capitais que são feitas com prazos menores aos de 3 dias, e em 3 dias não se ergue uma fábrica, não se faz um produto agrícola, portanto nada mais fazem do que especular. 95% do sistema financeiro internacional, hoje, é especulativo e isso foi demonstrado.

Haveriam muitas outras coisas a fazer, mas o importante é dizer que este capitalismo de cassino, o capitalismo da mundialização pode ser perfeita-

mente mudado. O tema é fundamentalmente a vontade política. Vontade política de querer discutir o tema da dívida externa latino-americana. Estamos acostumados a ouvir falar que se nos afastássemos das negociações econômicas internacionais agiríamos como irresponsáveis, derrubando o sistema financeiro internacional. Quando olhamos as estatísticas encontramos um dado surpreendente: a dívida externa, não apenas da América Latina,mas do conjunto dos países do terceiro mundo equivale a menos de 10% da dívida externa mundial. E como é que isso é possível? Como é possível que os pequenos devedores, que ao todo não chegam a 10%, possam questionar todo o equilíbrio do sistema financeiro internacional, cujos três grandes devedores são: Estados Unidos, União Européia e Japão.

Obrigam a América Latina a pagar a dívida submetendo-a a taxas altíssimas de juros flutuantes, o que provoca um endividamento ainda maior: o Brasil paga e continua devendo muito mais, a Argentina já pagou e deve mais do que antes, Chile pagou e deve mais do que antes, o mesmo se passa com México. Não há solução, só haveria numa nova negociação política internacional, com os países do terceiro mundo solidários entre si. E qual seria e estratégia dos Estados Unidos neste ponto? Seria a de impedir a união do bloco dos países do terceiro mundo. E observem uma coisa interessante. Já não nos chamam mais de países. Argentina já não é mais um país. Brasil já não é mais um país, México também. Somos simples mercados emergentes. Há 20 anos éramos países sub-desenvolvidos, agora somos mercados emergentes.

No mercado se compra e se vende. A noção de soberania nacional é completamente esquecida no mercado, não há espaço para pensar. O Brasil se comporta como um mercado, é rico em biodiversidade, vamos até ele, compramos, pagamos e levamos a mercadoria. Que importância tem o desenvolvimento do Brasil? Não tem sentido pensar nisso. O Brasil é um espaço para se fazer especulações financeiras.

Tudo isso revela que América Latina deve enfrentar este tremendo desafio que é colocado por esta concepção imperial dominante. Mas até nos Estados Unidos começa a ser discutido algo que entre nós ainda não se faz. Quando os Estados Unidos derrotaram a Espanha, em 1898, na guerra de Cuba, cancelaram a dívida que Cuba tinha com Espanha. O argumento foi de que aquela dívida tinha sido imposta sem o consentimento do povo e pelas armas. Nos anos 1920, essa mesma doutrina, que se chama a doutrina da dívida odiosa , se aplicou quando foi destituído um ditador da Costa Rica. A Corte Suprema dos Estados Unidos referendou que a dívida não deveria ser paga porque havia sido contraída por um regime ditatorial, sem liberdades, sem parlamento, sem imprensa livre. Este mesmo assunto volta a ser discutido nos Estados Unidos.

Mas o que revela nossa submissão colonial é que aqui não discutimos sobre o assunto, continuamos negociando a dívida através de caminhos convencionais e de tratativas com o Fundo Monetário Internacional, com o Banco Mundial ou com o Clube de Paris. Enquanto que nos Estados Unidos já circulam trabalhos sobre o tema da dívida odiosa, dizendo que talvez se tenha que fazer o mesmo com a dívida latino-americana. Mas não é o que estão pensando nossos dirigentes.

Haveriam muitas outras medidas a serem tomadas. Poderíamos pensar num Governo que tivesse um projeto popular e socialista, com políticas públicas.

A revolução é uma transformação radical das estruturas econômicas, sociais e políticas de um país. Ninguém sabe quando uma revolução começa. As vezes pensamos que pequenas iniciativas não possuem o marco revolucionário que teve, por exemplo, a queda da Bastilha. Mas é muito difícil, se olharmos a história das revoluções, dizer quando elas começaram. Quero terminar dizendo que muitas vezes as transformações revolucionárias foram frutos do amadurecimento de um conjunto de iniciativas radicais tomadas ao longo do tempo e que num dado momento se condensaram em revolução.

Portanto, diante da insinuação de que não teríamos proposta, respondo: Sim, temos propostas e muitas. Limitei-me apenas a elencar algumas poucas, mas temos propostas em muitos outros campos. E preciso que saibam que o conjunto dessas propostas, uma vez aplicadas, significam uma transformação radical e revolucionária de nossas sociedades. Obrigado.

A SRA. JACY PROENÇA (Coordenadora) – Tivemos a contribuição do Dr. Atílio Borón, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais da Argentina. Quero agradecer a disciplina do Dr. Atílio.

Neste momento teremos a contribuição do Professor Antônio Carlos Peixoto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro sobre o tema Socialismo, Lutas Sociais e Processo Político na América Latina

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO (Expositor) – Quero, antes de tudo, agradecê-los, companheiros do Partido Socialista, por este convite extremamente honroso que me foi feito e agradecer também a presença aqui de todos vocês. Agradecer também ao velho amigo Atílio Borón, que não tinha oportunidade de rever, e o companheiro cubano que irá encerrar este painel.

Isso dito, vamos ao nosso trabalho. Não quero obviamente repetir tudo aquilo que já foi dito sobre a questão da globalização, sobre os seus efeitos nefastos e maléficos. Mas queria simplesmente chamar atenção para um ponto que me parece central nessa discussão.

A conjuntura mundial específica que esteve presente ao deslanche do processo de globalização tal qual ele se deu foi uma conjuntura particularmente perversa, porque ela foi assinalada por um declínio gradual, por um declínio quase que inexorável da União Soviética, pelo desmantelamento da União Soviética como pólo de poder no sistema internacional e com conseqüente esfacelamento do assim chamado sistema socialista na Europa Oriental.

Isso significou o quê? Isso significou que o capital se tornou ainda mais arrogante do que ele era. E este momento particular tem como característica central o predomínio quase absoluto do capital financeiro sobre o capital produtivo. As bases nas quais o sistema capitalista se ordenava, se orientava foram fundamentalmente alteradas. O capitalismo keynesiano de estímulo à constituição de um mercado interno de alto poder aquisitivo, daí a necessidade das chamadas políticas de bem-estar social, este paradigma foi substituído pelo paradigma deste que é o grande pensador, o grande teórico do neoliberalismo e que Borón acabou de citar aqui e que é a figura de Raiek, deixe o mercado agir.

Na ausência de um pólo de contestação ideológico, estratégico, no plano inclusive militar, e político foi como se forças mal contidas, mas de algum modo contidas no antigo paradigma capitalista se liberassem. E se liberassem com uma arrogância sem precedentes, estabelecendo isto que nós vemos no mundo de hoje, um domínio escandaloso do fluxo financeiro sobre o investimento produtivo.

Foi muito bom, foi ótimo que Borón tivesse tocado aqui num ponto que me parece central. A globalização não tem fronteiras, a globalização é isso mesmo, é um fenômeno de escala mundial. Não é bem assim, não. Os homens que controlam o processo de globalização, que controlam a quase totalidade dos fluxos financeiros que giram nos dias de hoje são bem conhecidos, todos eles têm CPF, têm carteira de identidade e o mundo inteiro sabe onde eles estão. Eles estão mais ou menos em sete ou oito países, não estão mais do que isso. Então esta falácia, este mito que tentam nos vender de que a globalização é isso mesmo, é a integração de todos. Portanto, como diz o nosso preclaro Presidente, fora dela não há salvação. É evidente, os sem esses já se salvaram há muito tempo, ao resto da humanidade a esse se aplica aquela mesma pergunta que o Vargas Llosa faz no Conversa na Catedral e que o Luís Jorge Werneck Viana citou aqui para vocês e que não vou repetir. Esses ficaram do outro lado.

Então, esse é o primeiro que eu gostaria de chamar atenção. Mas o que me parece mais grave é que a questão do solapamento do anterior paradigma do capitalismo, ou seja, do predomínio, do desequilíbrio brutal que se criou entre o fluxo financeiro e o investimento produtivo foi mais cruelmente sentido na América Latina do que em qualquer outra parte do mundo. Mais cruelmente

por quê? As razões são óbvias. Mesmo atingida pelos fluxos de globalização na sua vertente financeira, a Europa Ocidental dentro dos seus processos sucessivos de integração, Comunidade Econômica Européia, Mercado Comum Europeu, União Européia, como hoje, tinha os seus processos produtivos mais assentados e melhor estruturados. Eles não foram varridos pelo tufão do fluxo financeiro desordenado e desequilibrado.

Os países asiáticos, e Borón nos deu aqui o exemplo da Coréia do Sul, há alguns outros exemplos, tiveram, por razões que seria muito longo e muito complicado entrar aqui, uma capacidade de resistência maior. Não que eles não tivessem se adaptado e inclusive entrado no sistema do fluxo financeiro, mas eles não desistiram do investimento produtivo, a capacidade de adaptação deles foi maior. Os Estados Unidos e o Canadá, bom, esses não vou nem mencionar. Mas no caso particular da América Latina havia sistemas produtivos que estavam se constituindo, que estavam em processo de constituição, em processo de estruturação. E nesse caso, dada a baixíssima capacidade de resistência que a América Latina demonstrou frente ao processo de globalização na sua vertente financeira, esse mesmo processo produtivo que se encontrava em momentos de construção, obviamente que esses momentos são diferentes para os países da região, eles têm um determinado ritmo na Argentina, tinham outro no Brasil, outro no Chile, Colômbia e assim sucessivamente. Mas tivemos em alguns casos a quase liquidação desse mesmo segmento produtivo, em outros casos a transferência quase completa dessas mesmas bases produtivas para as matrizes dos grandes grupos oligopolistas internacionais. Aqui este processo foi mais duro e mais cruel e, sem dúvida alguma, a contrapartida desta crueldade foi, repito mais uma vez, a baixíssima capacidade de resistência que nossos países tiveram frente aos ventos da globalização quando ela soprou para cá.

Então, os dilemas que vivemos hoje na América Latina são dilemas que efetivamente vêm se desenhando há muitos anos, em alguns casos são inclusive multisseculares, mas sem dúvida alguma foram particularmente agravados nas duas últimas décadas por esse movimento de financeirização a que assistimos hoje.

Enumeremos alguns desses pontos de forma muito sumária. Não é possível que o conjunto da América Latina continue sofrendo o garrote do chamado ajuste fiscal. Ele asfixia as nossas economias, ele bloqueia todo e qualquer projeto de crescimento e de desenvolvimento, de crescimento econômico e de desenvolvimento que signifique a inclusão de milhões e milhões de homens e mulheres, milhões e milhões de crianças ao mundo chamado moderno, o que significa acesso a saúde, educação, lazer e transporte, enfim, tudo aquilo que faz parte da gama de alternativas de um indivíduo integrado no

chamado mundo civilizado. Esse processo de ajuste nos despedaça, ele agravou os problemas no México, ele agravou os problemas do Chile, agravou os problemas peruanos, ele levou a Argentina a essa situação insustentável que a Argentina vive hoje e ele tem no Brasil os efeitos que nós conhecemos.

Mas vejam bem o seguinte, porque a questão que fica, a questão que se coloca é que há anos e anos, isto é dito e repetido, eu não fiz outra coisa aqui senão dar talvez um pouco mais de ênfase nas acusações ao ajuste. E no entanto, pensemos bem, ele continua triunfante, ele não foi derrotado. Por quê? Qual é a questão? Estamos diante, há muito tempo, de processos econômicos em nossos países, que se caracterizam por uma das três alternativas: ou as economias estão em recessão, ou as economias estão estagnadas, ou as economias apresentam taxas de crescimento extremamente baixas. A única exceção a isso foi a do México nos últimos anos porque obviamente o México pega carona no crescimento da economia norte-americana. Mas se a economia americana entra em estagnação ou ameaça entrar em recessão, como já se fala como uma alternativa real nos Estados Unidos, sem dúvida alguma a economia mexicana vai acompanhá-lo.

Chamamos aqui no Brasil a década dos 80 de a década perdida. Chegamos aos anos 90 em que o discurso triunfalista da coligação governamental, que ganhou as eleições de 94 e 98, era o discurso da estabilidade que propicia o crescimento auto-sustentado. E chegamos o ano passado a uma taxa de crescimento em torno de 4%, o que deve ter produzido obviamente o espocar de rolhas de garrafas de champanha no Palácio do Planalto e da Alvorada, porque aqui no Brasil uma economia que sustentou a maior taxa de crescimento do mundo, entre 1930 e 1980, uma taxa de crescimento de 4% é uma maravilha. Mas isso foi obtido em 1 ano, em 2000. Em 2001, iniciamos o ano, taxa de crescimento de 4,5% e ela já está sendo revista para 2.7, a quem diga 2.5% e por aí vamos, quando é uma questão consensual, este país não agüenta uma terceira década com uma economia estagnada, com o volume de problemas sociais que nós temos não dá, não é possível. Não é possível que um país como a Argentina, que é um país que do ponto de vista do seu padrão educacional, do seu padrão cultural foi país de primeiro mundo, com a estrutura social mais coesa e homogênea de toda a América Latina esteja há três anos seguidos em recessão. E qual é o coroamento desses três anos de recessão? É a volta triunfante do Ministro Cavalo, este homem que andou pela América Latina, foi conselheiro do governo equatoriano, depois da sua bem sucedida experiência de atrelar o peso ao dólar, foi lá ao Equador sugerir a mesma coisa, andou por vários países, foi consultor de políticas macroeconômicas e mais particularmente de políticas monetárias.

Então, há anos se diz isso, não é possível se arrebentar a estrutura social de um país como a Argentina ao ponto em que ela está esgarçada e no entanto isso continua, no entanto isso se mantém, no entanto isso não é arrebentado.

Não vou nem me referir aqui àquilo que poderemos chamar de questão social. Todos nós sabemos o que é a questão social da América Latina. Claro, mesmo com todos os descompassos, com todas as desgraças que se abateram sobre esse país, ainda assim a Argentina consegue manter um padrão um pouco melhor do que o dos outros, mas está se aproximando muito rapidamente do padrão médio latino-americano. Todos nós sabemos o que significa a exclusão social, os fenômenos da fome, do mau atendimento dos sistemas de saúde, todos nós sabemos de tudo isso, não vou insistir muito.

Tudo bem, essas questões são seculares? São seculares, elas não se formaram nos últimos vinte anos. Injustiça social neste país sempre existiu, mas sem dúvida alguma este país já foi um pouco melhor do que ele é hoje, basta se comparar o poder aquisitivo, o poder de compra do salário mínimo em 1950 ou 55, face ao que é o poder de compra desse mesmo salário mínimo hoje, para vermos que este país piorou. A América Latina mergulhou, graças ao esgarçamento das suas estruturas sociais, numa economia informal, em que cada vez mais a incorporação ao mercado do trabalho não se dá pelas vias formais. E numa economia informal, que está no caso específico aqui freqüentemente ligado a uma economia ilícita, a uma economia do contrabando, do narcotráfico e de todas as outras formas criminosas que este modo particular de dominação que existe hoje engendrou. Isso não é novidade para ninguém. Como disse o Borón, até o Papa sabe disso e já repetiu.

No entanto, volto a mesma questão, isso se mantém, isso continua. Temos problemas gravíssimos a enfrentar, que se referem a nossa questão externa. O processo de globalização tal como atingiu a América Latina diminuiu as parcas margens de soberania de nossos países, elas estão hoje ainda mais restritas. E é nesse estreitamento das faixas de soberania que vamos enfrentar uma negociação, que é uma negociação decisiva para os rumos dessa parte do mundo, é a negociação que se refere à ALCA. Não é soberania reforçada, é com soberania diminuída, que obviamente é a situação que melhor ou mais convém ao negociador que estará do outro lado da mesa. Mesmo com soberania diminuída, mesmo sabendo que a capacidade impositiva dos Estados Unidos é extremamente elevada aqui e na América Latina, mesmo sabendo disso, ainda assim todo e qualquer projeto orgânico, não digo nem na América Latina em conjunto, mas tenho que fazer uma separação. Os problemas são os mesmos, mas a América Latina não é um conceito hoje em dia diplomaticamente

operável. Uma coisa é México, isso está incorporado, esperemos que algum dia se desincorpore ou que a incorporação seja diferente. Mas o conceito que pode ser operacionalizado diplomaticamente hoje é a América do Sul. É preciso operar. Desgraçadamente as coisas foram tão mal conduzidas nessa parte do mundo, que o conceito operativo diplomático é a América do Sul. Mesmo assim é preciso arrebentar o embrião de organicidade da América do Sul que foi dado pelo Mercosul. Por quê? Historicamente as relações dos Estados Unidos, e aí englobo tudo, com os países latino-americanos sempre foram negociações de natureza bilateral. Ou seja, eles e cada um dos outros sentados em frente ou do outro lado da mesa. Os Estados Unidos nunca aceitaram uma negociação multilateral, eles de um lado e a América Latina de outro. Eles não gostam disso, acho que não se sentem bem, muita gente vai atrapalhar a negociação, então é melhor que seja cada um isolado, porque o efeito é óbvio, enfraquece o interlocutor. Mesmo assim é preciso arrebentar isso.

Então, em momento de diminuição da nossa capacidade soberana e diminuição que é agravada pelas oscilações financeiras, pelos turbilhões financeiros que periodicamente assolam os nossos países é que vamos enfrentar a discussão e a negociação da ALCA.

Agora, vejam bem, é preciso que as coisas cheguem a uma situação limite quando não há mais Fundo Monetário que dê jeito, quando não há mais Banco Mundial que dê jeito, porque aí nesse caso os Estados Unidos intervêm. Na crise mexicana de 1995, o Presidente Clinton tirou 40 bilhões de dólares de um fundo especial utilizável pela Presidência da República dos Estados Unidos, sem precisar dar satisfações ao Congresso, para impedir que o México naufragasse.

Chegou ontem a Buenos Aires, li hoje no jornal pelo menos, o Subsecretário do Tesouro norte-americano. Vamos ver o que vai resultar daí. Mas é preciso que eles constatem o quase total esgarçamento do tecido social de um país, para eles dizerem: vamos atirar a bóia para que não afunde, para que continue flutuando, porque o objetivo é manter flutuando. Se depender do mercado puramente, isso não tem nenhuma importância, a Argentina como mercado pode quebrar, do ponto de vista da lógica de mercado o país como entidade não existindo ele pode se arrebentar, ele pode desaparecer, nós saímos daqui e vamos para outro lugar. O Brasil também pode. Agora, do ponto de vista político-diplomático, é mais complicado os Estados Unidos chegarem numa situação dessa. Aí vem intervenção do Estado, nesse momento nota-se a intervenção do Estado.

Pela última vez eu lanço essa mesma pergunta: todo mundo sabe disso há muitos anos e no entanto isso continua existindo. Por quê? Os impasses

latino-americanos são muitos, são das naturezas as mais diversas possíveis. Apresentar o elenco desses impasses, a listagem desses impasses é uma questão por demais aborrecidas. Mas quero tocar num impasse que a meu ver é o impasse fundamental. Qual é esse impasse fundamental? É o impasse democrático, é o impasse ligado à questão democrática. Não única e exclusivamente, vejam bem, a questão democrática do ponto de vista da liberdade de associação, da liberdade de imprensa, da liberdade de palavra, da liberdade de consciência, das instituições funcionarem, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, não é só a este patamar da democracia é que estou me referindo. O impasse ao qual me refiro é outro. O impasse eu caracterizaria da seguinte maneira: é o encontro das grandes maiorias das nossas sociedade, formadas por excluídos mas não só por excluídos; um bom segmento de incluídos, ainda que na parte de baixo da pirâmide social também faz parte dessa mesma maioria a qual me refiro. É o encontro, portanto, dessas grandes maiorias com as maiorias eleitorais. Nós não temos isto na América Latina. As maiorias sociais apresentam um certo número de aspirações que são facilmente identificadas, os economistas as conhecem, os sociólogos as conhecem, os educadores as conhecem, os cientistas políticos as conhecem, mas no entretanto estas maiorias não se refletem na formação das maiorias eleitorais que levam ao poder coligações que normalmente operam intencionalmente, trabalham contra os grandes interesses majoritários. Esse é o impasse a meu ver e esse impasse só pode ser resolvido pela ação política, não há outra maneira de resolvê-lo.

Encerro, citando dois ou três exemplos. Não é possível que um país dilacerado, como é a Colômbia, por um processo de violência ininterrupta que dura mais de 50 anos, que vem se agravando ano a ano, mantenha um sistema bipartidário, conservadores e liberais que operam a vida política em Bogotá como se nada tivesse ocorrendo no país, quando o Estado já perdeu o controle de cerca de 40% de seu território. Este é o impasse.

Para citar um caso muito mais próximo e de um país que sempre, pelo menos de mais de 50 anos para cá, tirando-se obviamente os períodos em que ele esteve sob ditadura militar, que é a Argentina, tenha vivido um sistema bipartidário, peronistas e radicais, ao mesmo tempo em que a situação da população vai se agravando. É este o impasse.

Faço, portanto, minhas, para terminar, as palavras do Werneck, que esteve no painel anterior. Isto é uma questão da política. Ou nós como militantes teremos capacidade de responder a este impasse pela movimentação política, pelas alianças, pelo impulso dos movimentos sociais e pela aliança com esses mesmos movimentos sociais, ou eu receio que o futuro da América Latina seja ainda mais sombrio do que esse que nós vemos no momento.

Queria encerrar simplesmente dizendo uma coisa. Não tenho dúvida do seguinte: certas medidas, certas políticas podem não significar necessariamente o surgimento do socialismo. Mas no dia em que a dignidade humana for estabelecida na América Latina, a porta para o socialismo estará aberta.

Muito obrigado, era só isso. (Palmas.)

A SRA. JACY PROENÇA (Coordenadora) – Queremos, neste momento, passar a palavra ao companheiro Roberto Regalado Alvarez, do Partido Comunista de Cuba. Vinte minutos e mais dez para a conclusão.

O SR. ROBERTO REGALADO ALVAREZ (Expositor)

Antes de tudo lhes transmito as saudações da revolução cubana e os agradecimentos pela possibilidade que nos deram de expressar nossa solidariedade com o Partido Socialista Brasileiro. A sorte fez com que fosse eu o último orador do último painel do dia mais longo de debates deste seminário. Portanto vou precisar de uma tolerância maior dos companheiros e companheiras.

Um dos temas mais importantes, dos debates feitos pelos partidos de esquerda na América Latina, são as transformações políticas, econômicas , sociais e ideológicas que ocorrem no mundo em geral e em nossa região em particular. Marx nos disse que as idéias dominantes são as das classes dominantes. Portanto, temos a obrigação diária de checar até que ponto nossas próprias idéias e nossos próprios debates de esquerda não estão infiltrados, de maneira inadvertida, pelas idéias das classes dominantes.

Se partirmos de uma definição ampla de esquerda, considerando que os partidos da social democracia européia também são de esquerda, e se levarmos em consideração de que nos últimos 20 anos todos os Governos de esquerda que chegaram ao poder, com exceção de Cuba, China e Coréia do Norte, não tiveram outra opção senão a de aplicar o neoliberalismo, veremos como as idéias das classes dominantes influíram e continuam influindo nos projetos executados inclusive por boa parte da esquerda. Isto é bastante evidente. Sem querer criticar a social democracia me refiro à terceira via proposta por Tony Blair e Felipe Gonzalez, que na minha opinião têm muitas coisas em comum. Primeiro enfatizam o caráter anti-social e inumano do neoliberalismo, depois explicam que, não obstante, os neoliberais têm razão quando falam nas condições objetivas que reduzem as funções sociais do Estado e a distribuição de riquezas. Finalmente defendem uma posição intermediária que promove a compreensão do porque os cidadãos devem apoiar a redução das funções sociais do Estado e a diminuição da distribuição das riquezas, pois assim elas não serão drásticas nem aceleradas. Em última instância, satisfazem-se as necessidades e os interesses do capital com um menor custo, movendo-se à direita em termos absolutos, enquanto se mantém numa posição relativamente de esquerda.

Há porém coisas mais sutis, como por exemplo a noção de que a globalização seja um processo incompreensível ou incontrolável, ou certas conclusões sobre a chamada revolução técnico-científica.

Devo falar sobre algumas questões teóricas antes de falar sobre América Latina. A diferença dos postulados sociais democratas que apresentam a globalização como uma ruptura drástica e súbita com toda a história anterior da humanidade e como um fenômeno impossível de compreender e controlar, a globalização na sua essência consiste no avanço do sistema de produção capitalista para a concentração da propriedade, da produção e do poder político. Muito se fala sobre o fluxo de capitais, sobre a internacionalização dos fluxos de capitais, de mercadorias, mas há um elemento essencial nesta discussão, é a concentração transnacional da produção e do poder político. Em termos históricos, estamos falando do quarto estágio do desenvolvimento do capitalismo, do capitalismo monopolista do último terço do século 19, quando se fundiram o Estado e o monopólio, dando surgimento ao capitalismo monopolista do Estado nacional, identificado por Lenine durante a Primeira Guerra Mundial . Hoje existe um monopólio que domina no âmbito global, ele não age mais só, age fundido com o Estado imperialista, ambos projetando seus vôos.

Falamos de monopólios fundidos com o Estado imperialista, ou como ocorre na União Européia, que são capazes de exercer o domínio em escala mundial, num processo transnacional das funções políticas. E qual é a contrapartida a esse processo? Na medida em que o monopólio e o Estado imperialista exercem esse domínio, os Estados e os capitais dos países subdesenvolvidos retrocedem. Na medida em que o Fundo Monetário Internacional decide qual deve ser a política econômica, a política social , a política cambial, os países sub-desenvolvidos deixam de tomar decisões sobre esses assuntos. Os presidentes , os poderes legislativos dos países subdesenvolvidos vão dizendo sim a estas coisas, convertendo-as em leis nacionais. Este é, companheiros e companheiras, o elemento fundamental do processo que estamos vivendo na história.

E que impacto tem isso sobre a América Latina?

Se pensarmos que este salto para a transnacionalização do capitalismo se dá em condições épicas, se apresentarmos este processo de globalização como um avanço impetuoso de um capitalismo rejuvenecido, poderoso e onipotente, é um equívoco. Porque, na verdade, este salto se dá em condições de um capitalismo agonizante, enfermo, velho, e digo isto por uma simples conclusão: um das contradições fundamentais da sociedade capitalista é a que se dá entre o desenvolvimento, as forças produtivas e as relações de produção. Ou seja, a capacidade que tem o capitalismo de produzir além do que pode

vender. Porque ele não produz para satisfazer necessidades humanas, ele produz mercadorias e não produz alimentos, por isso as pessoas podem morrer de fome.

Essa contradição levou, durante o século 20, a três tipos de destruições massivas de forças produtivas por excelência. Refiro-me à Primeira Guerra Mundial, à crise de 1929/33 e à Segunda Guerra Mundial. Depois da Segunda Guerra Mundial, viveu-se um período em que o capitalismo cresceu de maneira expansiva, projetando a ilusão de que seu crescimento era eterno. Não tenho tempo de comentar muito isto. É o momento do Estado do bem estar, por duas razões: a União Soviética tinha se convertido no campo socialista com quem deviam competir, através de mentes e estômagos; e a Europa Ocidental tinha que mostrar uma política aparentemente democrática , distribuindo riquezas. Se enganou Hegel, quando pensou que depois da guerra viria a crise do capitalismo. Quem teve a razão histórica foi Marx.: nas condições de crescimento expansivo se pagam altos salários, porque o salário é uma mercadoria, se pagam a saúde, a educação, é o estado do bem estar.

Na década de 1970, reconstruída a capacidade produtiva da Europa Ocidental, potenciada a capacidade produtiva do Japão, volta de novo o fantasma da crise, da super produção de mercadorias, de capital, e este é o momento em que se esgotam os mercados, super-saturados. Então o monopólio capitalista tem que se lançar a todo o mundo, conquistando todos os espaços livres, a fim de que as burguesias nacionais continuassem a se reproduzir.

América Latina durante toda sua história esteve esperando pelos fluxos de capitais. Se liberou da Espanha pensando que através do livre comércio viria o desenvolvimento. Ele nunca chegou. A revolução industrial se acaparou dos capitais. Passadas as crises da segunda metade do século 19, tampouco se permitiu que os capitais viessem para cá. Em seguida tivemos a Primeira Guerra Mundial e assim por diante. Daí vem os anos 1970, e os monopólios internacionais necessitam de todos os espaços, e tudo. Então o que ocorre: desregulamentos unilaterais de forma a facilitar aos monopólios o acesso às empresas privatizadas.

Só que, na verdade, o capitalismo contemporâneo não fragmenta apenas o indivíduo popular, fragmenta a si mesmo. As burguesias latino-americanas abriram suas portas ao neoliberalismo e quem foram suas principais vítimas? Foram seus capitais, quem estão sendo destruídas são suas próprias empresas, que estão num processo de falência. Isto está mais do que demonstrado.

Não podemos ver as transformações que estão ocorrendo no capitalismo somente do ponto de vista dos indivíduos, que são afetados, são fragmenta-

dos, mas sobretudo do próprio capital corroído. E na medida em que se concentra o poder político, o poder econômico, na mesma medida se corrói e se debilita o Estado - Nação, que deveria continuar tendo um papel fundamental dentro da sociedade capitalista.

Alguns exemplos, muito breves, onde se vê com maior nitidez tudo isto. O México durante 70 anos teve um único partido e era um partido-Estado. Este único partido-Estado cumpria duas funções fundamentais: distribuía quotas de poder político e econômico dentro da burguesia mexicana e mantinha níveis de cooptação com determinados grupos dependentes, reprimindo os com os quais não pudesse contar. Isso era feito por uma única máquina. Na medida em que é assinado o tratado de Livre Comércio da América do Norte, começa a transnacionalização em México, e a burguesia que antes se punha de acordo com a máquina não consegue mais fazê-lo, e se converte num apêndice funcional do capital financeiro internacional, da máquina do comércio externo, e os outros setores conectados ao mercado interno desaparecem. México é o país latino-americano em que se vê com maior nitidez o fenômeno. Mas não é onde a crise é mais aguda. Ela é mais aguda na Venezuela e no Equador, apesar da existência de diferenças fundamentais entre esses dois países. No momento em que a crise se instalou nos dois países, não havia um líder revolucionário, um líder popular unido às esquerdas, com um projeto alternativo. Temos no Equador um movimento indígena que é capaz de derrubar um Governo, mas que não tem uma proposta estratégica para substituir o Governo reacionário do país por um Governo progressista, transformador e termina sendo o primeiro país a se dolarizar na América Latina. A contradição do capitalismo é muito grande e o fator subjetivo depende muito dela.

Volto à premissa marxista: as idéias dominantes são as idéias das classes dominantes. Hoje a idéia dominante é a de que a democracia é sinônimo de capitalismo, ou que o capitalismo é uma condição imprescindível para que a democracia funcione. Devo dizer, então, que historicamente em toda formação econômica social se pensou igual: os escravistas em Roma e na Pérsia estavam convencidos que suas sociedades eram uma ordem natural, o mesmo pensavam os reis durante o feudalismo. Então me pergunto, o que irão pensar os cidadãos do mundo dentro de 300, 400 anos, sobre o social-capitalismo contemporâneo? Vejo, no entanto, uma grande contradição neste momento em que impera o parlamentarismo no mundo, é que é o momento em que mais existe exploração e opressão em escala mundial. No momento em que houve um equilíbrio entre as classes, neste momento, efetivamente, o Estado burguês teve um papel de balança, e isto ocorreu na passagem do feudalismo para o capitalismo. O Estado burguês teve um papel de balança entre a autocracia e a burguesia. Isto ocorreu

também no último terço do século 19, quando os partidos sociais democratas arrancaram numerosas concessões ao sistema. Ocorreu também na Europa do após guerra, nas condições em que assinalei.

E o que ocorre hoje? Eu diria que durante a década de 1970, as grandes corporações internacionais que dominavam o mundo conseguiram esvaziar o conteúdo da democracia. A eleição, o pluripartidarismo, existentes hoje não são mais fins em si mesmo, na medida em que não são mais os eleitores, o presidente da República, quem decide da política do país, mas, sim, o Fundo Monetário Internacional, o Governo dos Estados Unidos, da União Européia. Nessa medida o exercício da democracia representativa se converte cada vez mais em um exercício fútil.

Não quero ser absoluto. Tudo não ocorre da mesma forma em todos os países. Há graus de diferenças. Mas há uma tendência histórica que se comporta da mesma maneira na Europa Ocidental, no Brasil, no Haiti. E com os direitos humanos ocorre o mesmo. Supostamente éramos todos iguais perante Deus, depois perante a Lei. Mas as Leis são os próprios homens quem as fazem , de acordo com suas consciências de classe. O Professor Hélio Bicudo nos falou sobre a Carta dos Direitos Humanos e do direito que toda pessoa tem de não ter seus bens alienados, salvo se for por uma razão muito importante e mediante compensação. Ontem o Governador Garotinho recordou que 80% da riqueza do mundo se encontra nas mãos de 20% da população. Então me pergunto: estes 20% da população que vivem com os 80% das riquezas do mundo vão permitir que lhes tirem estas riquezas? Não é um direito humano que eles têm, de acordo com a Carta das Nações Unidas? O direito de que estes 20% da população guardem seus bens? E se tirarmos estes bens, teremos de compensá-los? Mas como farão os outros 20% da população, que detém apenas 1% das riquezas mundiais para poder compensar os outros. Ou são os direitos humanos deles ou são os nossos, isto é claro. Vida ou morte.

Estes são companheiros os problemas nos quais devemos pensar. Não estou fazendo um apelo à insurreição. Che Guevara referindo-se aos companheiros e companheiras de América Latina que iam até ele para pedir ajuda sobre o modo de se iniciar uma revolução, dizia: uma revolução não se inicia assim, ela se inicia quando não há mais remédio. Não são os revolucionários quem decidem do início de uma revolução. Lenine pensava da mesma forma, dizendo que não bastava os explorados não quererem mais ser explorados, mas que era necessário que os exploradores fossem capazes de seguir os explorados, e que só nestas condições se pode fazer uma revolução.

O que, então, podemos fazer? Fidel Castro diz há anos que, efetivamente, ainda não é o momento de uma revolução, pois as condições não

estão dadas. Mas que é o momento de se batalhar idéias, para que o que é feito todos os dias se acumule para o futuro. Fazer uma acumulação de forças, senão nossa ação não tem sentido. Elaborar o programa da revolução socialista só a partir da análise dos erros cometidos na União Soviética não é suficiente. Devemos batalhar idéias.

Termino com os versos de Machado:

"Caminhante, não há caminho...

O caminho só se faz caminhando..."

Obrigado.

A SRA. JACY PROENÇA (Coordenadora) – Neste momento, vamos abrir para o plenário para as intervenções. Vamos estar propondo que as intervenções sejam de no máximo 3 minutos.

O primeiro inscrito é o companheiro Germán.

O SR. GERMÁN

-Me animei a falar esta tarde porque 75% das palestras foram dadas em espanhol. Mas também porque tenho uma pergunta a fazer. Pode o novo socialismo fazer propostas de acordos políticos e eleitorais com os setores produtivos, vítimas de um sistema que os liquidou de uma certa maneira?

A SRA. JACY PROENÇA (Coordenadora) – O próximo inscrito é o companheiro Valton, em seguida teremos o Joverediano Santos e Valdo Silva encerrando o bloco. Na fala do último inscrito, que é o Valdo Silva, estaremos encerrando as inscrições.

O SR. VALTON MIRANDA LEITÃO (PSB/CE) – Queria parabenizar a Mesa e iniciar fazendo uma reflexão. Estamos neste dias aqui fazendo um exame muito sério de todas essas questões que dizem respeito à situação de absoluta dificuldade em que se encontram os nossos países latino-americanos, diante da quase inexorabilidade do capital monopolista.

O Professor Borón disse algo a respeito da dívida odiosa. Tudo bem, acho que a visão moral que está contida nessa idéia é evidente. Num sentido amplo, o capitalismo monopolista não tem nada de moral, ele não é nem imoral, ele é amoral. Certamente o uso das visões morais é importante. E me parece que o Professor Borón colocou a questão sul-coreana num sentido muito mais tático do que estratégico. Eu queria uma compreensão disso por parte dele.

A segunda questão é a respeito da questão democrática, que foi colocada pelo Professor Carlos Peixoto. Essa questão, no primeiro painel, do qual participou o Professor Celso Furtado, eu coloquei aqui dizendo que o proble-

ma que o Professor Celso Furtado colocava se situava muito na visão de manejo do Estado. Ou seja, na medida em que sejamos capazes de criar um Estado suficientemente forte para impedir as ações do sistema monopolista internacional, que teríamos realmente condições de lutar contra a globalização. Então, essa seria de certa maneira uma continuidade dessa mesma perspectiva.

Mas aí coloco um outro ponto, que é o problema da própria esquerda. Ou seja, no momento em que a esquerda assume a questão democrática pelo viés da ampliação da democracia, ela estaria numa certa medida incorrendo no caminho de acreditar que a democracia representativa, que mostra sinais de falência muito grandes, seria o caminho para a resolução dos nossos grandes problemas. A esquerda assume numa certa medida a democracia como fim em si mesmo e não como instrumento tático no processo de luta contra o sistema. Isso não quer dizer que eu esteja colocando aqui a impossibilidade de se utilizar, ou a impossibilidade de continuar pensando democraticamente.

Por outro lado, essa questão me leva então para o problema que o nosso companheiro Regalado, de Cuba, colocou, que é exatamente uma outra polarização, porque acho que aí o companheiro coloca a questão a partir da perspectiva cubana, que numa grande medida sublinha toda a visão marxista clássica, que não leva, no meu modo de ver, em conta os processos altamente sofisticados que o capitalismo monopolista encontrou atualmente. E na medida em que não os leva em conta, tende a imaginar um Estado forte como um Estado que numa certa medida é um Estado altamente centralizado e não acredito que essa solução seja válida para toda a América Latina, com todo respeito e com toda referência à grande luta do povo cubano e do seu condutor maior Fidel Castro.

Era isso, obrigado.

A SRA. JACY PROENÇA (Coordenadora) – Companheiro Joveridiano Santos e, em seguida, Valdo Silva.

O SR. JOVERIDIANO SANTOS (Alagoas) – Sou de Maceió, Alagoas.

Gostaria de fazer uma pergunta, porque ouvi o Antônio Carlos Peixoto falar que a situação dos movimentos sociais já foi melhor em anos atrás. O governo socialista defende que as transformações sociais têm que ser realizadas, têm que se instaurar. Mas a proposta real que devemos apresentar não deve ser local devido a educação do povo brasileiro e latino, a sua ineficiência no saber daqueles que sempre são excluídos, que impede o avanço social pela não-consciência política e educacional. E supondo que avancemos num processo político próximo e que consigamos eleger um governo socialista, como acontecerão o planejamento e as ações desse governo, mediante toda uma polí-

tica capitalista falida, para podermos realizar estas mudanças e concretizarmos este projeto socialista, que é ou deve ser um processo de transição para o bem comum ou o comunismo de fato. Gostaria, se fosse possível essa resposta.

A SRA. JACY PROENÇA (Coordenadora) – Companheiro Valdo. Encerram-se as inscrições com a fala do companheiro Valdo.

O SR. VALDO SILVA – Queria propor aos palestrantes uma idéia para reflexão. Diante desse fato diria até dantesco de crise industrial, crise financeira, crise social e crise política, queria dar um desdobramento ao espanto do nosso companheiro Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, dizendo o seguinte: como que vamos explicar que diante desse quadro, insisto, meio catastrófico, diante da crise política do governo que expressa esse projeto em crise, tenhamos como proposta de oposição para este país dois candidatos que são certamente muito responsáveis pela implantação dessa política; que as principais medidas que se desdobraram nesse chamado neoliberalismo não nasceram no Governo atual, nasceram no Governo anterior. E um deles foi responsável pela principal delas, que foi a queda brutal de todas as barreiras e a penetração de produtos importados. E um terceiro candidato que pega o seu programa e procura amenizar o seu programa, de forma a romper com as questões que parecem estar no fundo dessa crise. Como explicar?

Eu diria que desdobro o meu espanto. Diante da crise, as perspectivas e os projetos de oposição ao invés de avançarem na crítica à crise eles se retiram da crítica à crise. Acho que isso é um tema muito interessante para refletirmos a respeito.

A SRA. JACY PROENÇA (Coordenadora) – Com a palavra o companheiro Atílio Borón.

O SR. ATÍLIO BORÓN (Expositor)

-Pode o socialismo ter uma aliança com os setores produtivos para sair da crise? Não tenho uma resposta geral para isso, porque ela passa por uma questão de tática política e a tática se define no momento da conjuntura. Depende, também, em que fase se encontra o desenvolvimento da consciência e da organização das classes e camadas populares, da força que tenham estes setores.o que acredito é de que, de nenhuma maneira, possa ser uma aliança de longa duração. Outra coisa que quero dizer é que o capitalismo é radicalmente incompatível com a democracia. Ou seja, a democracia tem limites de crescimento numa sociedade capitalista , porque o capital é por natureza despótico. Quando pensamos em alianças é preciso ter sempre presente esta incompatibilidade radical do capitalismo e da democracia. Sobre a pergunta do Walton. A dívida está condicionada à atitude dos Estados Unidos frente a burguesia nor-

te-americana. É possível que setores dentro da burguesia norte-americana comecem a privilegiar a produção, adotando uma política contrária ao capital financeiro, então poderá haver uma mudança no tratamento de nossa dívida. Mas pelo momento os banqueiros fizeram da dívida externa latino-americana a grande fonte de seus lucros, nos últimos tempos.

A SRA. JACY PROENÇA (Coordenadora) – Professor Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO (Expositor) – Vou tentar unificar numa única resposta algumas questões que foram levantada. Mas logo de saída queria dizer que deve ter havido algum equívoco, não sei se me expressei mal. Eu não disse que a situação dos movimentos sociais já foi melhor do que hoje, eu disse que a situação social do Brasil, que é outra coisa, medida por alguns indicadores, e me referi especificamente à questão do poder de compra do salário mínimo já foi melhor do que hoje. As disparidades de renda já foram menores, foi isso que eu quis dizer.

Isso dito, passo às questões aí levantadas. Sobre a questão das alianças, parto do seguinte princípio: uma aliança não é nem possível e nem ela é impossível. Ou a lógica do processo político conduz a ela ou não conduz, porque a meu ver constitui um elemento de voluntarismo muito forte um Estado maior de um partido político, uma direção política, portanto, sentar em torno de uma mesa e determinar alianças aqui, acolá etc. Logo porque alianças só se fazem quando os diversos atores potencialmente envolvidos nela estão de acordo. Ficou lá essa história muito bem lembrada por Borón dos inúmeros clamores chilenos para ser integrado ao NAFTA. Aquela famosa frase do antigo Ministro do Exterior da Argentina, o Guido di Tela, quando dizia que o que a Argentina precisava era de uma relação carnal com os Estados Unidos, uma coisa até de gosto um pouco duvidoso, pelo menos na minha opinião, uma coisa um pouco estranha. A minha impressão é de que se o velho Juan Manuel Rosas e os seus gáudios tivessem ouvido isso o pampa ia tremer.

Agora, a verdade dos fatos é a seguinte: relação carnal também só existe se o outro quer, porque se os Estados Unidos não querem não vai ter relação é nenhuma. Não adiantou nada o Chile bater não sei quantas vezes as portas de Washington e tudo assim para lá, para cá etc.

Vejam bem, não quero dizer também que aliança é só uma questão da pura e fria objetividade do processo político, uma aliança também tem um forte componente subjetivo, porque ela vai se construindo. Agora, ou ela decorre da necessidade, ou não há aliança possível.

E daí eu quero partir para a questão que me parece central, porque inclusive pelo menos foi a que norteou todo o fio condutor da minha exposi-

ção, que é a questão da democracia. Obviamente é uma questão complexa demais para poder ser abarcada numa intervenção e menos ainda numa resposta. Mas eu queria fundamentalmente colocar aqui três pontos que me parecem centrais para chegar à situação que estamos vivendo agora. Independentemente de todas as formulações que se desenvolveram no século XIX e mesmo no século XX, apesar de que o pensamento político no período entre guerras não discutiu essencialmente a questão democrática, a polaridade dos dois campos, representados de um lado pela União Soviética e de outro lado pelo sistema do nazi-fascismo, a aliança só veio depois, mas o sistema do nazi-fascismo já estava mais ou menos instalado desde da tomada do poder pelo Mussolini e obviamente ganhou uma força muito maior a partir de 33 quando o Hitler chegou ao poder. A primeira formulação que no século XX foi feita de modo mais consistente sobre a questão democrática e que foi durante muito tempo o grande desiderato das chamadas democracias liberais é a formulação chumpeteriana, do Chumpeter. O que é o processo democrático? O processo democrático se define por um sistema eleitoral no qual haja possibilidade de competição. Neste sistema eleitoral, e temos o paradigma da economia entrando no cerne da questão democrática, o eleitor se transforma num consumidor de produtos políticos. O que são esses produtos políticos? São os programas dos partidos, são as mensagens dos candidatos.

Então você vai ali numa prateleira de supermercado, você quer comprar leite em pó, tem o desnatado, tem o não sei de que tipo, tem o não sei de que marca, você escolhe aquele que parece melhor. Então é nele que você vota. Você dá obviamente ao eleitor uma oferta limitada de escolha, porque o processo político se torna aí oligopólio, pode chegar até a ser um duopólio, como é o caso norte-americano, como é o caso britânico. E pode chegar a ser um pouquinho mais. Mas de qualquer modo é um processo oligopolístico.

Os homens que representam o oligopólio, ou seja, os partidos apresentam lá suas mensagens, seus projetos, seus programas etc., o eleitor olha aquilo, escolhe um deles e pronto, estamos conversados e é democracia isso.

Esta questão evoluiu, como bem lembrou aqui o companheiro Regalado, nos anos 70 com a constituição da trilateral, cujo programa básico foi escrito, do ponto de vista norte-americano, pelo Samuel Rantentan, do ponto de vista da Europa, por um sociólogo francês, que foi o Michel Rodier e houve um sociólogo japonês, queiram me desculpar, eu não tenho nenhum preconceito contra os asiáticos, mas efetivamente esqueci o nome desse sociólogo japonês. O Atanuk, o Atílio Borón felizmente me lembrou o nome dele, senão ia pegar mal. Peço desculpas antecipadamente se aqui há algum nissei, alguém que tenha passado japonês. Mas em que a questão central tinha se deslocado do

velho paradigma chumpeteriano, ou seja, do eleitor como consumidor de produtos políticos para uma nova questão que aparecia como sendo a questão da governabilidade. O problema central que as democracias enfrentam, sem perder de vista o paradigma chumpeteriano, é o problema da governabilidade. É isto que temos que ver. E o problema da governabilidade em última análise se resume no seguinte: se as pressões populares, se as pressões da base são incompatíveis com a capacidade de resposta do sistema político, então a governabilidade está perdida.

Estamos claros? Toda a coisa aí em última análise se resume a isso. Ou seja, é preciso haver um equilíbrio constante entre o volume de demandas, o volume de pressões que vem dos diversos setores da sociedade e a capacidade de resposta do sistema. Se esse equilíbrio não for mantido, o sistema está em crise, estamos rebentados. Então é a questão da governabilidade.

E chamo atenção dessa questão da governabilidade por quê? Onde é que ela está batendo hoje em dia, é em torno de que ponto? É em torno do ponto dos ajustes e dos equilíbrios fiscais. Qual é o discurso – existem obviamente exceções a isso – mas qual é a tônica do discurso político na América Latina? Se o equilíbrio fiscal, se as políticas de ajuste não forem perseguidas o tempo todo com o rigor necessário, não há governabilidade possível. Esse é o discurso do Fernando Henrique Cardoso, esse é o discurso do Pedro Malan e todos nós estamos vendo isso todo dia. Esta questão, sem que se perca o paradigma chumpeteriano, continua se mantendo, ninguém o rejeitou, se acrescentou à fórmula democrática um outro ponto, que é o ponto da governabilidade. Esse é o discurso político que estamos vendo aí todo dia. Então, o que aconteceu? O debate político propriamente dito desapareceu, criou-se uma espécie de círculo de ferro, no qual se coloca como centro, como ponto central do círculo a questão do ajuste e a questão do equilíbrio fiscal e ai de quem se afaste disso: quer acabar com a governabilidade, está louco, é a volta ao passado inflacionário; quando obviamente políticas de atendimento às necessidades das grandes maiorias da população não significa um gasto público irresponsável, não significa um manejo irresponsável das contas públicas e nem significa taxas de inflação absolutamente alucinadas.

Mas essa é a questão. Ou seja, o esforço foi para nos jogar dentro desse círculo. É este o terreno no qual eles travam a luta política. Foi este o terreno em torno do qual Menem se reelegeu em 1995, este foi o terreno em torno do qual Fujimori se reelegeu também em 1995, este foi o terreno em torno do qual Fernando Henrique se reelegeu em 98 e todo o sistema político-partidário é empurrado para dentro desse círculo para que o debate se dê nos termos em que o fluxo financeiro quer organizar a vida política. É esta a questão que estamos enfrentando.

Então, quando falo aqui usando essa fórmula que o Borón utilizou, que as maiorias sociais não se transformam em maiorias políticas, é justamente esta a questão. As maiorias sociais não conseguem fazer expressar as suas aspirações fora deste maldito círculo que nos aperta. Ou nós rompemos esse círculo, ou mais uma vez estamos derrotados politicamente. E qualquer processo de transformação aqui é um processo que tem que vir pela via política.

É claro, nós não vamos conquistar as fábricas, transformas as coisas pela conquista da produção, não é por aí, a nossa batalha é uma batalha política. Agora, quando eu falo em democracia, temos lá Chumpeter de um lado, trilateral de outro, governabilidade, a governabilidade batendo diretamente na questão central que existe hoje, que é a questão do ajuste, do equilíbrio fiscal. Eu pego duas outras vertentes da questão democrática. Existe uma democracia que eu respeito e pela qual eu luto, lutarei, porque acho que democracia, dentro dessa vertente que irei apresentar dentro de um minuto, é uma categoria ambivalente. A democracia é uma arena para uma série de coisas, mas ela tem um valor em si mesmo. Então, as duas coisas ocorrem, ela tem um sentido em si mesmo e também ela é um instrumento, mas não mantenhamos uma visão puramente instrumental da democracia. Existe a democracia que garante as liberdades, liberdade de credo, liberdade de pensamento, liberdade de associação, liberdade de palavra, todas as liberdades possíveis. Esta democracia eu respeito. Mas isto não quer dizer que esta seja única e exclusivamente a democracia pela qual as transformações sociais vão se realizar. Não, ela nos permite lutar. Esta democracia da qual falamos é a democracia que resultará justamente desse encontro entre as maiorias sociais e as maiorias políticas, porque é a democracia que será capaz de realizar as aspirações dos milhões, milhões e milhões de excluídos que há nessa parte do mundo, é a democracia que vai realizar as aspirações das grandes maiorias da população.

Então, é assim que vejo a questão democrática. E por aí encerro. Desculpem, eu falei demais. (Palmas.)

A SRA. JACY PROENÇA (Coordenadora) – Passo agora a palavra ao companheiro Regalado. Não querendo ser chata, mas defini um tempo para as intervenções, para os questionamentos e não para as respostas. Vou passar a palavra ao companheiro Regalado, em seguida temos uma questão por escrito para cada um deles e gostaria que ao responderem eles já fizessem as considerações finais.

O SR. ROBERTO REGALADO ALVAREZ (Expositor)

Quando os grupos produtivos passam por um processo de destruição, a primeira tendência que têm é tratar de recuperar os privilégios perdidos, para

voltar a incorporar o bloco dominante, e nunca a tendência de se incorporarem ao bloco da revolução. Com respeito ao tema da democracia é difícil falar em 20 minutos. Frente ao imperialismo, ter um projeto socialista com alternância é muito difícil, porque pode se terminar em uma guerra como ocorreu na Nicarágua, numa contra -revolução, num bloqueio econômico, num conjunto de condições que alteram a democracia.As eleições perdidas pela Frente Sandinista não foram eleições perdidas em condições democráticas,mas em condições de guerra, de bloqueio. Se queremos democracia, é preciso que a democracia funcione em condições puras, não em condições de guerra e bloqueio. Então me pergunto se é possível a alternância entre projetos. Na medida em que a esquerda brasileira acumule forças políticas e sociais suficientes para competir com a burguesia, é possível ver o projeto socialista avançar, mas o fato de se ganhar uma eleição não terá significado que a revolução socialista foi feita. Estamos falando em termos daquilo que é possível hoje. Temos que seguir lutando dentro do capitalismo, para ocupar as instituições. Avançar tudo o que se puder dentro do próprio capitalismo, mas depois se perguntar qual é o bloco social revolucionário: o movimento indígena, o movimento negro, o movimento feminista, este é o novo bloco social da revolução, nas condições atuais da América Latina.

A SRA. JACY PROENÇA (Coordenadora) – Comecemos pelo Professor Antônio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO (Expositor) – Eu tenho uma pergunta aqui que está colocada da seguinte maneira:

"Como você vê a divisão dos partidos políticos nacionais?" Apresentam propostas para a efetiva solução dos problemas sociais ou não? O que os impede de atender aos anseios do povo?"

Acho que há no sistema partidário brasileiro uma situação muito diferente daquela que ocorre em boa parte dos países latino-americanos, porque ali e numa série de outros países nós encontramos uma persistência, uma capacidade de manutenção dos sistemas partidários, uma capacidade inclusive adaptativa a certos processos de mudança na sociedade, mudança na economia que não corresponde exatamente ao caso brasileiro. Peguem o caso uruguaio, um bipartidarismo que se originou desde o século XIX, *blanco de colorados*, vocês peguem o caso argentino, como estruturação política a União Cívica Radical, sem favor nenhum o mais antigo partido político do sub-hemisfério latino-americano e assim sucessivamente em outros países, Chile, o próprio Peru, com o Aprismo.

O Caso brasileiro é um caso muito mais complexo desse ponto de vista. Por quê? Porque aqui não há persistência das legendas partidárias. Os

processos ditatoriais chegam, destroem bases organizacionais dos partidos políticos, vão para os partidos que surgem, já não tem muita coisa a ver com os anteriores. Então é o caso que encontramos hoje.

Por outro lado, as tendências a centrifugação dentro do sistema partidário é muito grande, os partidos implodem. Falando português claro, do ponto de vista puramente político, o que é o PSDB. O PSDB foi a incapacidade do Fernando Henrique, Mário Covas, José Serra etc. de controlarem a máquina do PMDB de São Paulo. O PSDB foi isso. (Palmas.) Porque o Quércia mantinha um controle de tipo caciquista, do tipo coronelista sobre a máquina do PMDB. Os partidos surgem dessa maneira, essa que é a verdade dos fatos. O que não quer dizer que Fernando Henrique, Mário Covas, José Serra etc. não tivessem determinados projetos do ponto de vista econômico-social já ligados ao próprio processo de globalização e de financeirização do Brasil. Isso é outro problema. Só que eles queriam executar isso de outra maneira.

Então essa dinâmica partidária brasileira é uma dinâmica extremamente complicada, são acessos de fúria contra os pequenos partidos, quando sete partidos controlam 90% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Isso aqui é um partido heptapartidário. Visto por qualquer cientista político é um sistema partidário de alta fragmentação. Agora, a fúria vem contra os pequenos partidos, aí não tem dúvida, vamos deixar o terreno só para nós, vamos limpar o terreno.

Então o problema dos partidos políticos no Brasil está, em primeiro lugar, na sua capacidade de fixação, eles têm que se fixar e com certa nitidez. Não falo nem em nitidez ideológica, isso são muito poucos os que têm e terão, nitidez nos seus projetos políticos. O que explica, por exemplo, que um homem como Delfim Netto, ligado partidariamente a um dos negocistas mais conhecidos e corruptos da política brasileira, que é Paulo Maluf, que não tem compromisso – esse não tem compromisso nem com interesse estrangeiro, nem com interesse nacional, nem com coisa nenhuma, é com o próprio interesse dele. Esse é o problema central – mas Delfim Netto hoje seja um defensor, seja um homem que ataca a globalização financeira e seja um defensor do capitalismo produtivo nacional. Então, é essa percepção que temos que ter.

Então podemos ter algumas coisas junto com o Delfim? Eu pessoalmente acho que sim, dentro do Partido Socialista eu defenderia isso. Agora, é evidente, o que vai ser dito? Que vocês estão se aliando com o Maluf. Não, não estou me aliando com Maluf não, Maluf para lá. Eu me alio a um determinado projeto do Delfim que pode dar algumas lambadas muito seguras no capitalismo financeiro do Brasil. Com isso é possível se ter uma aliança. Agora, essa aliança não significa necessariamente, então o PTB e o Partido Socialista Brasileiro vão andar juntos, vão fazer uma coligação para Presidente da Repú-

blica. Não é isso, ninguém está dizendo isso. Processos de aliança no Brasil são freqüentemente desse tipo, dessa natureza, pela alta fragmentação do sistema partidário e pela baixa fixação de projetos políticos que existem dentro deles.

Terminei, desculpe. (Palmas.)

A SRA. JACY PROENÇA (Coordenadora) – Companheiro Atílio.

O SR. ATÍLIO BÓRON (Expositor)

O domínio do capital financeiro não só está causando graves danos às economias da América Latina, como também está prejudicando as empresas do setor produtivo norte-americano. Vamos encontrar nos Estados Unidos produtos deste antagonismo de classe no topo do sistema, entre uma burguesia totalmente financeira, de escala global, que nada quer saber com nenhum desenvolvimento de mercado interno e os setores produtivos. Por último, porque não são feitos estudos sobre a dívida na América Latina? Isto tem a ver com o atraso que se observa em grande parte nas ciências sociais de América Latina. América Latina é um continente que sofreu mais que qualquer outro uma experiência de dominação colonial superior a da África e da Ásia.

A SRA. JACY PROENÇA (Coordenadora) – Companheiro Regalado.

O SR. ROBERTO REGALADO ALVAREZ (Expositor)

-Como explicar o êxito do socialismo em Cuba? Explico a partir de dois fatores fundamentais: primeiro é de que é um projeto autoctono, a revolução cubana é antes de tudo fundamentalmente uma ação consciente do povo cubano. Segundo, a revolução cubana sobreviveu por fatores subjetivos, de consciência popular, de prestígio da direção revolucionária, pelo acúmulo da política educativa, social. Por esse fator subjetivo, porque economicamente o país quebrou há anos e ainda não saiu da quebra econômica. Se quisermos ver as condições objetivas para a condução do socialismo podemos esquecer, porque elas não existem. O grande problema do debate da experiência histórica do socialismo é de que puseram no mesmo saco experiências positivas e negativas, particulares de cada um de nossos processos. Hoje o saco cresceu e a tendência é negar tudo. Acredito que aí se encontre um dos problemas fundamentais que o socialismo enfrenta. Muito obrigado.

A SRA. JACY PROENÇA (Coordenadora) – Gostaria de agradecer o Dr. Carlos Siqueira pelo convite para estar coordenando esta Mesa dos trabalhos e faço o agradecimento em nome da Fundação João Mangabeira do Mato Grosso, dos militantes do movimento negro e participantes deste encontro e também das nossas companheiras socialistas. Agradecimentos aos expositores pela brilhante contribuição.

Muito obrigada e uma boa noite.

Sessão

04 de agosto de 2001
Hora: 9 horas

"Socialismo e Democracia"



Expositores:
Evandro Lins e Silva, Jurista, Dr. Jacob Gorender, do Partido dos Trabalhadores, e José Luís Quadros Magalhães, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais

Coordenador:
Roberto Amaral (Vice-Presidente Nacional do PSB e Secretário de Relações Internacionais do Partido)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Companheiros, já se encontram presentes, para nossa satisfação, os expositores do painel de hoje, que são o Ministro Evandro Lins e Silva, a quem convidamos para compor a Mesa, o Dr. Jacob Gorender, o companheiro revolucionário do Partido dos Trabalhadores, grande companheiro da história política do nosso País, e o Prof. José Luís Quadros, da Universidade Federal de Minas Gerais, que também convidamos para tomar assento à mesa. (Palmas.)

Para moderar os trabalhos desta manhã, convidamos o Prof. Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Senhores, bom dia.

Iniciamos hoje nosso terceiro e último dia com o Painel "Socialismo e Democracia". Apesar de o companheiro Carlos Siqueira já ter feito a apresentação da Mesa, eu pediria licença ao auditório e ao companheiro Prof. José Luís Quadros, para fazer algumas referências que se fazem necessárias à presença de duas pessoas importantes não apenas para nós do PSB, não apenas para nós, militantes do socialismo, mas principalmente para os democratas brasileiros.

Está aqui ao meu lado uma das figuras que mais orgulham os socialistas do PSB, que é o advogado, acima de tudo o advogado das liberdades individuais, o Ministro Evandro Lins e Silva. O Ministro é advogado da liberdade desde os tempos do Estado Novo. Jovem, enfrentou o estado de exceção e vem desde então defendendo as liberdades e, se não estou enganado, sua última presença no Tribunal do Júri foi defendendo o nosso companheiro Rainha, do MST.

Evandro é fundador da esquerda democrática, fundador do Partido Socialista, membro honorário do seu Diretório Nacional e um dos reorganizadores do partido em 1985. Se não tivéssemos naquela oportunidade contado com a colaboração de Evandro, não sei se o nosso partido teria conseguido se reorganizar e chegar onde chegamos até aqui. Portanto, para nós do PSB é uma alegria muito grande ter Evandro como nosso companheiro. Temos orgulho de ter em nossos quadros, na nossa direção, o advogado do Brasil, Evandro Lins e Silva!

O Prof. Luís Quadros também está aqui conosco e peço aos meus amigos que me permitam fazer novamente referência de ordem muito pessoal, porque está aqui ao meu lado não apenas um dos maiores teóricos do socialismo e do marxismo brasileiro, um dos mais profundos historiadores do nosso País, mas está aqui ao meu lado o querido e velho amigo, e tenho a vaidade de dizer que fui seu dirigido no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, ao lado de um grande amigo nosso que está fazendo muita falta hoje aqui, e que eu pediria, Jacob e aos senhores que dedicássemos a manhã de hoje a esse grande

amigo nosso das liberdades do Brasil, Mário Alves, que foi depredado na resistência, assassinado nos porões da ditadura. Apolônio, Mário e Jacob eram os dirigentes do nosso partido na resistência à ditadura.

E é com muito orgulho para nós do PSB que temos conosco o Jacob, para partilhar das nossas discussões.

E eram observações de ordem muito pessoal que eu não poderia deixar de fazer, recebendo a honra de moderar os trabalhos, na presença de Evandro, Jacob e José Luís Quadros. Estamos aqui com parte da boa história do Brasil!

Muito obrigado. (Palmas.)

Vamos iniciar com a primeira intervenção do Ministro Evandro, depois o Prof. José Luís Quadros e, em seguida, o Jacob, após o que partiremos para o debate.

Tem a palavra o Ministro Evandro Lins e Silva (Palmas.)

O SR. EVANDRO LINS E SILVA (Expositor) – Meu caro Presidente Roberto Amaral, meus companheiros de Mesa, vou começar pela história da criação do Partido Socialista Brasileiro.

Como vocês sabem, este mundo, no século XX, foi, de acordo com um livro notável de Rubens Balmer, no começo da primeira metade, um século de catástrofes. Então era a Primeira Guerra Mundial, em 1914, a instalação da União Soviética, depois o craque da Bolsa de Nova York, que quase levou à falência. Vem a Guerra de Espanha, uma espécie de preparativo ou de aperitivo da grande Guerra Mundial de 1939 a 1945. E foi um mundo, portanto, de desgraças, mortes, assassinatos. Guerras, afinal.

Nesse período tivemos, além da participação nesses episódios, também muitas turbulências políticas no Brasil. Começou com os 18 do Forte. Foi a primeira voz de protesto contra o marasmo dos governos e dos republicanos até 1930.

Depois, em 1924, a Coluna Prestes, que varou o Brasil de Norte a Sul. Tivemos então a Revolução de 1930, a assunção do poder por Getúlio Vargas e uma grande transformação que houve no Brasil nessa oportunidade.

Em 1932 houve uma revolução constitucionalista em São Paulo. Tivemos mais, em 1935, a chamada Intentona Comunista. Em 1937, a instauração do Estado Novo, que foi uma ditadura sinistra, que criou o Tribunal de Segurança Nacional, órgão infame para condenar os opositores do sistema.

Veio depois a Segunda Guerra Mundial, da qual participamos. Em 1945 tivemos a deposição do ditador. Então, foi um século de turbulências no Brasil.

Lembro-me, em 1945, quando terminava a guerra, quando já havia a possibilidade de queda da ditadura instalada, na realidade, em 1935, logo após o movimento militar, a rebelião comunista no Rio Grande do Norte, onde se chegou a tomar o poder, Pernambuco e Rio de Janeiro. Aí começou a caça às bruxas.

Eu sempre me pergunto, eu que vivi muito esse período, qual foi pior: a repressão de 35 ou a repressão depois de 64? E então eu posso responder, como testemunha visual e participante em grande parte desses episódios, sobretudo na defesa dos presos políticos. Claro que na primeira o número de presos foi superior a 64. Eram milhares e milhares de presos pelo Brasil afora. Havia até um navio ancorado na Praça Mauá, onde ficaram aquelas personalidades mais destacadas: professores para o lado direito, Castro Ribeiro, Hermes de Lima, Carpenter, Leônidas de Rezende, Maurício de Medeiros, intelectuais que se possa imaginar então lotaram aquele navio.

Mas ali, durante toda essa repressão, criado o Tribunal de Segurança Nacional, havia tortura? Sim, porque a tortura, como diz um grande advogado francês, Maurice Garçon, é um mal planetário a tortura em todo o mundo. E ele excetua apenas a Inglaterra. A tortura física não há na Inglaterra. O sujeito é preso e a Scotland Yard, onde ele chega, o adverte, não se incrimina. Mas não se pratica a violência física contra o preso. E na repressão ao movimento de 35 houve tortura, por exemplo, contra os marinheiros. Mas as pessoas consideradas socialmente qualificadas, um médico, um oficial do Exército, um bacharel, um advogado, estes não eram torturados.

Havia outra forma iníqua de tortura, que era aquela situação de deixar o sujeito ser interrogado um dia seguido, revezar o interrogante e não deixar o sujeito dormir, nem se alimentar. É uma forma evidentemente de tortura, horrível.

Então criou-se a UDN — União Democrática Nacional. Então a esquerda, de modo geral, excetuado o Partido Comunista, que ficou isolado, associou-se ou trabalhou junto com a UDN. Tanto que meu nome aparece como fundador da UDN também.

Depois lá constituímos o que se chamou de esquerda democrática. Essa esquerda democrática, eu me lembro até hoje do dia da inauguração, na rua Buenos Aires, o nosso João Mangabeira, fabuloso e extraordinário, o Hermes Lima, Domingos Velasco, Rubens Braga, e assim um número talvez de uns trinta ou quarenta socialistas se reuniram, e o partido muito pequeno. Até se fazia uma pilhéria de que o Otávio Mangabeira era o Governador, quando o partido foi à Bahia pedir condução para os seus membros, ele disse: "Não

precisa, basta uma kombi. A kombi cabe a diretoria e todo o eleitorado do partido todo". Era um partido realmente de intelectuais, não era um partido de massas.

Mas isso veio então depois de 45, a ditadura. Passamos daí para o mundo atual. O mundo atual, ao que me parece, é o mais difícil momento político universal. Como vai acabar essa história da globalização? É dificílimo. O que é a globalização afinal de contas? É a união, é o mercado dominando tudo. Então são as bolsas, o que é importante. Em Hong Kong, em Cingapura, se há uma perturbação na Bolsa aquilo atinge o mundo inteiro. Mas que diabo! Então é um sistema, é o mercado, é a moeda, é o vil metal. Quer dizer, "azinhavrou-se" a consciência do mundo!

Quem pode jogar na Bolsa? Só quem tem dinheiro. Quer dizer, o povo está inteiramente alijado desse movimento em que os oito grande se reúnem e têm de se reunir escondidos. Não podem se reunir em praça pública. E isso vai se tornando cada vez mais evidente que a hegemonia de um dos oito é de tal ordem que acaba, dentro de algum tempo. Se continua esse sistema de privatizações, de compra das riquezas dos demais países, de ser ele o dono do mundo, quer dizer, toda a riqueza do mundo pertencerá não ao Estado americano, mas às transacionais, às empresas americanas, o que já está acontecendo em nosso País. Isso é evidente. Quer dizer, grande parte do patrimônio nacional já não nos pertence, mas sim a essas empresas. E isso vai se agravando no mundo inteiro.

Ao mesmo tempo ficamos muito vulneráveis. Ainda hoje li manchete do Jornal do Brasil de que são mais de 25 bilhões de dólares de empréstimo. Como vamos pagar isso? Hoje não temos nem aquele patrimônio e aquelas riquezas para encontrar meios de produzir recursos, a fim de pagar essa dívida. Então ficamos inteiramente subordinados a esse comando americano, que é o comando que está no mundo inteiro e também está comprando as riquezas de outros países, até dos países desenvolvidos. A França se queixa disso, a Alemanha, que também tem perdido o seu patrimônio.

De forma que aonde vai acabar isso? É um verdadeiro Rei Midas da mitologia grega. O americano, onde põe a mão vira ouro. Chegava a ponto de ele não poder mais comer, porque o alimento que pegava, virava ouro e já não podia comer. É a situação dos Estados Unidos ao fim dessa globalização, dessa institucionalização da globalização no mundo.

Como resolver esse problema? Eu tenho a minha utopia. Só há uma solução e vou explicar qual é. A solução é um governo mundial com a expectativa de que haja uma distribuição da renda universal, capaz de atender às

necessidades do mundo inteiro. O grande direito humano, eu acho, é o ponto de partida de todos. Foi lançado durante a Guerra de 45 pelo grande Presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, o direito fundamental de não passar fome. Então é preciso que a humanidade não passe fome. E na realidade ela passa fome atualmente e nenhuma medida está sendo tomada efetivamente para atender a essas necessidades dos países menos protegidos.

Mas a tecnologia avançou de tal forma, ao mesmo tempo em que o homem já se transformou em Deus. Ele já fabrica o homem. É realmente um avanço fabuloso. A mesmo tempo em que isso acontece, o homem vai destruindo as condições de sobrevivência no planeta Terra, em toda a natureza. Vejam, a mata atlântica já foi embora, a floresta amazônica está indo embora também, e as condições da natureza estão se modificando. Nós próprios, eu que já vivi muito, tenho visto essa mudança lenta até do clima.

E mais, nós temos no Brasil, por exemplo, condições especialíssimas. É o único país talvez do mundo capaz de produzir tudo quanto é necessário para as necessidades do seu povo. Vejam, há dezenas de milhões de brasileiros que não têm o rendimento suficiente para comer, para matar sua fome e de sua família. Então todos esses problemas que estão se agravando, eu acho, no mundo, tendem a se agravar mais. É preciso saber como eles vão terminar.

As conseqüências da globalização até agora não têm sido brilhantes. Temos visto que, ao contrário da expectativa das promessas, o Estado não pode dirigir coisa alguma, é preciso entregar isso para mãos privadas etc. O fato é que não houve nenhuma modificação para melhor em relação aos chamados "excluídos". Ao contrário, a globalização tem gerado a miséria, a fome, o desemprego. Inclusive os próprios Estados Unidos estão ficando vulneráveis em relação a esse excesso de riqueza que tem, mas que depois eles não têm mais a quem vender, eles empobrecem todo o mundo.

A idéia de uma transformação que estamos vivendo é encontrar a forma de resolver afinal, e a fórmula que considero justa e razoável é a socialização do mundo. Só socializando todas essas economias será possível então uma direção mundial, atendendo às necessidades do mundo inteiro, da humanidade. Do contrário, a tendência é o capitalismo se tornar cada vez mais produtor de riqueza e selvagem em relação aos excluídos, que a tendência seja o fim do mundo.

Certa ocasião, fiz uma conferência na Faculdade de Direito, certa em que eu disse: eu acredito no fim do mundo hoje em dia. Porque a água desaparece. Já estão escasseando várias fontes de manutenção no planeta Terra. E depois não se terá nem a arca de Noé, não haverá água. Não há floresta, não há água, não há como salvar a espécie humana.

Além disso há contradições. Evidentemente onde estão aquelas ogivas nucleares que a União Soviética possuía? Desapareceram? Não se sabe o destino que tiveram? Estavam sendo comercializadas? É um risco que a humanidade sofre todos os dias, na expectativa. O susto, a insegurança sobre por que a Bolsa de tal local caiu, há ataques à Bolsa daqui, ao nosso dinheiro. São coisas um pouco misteriosas e abstratas que não consigo entender. É a loteria, é o mundo lotérico, é a Bolsa onde os grupos melhores aquinhoados podem brincar e jogar, ganhar ou perder dinheiro, e a outra parte, que é a grande massa da humanidade, sem perspectiva, sem saber para onde marchar. Então, acho eu que aí é o socialismo.

Então eu me lembro do seguinte: foi a substituição de Lenine. Quando morreu Lenine, duas correntes se formaram na União Soviética: a do Trotski e a do Stalin. Foi vitorioso o Stalin. Sem duvida alguma que o Trotski era um intelectual de muito maior força que o Stalin. Trotski sustentava que não se podia aplicar ou impor o socialismo a um país, teria que ser ao mundo inteiro. Então essa previsão dele parece que está acontecendo agora. Estão se criando as condições para que haja uma organização capaz de instituir um governo mundial, atendendo a situação da humanidade, a todos os povos, famintos, miseráveis da Terra inteira. Essa é a expectativa.

Viu-se por exemplo que Trotski tinha razão. Hoje em dia eu faço a autocrítica. Trotski é quem tinha razão. Porque não era possível. Tanto não foi possível que na realidade a União Soviética tinha uma prosperidade material indiscutível, tornou-se a segunda potência mundial, mas que era uma ditadura sinistra, era. O próprio Trotski foi morto no México, não há dúvida alguma.

E natural na ordem do próprio desenvolvimento da história, o capitalismo substituiu o feudalismo e, historicamente, o sucessor do capitalismo tem de ser o socialismo. Não vejo outra maneira de reorganizar o mundo. Ele está todo destroçado.

E o nosso País? O que se sente é um desgoverno. Nós estamos nos acostumando a uma situação de insegurança permanente da organização do nosso País. E para isso contribuiu um pouco a transferência da Capital para Brasília. Eu fui muito favorável a ela. Um mês antes de Barbosa Lima Sobrinho morrer, nós tivemos uma longa conversa fazendo uma autocrítica, o engano que foi. E aparentemente é irreversível.

Então nós temos um Parlamento que funciona na realidade dois dias na semana, e não são dois dias. Outro dia o Deputado Michel Temer, do Rio de Janeiro, me disse que é um dia só, porque ele vai na terça-feira, chega lá de tarde, toma providências no gabinete, e só funciona na quarta-feira o Parlamen-

to. Na quinta-feira saem de lá de manhã. Então fica o Executivo a emitir medidas provisórias e a governar Legislativo e Executivo simultaneamente. E o Supremo aceitou a condição de Consultor-Geral da República. A emenda do art. 3º o Governo não pode se dirigir, como tem se dirigido ao Supremo, perguntando se determinada lei, determinado artigo de mudança de Constituição, se é constitucional ou não. Então, perdendo sua função de árbitro e abandonando o contraditório obrigatório entre as partes, o Supremo julga como se fosse mero consultor do Governo. E dessa forma até certo ponto tornando-se também uma parte do Governo. Quer dizer, o sistema dos três Poderes funcionando harmônica e independentemente entre si já é uma balela. A estrutura do Poder na realidade já está tomada.

Criou-se também aquela fantasia: o monumento que é a cidade de Brasília. Até os Tribunais se deixaram seduzir pelas instalações faraônicas que todos vemos. O STJ chamou atenção, mas o Supremo acabou de fazer – o meu Supremo, eu sou Ministro aposentado do Supremo, mas sou aposentado por cassação, pelo AI-5, de modo que tenho essa condecoração – agora um anexo que suplantou o outro. Quer dizer, para sustentar os custos de Brasília nem a América teria recursos suficientes para isso. Aqueles prédios todos, a conservação e manutenção daquilo é um preço incalculável. É incalculável o que é Brasília hoje em dia.

Por exemplo, eu fui a dois jantares de Presidentes do Supremo que tomaram posse. Um no Clube das Forças Armadas e outro no Clube do Exército. O salão onde era servido o jantar, em todos os dois, era um salão para mil pessoas sentadas. Como se conserva isso tudo? Não há renda para sustentar. Quer dizer, é o Erário que funciona.

Então, estão acontecendo uma série de distorções que se chega ao temor de que não se possa continuar, de que está havendo uma legalidade democrática muito frágil, a insegurança que todos temos em relação a isso.

Eu tenho a idéia de que venha o mundo a se constituir num governo dentro, pode ser, das Nações Unidas, haver uma grande organização, em que há um governo mundial, e sendo comum a sociedade. É o comércio, é o mercado. O que domina tudo é o mercado, é o fogo de Bolsa. Vejo na televisão todo dia a preocupação: o dólar aumentou tanto, subiu 8%. Então estamos submetidos a essa situação inacreditável e de difícil saída.

Então esses sócios dessa sociedade de capitais, que seriam as nações que participariam da globalização, essas nações devem perceber proporcionalmente também à sua riqueza, ao seu patrimônio, àquilo que ela dá para a manutenção da humanidade etc. Então o Brasil está se desfazendo do seu patrimônio,

e quando chegarmos a essa sociedade, se a ela chegarmos, ele será um sócio e um membro muito fraco, sem força. Ele não tem riqueza para apresentar como capital. Então estamos nessa situação sem dúvida alguma grave, perigosa, acho, e que todos devemos nos unir, no sentido de encontrar a fórmula ideal, a pedra filosofal, a maneira, o pó, o elixir capaz de corrigir todos esses defeitos que estamos sentindo no mundo. É realmente difícil entender como vai terminar isso. A dinâmica da mercadoria, dos bens e o desenvolvimento da Terra são imprevisíveis. E hoje eu acho que é o período mais difícil que a humanidade já atravessou. Não há mais domínio, hegemonia de tal sorte exercitada por um país que mesmo os outros chamados desenvolvidos estão sofrendo as conseqüências da globalização. Os próprios Estados Unidos são vulneráveis também, em função do próprio sistema que cria.

Então, em relação aos países como o nosso, essa vulnerabilidade é muito maior. Reparem, o atendimento precário que havia, a seca do Nordeste, aquelas populações inteiramente excluídas da vida do País, hoje em dia isso desapareceu. No meio disso tudo é natural, se o dinheiro é que dá poder, se o dinheiro é a meta de toda gente, nós ouvimos hoje todos os jovens dizerem ao se perguntar: "E você o que vai ser?". Nenhum diz mais: eu vou ser engenheiro, ou médico, ou advogado, não escolhem uma profissão que considerávamos normal. Todos dizem: "Eu vou trabalhar no mercado". O mercado é tudo, não é isso? Então está-se "azinhavrando" realmente a consciência do mundo, é o dinheiro que tem significação e importância.

De forma que não vou tomar mais tempo, pois temos vários a falar.

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – O tempo que você quiser.

O SR. EVANDRO LINS E SILVA (Expositor) – Vou terminar e depois estarei à disposição para o debate.

Mas nós sofremos muito também aqui. Eu sou de uma geração, o Gorender também é dessa mesma geração, deve ser mais moço do que eu. Eu, infelizmente, depois que morreu Barbosa Lima Sobrinho, que era imbatível, eu sou sempre o mais idoso no grupo. Mas aquele período por exemplo que atravessei de turbulência no Brasil, eu comecei em 1930, estou fazendo 70 anos de profissão, vivi muito perto do olho do furacão, pela minha especialidade, a defesa de presos políticos.

No Tribunal de Segurança Nacional, defendi mais de mil presos políticos: Mariguella, Joaquim Câmara Ferreira e outros. (Palmas.) Naquela fase eu defendi Mariguella, quando era estudante, o Joaquim Câmara Ferreira, Roberto Morena, foi Deputado Comunista. Era realmente inacreditável o Tribunal, era

um excrescência. A sua composição era: um juiz de direito, inicialmente, depois um oficial do Exército e um oficial de Marinha, um advogado e um auditor de guerra. Eram cinco, inicialmente. Esse tribunal tinha jurisdição sobre o País inteiro. Por que eu defendi essa gente toda? Porque eu chegava no Amazonas, era um professor que dizia: "O senhor me defendeu no Tribunal de Segurança" Eu nem sabia que o havia defendido. Era centralizado o julgamento no Tribunal de Segurança Nacional.

Então era realmente infame. Lembro-me de certo dia em que o Procurador desse Tribunal era um cidadão que se chamava Imalaia Virgolino. Lembram-se? Era um serviçal da ditadura, era o acusador permanente. Era até um homem muito afável, simpático no trato. E um dia, numa roda, na porta do Tribunal, houve um momento de confidência dele. Disse: "Todo mundo aqui obedece à ordem do Governo". Eu disse: "Menos eu!" Todo mundo ficou: como? E ele, alguns segundos: "O Governo manda e eu vou logo fazendo". Era esse o Procurador-Geral do Tribunal de Segurança Nacional.

E um tribunal que no fim ficou ridículo inclusive na repressão ao crime político. Certa vez também um processo do Espírito Santo. No interior do Estado havia um crime criado naquela época, que era: "injúria a agente do Poder Público". Se eu dissesse que um tira, um policial, um investigador de polícia era feito eu podia ser processado. E depois o sujeito era preso, não tinha habeas corpus, tinha de acabar o processo do tribunal de segurança. Era proibido ao Supremo Tribunal, inclusive, tomar conhecimento dos habeas corpus. Então veio essa acusação ridícula. Havia saído a moeda nova, o tostão. Cém réis eram um tostão. Caiu no chão, rolou, e um cidadão pisou naquele dinheiro. Um inimigo político seu queixou-se, dizendo que ele estava injuriando a efígie do Presidente da República. (Risos.)

Então vocês vão ver que a coisa é mais séria. Ele ficou preso. No dia do seu julgamento, ele foi defendido por um grande advogado, Mário Bulhões, uma figura extraordinária. E o Mário quase foi preso, porque, no julgamento, resolveu fazer uma pilhéria do processo, dizendo que o processo era pilhérico, porque era puramente subjetivo dizer que ele queria injuriar a efíngie do Presidente. Não, ele desejava evitar que a efíngie do Presidente caísse na sarjeta das ruas. Aí o juiz: "Mas o senhor não pode. Eu não admito. Retire a sua expressão". Mas como, doutor? "Não senhor. E vou prendê-lo, vou mandar processá-lo. O senhor agora é quem está injuriando o Presidente da República. (Risos.) E sabem que esse cidadão foi condenado e cumpriu a pena? Era de fato uma situação.

Por exemplo, Prestes e Berger estavam presos na Polícia Especial, que era aqui na entrada, antes dos arcos de Santa Tereza. Realmente era um assom-

bro a resistência psíquica do Prestes. Ele ficou mais de ano absolutamente isolado do mundo, não falou com pessoa alguma, não leu um jornal, nem um livro. E resistiu. E já o Berger, enlouqueceu. É verdade que o Berger tinha o contrapeso de insultos e da tortura na sua própria mulher. Torturas infames que foram praticadas. E ele, preso, numa escada, no primeiro andar, ali embaixo ela não podia nem ficar em pé. Saiu louco.

Então nesse conjunto de processos é inacreditável como todo mundo tinha medo. E se sustentou esse Estado novo numa situação delicadíssima e contraditória. O Brasil mandou pracinhas para a guerra, para combaterem exatamente o fascismo. E aqui, internamente, tínhamos um governo fascista. O Dr. Getúlio Vargas chegou a fazer um famoso discurso, em 11 de junho, encaminhando o País para aderir ao eixo contra a guerra. E a maioria do governo era fascista, sem dúvida alguma. O nosso Chefe de Polícia era Felinto Müller — o Roberto ainda era desse tempo.

Lembro-me de uma ocasião em que Felinto Müller, com quem eu tinha boa relação pela razão de que o conhecia antes de 30. Eu tinha um tio que era também tenente daquele grupo dos militares do Eduardo Gomes, e eu conhecia o Felipe, e ele também me conhecia pessoalmente. Eu muito mais moço, ele me tratava até carinhosamente. Havia uma senhora presa, com filhinho pequeno, que se chamava Manfredo Krieger. Ela me contou que ele estava preso há não sei quantos meses e não tinha notícia do que havia, não havia processo, nada havia contra ele. Não havia habeas corpus, não podia requerer sua liberdade. Fui à Polícia e consegui a informação de que ele realmente estava preso e que não havia processo algum.

Então pedi uma audiência ao Chefe de Polícia, ao Felinto. Ele me atendeu delicadamente, tinha boas relações comigo, e me disse: "Mas não é possível". Eu disse: Está preso há tantos meses, foi preso em Mato Grosso. "Ah! Foi em Mato Grosso, na fronteira? Ah! sim." Ele facilitava a entrada de judeus no território nacional através de manobras. "Ah sim. Mas ele é judeu". Então, ali está instalado um racismo, confessado. Ele é judeu. Está preso porque é judeu.

De forma que nós vamos desejar que tenhamos um bom resultado, uma boa seqüência universal para a melhoria das condições de vida da humanidade. E realmente estamos vivendo com essas diversas indiferenças: o desemprego, a fome, a miséria, e cada dia mais se agravando, porque tende a se agravar, evidentemente, pois se não podemos ter indulto. Agora o apagão e as indústrias fechando, quer dizer, vai aumentar ainda mais o desemprego. Quer dizer, é realmente o mundo do diabo, não é o mundo de Deus. Deus é oposição neste mundo. (Risos.)

De maneira que espero que todos tenhamos não em nossa utopia, nos nossos sonhos, nos nossos propósitos, cooperar. Só é possível cooperar de uma maneira: lutando pelo socialismo e por um mundo dirigido — se é globalização — por um governo socialista. (Palmas.)

Nós vamos ter agora o prazer de ouvir o Gorender e o nosso companheiro José Luís, e termino dizendo que o nosso Hermes Lima, grande socialista, primeiro Deputado socialista do Brasil, do Partido Socialista, porque entrou numa chapa da UDN como esquerda democrática ainda, comentava sobre o orador falava muito tempo. Lá na terra dele, um bom baiano formava-se em Direito e fazia uma conferência no cinema, era filho de um fazendeiro e convidava os fazendeiros mais amigos. E o seu maior amigo estava sentado à sua direita. O bom baiano falou muito. Quando terminou, o fazendeiro perguntou ao seu amigo fazendeiro ao lado: "O que você achou do menino?" Ele disse: "Eu acho que o menino foi bem. Só teve um defeito". "Qual foi o defeito?" É que o assunto acabou e ele continuou falando. (Risos.)

Obrigado. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Evidentemente que o assunto não acabou, nós continuaríamos ouvindo o Evandro, a quem agradecemos a lição de otimismo e de esperança.

Passo a palavra, com muito prazer, ao Prof. José Luís Quadros Magalhães, da Universidade Federal de Minas Gerais, quadro da maior importância da Esquerda brasileira e um dos nossos mais ilustres constitucionalistas.

Tem a palavra o Prof. José Luís Quadros.

O SR. JOSÉ LUIZ QUADROS MAGALHÃES (Professor da Universidade Federal de Minas Gerais) – Muito obrigado.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite e a oportunidade de participar deste encontro e de uma Mesa histórica, à qual integro com muita honra, o que considero uma grande responsabilidade.

Quero iniciar falando para vocês, como professor de Direito Constitucional, que tenho vivido ultimamente grande drama de só ensinar ficção. Nós vivemos hoje uma crise do Estado nacional, uma crise do Estado constitucional, uma crise da democracia Aliás, a tão cantada democracia para mim jamais existiu, era um processo. Vivemos um processo democrático em que alguns Estados são um pouco mais democráticos do que os outros.

Nós vivemos uma ficção de diversos conceitos do Direito Constitucional e da teoria de Estado. Por exemplo, o conceito de soberania. Falar que o Brasil é um Estado soberano. Será que eu posso ensinar isso para meus alunos?

A Constituição, no art. 170, fala em soberania econômica, quando vimos hoje, com muita clareza — antigamente as coisas não eram tão claras como são hoje — quem manda no Brasil. Nós temos um Presidente do BNDES, que é funcionário de um grande banco privado norte-americano. O Ministro da Fazenda, que é funcionário do World Bank, com sede em Washington. O Presidente do Banco Central, que é um cidadão norte-americano e assessor do maior investidor privado, radicado e naturalizado norte-americano. Nós podemos falar que nós temos uma política econômica interna? Que o Brasil tem soberania interna? Isso é uma mentira.

Mentira ao lado de diversos outros conceitos, como o próprio conceito de soberania popular. O povo brasileiro ajuda a construir a nossa ordem constitucional e a nossa ordem democrática E a vontade do Estado, quando, de que forma? Quando temos no Brasil o que vem ocorrendo também em boa parte do mundo, uma democracia que é produto do poder econômico e da mídia. Na verdade quem sempre esteve no poder do Estado é o poder econômico. E hoje a pseudodemocracia norte-americana vai mostrando sua verdadeira face.

A mídia pelo mundo afora, e no Brasil durante muito tempo isso era muito marcante, veio mostrando como grande modelo de democracia a democracia norte-americana. Se entrarmos no *site* da CNN Español, veremos uma reportagem sobre um senador norte-americano que gastou 60 milhões de dólares para se eleger senador. Um senador americano tem um mandato de seis anos, ganha 150 mil dólares por ano. O que significa que no final do seu mandato ele vai ter ganho 900 mil dólares. Ele gastou obviamente 59 milhões e 100 mil dólares por grande patriotismo. Se somos capazes de acreditar numa bobagem dessa.

Ou seja, o Presidente norte-americano quando envia um projeto de lei para o congresso, vai ter um mapinha não dos dois partidos políticos que dominam a cena norte-americana desde sempre, mas ele vai ter um mapa em que mostra tais deputados democratas e republicanos foram eleitos pelo *lobby* da indústria armamentista. Tais deputados republicanos e democratas foram eleitos pelo *lobby* da indústria de tabaco. Tais deputados e senadores democratas e republicanos foram eleitos pelo *lobby* da indústria farmacêutica. E assim vai.

Tínhamos um Presidente da República, o Bill Clinton, que era um representante do capital financeiro de Wall Street. E hoje nós temos um Presidente extremamente perigoso, porque tem um QI muito baixo e representa o que tem de pior, que é a indústria armamentista e a indústria de petróleo norte-americana. É a crise energética dos Estados Unidos, é a crise energética no Brasil.

No Brasil nós temos a energia mais barata do mundo. Ela depende de duas coisas de graça: água, e a água do mundo está aqui, por isso eles estão de olho no Brasil — aliás sempre estiveram, mas agora estão de olho na Amazônia e no Pantanal. E os recursos hídricos do mundo estão aqui no Brasil. A riqueza do supersolo da Amazônia em termos de riqueza genética para produtos farmacêuticos está no Brasil e sendo diariamente roubada, porque o Brasil não toma conta da sua floresta.

Então vivemos hoje esse mundo de farsa. E no Brasil de maneira muito agressiva. Não podemos falar que vivemos hoje no Brasil uma democracia. Aí podemos perguntar: mas recordando o passado, a década de 60, a de 70, se eu falasse metade do que já falei aqui em nem cinco minutos eu já estaria preso, torturado e até assassinado. Então nós temos liberdade de expressão. Só que hoje é muito mais perigoso, porque antes o inimigo da democracia estava nas ruas, fardado, em um tanque de guerra. Hoje é invisível. Posso estar falando isso aqui, é óbvio que não vou falar isso na Globo, nem no jornal O Globo, no Estado de Minas eu não escrevo, porque não tenho espaço para escrever naquele jornal, mas posso falar aqui e não vou ser preso, torturado. Mas também qualquer coisa vai mudar.

Ou seja, temos hoje um regime extremamente mais sofisticado que podemos chamar de "neo-autoritarismo". O conceito que alguns constitucionalistas têm trabalhado, além do constitucionalista alemão, que lançou um livro aqui no Brasil, chamado "Quem é o povo". O que é o neo-autoritarismo? É onde temos as instituições funcionando. Só que para eleger um deputado, um senador no Brasil ou um congresso nacional que é dominado por uma oligarquia, temos um Executivo autoritário, que edita duas e meia medidas provisórias por dia, e eu diria, como constitucionalista, que são todas inconstitucionais. Um Poder Judiciário que não as julga inconstitucionais e em grande parte essas medidas provisórias, que são todas inconstitucionais ou formalmente inconstitucionais, são materialmente inconstitucionais, mas formalmente são todas inconstitucionais. E nós temos então essa pseudoliberdade. Nós nos fartamos só que não tomamos o poder.

E pensamos: será que agora vai? Eu acredito que agora vai, mas virão muitas surpresas pela frente. Daqui até as eleições vão fabricar a democracia. A democracia majoritária virou grande espetáculo de *marketing* eleitoral. Então, provavelmente, quanto mais dinheiro se gasta no *marketing* eleitoral, maior é a sua chance de eleição. No *marketing* eleitoral primeiro você vai atrás da opinião pública. Qual é o candidato em quem o povo confia? Qual candidato o povo quer? Então em primeiro lugar vão criar um sujeito de sucesso, rico. Freud trabalha isso quando fala em ideal de ego. Você vai ter de criar uma imagem

com a qual o povo se identifica. Então vamos criar a imagem do sujeito rico, bem-sucedido, caçador de marajás, faixa preta em karatê, bonitão, corre em Moscou a cinco graus abaixo de zero e não sente frio. Quer dizer, um super-homem. Um super-homem e honesto, porque caçador de marajás.

Então, cria-se o produto. Primeiro foi ouvir do povo qual é o produto que ele quer comprar. Da mesma forma que se faz o *marketing* comercial, faz-se o *marketing* político. Por exemplo, cria-se artificialmente aquele produto e o lança no mercado político. Vai o povo e vota no produto: Collor de Mello. Veio com defeito de fabricação, não durou muito tempo, mas foi eleito e começou o arraso neoliberal no Brasil. (Palmas.)

Nós tínhamos já em 1988 uma Constituição democrática, que estabelecia o Estado Social e Democrático no Brasil. Mas já naquele momento, com a eleição do Collor, em 1989, começava a implantação radical do projeto neoliberal de desmonte do Estado no Brasil.

Posteriormente, aquele produto veio com defeito. Então vamos fabricar um produto mais sofisticado. O sujeito tinha sido marxista no passado, deu ou disse que deu aula na Sorbone, foi da esquerda. Então é um produto sofisticado, de toda confiança. Ele é um professor universitário. Se formos fazer uma pesquisa de opinião no Brasil, uma das profissões mais respeitadas é a de professor universitário. Então é um professor universitário, respeitável, com um passado marxista.

Coloca-se esse produto na prateleira, vai o povo e compra o produto. O pior é que depois compra, a segunda vez, já com prazo de validade vencido. Está fazendo um mal danado à saúde, à educação do Brasil, está acabando com o País, mas mais uma vez o *marketing* eleitoral foi capaz de mostrar sua verdadeira face.

Nós temos democracia no Brasil ou esse neo-autoritarismo, comandado por uma mídia onde oito famílias dominam os meios de comunicação social no Brasil, onde se tem um Congresso Nacional oligárquico, um Executivo autoritário e um Judiciário que, embora em sua grande parte conservador, é a última esfera de resistência ao lado do Ministério Público, mas que tem uma cúpula que é o Supremo Tribunal Federal, onde criamos agora uma nova figura do Líder do Governo no Supremo, que é o Nelson Jobim. Então vamos ter um Supremo que não julga de acordo com a Constituição. É um Supremo comprometido com as teses do Governo, um Supremo político.

Então toda essa estrutura pseudodemocrática nos passa uma imagem de confiabilidade. O Brasil é um País democrática. Eu falava do senador americano que gastou 60 milhões de dólares para se eleger. O Congresso americano

todo é um congresso de *lobby*. Há representação do interesse popular ou do povo americano naquilo?

Vivemos hoje uma crise radical de democracia. E é uma crise perigosa. Embora de um lado tenhamos a clareza de que o poder econômico manda neste País e manda no mundo, que a globalização significa o grande capital ditando os destinos da humanidade, por outro lado essa grande fantasia que foi criada por Holywood, pela mídia, é capaz de nos fazer acreditar no improvável.

Por exemplo, uma farsa. Se estudarmos a fundo, obviamente aqui temos pouco tempo para esmiuçarmos esses sistemas, mas o estudo do sistema norte-americano, o sistema de governo, o sistema democrático norte-americano é muito interessante, porque ele vai nos demonstrar que ele foi capaz de criar, através da história, um sistema de filtros, vamos chamar assim. Existem quatro grandes filtros no sistema norte-americano que impedem que qualquer pessoa estranha ao poder econômico chegue à presidência dos Estados Unidos. Jamais chegará. Não chega em hipótese alguma uma pessoa estranha aos interesses do grande capital americano, à presidência dos Estados Unidos.

Começa pelo bipartidarismo de fato, pelo sistema eleitoral de financiamento privado de campanha, em que o dinheiro é determinante para as eleições norte-americanas. Começa por um congresso eleito com *lobbies* e uma eleição indireta à presidência da república, onde um colégio eleitoral, com uma centena de membros, elege esse sujeito extremamente poderoso representante dos grandes interesses econômicos do mundo. Hoje da indústria armamentista e da indústria de petróleo. Um colégio eleitoral em que nas últimas eleições o candidato mais votado pelo voto popular não venceu as eleições no colégio eleitoral. E essa não é a primeira vez que ocorre, já é a quarta vez que ocorre nos Estados Unidos. Ou seja, o candidato mais votado pela população não é o mais votado no colégio eleitoral.

Há uma decisão interessante da Suprema Corte americana, e depois vamos discutir as alternativas para nós. Mas é importante desmistificarmos esse monte de bobagens que sempre se falou em torno da democracia, da democracia americana e da nossa própria democracia, porque vamos sempre nos espelhando no modelo norte-americano, principalmente a partir da Constituição de 1891, que copiou esse modelo norte-americano. Mas se pegarmos e esmiuçarmos esse modelo norte-americano vamos ver como foi sofisticado esse mecanismo de controle de opinião, como foi sofisticado esse mecanismo de controle principalmente do grande poder, do poder federal, do poder da união nos Estados Unidos.

Então, precisamos pensar numa alternativa para tudo isso. E hoje di-

versos teóricos no mundo vão caminhando no sentido de uma alternativa que seja a construção de um poder local forte, a construção de uma democracia local, na cidade, no município, que seja uma alternativa a essa megaestrutura globalizada que se criou no mundo. Ou seja, seria o município, a cidade, o espaço de construção de uma democracia participativa efetiva, que é a democracia que buscamos construir.

De que forma isso ocorreria? Se pegarmos um modelo europeu, de certa forma o Estado social que foi construído na Europa foi capaz de criar precondições para a população européia ser capaz de se organizar e de criar uma sociedade civil forte e organizada e reivindicar espaços maiores de participação democrática na construção do Poder do Estado. Quer dizer, aquele Estado social que vigiu na Europa ocidental e que hoje se encontra em crise na Europa ocidental foi capaz de criar de certa forma as bases de uma sociedade civil instruída, que teve acesso a uma educação de qualidade, à saúde, à inserção social, ao emprego, à justa remuneração, enfim, que vai ter acesso à cidadania e essa população então vai-se organizar e vai ser capaz de criar as bases de uma sociedade civil organizada , que seja capaz de reivindicar que o Estado cumpra sua vontade. Não simplesmente no conceito de uma democracia representativa, onde elegemos os representantes para atuarem em nosso nome, mas através de uma democracia participativa, que implica mobilização permanente da sociedade civil, influenciando a construção da vontade do Estado.

No caso da América Latina, da América do Sul, no caso do Brasil, nós não vivemos essa realidade de um Estado social capaz de oferecer à população esses meios para o exercício da liberdade, para a construção da cidadania. Ou seja, o nosso caminho não pode ser o caminho europeu. O caminho latino-americano é típico da América Latina. Não podemos partir de um pressuposto falso na América Latina, da existência de uma sociedade civil que compartilhe pressupostos de comunicação. Ou seja, temos uma população em que, segundo dados oficiais, 14% são analfabetos, muitos simplesmente sabem só assinar o nome e a grande maioria tem como único meio de informação a televisão. Uma televisão concentrada que, no lugar de informar, desinforma e manipula a opinião pública.

Nós temos também todo um processo de criação de um individualismo, um egoísmo exacerbado na nossa sociedade, o que faz com que a nossa democracia representativa tenha se transformado no quê? De quatro em quatro anos as pessoas vão às urnas, votam para Presidente, depois vão para casa, assistir à televisão, comer lanche do McDonald's, beber Coca Cola e falar mal do Governo. E daí a quatro anos vota no mesmo candidato da mídia. (Palmas.) Então é essa democracia.

Precisamos então criar uma alternativa para a nossa realidade, ou seja, de uma população que não viveu um Estado social, não teve acesso à educação de qualidade na sua esmagadora maioria, não teve acesso à saúde, à inserção social, a emprego e justa remuneração. Então a cidadania no Brasil ainda está por ser criada.

Agora, o primeiro caminho seria então criar um Estado social no Brasil? Vamos aguardar então mais vários anos para criarmos um Estado social? Acredito que não possamos esperar mais. O nosso caminho então para se criar uma democracia participativa, para envolver a população nesse processo de participação, de construção da vontade do Estado, passa pela discussão do território, da descentralização radical. O primeiro ponto pelo qual precisamos lutar é por uma reforma do nosso federalismo, que seja capaz de transferir radicalmente competências legislativas, administrativas, recursos financeiros, é óbvio, para o Município. O Município vai ser o espaço de construção dessa democracia participativa. E obviamente depois a reforma da estrutura do poder local.

Se a população brasileira é diferente da população suíça, lá são dez, quinze plebiscitos por ano. Não vou falar aqui que a Suíça seja um exemplo para ninguém, uma vez que toda aquela riqueza e bem-estar é gerada pelo dinheiro dos bancos suíços, o dinheiro sujo de ditadores por todo o mundo. É um outro caso. Mas nós vamos falar de uma população que teve acesso à educação de qualidade, à informação, à inserção social e que logo então está apta e preparada para discutir as grandes questões do Estado suíço. Então você pode fazer um plebiscito nacional, em que se vai discutir a questão da democracia, o fim das Forças Armadas etc, o Orçamento da União etc.

No Brasil eu vejo muito, não sempre, mas grande parte desses plebiscitos nacionais que possamos realizar no País seria uma mera legitimação da vontade do rei. E aliás aqui um parêntese: os instrumentos democráticos com os quais nós confundimos a democracia, porque nós confundimos muito democracia com os instrumentos que devem estar a seu serviço, mas na maioria das vezes não estão. Nós confundimos democracia com o voto, com representação política.

Se nos reportarmos à história da humanidade, vamos ver o voto, plebiscitos pelo mundo afora. A história francesa, por exemplo, Napoleão Bonaparte, Charles De Gaulle, final da década de 60, Stroessner, no Paraguai, com seus plebiscitos anuais, Hitler na Alemanha, a eleição de Hitler, vamos ver em diversos momentos da História esses instrumentos que devem estar a serviço da democracia, mas que nem sempre estão. E na maioria das vezes não estão, servem à legitimação da vontade de um grupo que está no poder. E isso é muito grave.

Então, vamos fazer um plebiscito no Brasil para escolher entre parlamentarismo e presidencialismo. Isso é hipocrisia. Vamos fazer um plebiscito no Brasil para ver se vamos pagar ou não a dívida externa. Quer dizer, esse plebiscito ou essa expressão do voto muitas vezes e na maioria das vezes, não diria sempre, é óbvio, vai servir como legitimação da vontade do grupo que está no poder.

Do outro lado, se trazemos esse debate do neoliberalismo e da globalização para o nível da cidade, na cidade as coisas ganham concretude, ficam mais fáceis de ser discutidas. Porque o neoliberalismo na cidade representa a falta do médico no posto de saúde, a falta de saneamento básico, a falta de professor ou um professor pouco qualificado na escola. Representa algo concreto. E é em torno dessas questões concretas que podemos conseguir chamar a população a participar da solução dessas questões concretas que ocorrem na cidade.

E, a partir dessa organização da sociedade civil em torno de questões concretas, o MST é um grande exemplo. A partir dessa mobilização, da organização, da discussão em torno de problemas concretos na cidade nós podemos então criar uma democracia participativa e efetiva, e inserir a nossa população em outras discussões ou nas grandes discussões nacionais, regionais, globais etc. E mais uma vez eu cito o MST como um exemplo interessante disso para solucionar uma questão específica, como se organiza em torno da solução de uma questão específica, uma questão da realidade concreta daquelas pessoas que participam daquela organização. Essa organização toma um vulto nacional, regional e hoje participa de grandes manifestações ou de uma cidadania global que vai se organizando pelo mundo.

Então um caminho que precisamos trilhar é esse de uma democracia radicalmente descentralizada. Vejo isso como um caminho para o Brasil. Acredito que cada Estado Nacional, de acordo com sua cultura, sua realidade, sua história, vai encontrar seus mecanismos próprios de mobilização e de organização em torno desses grandes problemas. E o caminho brasileiro eu acredito que passa necessariamente pela descentralização, pela reforma da Federação, pelo esvaziamento do poder federal, da União, de um poder central forte na União. (Palmas.)

Um segundo ponto que acredito, dentro das reformas, na estrutura do Estado brasileiro, podemos apontar como uma necessidade seria a reforma do Supremo Tribunal Federal. É necessária a extinção do Supremo Tribunal Federal. Ele é um grande guardião da Constituição e transformou-se num guardião da ordem neo-autoritária. Eu acho que nós temos de ter a substituição do atual Supremo por uma Corte Constitucional. É um segundo momento importante

dentro da estrutura do Estado brasileiro que pode ajudar a mudar alguma coisa. Termos uma Corte Constitucional, com mandato de 9, 10, 12 anos, pouco importa, em que os seus membros sejam escolhidos por qualquer outro Poder, qualquer outra instituição, qualquer outro órgão que não a Presidência da República. Nós temos um método de escolha de uma corte constitucional pior do mundo. Isso não vai se repetir na Europa. Nós estamos copiando o modelo norte-americano, mais uma vez. Aliás, nós copiamos o senado americano, a suprema corte, o federalismo, o presidencialismo americano, ou seja, caímos nessa área de influência norte-americana a partir da Constituição de 1891, em que de um país que buscava um caminho nacional de desenvolvimento, passa a se transformar no quintal norte-americano. Hoje, de quintal dos Estados Unidos, estamos virando a lata de lixo deles. Então é mais uma vez fundamental que abandonemos esse discurso pró-americano, que paremos de copiar um modelo que não é nosso. São modelos distintos de cultura, modelos antropológicos distintos, modelos distintos de história e de sociedade.

Então uma reforma do Supremo Tribunal Federal é um caminho interessante para a reforma das instituições brasileiras, para se procurar ter um Judiciário mais independente, que possa servir como guardião de uma democracia nascente e que está em processo de construção. Onde? Nas cidades.

Outra reforma importante, outro caminho importante que podemos trilhar, dentro da reforma da estrutura do Estado, além da reforma do federalismo, do nosso Supremo Tribunal Federal, é a reforma do nosso Senado. Falo sempre para os meus alunos de pós-graduação que ainda vou escrever um livro sobre a inconstitucionalidade do Senado brasileiro. Não pelos seus presidentes. Esses nasceram inconstitucionais. Se pegarmos os presidentes recentes do Senado, desde Toninho "Malvadeza", Jader Barbalho e agora o Edison Lobão, não pela inconstitucionalidade dos seus presidentes, mas pela própria estrutura do nosso Senado Federal, que anula todo o processo de representação da democracia representativa, a lógica da democracia representativa no Brasil. Por que isso? Temos de ter duas Casas.

Em uma Federação o Senado tem de ser o guardião dos interesses da Federação. Enquanto a Câmara dos Deputados tem de ser a representação dos interesses populares, digamos assim, é assim na teoria. Logo, a competência dessas duas Casas tem de ser diferenciada. Não pode ser a mesma competência. Nós já temos um problema grave que ocorre com relação à representação na Câmara dos Deputados, que é o déficit de representação do Sul e o superávit de representação do Norte. Questão polêmica, complicada, não vamos entrar nela agora.

Mas se esse problema do déficit representativo do Sul e Sudeste e um

superávit de representação do Norte e Nordeste, enquanto o Centro-Oeste está empatado, ele se agrava radicalmente. A idéia de representação popular — um cidadão, um voto — é praticamente eliminado no Senado, em que temos três Senadores para cada Estado-membro com a mesma competência, e um Senado com praticamente a mesma competência legislativa da Câmara dos Deputados. Ali se anula tudo. E anula a lógica federal, porque, se de um lado se poderia ter um Senado que iria promover o desenvolvimento equilibrado dos Estados-membros, com três representantes para cada, quando aquela matéria do Senado por ter a última palavra da Câmara dos Deputados, ali você anula a mesma lógica federativa. Então é preciso um Senado que tenha competências próprias, que seja terminativo nas questões de interesse da Federação, e uma Câmara dos Deputados que tenha competências próprias, diferenciadas das do Senado, e que sejam terminativas nas questões de interesse popular.

Teríamos aí uma reforma estrutural que seria importante, mas não fundamental. Ou seja, não se vai criar uma democracia, não se vai mudar nada, simplesmente criar leis ou mudar a estrutura do Estado, com sistemas políticos etc. Podemos ter sistemas políticos. Um sistema parlamentar sem dúvida alguma estruturalmente é muito mais democrático que o presidencialismo. No Brasil poderia ser um desastre, poderia significar vinte anos de Fernando Henrique Cardoso. Ele não ia ficar vinte anos no poder porque até lá o País já teria acabado, mas ele poderia ter muito mais tempo para acabar com o País.

O sistema por si só não resolve nada. Mas um sistema pode agravar uma situação ou pode ajudar a solucioná-la. Então uma estrutura do sistema democrático representativo, uma estrutura do federalismo e acredito que principalmente a questão federal e a questão da descentralização são fundamentais para nós. O nosso caminho é o poder local.

Um autor francês cria uma ilustração muito interessante, quando fala da questão da resistência local à globalização. Ele fala que uma chaminé numa cidadezinha do interior da França vai soltar uma fumaça e essa fumaça vai-se dissipar no ar em questão de segundos. Agora, se tivermos em cada cidade do mundo uma chaminé soltando fumaça, o mundo todo estará poluído.

Levando isso para o lado positivo, se em cada cidade, em cada associação de bairro, comunidade de bairro, comunidade da favela, a rádio favela, a rádio comunitária, a televisão comunitária, o jornal comunitário, se em cada comunidade criamos um espaço de discussão, de reflexão e de resistência, de repente essa megaestrutura global, esse megapoder global vira pó.

Acredito que hoje o caminho para nós não é mais o caminho de soluções mágicas, messiânicas, líderes carismáticos, poder central forte. Isso foi

uma tentativa hoje em dia. E pelo menos para o Brasil não vejo esse caminho. O nosso caminho qual é? Uma democracia dialógica, uma ação comunicativa, fazer com que as pessoas dialoguem, pensem, reflitam sobre sua vida, sobre a sociedade, sobre estrutura de poder do Estado local, e se envolvam, a partir daí, em outras questões globais, e possam modificar sua realidade, a realidade dessa megaestrutura global, que é uma estrutura autoritária.

Então vejo como uma primeira conclusão que podemos tirar dessa propositura, democracia e socialismo, que o capitalismo é essencialmente antidemocrático. Se pegarmos a história da democracia liberal lá no seu nascedouro, nas revoluções burguesas, a Revolução Francesa, a Revolução Inglesa, a Revolução Norte-Americana, vamos ver que nasce ali uma democracia liberal em que a idéia é: quem vota e quem pode ser votado? Somente proprietário tem direito a voto, e quanto maior o poder econômico, maior o poder do seu voto, mais vale o seu voto.

Depois essa idéia dessa democracia liberal evolui já para outro conceito em que se faz a junção de uma democracia majoritária com um liberalismo. Então você colocaria como limite a vontade da maioria, os direitos individuais, a propriedade privada numa segunda fase desse Estado liberal. Mas vamos perceber que no poder desses Estados, nessa realidade de Estado liberal do século XIX, do século XX, quem assume o poder do Estado liberal já é naquele momento o poder econômico, o que podemos identificar como capitalismo conservador. Assistimos no século XIX ao núcleo da globalização de hoje em dia. No século XIX já estava o embate entre o capitalismo liberal, que ficou no discurso, que não se efetivou nas suas propostas teóricas iniciais, frente a um capitalismo conservador, ou seja, o capitalismo do grande capital.

E prosseguindo nessa história, vamos perceber a tentativa do capitalismo social, a Constituição do México, em 1917, a Constituição de Wismar, na Alemanha, em 1919, como o grande capital financia o nazifascismo, é o grande capital nacional alemão. Vão perceber na década de 20 quem está financiando a ascensão de Mussolini, na Itália. O Sr. Olivetti, o Sr. Enzo Ferrari, nós torcemos tanto para a Ferrari do Rubinho, que está sempre atrás do alemão. O Sr. Enzo Ferrari recebeu o título de comendador do Sr. Benito Mussolini. O Sr. Krupp Mannesmann, Siemens, BMW, Mercedes-Benz financiaram e se beneficiaram com essa ascensão de Hitler no poder. Levam o mundo à guerra, na Segunda Guerra Mundial, e, quando termina a guerra, quem reparte o mundo? São eles. Ah! a gente tem os três derrotados. Quem são os três grandes derrotados? É outra mentirinha. Um monte de conto de carochinha que contaram para nós, e acreditamos até recentemente. Quem venceu a guerra? Ah, as três potências: Estados Unidos, França e Inglaterra. É a história que nos con-

tam, no nosso ensino oficial. E quem foram os derrotados? Japão, Alemanha e Itália. Ah! bom, mas quem são os seis grandes hoje do mundo? Já que eles foram derrotados, é óbvio que o povo foi derrotado. Os exércitos podem ter sido derrotados, mas quem levou o mundo à guerra por uma reivindicação será que foi o grande capital alemão, o grande capital japonês e o grande capital italiano? Esse venceu, esse passa a repartir com França, Inglaterra e Estados Unidos o mundo, até hoje. E quando saímos à rua, estão os vitoriosos. Quais são? O carro Toyota, Mitsubish, Fiat, BMW, Mercedes-Benz. Estão todos aí. Entram no elevador Siemens, a Volkswagen, o carro do povo. O Hitler dirigiu um lá. Um carro mil para cada brasileiro!

Então é esse o mundo que está aí. São eles que determinam o que está acontecendo no mundo. E hoje, perigosamente, seguindo o raciocínio da descentralização radical do poder local, temos um retorno do fascismo no mundo. Há o que ainda merece ser estudado e bastante refletido. Mas os nazistas governam a Áustria, os fascistas governam a Itália. E assistimos em Gênova, recentemente, a uma grande manifestação no coração da União Européia, democrática, de uma polícia fascista, em que um jovem foi assassinado e foram mais de 80 desaparecidos. Quer dizer, no local onde se reuniram os grandes representantes democráticos eleitos pelo povo, eles tiveram de criar uma barreira de polícia para evitar que os grandes representantes democráticos, o G-8. Colocaram também o Vladimir Putini, não podem ficar perto do povo.

Mas o que a mídia nos conta, imediatamente? A Globo já falou: esses são os anarquistas, aquele povo que gosta de botar fogo, criar confusão etc. Não no Botafogo daqui, porque eu torço para o Botafogo. Gostam de botar bomba. Se verificarmos, quem estava lá era a representação da sociedade civil global se manifestando, eram pessoas, além dos anarquistas, socialistas, democráticos, comunistas, líderes operários, camponeses, o MST, ou seja, havia gente do mundo inteiro, das mais variadas formas de pensar, contra essa ditadura global.

O Prof. Evandro Lins e Silva falava do governo mundial, o que eu temo muito hoje, e que hoje temos um governo mundial. Esse governo mundial reúne-se em Davos, os 200 grandes magnatas ou proprietários do mundo. O grande capital global se reúne em Davos todo ano e decide quem vai ter emprego, quem vai morrer de fome, quem vai crescer, quem vai desaparecer. O governo global nós já temos, só que é uma ditadura global que temos. Como resistir a essa ditadura global? Aí é a luta do pequenininho contra o gigante. Não há como ficarmos do tamanho deles. Se ficarmos do tamanho deles é muito perigoso que possamos virar mais um deles. Esse megapoder pode fazer grandes transformações. Então qual é a resistência? A resistência é do poder local.

Por fim eu quero fazer algumas reflexões para nós, socialistas. Nós temos de ter estratégias de tomadas de poder mas de certa forma a grande mídia que martela na nossa cabeça, e não temos como muitas vezes fugir dela, está presente. Esse massacre é feito contra a opinião pública, em que os nossos grandes ideais passam a ser algo ou dinossáurico, ou algo impossível de ser atingido. Paramos de discutir por exemplo o que na minha opinião é o grande equívoco da humanidade. Nós entramos pelo caminho errado mas vamos sair dele, tudo passa. Está certo que pode até acabar. Eu acho que se continuar o capitalismo por mais tempo o mundo acaba, principalmente agora com aquele fascista do Bush nos Estados Unidos. No entanto, a propriedade privada dos meios de produção é um caminho equivocado. E por que abandonar o nosso discurso originário? Por que temos de nos adaptar tanto? Nós passamos a ser muito confiáveis para esse megapoder. Nós estamos nos adaptando a eles, estamos cada vez mais *light*, cada vez mais de fácil digestão para o grande capital.

De forma que a esquerda chega ao poder, acho que a Inglaterra, os trabalhistas ingleses, que representavam uma alternativa de esquerda, hoje não são esquerda. O governo Tony Blair é um governo de centro-direita. Não tem nada de proposta de esquerda. Por que os socialistas chilenos foram os primeiros a assinar a ALCA, ela que é o fim da América Latina, do Brasil como Estado Nacional. Está certo, o Estado Nacional vai acabar algum dia? Vai, tudo passa. Graças a Deus! Mas agora o Estado Nacional ainda é necessário. E como um governo socialista no Chile integra a ALCA? Então temos de fazer essa reflexão, senão corremos o risco de chegar ao poder e ter-nos adaptado tanto e termos nos transformado naqueles contra os quais combatemos.

Enfim, queria deixar essas idéias para discussão, agradecer aos senhores a atenção e a honra do convite, e principalmente por integrar esta Mesa histórica, da qual muito me honra ter participado.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Encerrando a primeira parte do painel, tenho a honra de anunciar a palavra de Jacob Gorender. (Palmas.)

O SR. JACOB GORENDER (Expositor) – Quero inicialmente agradecer à Fundação João Mangabeira do Partido Socialista Brasileiro essa oportunidade que me dá de participar com a exposição que vou fazer neste Encontro Internacional Socialista. Agradeço em particular ao meu dileto amigo e companheiro Roberto Amaral pelo convite que me permite estar aqui.

Fico muito honrado de estar em uma mesa junto com Evandro Lins e

Silva, sem dúvida o mais eminente representante dos juristas democratas em nosso País, uma figura histórica que nos ensina grandes lições a respeito da necessidade que temos do Estado de Direito, inclusive num regime socialista, conforme mencionarei mais adiante. Também tenho grande satisfação em estar aqui com o Prof. José Luís Quadros Magalhães, que me precedeu com sua exposição.

Quero fazer especial referência à menção de Roberto Amaral ao nome de Mário Alves, grande companheiro que conhecemos e que morreu assassinado numa câmara de tortura, na Polícia do Exército, aqui no Rio de Janeiro, na Rua Barão de Mesquita. Mário Alves sofreu tortura durante uma noite inteira e, esvaído em sangue, não prestou a mínima informação aos seus covardes algozes. (Palmas.)

Se hoje podemos estar reunidos aqui para debater a idéia de socialismo, no centro do Rio de Janeiro, num auditório confortável e com inteira liberdade, devemos essa prerrogativa, em grande parte e principalmente, àqueles que lutaram contra a ditadura militar e perderam a vida nessa luta. Creio que faço justiça a esses heróis brasileiros, limitando-me a mencionar como representantes deles os nomes de Mário Alves, Carlos Mariguella, Carlos Lamarca, Maurício Graboes e Aurora Furtado Nascimento. (Palmas.)

Ao propor o tema "Socialismo e democracia", não nos cabe ignorar que se trata de conceitos considerados incompatíveis por certas correntes de pensamento. E aqui não me refiro somente aos liberais e neoliberais, mas a autores indiscutivelmente críticos da ordem capitalista. É o caso do grande jurista Norberto Bobio, que expôs o binômio socialismo-democracia como dilema, nos seguintes termos:

"Chocamo-nos com esta contradição que é a verdadeira pedra de tropeço da democracia socialista (não se confunda com a social-democracia): através do método democrático o socialismo é inatingível, mas o socialismo não alcançado por via democrática não consegue encontrar o caminho da transição de um regime de ditadura para um regime de democracia.

Num regime capitalista o método democrático, mesmo em suas melhores manifestações, bloqueia o caminho para o socialismo. Nos Estados socialistas a concentração de poder tornada necessária para a direção unificada da economia torna extremamente difícil a introdução do método democrático".

Em suma, Bobio quer dizer que se praticamos a democracia não chegamos ao socialismo. E se conquistamos o socialismo, abrimos mão da democracia. Devemos reconhecer que essa contradição ainda não pode ser superada na prática histórica. A prática mais avançada da democracia não logrou até agora

ultrapassar o capitalismo e alcançar a concretização do socialismo. Impasse que se patenteia particularmente nos países escandinavos, nos quais a experiência da social-democracia no poder tem-se mostrado mais prolongada, o retorno da social-democracia ao poder como se deu na França, na Alemanha e no Reino Unido, consagrou a política econômica neoliberal dos governos conservadores, limitando-se apenas a algumas medidas restritas favoráveis aos trabalhadores.

Se nos referirmos aos países do antigo campo socialista, incluídos ou não no âmbito da liderança da União Soviética, não se carece de muitos argumentos para demonstrar seu caráter antidemocrático. A dissolução da União Soviética e a derrocada do chamado campo socialista que ela liderava contribuíram para a consolidação da conjuntura ideológica, na qual o conceito de democracia se entronizou soberanamente, enquanto o conceito de socialismo foi e ainda é satanizado.

Não é possível ignorar que a longa competição entre os dois conceitos, ocorrida a partir da derrota do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial se concluiu, ao menos para o nosso tempo, com a vitória da idéia da democracia e da democracia excludente do socialismo. Não podemos ignorar isso porque é a realidade com a qual nos defrontamos dia-a-dia, já desde o despertar, quando abrimos o primeiro jornal, ao assistirmos aos programas de televisão, ao consumirmos tudo que a indústria de entretenimento nos oferece: cinema, teatros, shows de toda ordem. A vitória mesma da superpotência capitalista, os Estados Unidos, é o sustentáculo, é o propulsor dessa situação em que a idéia de democracia é apresentada como um ícone que exclui do seu antípoda a idéia de socialismo, que é dita demoníaca de todas as maneiras.

"É indispensável, porém, salientar que a pregação da idéia de democracia tem sido associada prioritariamente à pregação da economia de mercado. É o que se observa com suficiente ênfase nos pronunciamentos dos principais dirigentes governamentais nos Estados Unidos, pertencentes a ambos os partidos que se sucedem na Presidência da República"

Ainda há pouco podíamos ler essa associação entre democracia e economia de mercado como dois conceitos inseparáveis, em artigos publicados em revistas, em jornais, aqui no Brasil, do Secretário de Estado americano, Collin Powel e da Assessora de Segurança Nacional, também dos Estados Unidos, Condoleezza Rice. Ambos salientam exatamente que os Estados Unidos defendem a democracia e a economia de mercado. As duas coisas inseparáveis.

"Mas não podemos deixar de nos lembrar que os Estados Unidos apoiaram e ainda apóiam regimes ditatoriais mas fiéis à economia de mercado, como ocorreu no passado com o Chile de Pinochet e sucede ainda hoje com tantos outros países americanos e latino-americanos. Por conseguinte, não há coerência na defesa dessa associação entre democracia e economia de mercado".

Se só se defende a economia de mercado, a democracia vem como adjetivo. O substantivo da economia de mercado, a democracia é no final de contas algo apenas adjetivante.

"Para efeito de argumentação, admitamos que se tratariam de concessões contingentes. A diretriz teórica fundamental, ao menos como ideal a ser atingido, consistiria na associação efetiva entre democracia e economia de mercado. Associação que in limine rejeita a possibilidade de países, cuja economia se rege pelo planejamento central, serem também democráticos.

Uma vez que o socialismo é por sua vez vinculado à idéia de planejamento central, conclui-se logicamente pela impossibilidade de um país socialista ser concomitantemente democrático. Seguindo a mesma lógica, deveríamos admitir que somente países capitalistas, por isso mesmo dotados de economia de mercado, poderiam ser democráticos.

Vejamos em que deve consistir a refutação desse argumento, na verdade escorado no raciocínio espúrio, falho já desde suas premissas. Em primeiro lugar, justamente abordando o núcleo das premissas, devemos rejeitar a idéia de que o mercado se inspira numa prática econômica democrática e, por isso mesmo, favoreceria a prática política democrática.

Já houve quem dissesse que no mercado livre cada compra equivale a um voto. Quem vai ao supermercado está votando, porque compra esse produto dessa marca e não daquela. Seria assim, segundo esse raciocínio. Mas a realidade do mercado é bem outra. Só podem comprar aqueles que forem solventes, ou seja, que possuírem dinheiro ou mercadorias cambiáveis por dinheiro. E só podem comprar na proporção dessa posse. Os desprovidos de recursos monetários estão excluídos do mercado. A fome que assola tantas populações no mundo, inclusive no Brasil, poderia ser rigorosamente eliminada se isso dependesse da disponibilidade mundial de alimentos ou da possibilidade de aumentar rapidamente sua produção.

A questão consiste, porém, no fato de que, segundo a ONU, um bilhão de pessoas não ganha mais do que um dólar por dia. São pessoas cuja morte por inanição é apenas adiada pela assistência dos programas de algumas organizações internacionais. A essência do mercado é antidemocrática.

Ainda por outro aspecto de significação fundamental, a experiência histórica demonstra superlativamente que o jogo da concorrência mercantil conduz à eliminação dos concorrentes mais fracos, à concentração e centralização do poder econômico e, finalmente, à constituição de cartéis e monopólios. No fundamental, o mercado mundial é um mercado de preços administrados por umas duzentas ou trezentas empresas multinacionais.

Em segundo lugar, não nos cabe identificar o planejamento central de maneira absoluta com o planejamento praticado na extinta União Soviética. Esse foi sem dúvida um planejamento do tipo totalitário, que fortaleceu tremendamente a vasta burocracia planejadora, encastelada na cúpula do aparelho estatal, em detrimento da iniciativa criadora dos dirigentes e trabalhadores das empresas.

A pretensão de predeterminar a produção e distribuição de cerca de 20 milhões de itens dos alfinetes às naves especiais conduziu a impasses e gargalos na economia e suscitou a expansão de um aparelho planejador imenso que, no conjunto de suas ramificações, ocupava cerca de 18 milhões de funcionários"

Possivelmente hoje esse planejamento poderia ser feito com um pessoal mais restrito, mais enxuto, por causa do emprego dos computadores, do processamento de dados da informática. Mas não se eliminaria a existência de uma camada burocrática privilegiada mesmo com os computadores se o planejamento tivesse esse mesmo caráter, a pretensão de predeterminar passo a passo a produção desses 20 milhões de itens aos quais me referi. E podem ser até mais, porque isso sem dúvida alguma não acompanha a mudança de conjunturas, a ocorrência constante de situações imprevisíveis dia-a-dia no trato prático da economia, que é tão cheia de variáveis, que não pode ser submetida a um planejamento tão rígido. O planejamento é indispensável, mas deve ser suficientemente flexível e ter características como passo a seguir enumerar.

A presença do plano é indispensável à economia moderna. O que se acentuará no futuro. As empresas multinacionais fazem previsões nos seus Estados maiores para quatro ou cinco anos, o que corresponde mais ou menos aos planos qüinqüenais da antiga União Soviética, porque isso é indispensável nas grandes organizações econômicas modernas, sejam elas estados, países ou grandes empresas.

"Então a presença do plano é uma decorrência entre outras razões do peso da atuação do Estado na economia dos países mais capitalistas, mais desenvolvidos, inclusive neles, a começar pelos Estados Unidos".

O dispêndio público nos Estados Unidos é de mais de 30% do Produto Interno Bruto. Quer dizer, esse liberalismo alardeado pela ideologia oficial norte-americana não corresponde à própria economia dos Estados Unidos.

"Concentrando enormes recursos por meio da tributação, da dívida pública e das empresas estatais, inclusive das suas instituições financeiras, o Estado sustenta o ciclo econômico e orienta o processo de produção, sobretudo praticando um planejamento indicativo, diferenciado do planejamento imperativo, que era exclusivo do planejamento soviético.

Numa sociedade socialista de natureza democrática, a meu ver, o planejamento imperativo se restringirá à produção de certos bens e serviços estratégicos e relativamente escassos. No geral o planejamento dirigido ao crescimento da produção e à elevação do padrão de vida de toda a população se exercerá com caráter indicativo para as empresas, estabelecendo um elo centralizador flexível o suficiente para abrir espaço à iniciativa criadora descentralizada das empresas e dos indivíduos. Ademais, deverá ser um planejamento indicativo submetido ao debate mais amplo pelos trabalhadores em todas as instâncias possíveis, seja nos partidos políticos, seja nos sindicatos, nas cooperativas, nos bairros, nas instituições de ensino etc. O que oferecerá a maior transparência possível às decisões do aparelho de Estado no trato quotidiano das questões econômicas e deverá configurar uma base econômica realmente compatível com a natureza democrática da sociedade socialista.

Contrariando a teoria socialista mais ortodoxa, penso que não há razão para pretender a eliminação total do mercado numa sociedade socialista. O mercado poderá continuar a ser útil na medida em que constitua um mecanismo de aferição dos cursos de produção e, portanto, da eficiência econômica.

Ao mesmo tempo o mercado também será útil como o indicador das tendências e das solicitações dos consumidores finais".

Eu me recordo de uma ocasião em que estive na União Soviética, há 40 anos, e me espantava com a má qualidade dos produtos que se ofereciam ao consumo nos magazines, nos supermercados, nos shoppings. Acontecia que esses produtos saíam das fábricas e ficavam nas prateleiras, porque a população recusava grande parte e só comprava o indispensável. Refugava esses produtos que acabavam nas prateleiras sem ter consumidores. Mas isso se prolongava, porque para as fábricas não importava se os produtos eram vendidos ou não. Elas cumpriam o plano e continuavam a produzir o que era de má qualidade. Só depois de muito desperdício é que o plano era modificado e a qualidade dos produtos era também modificada.

Então a atenção aos consumidores finais, àqueles que afinal de contas são o objetivo do processo econômico, que são todas as pessoas que constituem a sociedade, pode ser potencializada exatamente pela aferição do mercado. Se um produto é recusado pelos consumidores, a empresa deve considerar esse fato e deve sofrer uma punição de alguma maneira, e deve produzir imediatamente algo diverso, de outra qualidade, que atenda ao interesse dos consumidores.

Finalmente, o mercado se justificará como espaço para atuação de produtores individuais ou de pequenos grupos. Atuação que se compatibiliza com

uma sociedade socialista, na medida em que excluir a exploração do trabalho assalariado e a transformação do patrimônio pessoal em capital.

Como é evidente, o mercado não pode gozar de soberania numa sociedade socialista. Deverá ser sempre uma instituição subordinada ao planejamento exercido pelo Estado e por organizações econômicas diversas de caráter regional ou setorial.

Mas o caráter democrático do planejamento central numa sociedade socialista somente estará efetivamente assegurado mediante a existência de canais de comunicação e expressão, através dos quais possa fluir facilmente a crítica de todos os cidadãos. Estes devem ter a possibilidade de denunciar a cada momento os erros e defeitos percebidos no dia-a-dia do trabalho em todos os escalões. Sem uma crítica dessa natureza, os erros e defeitos se manterão indefinidamente, conduzindo no final de contas a uma entropia fatal para o desenvolvimento da economia.

A carência de uma crítica democrática vinda de baixo foi uma das causas do beco sem saída em que depois de algumas décadas se encontrou a economia soviética".

E no final de contas uma das causas da derrota da economia soviética na competição com a economia dos Estados Unidos e das outras potências capitalistas.

"A democracia socialista ultrapassará largamente o âmbito da democracia representativa, como tem sido concebida atualmente, e o fará pelo amplo acesso à comunicação por parte de todos os cidadãos mediante operação dos mais modernos dispositivos tecnológicos e pelo florescimento da democracia direta. Ou seja, pela manifestação direta e pessoal dos cidadãos chamados a debater assuntos públicos e a decidir sobre eles.

A delegação deliberativa a representantes eleitos ou a círculos especialistas, no caso em que isso for indispensável, não substituirá a consulta aos próprios cidadãos, aos integrantes de cada sociedade, municiados por uma ampla discussão e pela difusão do conhecimento".

Eu não creio que no futuro, numa democracia socialista ou num socialismo democrático... *(Troca fita de vídeo. Fita nº 10. Não há seqüência de texto.)*

(...) de corruptos, de ladrões, de fomentadores dos mais vergonhosos escândalos. Assim não poderá ser numa democracia socialista.

Mas os representantes delegados pelo povo atuarão de acordo com normas muito diferentes, opostas às atuais. Não terão as imunidades e privilégios que hoje lhes conferem as leis. E estarão determinados pela própria legisla-

ção a atuarem em campos muito restritos. O que deve prevalecer não é o caráter representativo da democracia, mas a democracia direta, aquela exercida pelos próprios cidadãos.

É isso possível? Como isso é possível numa cidade com 11 milhões de habitantes como São Paulo, ou com 6 milhões, como aqui o Rio de Janeiro, nas grandes cidades do mundo moderno, com uma humanidade que já tem quase 7 bilhões de indivíduos? É possível ainda a democracia direta? É curioso que a tecnologia desenvolvida pelo próprio capitalismo permite voltar à democracia direta. Quer dizer, os modernos meios de comunicação, o computador, a Internet, a transmissão via satélite, a transmissão instantânea de imagens pela televisão, enfim, o telefone celular, o fax, toda essas invenções, que são da segunda metade do nosso século e que ainda não produziram tudo que podem produzir, que ainda estão engatinhando, porque muito mais vem aí pela frente, é curioso que essa tecnologia inventada pelo capitalismo possa servir ao renascimento da democracia direta, aquela democracia direta da qual temos poucos exemplos na história, particularmente na democracia da antigüidade clássica e algumas vezes em caráter municipal aqui e ali em alguns países na história moderna. Mas a moderna tecnologia permitirá o renascimento da ágora da antigüidade. Aquela reunião dos cidadãos na praça pública.

"Essa ágora poderá renascer nas megacidades, nas grandes metrópoles, em todos os aglomerados humanos".

Hoje o que temos em nossas grandes cidades é o que a sociologia chamou de multidão solitária. É uma multidão, anda-se na rua e não se conhece ninguém. Conhecemos poucas pessoas. Então estamos solitários da multidão. É essa a característica das nossas sociedades.

"Mas isso poderá ceder lugar aos conjuntos, grandes e pequenos, de seres humanos interpessoalmente atuantes e solidários".

Quer dizer, não somos indivíduos atomizados, andando na rua sem conhecer ninguém, desamparados, mas sentimos em cada passante um cidadão igual a nós, integrante da mesma sociedade e capaz de nos ajudar em qualquer momento.

Recordo o caso de um sociólogo francês que a minha geração e do Roberto Amaral conheceu, a quem lia com grande interesse, Nikos Polantsas, francês de origem grega, e que depois de publicar muitas obras e ser conhecido internacionalmente foi atropelado numa rua de Paris e ficou estatelado na calçada, sem que ninguém durante horas a fio o atendesse. Afinal, atenderam-no e em conseqüência desse fato ele simplesmente deu um tiro na cabeça, suicidando-se. Quer dizer, considerou que não valia a pena viver numa sociedade tão

hostil e impiedosa. E isso aconteceu em Paris, a cidade que todos veneram e para onde tantos perseguidos políticos se refugiam.

"A caracterização de uma sociedade democrática e ademais socialista pode ser feita a partir de variados enfoques. Porém, não me parece que possa em qualquer caso prescindir do pluralismo partidário da liberdade de expressão do pensamento do governo da maioria deliberante e da garantia de minorias divergentes ao direito à manifestação e ao proselitismo".

Não ignoro que países que estão hoje se empenhando na construção do socialismo não têm essas características que enumerei aqui. Considero que isso se deve a fatores conjunturais desfavoráveis, e sem dúvida, tanto esses países como os que mais adiante certamente entrarem pelo caminho da construção do socialismo, na minha opinião, deverão empenhar-se para eliminar esses fatores desfavoráveis e criar uma conjuntura mundial — não pode ser isolada — em que a construção do socialismo seja compatível e favorável também às características democráticas tais quais aqui as enumerei.

Deve ser sem dúvida uma conjuntura mundial. E aqui repito o argumento usado por Evandro Lins e Silva, recordando a tese de Trotski a respeito da necessidade imprescindível da construção do socialismo em caráter mundial. O socialismo isolado, restrito a um país ou outro, estará sempre em condição desfavorável e sujeito a uma série de restrições que, no final das contas, podem pesar negativamente.

"Aqui, no entanto, vou me deter num aspecto especial, também imprescindível numa democracia socialista. Refiro-me à necessidade do Estado de Direito, particularmente no que se refere à garantia dos direitos individuais. Já dispomos de suficiente experiência histórica para rejeitar na idéia de que os direitos individuais estariam assegurados pela simples presença de um partido de trabalhadores no poder. Não creio que essa simples presença garanta a proteção da lei aos indivíduos, quer dizer, proteja-os no exercício das suas prerrogativas privadas e públicas, como seres humanos integrantes de uma sociedade determinada. A garantia da proteção da lei implica o Estado de Direito, ou seja, a exclusão completa de atos arbitrários por parte daqueles investidos de qualquer parcela da autoridade pública, o que implica ao mesmo tempo a possibilidade imediata e ampla do apelo dos cidadãos à intervenção das instâncias judiciárias no sentido da cessação de eventuais atos arbitrários dessas autoridades.

A ausência do Estado de Direito, ao convalidar o comportamento de autoridades fora da lei, abre caminho, inevitavelmente, para o despotismo destruidor do próprio socialismo. Como se verificou sob a égide de Stalin, Pol Pot".

Isso é particularmente importante para nós aqui no Brasil. Vivemos numa sociedade em que estamos sujeitos a toda sorte de arbítrios das autoridades públicas, daquelas situadas nos mais altos escalões àquelas que estão nos escalões inferiores. Não gozamos de efetivo Estado de Direito garantidor das prerrogativas individuais. Isso que já existe, com limitações, em países em que houve grandes lutas da sociedade civil, ainda é extremamente instável e precário aqui no Brasil. Por isso eu penso que todas as correntes e partidos que lutem pelo socialismo num País como o nosso precisam dar ênfase à conquista do Estado de Direito. A inserção essencial do Estado de Direito numa sociedade socialista. Quer dizer, o programa do socialismo num País como o Brasil não pode deixar de salientar este ponto: a conquista do Estado de Direito como garantidor dos direitos individuais, daquilo que se chama hoje de direitos humanos.

E aqui eu queria, por exemplo, citar um caso mais significativo. Lutou-se no Brasil durante muito tempo contra o arbítrio da ditadura militar e, em particular, salientou-se a prática da tortura em nosso País. Como foi também em outros países do Cone Sul, em particular. Acontece que na época da ditadura militar os presos políticos eram em sua grande maioria oriundos da classe média. Eram estudantes, professores, profissionais liberais etc. Havia também operários, camponeses, mas em proporção bem pequena. Então o fato de serem as vítimas da tortura pessoas de classe média, permitia que esse fato tivesse grande repercussão na imprensa nacional e internacional.

Com a anistia e a transição para um regime democrático, cessou a tortura de presos políticos. Deixou de haver presos políticos. Então o assunto saiu de cena, deixou de ser mencionado. Mas a tortura continuou a existir. Aí é que está a questão. Todos sabemos que ela é praticada diariamente nas delegacias de polícia, porque agora as vítimas não são pessoas de classe média, são principalmente pobres, pretos e prostitutas, como se diz, os três "p". São as vítimas que hoje sofrem as maiores arbitrariedades das autoridades e são torturadas nas delegacias de polícia. Então, não merecem ser notícia. A tortura aí tornou-se rotina, fato do cotidiano, faz parte da cultura. Então lutar contra isso é fundamental exatamente para a grande maioria da população, que um programa socialista deve defender prioritariamente.

Prossigo. "Como é óbvio, tenho em conta a permanência do Estado e do Direito numa sociedade socialista. Não antevejo, mesmo considerando um horizonte histórico muito afastado, a possibilidade de sociedades modernas existirem sem uma direção estatal e concomitantemente sem a vigência de normas jurídicas. A tese sobre o desaparecimento do Estado e a extinção do Direito, seja imediata, como pretende o anarquismo, seja gradual, como pretende o marxismo clássico, não mais se sustenta, na minha opinião.

Contudo, uma sociedade socialista só pode ser compatível com um Estado socialista e com um Direito socialista. Ou seja, um Estado caracterizado pela dominação dos trabalhadores assalariados e autônomos, e pelo sistema jurídico orientado para a defesa dos direitos individuais subjetivos e não para a defesa da propriedade privada capitalista.

Um Estado socialista não pode ter senão uma justiça socialista e um aparelho repressivo rigorosamente subordinado às determinações da lei, principalmente no referente aos direitos de todos os cidadãos, sem discriminações de qualquer tipo. Racismo, ódios étnicos, privilégios aristocráticos, tudo isso deve ser reprimido e banido do ordenamento jurídico e da prática socializada de uma sociedade socialista democrática".

Ainda nesses dias recentes fomos surpreendidos pela reportagem na Folha de S.Paulo a respeito de documentos em papel timbrado do Exército, em que se fala de arranhões nos direitos individuais e de arbítrio necessário para manter a ordem, para lutar contra forças adversas que são mencionadas como sendo o crime organizado, o narcotráfico e movimentos sociais como o movimento social dos trabalhadores. Quer dizer, isso se passa num governo presidido por um sociólogo eminente, representante da intelectualidade universitária de São Paulo, e se passa sem que a autoria desse documento seja definida e o responsável por ele seja levado aos tribunais, porque isso é um crime contra as leis existentes no próprio País.

Como é possível que uma instituição parte da organização do Estado possa convalidar uma prescrição de que a manutenção da ordem implica o arranhão dos direitos individuais e o arbítrio necessário. Isso é injustificável sob todos os aspectos. E se não provoca indignação, protestos, é por causa infelizmente dessa situação de entorpecimento da opinião pública em que ainda estamos submersos.

"O direito positivo normatiza relações sociais já constituídas ou em processo imediato de presentificação. Até certo ponto o Estado de Direito congela um status quo jurisdicional, mas só até certo ponto, o que deve ser bem salientado. A sociedade socialista não poderá deixar de estar sujeita ao processo incessante de transformações ocorrentes em todas as instâncias da vida social. Esta, a vida social, avançará dia-a-dia, enquanto o Direito, através de sua expressão codificada, permanecerá inalterado.

Por mais que a jurisprudência e a prática consuetudinária do Direito permitam o ajustamento do direito positivo às inovações sociais, estas se acumularão de tal maneira que no final das contas se produzirá um distanciamento considerável entre o direito positivo e as relações sociais efetivas. Ou seja, o

direito positivo socialista não poderá deixar de sofrer o efeito de uma entropia crescente, de uma perda de eficiência danosa às suas finalidades num metabolismo social. Uma sociedade socialista democrática deve possibilitar alterações jurídicas e institucionais, por via democrática, sem necessidade do recurso à violência revolucionária.

O Estado socialista de Direito deve, por conseguinte, implicar o processo ou os procedimentos apropriados a sua modificação paulatina ou radical, se assim o exigirem novas conjunturas sociais.

Em suma, como conclusão, na minha opinião, socialismo e democracia são compatíveis como quer o lema deste nosso encontro. Socialismo e democracia se fecundam e potencializam mutuamente, constituindo diretrizes para a conquista e a construção de uma sociedade dinâmica, próspera, equilibrada e tão justa quanto permitam os limites da perfectibilidade da espécie humana".

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Muito obrigado. Companheiros, estamos com problema. Peço a ajuda do auditório. Por razões que independeram da vontade de todos nós, começamos o nosso painel hoje muito atrasados, depois das 10 horas, pois estava marcado para 9 horas. São 12h25min. A importância das exposições vai provocar muitas intervenções. Mas teríamos que encerrar próximo de 13 horas, porque temos o segundo painel, às 14 horas.

Fazemos dois apelos aos companheiros do auditório e aos painelistas. Aos companheiros para que, na medida do possível, as interpelações sejam realmente interpelações e não novas intervenções, e o outro apelo aos painelistas, para que tentem responder da forma mais rápida possível, para que o maior número de companheiros possam fazer suas perguntas. Vou consultar a organização, porque teremos de em determinado momento suspender as inscrições.

Em princípio eu vou chamar pela ordem dos crachás, como os recebi, e vou suspender às 13 horas. Evidentemente quem se estender na sua interpelação, está sabendo que está tirando tempo de outro companheiro. E vamos chamar de quatro em quatro.

Marcelo Barbosa Santos, Jacy Proença e Domingos Leonelli.

O SR. MARCELO BARBOSA SANTOS – Boa tarde. Sou produtor cultural, historiador, mas, além disso tudo, sou funcionário público federal e, como sabemos, estamos sete anos sem aumento e o Governo agora anuncia de fato que não vai dar aumento. Existe uma polêmica sobre isso.

Nesses dias aqui tivemos discussão sobre a globalização, o pensamento neoliberal e a sustentação. O argumento neoliberal é de que temos de esvaziar

certas funções do Estado para ele atuar melhor na área da educação e da saúde. Esse é o argumento principal do pensamento neoliberal e, em função disso, vemos esse incentivo à privatização.

Este momento caracteriza o seguinte: vemos que não se pode pensar Estado Nacional sem servidores públicos, e como, Ministro, o senhor enxerga essa contradição que está havendo hoje para o Supremo Tribunal Federal, com o Ministro Marco Aurélio de Mello em defender o reajuste e a resistência do Governo Federal em conceder esse aumento. Como o senhor vê essa questão jurídica?

Outra questão é para o Prof. José Luís. Hoje o Governador Garotinho anuncia-se como segundo nas pesquisas. Isso é fato, estamos vendo isso claramente. E é fato também a relação do Governador com os evangélicos. No seu discurso, na sua palestra você colocou o tempo todo a relação da mídia com a democracia. E hoje claramente o Sistema Globo de Telecomunicações tem como seu maior inimigo não o Lula nem o Garotinho, mas o poder evangélico dos meios de comunicação. Como você vê essa relação com o Garotinho, com os evangélicos, partindo-se do pressuposto de que os evangélicos, no sentido do poder, vão querer alguma coisa em troca no final dessa relação. Eu queria que isso fosse discutido, e acho que isso está até sendo omitido um pouco dentro do PSB. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Jacy Proença.

A SRA. JACY PROENÇA – Ontem à tarde o Prof. Luiz Werneck disse que possuímos um dos mais forte ou maior poder sindical no mundo. Subentende-se que parcela significativa politizada. Isso nos intriga, porque não conseguimos transformar ou ampliar esse poder organizativo de pressão e poder político.

Foi reafirmado desde o primeiro dia que os partidos políticos continuam sendo praticamente único instrumento de chegada ao poder, mas ao mesmo tempo não conseguem catalisar essas forças ou essas mensagens que vêm da base. Por questão cultural, cria-se uma ojeriza à política e a políticos e se concebe uma política para poucos e não para nós outros iguais. Este tem sido um grande desafio: estabelecer correlação entre partidos e movimentos sociais.

O Prof. José Quadros nos apresentou caminhos: descentralização, municipalização, e parece-me que entendi que uma organização e definição de políticas em torno de questões específicas, até mesmo como estratégia para envolver pessoas, fazê-las pensar e partirem do específico para o global. Quero dizer que tenho defendido e insistido nesse posicionamento. Até mesmo porque o meu pensar, o meu envolver, o meu atuar, o meu coletivizar se deu a

partir de uma questão dita como específica, como professora, sindicalizada, militante do movimento feminista e do movimento negro.

Eu disse esses dias, num congresso: "Sou ser humano, componho a humanidade. Nesse geral eu sou mulher. Nisso também eu sou negra, sou mãe, sou política, sou socialista. Eu quero ser vista, entendida, eu quero ser aceita, respeitada, quero ser contemplada por políticas públicas enquanto o que sou". Nesse sentido o movimento que milito, o partido ao qual me filio, o poder e a sociedade que me proponho a construir têm de me ver, me ter, me aceitar, me respeitar dessa forma.

Então entendo e vejo que uma das formas para começarmos a caminhar seria exatamente a dos partidos políticos passarem a não banalizar esse específico em detrimento do universal. Tudo se fala em termos do universal, e o específico tem sido banalizado, menosprezado. Talvez não esteja aí o "x" da questão para se chegar a essa grande composição de partido de massa que venha a ser de fato transformador? (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional do PSB) – Próximo inscrito o companheiro Domingos Leonelli, da Bahia, por gentileza.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PSB da Bahia) – Essa exposição nos conforta, a nós que já estamos passando dos 50, nos aproximando dos 60, de ver que o tempo, o amadurecimento conduz à modernidade. A acumulação do conhecimento, ao invés de engessar pode, quando o pensamento é revolucionário, tornar cada dia mais jovem, mais atual e mais inquietante.

A abordagem do Dr. Evandro Lins e Silva a meu ver é modernamente revolucionária. A idéia da governança global tem característica diversa da posição do início do século de Trotski, não é exatamente a idéia do socialismo em todo o mundo, mas tem muito a ver com a questão que se coloca hoje, que é a de o capitalismo ameaçar a vida sobre o planeta, o capitalismo não ser compatível com a manutenção da vida e até com a possibilidade concreta de destruir a vida sobre o planeta, sem que seja necessária uma guerra, ainda com seu próprio desenvolvimento pacífico, digamos assim, com a destruição óbvia da natureza, que é um patrimônio da humanidade.

Pareceu-me que o Prof. José Quadros colocou certa oposição entre a idéia do poder local e da governança global. Se não colocou nenhuma oposição mas estabeleceu uma diferenciação que me pareceu, ao ouvi-lo, como certa oposição. Se fosse uma oposição eu consideraria até uma falsa oposição. Já que não é então eu quero reafirmar isso. Penso até que a idéia da governança global hoje está profundamente vinculada a um crescimento e uma reafirmação do poder local. E o lema do desenvolvimento sustentável que é o pensar global e

agir local para mim tem um caráter de nova visão, nova concepção revolucionária que a esquerda deveria aprofundar no seu conhecimento, no seu raciocínio.

O nosso partido tem experiência modernamente revolucionária localizada, é verdade, implantada no Estado do Amapá, que já produziu, além da experiência concreta, tese que circulou nos dois últimos congressos do partido, associando revolução democrática e desenvolvimento sustentável. Compreendendo, lamentavelmente, que a organização deste evento não pôde por alguma razão contemplar, porque é uma exposição que seria mais adequada feita pelo Governador do Amapá, que poderia explicar melhor essa experiência, mas com certeza uma experiência muito criativa, em que o poder local, o desenvolvimento de cadeias produtivas locais, em que a democratização econômica possibilitava a elevação do nível de vida, ao tempo em que aumentava o poder político da cidadania. Isso já acontece, ainda que regionalmente.

Eu fiquei novamente registrando que a maturidade moderniza e nos torna em pensamento às vezes até mais jovens, e constatei que esse ídolo da minha juventude, eu que fui do Partido Comunista e cresci admirando figuras como Mário Alves, Gorender, que resistiram à ditadura no Partido Comunista e depois fora dele, mas com extraordinário compromisso com a idéia da revolução. E hoje essa idéia atualizada, num esforço e numa demonstração daquilo que era a crítica principal inclusive do Bobio, uma crítica justa de que o socialismo não conseguiu formular uma teoria de Estado, e com muita alegria vejo esse registro como uma necessidade do socialismo: a criação do Estado de Direito socialista para assegurar a democracia.

O que não consegui compreender, companheiro Gorender — e é esta a pergunta que faço — foi em relação aos processos de passagem à transição. Como chegaremos ao socialismo ou se você considera possível chegar ao socialismo pela via da democracia, ou se a democracia socialista seria a conseqüência de uma ruptura não-democrática e posteriormente implantada como um Estado pós-revolucionário. Quero associar essa observação a um pedido aos outros expositores sobre a idéia de governaça global versus poder local.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Lady Alves Pedroso.

A SRA. LADY ALVES PEDROSO – Eu gostaria de inicialmente parabenizar a Fundação João Mangabeira por este evento. E gostaria de dizer a todos vocês que nós viajamos 26 horas do Mato Grosso do Sul até aqui, espremidos em um Fiat Uno, mas estamos muito felizes por aqui estarmos, principalmente depois de ouvir Evandro Lins e Silva, Gorender e o Prof. José Luís Quadros, a quem dirijo minha pergunta.

Professor, em vários momentos o senhor falou da importância da comunicação no processo democrático, seja através do *marketing* político, seja através das rádios comunitárias, das rádios favelas e dos jornais. Então eu acredito muito no poder da comunicação, principalmente da comunicação popular.

Então pergunto: na sua opinião, qual é o papel das tevês públicas nessa busca do caminho para a construção do socialismo? (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Vamos fazer em duas séries. Esta a primeira, depois faremos a segunda. O companheiro Evandro fará sua intervenção no seu regresso, ele teve de se retirar.

O SR. JOSÉ LUÍS QUADROS MAGALHÃES (Expositor) – São várias questões extremamente importantes e vou tentar ser o mais objetivo possível, uma vez que envolve diversos conceitos, é complicado.

A primeira questão é a relação entre socialistas e evangélicos. A minha esposa está aqui presente, é evangélica, e eu sou socialista. Então essa relação é complicada. Em primeiro lugar a questão religiosa no mundo. Não podemos de forma alguma ter uma visão setorial, excludente. O fundamentalismo existe em todas as religiões. Temos o fundamentalismo judaico, o cristão, o islâmico, o econômico. Eu acho o fundamentalismo um horror. Ele é totalitário. E muitas vezes essas religiões, quando tomam a forma fundamentalista, têm uma condução totalitária e altamente excludente.

Eu acho que, acima de crenças, devemos ter idéias e jamais dogmas ou verdades. Devemos ter liberdade de pensamento em tudo. Então, quando se fala em dogmas da igreja católica, dogmas do islamismo ou qualquer forma de dogma, eu acho reprovável e péssimo.

Especificamente temos na história da América-Latina, e eu vou muito a Amazônia, a Rondônia e tive oportunidade de ver como a religião por vezes é utilizada como forma de aculturamento, de invasão, principalmente que vem da América do Norte para cá. É uma estratégia da América do Norte, principalmente para a dominação da Amazônia. Existem na Amazônia vários pseudo-evangelizadores que se dizem cristãos e que na verdade são cientistas e que estão levando a nossa riqueza genética da floresta amazônica para a indústria farmacêutica norte-americana, e depois eles exigem que tenhamos uma lei de patentes, para não copiar o que eles roubaram de nós.

Então a religião na história da humanidade muitas vezes foi forma de exercício do poder de dominação, de aculturação. Jesuítas com os índios no Paraguai, na Argentina, no Sul do Brasil, por exemplo. Você não pode generalizar essa questão. Temos de afastar dogmas, verdades absolutas, exclusão. Acho que a organização na sociedade não pode significar o empecilho para o livre

pensar. Essa estratégia norte-americana existe e temos de ter cuidado com ela. E ela existe para toda a América Latina e não só para o Brasil. Temos de saber identificar essas coisas, sem generalizações, uma vez que vivemos numa sociedade extremamente complexa.

Eu pessoalmente acho que essa união que ocorre hoje entre evangélicos e socialistas é altamente produtiva. É um diálogo que tem de ocorrer, desde que esse diálogo seja democrático, sem preconceitos e sem dogmas, com o livre pensar. É sempre isso, e vou evitar fazer qualquer tipo de generalização nessa análise. É um tema complicado que você me perguntou, mas são dois campos também diferentes. Então é afastar essa questão fundamentalista, excludente. Aceitar o outro nesse diálogo que é possível, desejável, nessa comunicação que é sempre desejável em qualquer forma de pensar.

Tivemos a experiência em Brasília, na eleição do Roriz versus Cristovam Buarque, quando ocorreu um fato assustador do uso da religião como forma de não pensar, ou seja, do uso fundamentalista da religião. Existem no Brasil mais de 2.500 igrejas. Outra coisa que temos de separar também. Essa generalização das igrejas evangélicas, eu não concordo com elas. Você tem as igrejas tradicionais, as batistas, metodistas, anglicanas, luteranas, calvinistas, a igreja universal, e acho que essas igrejas não têm todas a mesma prática, nem a mesma conduta, nem a mesma visão do processo social, nem a mesma finalidade. Existem principalmente diversas microigrejas que vão cumprir diversas funções diferentes. Muitas dessas microigrejas você vai ter um pastor que vai levar a palavra de Deus etc., outras microigrejas que viraram – até uma brincadeira – pequenas igrejas grandes negócios, que serviam então para enriquecer pessoas que conhecem muito pouco da Bíblia e vão se utilizar daquilo mesmo para ganhar dinheiro. Então, como em tudo, existe toda essa diversidade. Não há generalização.

A questão da mídia especificamente é a Igreja Universal do Reino de Deus, é a TV Record. É complicado. O Fisco está cobrando 40 milhões de dólares agora do Bispo Edir Macedo. Não diz respeito aos crentes, aos fiéis da igreja, mas como essas pessoas e principalmente esse bispo, tudo indica que ele se utilizou da fé das pessoas para enriquecer. Isso é cadeia. Eu acho que não tem alternativa. Se isso se comprovar, o processo é cadeia, o que ele merece, não mais do que isso.

Agora, controle da igreja por parte do Estado é uma bobagem. Setenta anos de socialismo na União Soviética não foi capaz de fazer isso. Fecharam os templos, proibiram a igreja ortodoxa. Quando acabou o socialismo, voltou tudo. Estão querendo até fazer um clone do Romanov. Para você ver. Então violência também não resolve. Proibição, censura, não resolve. Eu acredito no

diálogo, diálogo sem preconceito. É o fundamental e aí eu acho muito rico esse processo que está ocorrendo aqui.

A segunda foi a questão da especificidade na universalidade. Acho que tem muito a ver com o que disse anteriormente. Muitas vezes esse discurso, declaração universal dos direitos humanos, direitos universais, universalização das questões por cima das especificidades, isso é discurso de dominação, discurso autoritário ou às vezes até totalitário. Direitos humanos universais. Para quem? Quem fez? Os Estados Unidos. A Declaração de 1948 representa a hegemonia norte-americana cultural de direitos humanos sobre o resto do mundo. E aquele país que tem 2 milhões de presos, que tem pena de morte, um dos países proporcionalmente que mais matam pessoas do mundo viram para a China e dizem: vocês não cumprem direitos humanos. Só que eles não olham para o próprio umbigo.

O muro de Berlim matou 400 pessoas. A vala que separa México dos Estados Unidos matou 4 mil. Há temporada de caça a mexicanos entre fazendeiros norte-americanos. Então, hipocrisia não. Falar-se em universalização de direitos é muito complicado, porque sempre vai ser o direito do mais forte ignorando o direito cultural principalmente do economicamente mais fraco. Então esse discurso tem de ser direitos humanos com direitos culturais. É um outro assunto muito delicado localizarmos essa linha divisória entre o discurso hegemônico, que vai dizer: você não respeita os direitos humanos, mas eles não olham para eles mesmos. E quais direitos humanos? É outra pergunta. Existem diversos conceitos e direitos humanos, existem diversos conceitos liberais de direitos humanos, conceitos socialistas de direitos humanos, conceitos capitalistas de direitos humanos.

Outro problema que percebemos é a questão do paradigma. Não há como compreendermos a proposta socialista e lutar pelo socialismo através do paradigma liberal. Enquanto estivermos pensando direitos humanos da forma liberal, é aquela hipocrisia: "Ah, propriedade privada, direito individual. Eu tenho direito à minha propriedade". Ótimo, então se o sujeito tem direito à propriedade dele, como era o conceito liberal antigo, enquanto milhões estão sem terra, passando fome. "Ah, mas eu tenho direito à minha propriedade!" Então temos de saber de onde está falando, de onde se está fazendo o discurso.

Sou a favor da pluralidade, sim, da especificidade, sem a perda desse diálogo entre diversas formas de ver o mundo. Essa democracia cultural é fundamental para nós. Esse organizar local é, como você disse, o que vai permitir também um agir global. Porque muitas vezes se ficamos só no discurso específico, acabamos virando também excludentes. O discurso local ou discurso regional, se não tem esse diálogo democrático com outras culturas ou com o global, corremos o risco de cair no fascismo.

Essas duas perspectivas hoje, então, já respondendo à pergunta, são fundamentais: o agir local, o pensar local e global. Agora, o início da organização se dá no plano local. Aí a questão da Amazônia é fundamental, pois ela é o futuro da humanidade. Como eu disse na minha fala, está toda a água do mundo, a riqueza genética da floresta inexplorada. Os americanos estão ali dentro roubando a nossa riqueza genética do supersolo e alguma riqueza do subsolo, mas principalmente a água. A água daqui a dez anos vai valer mais do que petróleo.

E aí vem o papo de privatizar Furnas. Não podemos deixar, há limites. Precisamos ter limites para as coisas, e estamos assistindo assim: gritamos no Congresso, na televisão, aqui neste encontro, mas o sujeito vai fazendo tudo, está acabando com o País. Agora privatiza Furnas, entrega água, entrega tudo e acabou. E vai acabar, porque as pessoas pensam: ah, mas ele foi eleito democraticamente. Às favas se foi eleito democraticamente, foi eleito pela mídia.

Portanto, essas duas dimensões são fundamentais. A local, esse agir, esse se organizar. Só vamos organizar localmente, em torno de questões específicas, mas não perdendo a dimensão global, a dimensão plural da diversidade global. Porque vimos na sociedade complexa, nos diversos momentos, que a globalização pode levar à massificação, mas esse diálogo entre as culturas pode levar a um arejamento inclusive de nós mesmos. De começarmos a perceber por exemplo que muito do que põem para nós como sendo bom, levamos uma vida muito agitada no dia-a-dia e por isso paramos de refletir sobre nossa própria vida, sobre o que serve ou não para nós. De repente a mídia fala: a felicidade está no consumo, está num carro bonito. Aquela propaganda que vimos na década de 50, nessa sociedade de consumo pós-Segunda Guerra Mundial, em que começaram a criar essa idéia da felicidade no consumo. Então, eu tenho que comprar um carro bonito, uma geladeira bonita, e isso não vai me fazer feliz. E as pessoas estão começando a perceber isso. Essa possibilidade de consumir produtos bonitos e bons não nos faz felizes. Precisamos muito mais do que isso.

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Desculpe-me, mas você me lembrou de algo que não posso deixar de mencionar.

Nos anos 70, muitos jovens aqui não se lembram, havia o *slogan* "Liberdade é uma calça jeans, azul e desbotada". Isso era liberdade.

O SR. JOSÉ LUÍS QUADROS MAGALHÃES (Expositor) – E essa é a liberdade que eles põem para nós, que na verdade não é liberdade coisa alguma, mas sim sermos escravos do mercado.

Quem é esse tal de mercado? Vocês já viram que aparece na Rede Globo: "O mercado acordou nervoso. O mercado está tenso". Eu fico perguntando: quem é esse tal de mercado? Será que é o Walter Mercado? Vocês se lembram do Walter Mercado? É bem o estilo do mercado assim mesmo, meio híbrido, não sabemos muito bem se é homem ou mulher.

Agora, acredito no diálogo de tolerância, no diálogo democrático, e não em universalizações, massificações, intolerência, fundamentalismo religioso. O que podemos ter novamente no Brasil, e é um risco, é guerra religiosa. Só faltava essa, porque as outras guerras nós já temos.

Eu ia falar sobre a questão de Brasília e acabei interrompendo. Em Brasília o Governador Roriz comprou alguns pastores de microigrejas para falarem que o PT era coisa do diabo, a primeira cor vermelha do diabo. Aí do número 13, o número 3 ao contrário vira um tridente. É a prova concreta de que o PT é do diabo. Então essa é uma forma fundamentalista e ninguém vai dizer que é uma maneira democrática de se pensar a sociedade, a democracia, a religião ou qualquer coisa.

Sobre o papel da mídia pública na questão da democracia, é outra farsa falar que a privatização, o setor privado, a mídia privada é democrática. E que a televisão estatal não é democrática. Existe uma decisão interessantíssima da corte federal alemã, quando começou a privatizar o sistema de televisão na Alemanha. Na Europa ainda existem muitas televisões públicas com força, mas ainda continua o processo, agora o Berlusconi está acabando com a ERA(?), mas ainda há televisões públicas importantes na Alemanha, na França, e são as democráticas.

Quando se iniciou então o processo de democratização, a corte federal alemã disse: a privatização pode eliminar a democracia na mídia. Então não se pode privatizar toda a televisão estatal ou pública, porque seria o fim da liberdade de expressão no meio fundamental de comunicação que é a televisão. Ou seja, a liberdade de expressão está na televisão pública e não na televisão privada. Por quê? A televisão privada vive de propaganda. O que se levantou na Alemanha naquele período foi que quinze grandes empresas eram responsáveis por 80% da sustentação das empresas privadas de telecomunicações na Alemanha. É óbvio que essa televisão privada vai passar a ideologia do seu patrocinador. Não há liberdade na mídia privada.

A mídia norte-americana, que é toda privada, são milhares de jornais, televisões, é hoje uma das menos democráticas do mundo, que só mostram aquele besteirol, e aí vai. São 80% do jornal para falar do assassinato do jogador de Beisebol e da sua mulher, um minuto para falar dos problemas globais, e o resto para falar outras baboseiras locais.

Privatização e democracia não têm nada a ver. O setor privado sempre foi e é autoritário, e hoje significa que a substituição do monopólio estatal, sendo que o Estado demorou séculos para se democratizar, para um setor privado extremamente excludente e autoritário. Então, não podemos cair nesse discurso de privatização. E a televisão pública é, sim, responsável, porque nela pode-se ter acesso a idéias diferentes, obviamente desde que ela não seja televisão do governo também. Uma coisa é televisão pública, uma televisão que pertence ao Estado, e outra coisa é televisão que pertence ao Governo. Aí vai haver a mesma coisa, propaganda do governo, sobre quem está no poder etc. Então isso implica legislação democrática, que regula a televisão pública.

No Brasil ela está acabando. A TV Cultura, de São Paulo, é grande demonstração de como se pode fazer programas de qualidade na televisão pública, programas interessantes e inteligentes para crianças no lugar daquele besteirol.

Há um livro de autoria de dois alemães em que eles falam dessa sociedade em que vivemos. Vivemos numa sociedade em que vamos ter 80% de excluídos, e o mundo vai caminhando a passos largos para isso, e 20% de incluídos. Eles perguntam: o que você vai oferecer para esses 80% de excluídos? O assessor do Carter, nos Estados Unidos, criou uma palavrinha mista que mal traduzida significa "entretetanimento". Mistura de teta com entretenimento. Ou seja, para os excluídos, vai-se dar pão e circo: teta e entretenimento. Para os excluídos vai-se dar muito Ratinho, Gugu Liberato, Silvio Santos, Rede Globo, McDonald's, Pizza Hutt, algumas drogas ilegais, para se manter o sujeito calmo, e muita droga legal, principalmente ansiolíticos e antidepressivos, porque aí o sujeito vê o mundo cor de rosa, ou o mundo sempre azul. Toma-se um antidepressivo, fica-se maravilhoso. Aliás, a maioria dos políticos de Brasília devem tomar, principalmente aqueles que falam: "Ah, o céu de brigadeiro, mar de almirantes". Tomando-se depressivo, o mundo pode estar desabando do seu lado, e se está feliz. É o destino da humanidade. (Palmas.)

O SR. JACOB GORENDER (Expositor) – Eu também serei brevíssimo, porque já estamos todos evidentemente um tanto cansados.

Vou ater-me somente à questão abordada pelo companheiro Domingos Leonelli a respeito da transição dessa sociedade em que vivemos para uma sociedade socialista e democrática, que tenha no seu ordenamento o Estado de Direito.

Não posso me estender a esse respeito, mesmo porque esse será o tema da sessão da tarde de hoje deste Encontro Internacional. O que quero apenas ressaltar é que nesse particular existem mais problemas que soluções. Essa é

questão com a qual se defronta todo o movimento socialista mundial, todas as tendências que o compõem. Inclusive o Partido Socialista Brasileiro, que promove este encontro. São problemas complicados e que dizem respeito à prática do movimento socialista.

O importante é não nos prendermos a modelos. Infelizmente, no movimento do qual participei, o Partido Comunista, o Partido Comunista Revolucionário, enfim, toda atividade de esquerda que procurei desenvolver durante tanto tempo pautou-se muito mesmo, sobretudo em certos períodos, por essa reverência a modelos, a paradigmas que considerávamos universais e que uniformizavam todo o pensamento socialista, e que condenavam a prática a ficar presa a certas prescrições, certas realizações efetivas ou ideais, inclusive a certos mitos que se difundiam internacionalmente.

Basta lembrar o quanto foi prejudicial para a esquerda armada, nos anos 60, aquela célebre teoria do foco que, no entanto, veio inspirada por um homem que é hoje um dos maiores mitos internacionais que admiramos e reverenciamos: Che Guevara.

Portanto, nesse particular, precisamos estar extremamente atentos à nossa própria prática, à peculiaridade da nossa atuação em favor do socialismo aqui no Brasil. Cada caso é um caso, cada país é um país. E um País tão grande como o nosso, que na verdade é uma constelação de países com características tão diversas, o que é um complicador tremendo para entender a política brasileira. Para um estrangeiro deve ser difícil de assimilar, dadas essas características do nosso País.

Então, ainda mais por isso precisamos estar atentos às peculiaridades próprias do caminho socialista no Brasil. Mas esse é um tema para Roberto Amaral hoje à tarde.

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Agora o Ministro Evandro vai responder.

O SR. EVANDRO LINS E SILVA (Expositor) – Devo ser muito rápido, porque a hora tardou muito, mas também algum ponto que me chama a atenção é, acredito, o ponto principal do mundo atual: a chamada "globalização". Esse é o tema central da atualidade. Como vai evoluir isso? Qual a interferência que podemos ter para impedir que injustiças imensas se cometam.

Já estamos sentindo e vendo que a globalização é um engodo. No Brasil mesmo, vejam as respostas de pessoas autorizadas a falar sobre o assunto, como Celso Furtado que, na Academia Brasileira de Letras, se sentiu no dever cívico de protestar contra a maneira como isso está sendo realizado e pela posição tímida, pusilânime do Governo brasileiro se entregando totalmente, mergulhando a fundo e entregando suas riquezas, seu patrimônio.

É preciso saber o que vai ser no futuro. Essa globalização, se é uma sociedade, como imagino, de um governo mundial, se chegássemos lá com um patrimônio, uma riqueza maior teríamos uma votação e uma posição muito melhor. Então essa posição entreguista é absolutamente intolerável em relação à perda do nosso próprio patrimônio.

Não é a primeira vez que ocorre no mundo essa dificuldade, por exemplo, de emprego. Ocorreu no século XIX, na Europa, sobretudo, quando da Revolução Industrial. Muita gente ficou desempregada, mas havia naquela oportunidade espaço físico para colocar todo mundo no resto do universo. São Paulo inclusive foi muito beneficiado por isso, com a imigração italiana e trabalhadores mais aptos, preparados, ajudado pela participação desses trabalhadores que vieram da Europa sem emprego.

Então, falei em Celso Furtado, mas Raimundo Faoro, autor de Donos do Poder, disse: "Nós estamos funcionando nessas conferências com o papel de otários. Foi a expressão que ele empregou: "otários". Outro dia surpreendi-me com um vulto inteligente do País, um médico, Adib Jatene, que disse a mesma coisa.

Precisamos defender o nosso patrimônio, defender nossa posição para o futuro, para que possamos ter voz e voto valiosos, para que o problema da globalização se efetive, torne-se palpável e com uma estruturação jurídica capaz de atender às necessidades da humanidade.

De maneira que agora está acontecendo o contrário. Então, não há espaço. Em Gibraltar há um muro, o africano não pode ir para a Europa. Na fronteira do México com América do Norte também há a proibição total de entrada de mexicano. Também na Alemanha. Então todos os problemas que estão surgindo e aflorando, e da maior importância e gravidade, como podemos resolvê-los? É isso que devemos pensar.

Gorender fez uma bela palestra sobre o assunto e subscrevo inteiramente, mas acho que devemos agora nessa luta verificar, nesse governo global, aquilo que foi dito como o estamento, a burocracia, quem vai dirigir, como vai funcionar. Porque é absolutamente impossível admitir que a humanidade na dinâmica do desenvolvimento social e humano não encontre uma fórmula capaz de atender às necessidades e conveniências, sobretudo um ponto fundamental. Como disse o Gorender, hoje em dia, havendo essa divergência ideológica, aparente entre as populações, o que devemos então fazer? Estar aptos a enfrentar a situação internamente aqui também. Não vamos permitir que continuemos sendo dirigidos financeiramente, devido a nossa economia toda gerida não mais por nós, mas pelo FMI.

Os nossos dirigentes, o próprio Presidente da República diz que cumpriu as metas do FMI. Não, nós queremos cumprir as metas do Brasil, os seus objetivos. Então isso é muito importante. Mas o fundamental no momento é a chamada modernidade. Sempre impliquei com esta palavra: modernidade. Modernidade me parecia Collor. É a impressão que eu tinha.

Então, é preciso encontrar maneiras de ajudar o País primeiro a se defender da verdadeira pilhagem que está sendo feita nas suas riquezas. Esse é um assunto importantíssimo. E mais, encontrar a fórmula capaz de evitar que o País participe desse grupo ou dessa sociedade futura que imagino utopicamente venha a ocorrer, porque não é possível que a soberania tenha desaparecido dos países. Realmente há um enfraquecimento total, quando diz o Presidente da República: "Eu não vou executar as metas do meu País e sim as metas que o FMI determinar", que é um organismo estrangeiro, é um banco.

E hoje a manchete do Jornal do Brasil diz: "O Brasil pega 15 bilhões de dólares". Salvou a Pátria com os 15 bilhões de dólares. Quantos 15 bilhões de dólares nós demos nas nossas riquezas para o PIB americano explodir, como explodiu este ano?

De forma que considero este o tema principal hoje no mundo: defender o País, encontrar maneiras inteligentes, seguras, efetivas de defender o País. Porque não concordo absolutamente em ver uma perda da soberania, fazer um mundo só. É absolutamente impossível isso. Há inclusive a diferença de línguas. Há de haver territórios, países. O nacionalismo do velho Barbosa Lima Sobrinho que, apesar dos seus 100 anos, defendia o interesse nacional, que hoje está inteiramente à margem, como se não existisse. Quer dizer, todos se submetem às determinações que vêm do país hegemônico, e isso está se acentuando. É tão grave, sério e antipopular que eles já estão pensando em se reunir em montanhas onde o povo não possa aparecer, porque é contra o povo.

Participei agora de um congresso internacional da Cândido Mendes, e o Sr. Lionel Jospin atacou a globalização. Defendeu o seu país. Primeiro Mundo. O intelectual mexicano, Carlos Fuentes, também veementemente atacou a globalização e disse: "Como resolver isso?" Então temos de cuidar da nossa casa também, não apenas aderir, como aderiu com muito entusiasmo, como aderem todos os renegados das suas idéias anteriores, precisam demonstrar fidelidade à nova posição política tomada e então exageram na adesão.

O problema principal hoje do mundo é encontrar a saída para o problema da globalização, porque ela está sendo cruel com o povo. É o desemprego, a fome, a miséria, é o que ela produziu até agora. O enriquecimento dos mais ricos e o empobrecimento maior dos mais pobres. A distribuição de renda está-

se tornando cada vez mais iníqua e não há perspectiva imediata de obtenção de sucesso e de êxito. Então congressos como este são muito úteis, porque reúnem e fazem com que todos pensem. E acredito muito no pensamento do povo também e na colaboração dele. Não é só o letrado ou o vidente que venham a falar e ditar suas regras, para impô-las ao mundo.

Verifiquem o seguinte: não temos atualmente prisões políticas. Não existem. Há um momento de calmaria, mas é a calma no meio de uma tempestade. O furacão está aí, está se formando. É a subserviência ao poder. Por isso que eu digo que a economia de mercado não pode ser adotada como um tabu. É uma política nacional. O mercado entra nisso mas como uma parte, não é a totalidade. E continuo achando isso. Vejam, é uma loteria a economia do mundo. Jogo de Bolsa. Quem é que pode jogar na Bolsa, algum de nós pode jogar na Bolsa e arrebentar a economia dos outros países?

Quer dizer, são coisas um tanto fantasiosas, fantásticas, fabulosas. Não conseguimos entender, e só funciona nesse sentido. Não há preocupação de montar novos trabalhos, novas empresas, nova industrialização. Ao contrário, sei por exemplo na indústria dos tecidos, praticamente essa indústria no Brasil era próspera e desapareceu. Não pode competir.

Então, atualmente devemos agir nesse sentido. Sou um velho cidadão. Vocês dirão: mas esse fóssil, esse micróbio está aqui. Mas vivi, aprendi, observei muito e acho que o fundamental hoje é lutar contra a globalização. Nós não podemos impedir que ela exista, ela existe, é um fato. Mas se participamos dela não como prejudicados, como vítimas da globalização. Alguma coisa que ela passa de vantagem, aproveitemos. Mas não vejo que ela dê vantagem a ninguém, a não ser para os Estados Unidos. Os oito estão lá reunidos e já estão reclamando. Porque amanhã a Citroen pode ser comprada por uma transnacional. Tudo isso que está ocorrendo no mundo e, claro, tem de evoluir. E não somos profetas, nem videntes, nem cartomantes para dizer exatamente o que vai acontecer. Mas não tenho dúvida alguma de que a luta começa a se desenvolver no sentido da formação de um governo mundial, que é a única forma possível de atender à situação e às necessidades do mundo inteiro. E isso só pode ser feito através do socialismo. Não pode haver um dono do poder. É o socialismo que pode, na conjugação de um governo, com a justa distribuição de renda ao mundo inteiro, alimentar e oferecer condições de sobrevivência digna e feliz para a humanidade.

Peço desculpas por ter falado demais. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ROBERTO AMARAL (Coordenador) – Meus senhores, então vamos ter que fazer alterações. Já está presente o nosso companheiro Tarso

Genro, o próximo expositor. Como informa a secretaria, nossa próxima Mesa teria de iniciar-se às 14 horas, são 13h20min, temos ainda cinco inscrições e mais as três intervenções dos painelistas. A única alternativa que temos é suspender agora e os companheiros que aqui estão terão prioridade de inscrição no debate da tarde.

Quero, em nome da Fundação João Mangabeira e do Partido Socialista Brasileiro, agradecer a todos, principalmente aos painelistas, pela contribuição que nos deram. (Palmas.)

Muito obrigado.



O Primeiro Secretário, Carlos Siqueira e o Vice-Presidente do PSB Roberto Amaral, tendo ao centro o Deputado Alberto Costa do Partido Socialista Português



Jin Xiaopeng (Embaixada da China), Carlos Siqueira, Deputado Jamil Haddad, Jaime Condeso e Zhu Qinqiao (Embaixada da China)

Sessão

04 de agosto de 2001
Hora: 14 horas

"As vias para o Socialismo no Brasil"



Expositores:
Tarso Genro (Prefeito de Porto Alegre)
Roberto Amaral (Vice-Presidente do PSB)

Coordenador:
Carlos Siqueira
(Primeiro-Secretário Nacional do PSB)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Solicitamos a todos que tomem assento para darmos início ao último painel deste Encontro Internacional Socialista, sob o título "As vias para o Socialismo no Brasil", com os companheiros Tarso Genro, Prefeito de Porto Alegre, e Roberto Amaral, Vice-Presidente Nacional do PSB.

Convidamos o Prefeito Tarso Genro, que muito nos honra com sua presença, para tomar assento à mesa, para quem pedimos uma saudação calorosa. (Palmas.)

Convidamos também o companheiro Roberto Amaral, Vice-Presidente do PSB, para darmos início imediatamente ao último painel deste encontro.

Inicialmente vamos passar a palavra ao nosso grande companheiro, Prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores. Para nós, socialistas, do PSB, é uma grande honra recebê-lo aqui nesta tarde. Já tivemos outros membros do PT mas Tarso Genro é um membro especial, além de amigo é um grande administrador, um grande político e um grande teórico do socialismo em nosso País.

Estamos todos muito honrados, satisfeitos e felizes com sua presença e sabemos que o nosso encontro será fechado com chave de ouro, com a exposição dessa grande figura pública nacional, esse eminente administrador e político do Rio Grande do Sul.

Com a palavra o Prefeito Tarso Genro. (Palmas.)

O SR. TARSO GENRO (Expositor) – Muito obrigado, Presidente, é uma grande honra compartilhar consigo desta Mesa, num foro de debates desta importância como é este encontro que o PSB está realizando.

Os companheiros que me acompanham à mesa, são companheiros com os quais tenho larga experiência de trabalho. Estivemos e estamos ainda empenhados — companheiro Roberto Amaral, num quadro nacional da esquerda — em manter a interlocução política que os partidos de esquerda socialistas obrigatoriamente devem ter, visando o futuro deste País. O companheiro Roberto Amaral, com grande capacidade de elaboração, também para mim é minha bibliografia, minha fonte de inspiração para pensar no futuro do socialismo.

Na verdade eu pretendo fazer uma reflexão, para não aborrecê-los espero que seja de 30 a 40 minutos no máximo, muito menos sobre um programa socialista para o futuro e muito mais aquilo que poderia se dizer quais os fundamentos teóricos e políticos necessários para a reelaboração estratégica de um programa socialista.

Quero dizer aos camaradas de outros países aqui presentes, com os olhos muito mais voltados para a questão do nosso País e para o protagonismo que o Brasil deve ter na América Latina do que propriamente pensar uma visão teórico-programática para o futuro do socialismo em escala universal. Portanto, tanto esses fundamentos teóricos devem ser compreendidos e adaptados à questão nacional, como também a mínima visão programática que quero propor e abordar alguns elementos.

Quero defender e sustentar, em primeiro lugar, para poder alicerçar esse raciocínio, que existe uma crise da visão sistêmica do socialismo. Como não posso me dedicar às diversas matizes dessa crise e às diversas fundamentações da crise do projeto socialista em escala universal, vou-me referir àquela corrente de opinião e formulação teórica hegemônica dentro dos padrões latino-americanos e europeus. Visão hegemônica portanto cuja matriz teórica pode-se dizer possivelmente seja a Academia de Ciências da União Soviética. Então, quando eu falar no marxismo, não na teoria "marxiana" em geral, mas na teoria marxista tal qual foi concebida como formulação teórica a partir dessa matriz dominante no pensamento ocidental, originária fundamentalmente dos textos e da produção teórica da Academia de Ciências e daquilo que o Norberto Bobbio chamou do comunismo histórico, ou seja, a sua realização material, social, concreta, por dentro da qual vertiam as grandes possibilidades, os grandes projetos socialistas, inclusive as suas dissidências alternativas.

Essa crise da visão sistêmica do socialismo por si mereceria um debate, um seminário. Então só vou poder apontar modestamente alguns desses elementos para poder ir gradativamente armando o meu raciocínio.

Primeiro a crise da idéia de que desenvolvimento de um projeto socialista era gerado espontânea e necessariamente pelo desenvolvimento capitalista. Ou seja, toda uma matriz do pensamento hegemônico que estabelecia uma relação de identidade positiva da idéia do progresso do socialismo enquanto forma organizada de convívio social e de processamento da produção, que derivava necessária e praticamente de forma voluntária das condições objetivas através das quais se desenvolvia a sociedade capitalista. Essa é uma idéia em crise, porque com as grandes transformações que se operaram particularmente nos últimos 30, 40 anos, se percebeu que o capitalismo tende muito mais a reproduzir a barbárie, a violência e a exclusão do que gerar uma sociedade capaz de internamente na sua disputa de projetos e de classes sociais gerar uma alternativa socialista para a humanidade.

A segunda idéia em crise sistêmica do projeto socialista, continuo afirmando, refiro-me a essa matriz dominante de origem Soviética, é que o socialismo derivava de um ponto de vista científico sobre a sociedade, sobre a história.

Até aí nada. Mas que esse ponto de vista científico necessariamente estaria vinculada a messianismo classista. Ou seja, a uma classe portadora quase que espontaneamente pelas suas condições objetivas de existência, portadora de uma consciência em si, que se transformaria numa consciência para si e revelaria no curso da história no desdobramento da sociedade capitalista a verdade científica projetada enquanto possibilidade histórica. Essa é uma idéia em crise, não só pela desestruturação da classe operária orgânica e sistemicamente estruturada dentro da sociedade originária da segunda revolução industrial, mas também porque de outra parte as grandes classes operárias maduras optaram como missão histórica não o projeto socialista, mas colocaram como missão que elas mesmas resolveram como cultura política, como decisão organizativa, como projeto existencial o pacto social democrata, a conciliação social democrata e não um projeto socialista.

Portanto, políticas socializantes dentro do capitalismo e não um projeto revolucionário e transformador que estava previsto nesta matriz que me refiro como matriz da academia de ciências.

A terceira idéia em crise é a idéia da produção do homem novo enquanto projeto científico, originário de uma teoria científica da sociedade. Idéia esta adiantada a partir da concepção de que haveria um desaparecimento do estado. Ou seja, um homem de tal forma projetado idealística e arbitrariamente, que no futuro não necessitaria das mediações institucionais e de fortes regulamentos de convívio privado e público, porque o estado desapareceria. Não o estado desapareceria enquanto instrumento de opressão e de dominação, mas o estado desapareceria enquanto tal, ou seja, enquanto instituição.

Esta também é uma idéia em crise que praticamente foi soterrada, pelo menos pelos últimos acontecimentos históricos, que revelaram nos próprios países em que essa idéia socialista foi hegemônica e avançou, foram os países que mais barbaramente passaram a resolver os seus conflitos sociais, na medida em que o chamado poder Soviético se dissolveu. Ou seja, é inadmissível que uma concepção que tem esta finalidade tenha preparado com tal abundância de meios e de tragédias uma tragédia histórica tal qual acontece nos país da antiga União Soviética, onde a predominância da barbárie e onde o próprio aparato de destruição das conquistas sociais é protagonizada ordinariamente por aqueles mesmos quadros, aquele mesmo aparato de poder que estava por dentro do partido e da KGB, que foi originária dessa revolução e dessa idéia do desaparecimento do estado.

Quero interpor, contrastando com esta visão, alguns elementos que gostaria que apanhassem não evidentemente como receita científica que estou combatendo com esta visão que estou expondo, mas como interposição de

alguns fundamentos para uma redefinição daquilo que ouso chamar de um projeto socialista democrático.

Primeiro, afirmar que deixou de ser uma questão teórica importante neste momento, nesta conjuntura histórica, que talvez se desdobre por muitos e muitos anos, deixou de ser uma questão teórica pertinente e portanto uma questão política pertinente a questão de pensar a extinção do estado como um elemento do projeto socialista, um momento em que precisamente a redução do tamanho do estado, a destruição dos aparatos estatais, republicanos e democráticos e também aqueles acrescentados pelo estado de bem-estar, por aquele pacto de classes que foi realizado nos países capitalistas maduros entre a classe operária e as suas respectivas burguesias, inclusive um pacto também de opressão dos países coloniais, que a classe operária participou de maneira organizada e consciente, é necessário dizer que sim, não é, deixa de ser uma questão teórica séria, pertinente pensar a questão do fim do estado como elemento hoje contingente de um projeto socialista.

Segundo, a afirmação também de que não há nenhum sujeito predestinado, mas existem sujeitos possíveis de impulsionarem um novo projeto socialista. Ou seja, a classe operária tal qual foi concebida pelo marxismo soviético, era uma classe operária com uma missão determinada. Passa então a fazer a afirmativa de que a classe operária não tem nenhuma missão determinada a não ser a missão que ela mesma se ponha no processo político. Ou seja, se existe alguma possibilidade de que ela empreste a sua energia a uma determinada missão, ela tem que ser convencida, estruturada politicamente para tal, inclusive contra as determinações do processo econômico e não a favor dele. Isso porque a classe operária hoje que integra a ordem, que integra a sociedade formal é uma classe muito mais propensa a articular-se como um pacto de sobrevivência da sociedade formal contra os excluídos, contra o campesinato, contra o semiproletariado do que propriamente participar de qualquer projeto transformador. Ou seja, a questão da inclusão passa a ser uma questão essencial até para desestruturar essa possibilidade de pacto, que seria um novo pacto neo-social democrata ou um novo pacto originário da decomposição das idéias liberais que estão na base do projeto neoliberal.

Terceiro, o convencimento de que a utopia possível, concretamente verificável e palpável no horizonte não é mais a utopia da igualdade social absoluta, mas a utopia da igualdade mínima e da desigualdade máxima, no qual se combine afirmação da crescente igualdade social com a crescente possibilidade de diferenciação entre os sujeitos sociais. Ou seja, à questão da igualdade se acrescenta a questão da diferença. E essa diferença sim vem no curso do novo processo de reprodução da sociedade capitalista, que está inclusive

desestruturando a visão de uniformidade, concebida estrategicamente como um elemento do projeto socialista.

Então, nesta visão que é muito mais uma idéia reguladora de um projeto de transição, a pauta seria sim a afirmação de elementos fundamentais, vamos chamar, elementos do núcleo duro do projeto socialista, que é uma igualdade mínima obrigatória pautada por um sistema normativo e por uma determinada economia política originária do estado, com a necessária contenção da desigualdade máxima através de uma visão de desigualdade máxima, mas que deve carregar nesta visão o reconhecimento da desuniformidade dos agentes e, portanto, também a afirmação da diferença, porque é na afirmação da diferença que você pode compreender um estatuto plural, um estatuto verdadeiramente democrático e um contencioso político permanente, inextinguível dentro do projeto socialista, para que esse projeto não se burocratize, não se torne uma mera extensão do braço estatal que sufoca a sociedade civil e portanto destrói os sujeitos possíveis de reconstrução de um projeto estratégico.

A reação à visão originária da academia de ciências, a reação historicamente palpável e vitoriosa foi o projeto social democrata, que afirmou a idéia de democracia, mas não conseguiu afirmar e nem pretendia a idéia de socialismo. Foi, na verdade, um novo pacto de classes dentro do sistema republicano que teve um caráter civilizatório e que teve evidentemente um desdobramento democrático muito importante durante um certo período.

Mas sem a menor sombra de dúvida esse pacto também ruiu, o que demonstra a total impossibilidade da repetição do projeto social democrata, mormente em países da periferia e da semiperiferia. O projeto social democrata se dava em cima de três condições mínimas: primeira a identidade visível na política dos sujeitos conciliáveis, uma grande burguesia com capacidade de investimento, com capacidade de protagonismo público e um proletariado fortemente organizado na economia moderna da segunda revolução industrial.

Segundo, uma pressão externa que vinha do bloco soviético, do bloco comunista que obrigava essa composição e essa conciliação permanente onde a classe trabalhadora podia disputar parte daquele excedente.

Terceiro, uma opressão colonial, ou seja, uma fonte de recursos externos que subsidiava essa conciliação de classes nos países maduros e altamente desenvolvidos.

Estas condições, na minha opinião, desapareceram, o que inviabiliza qualquer saída, qualquer possibilidade de social democracia naqueles termos tradicionais e também de uma social democracia adaptada às condições atuais. Isso nos desafia muito mais não só a uma crítica da experiência totalitária, como

também uma crítica pesada da visão social democrata e nos incita a necessidade de abrir asas a imaginação para repropor um projeto socialista adequado as nossas possibilidades de protagonismo histórico.

Penso que do ponto de vista político as instituições republicanas clássicas são absolutamente suficientes, mas ao mesmo tempo são insuperáveis. O que eu quero dizer com isso? Nenhuma forma de organização política e de instituições da sociedade até agora adquiriu o grau de qualidade das instituições republicanas originárias da segunda revolução industrial. De uma parte porque a democracia direta pura se mostrou absolutamente impotente, por uma série de razões de articulação econômica do mundo, de uma parte, para tratar de uma economia local, regional e mundial ao mesmo tempo; e de outra parte porque essas instituições se tornaram na verdade grandes rituais dominados e determinados pelos partidos instalados burocraticamente no poder, partidos de estado, partidos inclusive que se confundiam com a máquina estatal.

Na minha opinião, portanto, devemos, como ponto de partida de um projeto alternativo, compreender as instituições republicanas como ilimitadas e revolucioná-las através da conexão com outras formas republicanas, que inclusive estão determinadas hoje, estão influenciadas hoje, estão orientadas hoje por experiências de protagonismo social a partir de experiências de resistência da sociedade civil para sua sobrevivência, que vão desde os organismos complexos de bases da sociedade civil, até as microcreches comunitárias, que formam a rede de articulação da sociedade civil, cujo potencial organizativo de controle do estado e do nervo sistêmico do estado, o seu dinheiro, o seu poder, é uma possibilidade que está dada, inclusive pela própria evolução dos meios de formação, dos meios eletrônicos que permitem que evidentemente essa democracia direta abra um outro tipo de possibilidade de participação.

Creio, portanto, que é uma estratégia fundamental para pensar um novo projeto socialista harmonizar de maneira clara, sistemática, através de um processo ao mesmo tempo antecipado e pensado, experimentado no cotidiano da nossa prática política, de combinação da democracia direta com a representação política.

Dito isso, passo a apontar então de maneira também necessariamente concisa, como exige um debate dessa natureza, aquilo que chamo no nosso país de condições prévias para repensar um projeto socialista democrático. Falo em condições prévias porque me sinto incapaz sinceramente de ir além disso. É claro que nas aventuras da teoria, da elaboração e da discussão todos nós temos o direito e até mesmo o dever de antecipar uma visão. Mas estamos tratando de uma questão concreta do socialismo num país que tem eleições no ano que vem, que está inserido dentro da economia global e que temos que pensar uma

conexão concreta hoje de uma visão estratégica com a nossa capacidade de interferência política. Então é necessário sim pensar essa questão, articulada com o processo político em curso, portanto com uma visão contingente de como pensar o socialismo de maneira concreta para não desenhar utopias longínquas que, em última instância, se afastam à medida que nos aproximamos do horizonte.

E vou para isso colocar o que penso que sejam essas três condições mínimas para recolocar histórica e politicamente a questão do socialismo no Brasil como uma possibilidade e uma saída viável, como algo portanto que pode ser costurado e pode ser articulado na atual conjuntura histórica que todos nós estamos vivendo, até mesmo porque a longo prazo todos estaremos mortos, como dizia o velho Lenin, imitando o Kents.

Primeiro, é necessário que o projeto para o país articule relações internacionais para uma cooperação interdependente por soberania que possa permitir que enfrentemos o império. É necessário um governo brasileiro que queira recolocar a questão do socialismo em pauta, crie as pré-condições econômicas nas suas relações internacionais para isso, para que se possa a partir delas viabilizar medidas para um projeto nacional de desenvolvimento. Para isso temos que forçar pesadamente um novo sistema de relações internacionais, onde tenhamos na China continental, na Índia, na Europa unificada, na Rússia e num conjunto de países que estejam fora diretamente da órbita de controle americano, porque existe uma globalização que tem uma hegemonia determinada, portanto ela tem endereço, ela tem origem, não é uma dominação abstrata de uma rede de capitais que vão e que vêm, como se não tivessem protagonistas interessados e classes dominantes.

Então é necessário que possamos instalar uma contratendência a essa dominação, através de uma ousada política internacional que permita que o Brasil consiga, portanto, gradativamente se libertar dessa tutela.

Segundo, uma política, um projeto nacional de desenvolvimento voltado para reorganizar a estrutura de classe da sociedade brasileira. Isso significa uma pesada política econômica de desenvolvimento que gere uma acumulação interna pública e privada, capaz de combater frontalmente a desclassificação da sociedade brasileira, a destruição de sujeitos capazes de se tornarem protagonistas de um projeto alternativo.

Portanto, não há questão mais radicalmente democrática e mais estrategicamente socialista do que políticas econômicas de inclusão social, de inclusão na estrutura de classes, para que a própria luta política no país e o próprio contencioso entre as classes sociais tomem uma outra qualidade, tenham um

outro patamar e possa constituir-se, portanto, através de sujeitos claramente definidos, com seus partidos, com seus projetos, com a sua visão de futuro.

Por isso devemos, na minha opinião, no dia em que chegarmos ao governo, queremos chegar no próximo ano, com um candidato da esquerda, devemos, sem a menor sombra de dúvida, fechar a nossa economia na exatamente medida de permitir essa interdependência cooperativa, afirmando a soberania e voltado para um projeto de desenvolvimento e de acumulação interna, capaz de fortalecer o país e nos retirar gradativamente e de uma maneira harmonicamente articulada, muito dura, muito difícil, da hegemonia do capital financeiro sobre o estado financeiro e sobre a vida pública.

Em terceiro lugar, processar esse novo período histórico desse novo governo com a experimentação e a construção de novas instituições republicanas. Novas instituições republicanas que não podem ser inventadas, mas que são dadas inclusive pela vida, são constituídas pela política e que vão desde as comissões locais de saúde, até os grandes foros de controle público não-estatal sobre a estrutura estatal, sobre o orçamento, sobre a produção das políticas públicas, constituindo, portanto, um movimento de constituição de instituições republicanas novas, capazes de combinar a democracia direta com a democracia representativa. Portanto ter um novo eixo para a política e não permitir que a política se degrade rapidamente do economicismo e se torne uma serva da economia, como em última análise fazem os neoliberais. Se não dermos protagonismo central à política e uma nova visão de estado que deriva dessa política, fatalmente sucumbiremos. E o caminho De la Rua está traçado já como um caminho fatal, como caminho destrutivo, como caminho, em última instância, que degrada a própria possibilidade de nação.

Desta forma eu penso que podemos a partir daí, desde agora, mas a partir daí também objetivamente recolocar a questão de um projeto alternativo socialista e democrático para o país.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Passamos a palavra agora ao companheiro Roberto Amaral para a sua exposição sobre o mesmo tema.

O SR. ROBERTO AMARAL (Expositor) – Permitam-me que antes da ousadia de fazer uma intervenção após o Tarso Genro eu diga da minha admiração por este companheiro, intelectual orgânico da melhor acepção gramsciana, militante da esquerda e uma coisa que está ficando rara entre nós, militante e teórico, formulador, administrador extraordinário, a minha alegria de estar numa mesa com o Tarso Genro e o meu tremendo pavor de falar logo após a sua intervenção.

Por força de tudo isso, tomei um cuidado, que não é muito de meu hábito, de escrever um texto. Assim eu diminuo os meus erros, corro o risco de ser menos eloqüente, mas diminuo a possibilidade de enganos e de incorreções e fica então o espaço para que os senhores corrijam no debate.

Vou controlar aqui o meu tempo e dependendo do andar da carruagem intermediarei ou não algumas observações à leitura. Verão os senhores a extraordinária aproximação, felizmente o texto está escrito, portanto foi escrito antes de eu ouvir o Tasso, era impossível o contrário, e eu provo também que o escrevi antes da intervenção do Jacob. Os senhores verão que há uma convergência com a intervenção do Jacob, hoje pela manhã, e da do Tasso.

Ao contrário do que havia previsto a teoria marxista, as primeiras experiências do socialismo não se implantaram, quer em sociedades democráticas, quer em sociedades industrializadas. Ao contrário, instalaram-se em sociedades autoritárias e atrasadas, atrasadas inclusive do ponto de vista político.

Países agrários, sua força de trabalho era predominantemente camponesa. E o proletariado, principalmente o proletário industrial, era rarefeito, que nenhuma ou quase nenhuma influência econômica ou política, sem força organizativa ou capacidade revolucionária.

Referíamo-nos evidentemente de forma especial à Rússia, onde 80% da população era camponesa. Nesses países, a rigor, não se fez revolução socialista, mas, como observa Gorender, revolução agrária e de libertação nacional. E como revolução episódio único e repetitivo, tão intempestivo que encheu de entusiasmo o marxismo juvenil e voluntarista de Gramsci, para o futuro revolucionário italiano dos bolcheviques, tornando viável revolução impossível, teriam revelado a força da vontade humana superando a ciência. A vontade sobre o cientificismo de um certo Marx.

Referimo-nos evidentemente a seu célebre artigo de Gramsci, a revolução contra o capital, o capital aí é o livro, em que se antecipava Gramsci ao conceito de força determinante que seria utilizado por Mao para definir o papel dos militantes comunistas na Revolução Chinesa.

Já havia ocorrido, porém, o fracasso das tentativas revolucionárias proletárias da França, da Alemanha e da Hungria; como se os operários do mundo desenvolvido tivessem preferido o reformismo burguês da social democracia bernsteiniana, à aventura da revolução leninista. Daí, talvez, o capitalismo de estado, a via prussiana, a política pelo alto, o recesso democrático e a crise que culminaria na débâcle do que se passou a chamar de socialismo real.

A esta forma de conquista do poder, que Gramsci chamaria de oriental, muitos anos depois Gramsci a essa forma de poder oriental chamaria de Guerra

de Movimento em oposição à guerra de posições, modelo que lhe parecerá mais adequado às formações ocidentais, sociedades mais complexas e desenvolvidas.

Mas a democracia que se consolida como modelo tipicamente ocidental e intransigentemente ligada ao desenvolvimento do capitalismo, a democracia triunfante ocidental, jamais significaria espaço aberto à transição pacífica do capitalismo ao socialismo.

A democracia representativa tem se revelado infensa ao dissenso e não oferece a mínima possibilidade de alternativa radical. Mais claramente o modelo democrático, assim como é praticado no capitalismo, não tem permitido a transformação do sistema, isto é, a passagem pacífica do capitalismo ao socialismo.

Esta observação é de Bobbio: Se a História contemporânea, observamos, registra tantos exemplos de sistemas socialistas implantados de forma revolucionária, transformando em sistemas capitalistas e democráticos – estou me referindo evidentemente aos países do ex-leste europeu, ou do leste europeu – não conhece um só sistema capitalista que se tenha transformado em socialista democraticamente. Ao contrário, tem sido o capitalismo e a democracia representativa implacável na destruição dos projetos democráticos e pacíficos de implantação gradual do socialismo.

Em quantos estados da democracia ocidental as forças socialistas foram ou são reprimidas e impedidas mesmo de simples vida legal? Já nos anos 20, Gramsci assinalava a permanência para a democracia liberal do desafio de construção de um aparelho estatal garantidor a todas as tendências capitalistas da liberdade e da possibilidade de se tornarem partidos do governo proletário. Se sobre o autoritarismo oriental, a Rússia czarista e rural, por exemplo, a conquista do poder, acho que essa é uma das questões cruciais, se nos países que Gramsci chamava de atrasados, os países do bloco oriental, em que ele incluía a Rússia, fora fácil a tomada do poder pela via revolucionária, surpreendente a conservação do poder e a implantação do socialismo nesse poder se tornava muito mais difícil. A realidade mostrou que ela se tornou impossível.

Gramsci dizia que, ao contrário, nos paises de formação ocidental, sociedades industrializadas e mais complexas a tomada do poder seria mais difícil, mas a realização do socialismo seria muito mais fácil, demandando um processo muito mais longo.

O fato histórico é que a direita em todo o mundo, em todos os tempos, não tem exitado em golpear o processo democrático representativo toda vez que se coloca a possibilidade remota ou real de simples emergência das massas. Nem muito menos tem exitado em fraturar a ordem constitucional democrática

em face da mera possibilidade de uma transição democrática e pacífica rumo ao socialismo.

Três exemplos históricos: após a eleição da frente popular na Espanha em 36, a ação franquista e a derrubada da república. Aqui em 64 o golpe de estado como resposta à simples emergência das forças populares e o golpe que destruiu a tentativa do governo Allende de implantar segundo as regras da democracia formal uma sociedade socialista.

A legalidade democrática não é um valor burguês e a burguesia, que defende a democracia para conquistar o poder, é a mesma que não titubeia em golpeá-la para nele conservar-se. A liberdade de pensamento, a livre circulação de idéias são facilmente reprimidos quando se trata da difusão de idéias que ameacem sua hegemonia.

Exclamando por liberdade na oposição, a direita sabe reprimi-la no poder, reprimindo-o ou impondo pelos mecanismos de controle do estado e da opinião o discurso único, unilateral, o monopólio da palavra, do pensamento e da ideologia, tornando ainda mais difícil o caminho pacífico para o socialismo.

O mesmo esforço dos grupos burgueses por restringir, manipular e controlar seus mercados se aplica no campo da política e da ideologia, tudo isso acompanhado de hinos em louvor do livre comércio e da liberdade do livre trânsito das idéias e das coisas.

Na medida, aliás, em que o capitalismo se apropria da democracia como instituição política a serviço da guerra ideológica, cabe aos socialistas sua recuperação, como objetivo tanto tático quanto estratégico, espancando a experiência stalinista, lembrando que mesmo as principais conquistas da democracia formal, como o direito de voto e o sufrágio universal, derivaram da luta do movimento socialista.

A questão crucial das vias do socialismo – vou ficar restrito à questão das vias do socialismo – portanto, não depende do voluntarismo revolucionário ou reformista das forças socialistas. A escolha das vias deriva da interpretação da realidade objetiva, ou seja, da correlação de forças. Em outras palavras, é preciso também conhecer a opção da direita. Muitas vezes ao escolher o seu caminho ela determina o nosso.

Abandonando o determinismo geográfico do modelo gramsciano de desenvolvimento oriental e ocidental, digamos que ainda as circunstâncias dadas e em nosso país a via para o socialismo aponta o caminho da hegemonia. Isto é, a construção do consenso. Retomando Gramsci e seu conceito de guerra de posições, diremos que a batalha revolucionário pelo socialismo entre nós, considerados os dados do presente e mantidas as condições atuais, deve se

desenvolver prioritária e predominantemente na sociedade civil, no plano político e ideológico, visando a conquista de posições e de espaços da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de estado e para a sua posterior conservação.

A explicação também está em Gramsci. Diz ele: A verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo.

Resgatando a dialética entre vontade humana e circunstância histórica, diremos assim que não nos cabe escolher como fruto de nossa pura vontade ou de nosso idealismo esta ou aquela via de implantação do socialismo, mas optar por uma, a mais favorável dentre as vias fornecidas pela circunstância. O máximo que podemos dizer, e o dizemos agora, é que dentre todas preferimos a via ou as vias democráticas.

O que caracteriza o estado burguês é seu controle pela classe dominante, e dominante porque perdido o consenso não é mais dirigente e governar graças à coerção, mediante a qual os interesses privados de uma classe particular se transforma em interesse geral da sociedade, imposto pelo estado privatizado e pelo monopólio da violência.

Na transição socialista, o estado em sua sobrevida será administrado pela classe dirigente, dirigente e não dominante, porque alçada pelo consenso. A partir da realização do consenso como ponto de partida, tudo será invenção. Não existe estado socialista completo, nem sociedade socialista completa, realizada simplesmente porque todo desenvolvimento cria novas necessidades, novas funções, novas demandas. A socialização da produção, nela implícita a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, implica a ampliação da atuação da liberdade humana.

Assim, radicalizando a democracia tout court e superando a democracia representativa a serviço da exclusão das massas, o governo da transição socialista poderá construir formas inovadoras de democracia participativa, denominada como democracia direta, reavivando os conselhos de trabalhadores, os conselhos sociais, fortalecendo os organismos de massa, como os sindicatos e os partidos, construindo as bases da autogestão e da democracia econômica direta, assegurando a passagem do autogoverno para a autogestão. No socialismo, a democracia é muito mais necessária do que no capitalismo, ela se apóia no consenso que admite o pluralismo e o dissenso.

Retomando o matismo clássico, diríamos que a via preferencial dos socialistas brasileiros é o aprofundamento do processo democrático, golpeando a democracia representativa excludente e alargando e aprofundando o caminho

que nos leva à sociedade civil e à democracia participativa. Nem o mercado, nem o partido-estado, mas mecanismos e práticas de democracia participativa, complementados por algum tempo, embora em processo de superação por um mercado de representação de base universal e proporcional, o que me ensinou o companheiro Luiz Fernandes.

No longo prazo, a democracia participativa no seu mecanismo continuo e crescente de ampliação se transformará no eixo estruturado do estado – é ele de novo falando – de um novo estado, que acompanhando a transição rumo ao socialismo, também acompanhará as transformações subseqüentes que se operarão no âmbito da sociedade. Referimo-nos a sua crescente despolitização. É a proposta paradoxal de despolitizar o estado, devolvendo à sociedade civil. Referimo-nos a sua crescente despolitização, cedendo espaço e veja a sociedade civil, ao contrário do que ensinou o socialismo real, o estado deve ser desconsertado até a sua final pulverização na sociedade civil, uma sociedade civil forte e articulada, tendendo para a autonomia, uma recuperação do civil absorvendo o político, a sociedade reabsorvendo o estado, diminuindo progressivamente a distância entre governantes e governados, que a democracia representativa a distância propicia e estimula.

A democracia representativa de índole ocidental, ademais, mais e mais se configura como uma farsa, defraudando a soberania popular, em face do crescente deslocamento dos centros do poder e obviamente de decisão do Executivo e dos parlamentos para a grande empresa nacional e multinacional.

Assim, retomamos a superação do estado pela superação crescente do seu papel político, a progressiva eliminação dos antagonismos e diferenças de classes, substituindo a representação de classe pela participação da sociedade. E agora simplesmente recupero o Marx, da crítica ao programa de Gota, o estado de órgão que está por cima da sociedade será convertido em órgão completamente subordinado à sociedade. Mas o novo estado terá novas funções, que não serão mais a ditadura revolucionária do proletariado, mas da democracia direta.

Portanto, na transição ao socialismo e no socialismo sobreviverá o estado. Primeiro sobre controle público, desprivatizado, exercendo o papel de defesa das grandes massas; em segundo momento, superados os conflitos, atendendo a funções sociais necessárias e outras que o grau de desenvolvimento social venha a cobrar, até o ideal, a utopia de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades.

Mas, evidentemente, no estado socialista não pode sobreviver o estado burguês, o qual conhecemos. Esse será destruído, como lembra o Marx no 18

Brumário, para que em seu lugar seja erguida uma nova instituição política dedicada a funções administrativas e técnicas que persistirão em qualquer sociedade como monopólio da violência.

É quase um altruísmo a formulação de um socialismo revolucionário, pois o socialismo é a conquista de um novo modo de produção, oposto ao modo de produção capitalista. Num sentido mais amplo, é a conquista de uma nova forma de organização da sociedade humana, livre da exploração do trabalho assalariado, fundada na autogestão social e na qual as organizações populares assumem o controle e as decisões em suas respectivas áreas de atuação.

Aliás, é exatamente nesta medida que o socialismo se distingue da social-democracia. Enquanto a social democracia pretende a reforma do capitalismo, corrigindo-o por dentro, avançando, adestrando, o socialismo pretende pura e simplesmente sua derrogação. Revolucionário na expressão, diz respeito aos fins e não aos meios, esses são ditados pela realidade objetiva.

O socialismo é o humanismo que tem como essência uma ética e uma teoria de valores. O conflito ético que nos separa do capitalismo não se reduz à luta ou à consciência de classes, gerada por esse modo de produção, mas sim resulta da consciência revolucionária de que a acumulação capitalista, a riqueza que produz o desenvolvimento que promove, nela imanente a mais valia, tem como base, essa é sua essência inarredável, a exploração do homem pelo homem. E isto nós socialistas rejeitamos.

Esta a primeira contradição insolúvel. Rejeitamos a riqueza que depende da pobreza, a fartura que depende da fome, o desenvolvimento que depende do atraso, a democracia que poucos para poucos, que depende da exclusão das massas.

Por isso, nossa contradição, nós os socialistas, nossa contradição com o capitalismo de essência, repitamos, é radical, incurável, insanável, inafastável e inegociável e não se supera com a reforma social democrática. A crítica marxista ao capitalismo, ofuscada pelo cientificismo positivista da ortodoxia, é também uma crítica que se fundamenta em valores éticos, o que se revela na mais simples leitura do capital ou do manifesto, onde se encontrará a denúncia da exploração do homem pelo homem, do fetiche da mercadoria, da rarificação das relações entre os homens como relações entre coisas.

A base fundamental da moral marxista é a recuperação do homem como autor e sujeito da História. Isto é, podendo, mas acima de tudo, devendo intervir na História, devendo intervir no processo histórico, acelerar a luta de classes, abreviar palavras suas, abreviar as dores do parto da nova sociedade, ou seja, lutando para a criação de condições de emancipação do ser humano, de

realização de sua dignidade, a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento da natureza humana e mais dignas dessa natureza.

O socialismo é uma teoria de valores, que, denunciando a injustiça social e rejeitando a base aética do capitalismo, a exploração do homem pelo homem, propõe uma teoria de estado humanista, posto que suas bases, antes de econômicas, são éticas e visam recolocar o homem no centro do mundo.

Por isso os socialistas opõem a cultura da transformação revolucionária coperniana à cultura da gestão do que aí está. Opomos o movimento à conservação. Para que os espaços da revolução estivessem bloqueados, seria preciso que a História estivesse finda. Nessa hipótese, realmente, nada mais teríamos por fazer, senão administrar o espólio capitalista. Mas os que falam ou falaram do fim da História, afirmamos sua revivescência.

À morte opomos o processo histórico e afirmamos: a História se faz com a revolução. Não se diz que o capitalismo já esgotou o seu processo histórico, ao contrário, reconhecemos sua presença objetiva e sua vitalidade. Por isso mesmo, há necessidade da ação revolucionária, porque o capitalismo é um modo de produção natural, provisória e superável sua dinâmica gera a destruição. O determinismo suprimia a necessidade da ação revolucionária, tornando supérfluo o combate ao capitalismo.

A idéia fundamental do socialismo científico, isto é, do determinismo, derivado do materialismo histórico, é que o regime capitalista, devido as suas próprias contradições internas, prepara para si mesmo o momento em que tem que ser desmantelado. O fundamento científico do socialismo, como é sabido, e estamos lendo Rosa de Luxemburgo, baseia-se em três resultados principais, todos eles do desenvolvimento capitalista.

1 – Na anarquia crescente da economia capitalista à qual conduz sua ruína inevitável; 2 – da socialização crescente do processo de produção, que cria os germes do regime social futuro e; 3 – no reforço crescente da organização e da consciência de classe do proletariado, que constitui o fator ativo da próxima revolução.

A certidão dos fatos históricos parece-lhes autorizar a previsão científica, que não pôde prever a notável capacidade de adaptação que o capitalismo vem revelando desde a revolução industrial.

De outra parte, o que a vida contemporânea nos oferece é a expansão do setor serviços sobre o industrial e o peso crescente da idéia e do conhecimento em face da mão-de-obra, alterando substancialmente a base material da produção.

E, por fim, mas não menos importante, o esmaecimento do proletariado como valor ativo da revolução. Não sei se seria ousar muito afirmar a presente adaptação da classe operária, ou de sua aristocracia industrial corporativa, às condições criadas pelo capitalismo. Daí muitas das vitórias da social-democracia.

Quer isso dizer que o socialismo não é necessário, ou que a revolução não é mais possível? Não, afirma-se que um e outra precisam ser buscados, perseguidos, construídos, que derivarão da luta social e não da frieza de uma lei histórica por ser demonstrada. Quer isso dizer que a transformação socialista da sociedade não passa de utopia? Não, afirmamos que a marcha do desenvolvimento capitalista não nos conduz inexoravelmente ao socialismo como resultado da pura ação de leis internas da História. Será sempre a opção ético-existencial daqueles que se rebelam contra a imoralidade da exploração do homem pelo homem.

E assim voltamos ao jovem Gramsci. Por isso o socialismo é humanista, por isso negamos o reformismo e defendemos a revolução, entendida como intervenção na realidade social, alterando o curso da História, revolucionando o curso da História, mediante, por exemplo, a construção de novas bases materiais para a edificação da nova sociedade, revolucionando, ainda no sentido coperniano, as formas de produzir e se relacionar com a natureza. Lembramos Marx: cada passo de movimento real vale mais do que uma dúzia de programas.

A segunda contradição insuperável diz respeito ao modo de produção capitalista, de que resulta a contradição capital/trabalho. O socialismo tomou o partido do trabalho e esta opção persiste e, aliás, se aprofunda, na medida em que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia altera a base material do trabalho, porque a nossa opção não se limita ao proletariado, ou ao operário organizado, optava-se pelo trabalho em qualquer de suas manifestações e à defesa do assalariado.

O socialista revolucionário do terceiro milênio denuncia a exploração do trabalho manual e intelectual, denuncia a persistência da mais valia inerente à apropriação capitalista, mas também quer representar os excluídos, os que não conseguiram integrar-se na relação de produção capitalista, quer representar os camponeses, os sem-teto e os sem-terra, mas também o pequeno empresário, o pequeno produtor, o trabalhador autônomo. O desafio é este. Em face da realidade objetiva, elaborar uma teoria revolucionária e criar uma organização revolucionária capaz de operá-la.

Para conduzir esse processo, Jacob Gorender indica uma nova força revolucionária: "bloco dos assalariados em geral". Esse bloco, liderado pelos

assalariados e intelectuais, esse bloco compreende, além dos intelectuais, detentores da informação e do conhecimento e inseridos na produção, o proletariado industrial, os trabalhadores em geral, os trabalhadores autônomos e a pequena burguesia. Sem qualquer papel revolucionário, o grupo proletariado e as vítimas da exclusão social deverão ser transformados e incluídos para realizar sua implosão atuando dentro do sistema e a partir do sistema.

Para o autor de Marxismo sem Utopia, o proletariado rural e o campesinato se tornaram classes residuais de pequena significação, ao mesmo tempo em que o proletariado industrial sofre o impacto do processo de encolhimento e perda da força social e cresce o papel dos assalariados intelectuais, seja pelo seu crescimento numérico, seja pelo papel que passaram a desempenhar na sociedade, como detentores do fator cada vez mais decisivo no processo de produção; ou seja, o fator conhecimento.

O quadro de hoje – estamos encerrando – revela duas derrotas do socialismo: a social-democracia, revogando o estado do bem-estar social para o qual tanto contribuíram as lutas socialistas de todo o mundo, e a derrota do estado leninista, com a derrota da via democrática e, afinal, com a débâcle do socialismo real, simbolizado na queda do muro de Berlim. A queda do muro de Berlim é também a derrota do bolchevismo com tudo que lhe é inerente, a começar pelo partido único e o estado totalitário, fazendo revivescer a democracia progressiva de Togliatti, que implica a construção do socialismo com pluralidade de partidos e de movimentos sociais.

A História vem demonstrando a inconseqüência do cientificismo mecanicista e dele resultante da tese do amadurecimento espontâneo das condições objetivas. A lição nos diz que é preciso criar as condições subjetivas da ação revolucionária. Se o socialismo não é o resultado inevitável da evolução econômica, o capitalismo tem que ser combatido todas as horas. A resistência do capitalismo mais forte do nunca e mais resistente do que se supunha, superando os seguidos ciclos de crise, vem denunciando, de um lado, a impotência do positivismo marxista da segunda internacional; de outro, a ilusão social-democrata, ao contrário das formulações de Bernstein e de Kautsky, confundindo as próprias reformas com o socialismo, o movimento com objetivo, o processo econômico do capitalismo não leva por si só e necessariamente, ou espontaneamente ao socialismo. A História contemporânea revela a sua sobrevivência, crise após crise, no oriente e no ocidente, entre os desenvolvidos e os periféricos. E é um capitalismo cada vez mais financeiro, concentrador, monopolista e excludente, que domina a economia e os sentimentos, o mercado de bens materiais e o mercado de bens simbólicos, o petróleo e a guerra, mas igualmente a vontade e os sentimentos, graças ao monopólio ideológico.

O mundo do manifesto comunista se reapresenta assim em nosso cotidiano, o mercado mundial sobre as cinzas dos mercados nacionais, transformando em internacionais a produção e o consumo. Os desejos estimulados e universalizados superam as necessidades humanas e as possibilidades da indústria nacional. O capitalismo se concentra e a comunicação se torna universal, reduzindo o mundo. A produção se concentra de maneira progressiva e se centraliza em fábricas altamente automatizadas, e as fazendas se transformam em fábricas, e o campo é absorvido pelas cidades, e o camponês perde a terra, e o pequeno produtor sucumbe na concorrência com os grandes capitalistas.

Isso vocês estão pensando que é meu? Isso aqui é uma releitura do manifesto, 1848. Vou ler agora um trecho exato do manifesto de Marx e Hengel. Em 1848 foi publicado, isso deve ter sido em 47. Diziam eles:

Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais adversos. Em nenhum lugar do mundo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso se refere tanto à produção material, quanto à produção intelectual.

Prossegue:

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção da propriedade e da população, aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A conseqüência necessária dessas transformações foi a centralização política. A implantação do socialismo como fruto dialético da guerra de opostos, da luta de classes entre o proletariado e a burguesia não é um determinismo nem uma fatalidade, trata-se essa concepção, a fatalidade, de uma reminiscência do marxismo religioso.

Ao revés, a História mostra que há sempre a alternativa da ruína das bases antagônicas e desse conflito pode resultar a barbárie, como muito bem escreveu Rosa de Luxemburgo, para nos ensinar que se o socialismo é uma possibilidade, talvez até favorecida pela História, não é uma conseqüência inelutável. O socialismo não é uma dádiva histórica, mas uma escolha política. Sendo uma mera possibilidade, precisar ser buscado. A construção do socialismo passa a depender da luta ideológica e da conquista do consenso dos setores majoritários. A conquista da hegemonia das forças democráticas no âmbito da sociedade civil se antecipa à conquista do poder, porque a classe revolucionária deve ser dirigente antes de ser dominante.

Se não há revolução socialista imediata, mas simplesmente a possibilidade – trato agora da nossa realidade concreta – de um governo sob o comando

de socialistas, sem condições de alterar a essência do regime capitalista, a tarefa colocada pela História é a de criar condições para a transição rumo ao socialismo. Essa transição é a nossa grande máfia, segundo as condições objetivas dadas, a guerra de posições, de consolidação de espaços, de embate ideológico, lutando para fazer a revolução por baixo na sociedade civil através do consenso, na busca da hegemonia, uma forte sociedade civil que abra caminho ao autogoverno dos cidadãos. Só aí a democracia estará plenamente realizada.

Se o velho está morto e o novo não pode nascer ainda, apressar o parto da História é nosso papel revolucionário, provar todo dia que é possível mudar o mundo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheiros e companheiras, acabamos de ouvir as duas brilhantes exposições desses dois grandes quadros da esquerda brasileira. Antes de passar às inscrições para a fase dos debates, fazer um pequeníssimo comentário, porque já estamos um pouco alongados no tempo, porque aqui acabamos de ouvir as duas últimas exposições. Então foi o 17º expositor que acabou de fazer a sua oração. De todos eles não tivemos a insatisfação de ouvir qualquer questionamento quanto à contemporaneidade da discussão do socialismo como alternativa concreta ao regime capitalista.

Aqui neste seminário, onde houve a diversidade de pensamento de pessoas que são do Partido Socialista, de partidos comunistas, de partidos social-democratas e figuras como Celso Furtado, do Jean Ziegler, como Atílio Borón, como o Professor Antônio Carlos Peixoto, como João Pedro Stédile e tantos outros, a diversidade foi, como é própria do Partido Socialista, demonstrada, mas ao mesmo tempo se verificou o ponto comum, a defesa do socialismo como sendo um tema contemporâneo e como sendo uma alternativa à exploração capitalista.

Ao mesmo tempo me fez lembrar uma expressão ou uma resposta que foi dada pelo Ministro Perez, quando estava a dar uma entrevista em Nova Iorque a jornalistas americanos e ele começou a falar em socialismo. Os jornalistas começaram a lhe perguntar: mas, ministro, o socialismo não naufragou? E o Perez não teve a menor exitação em dizer: não, o socialismo não é um navio, o socialismo não é um Titanic, o socialismo é um mar e o mar nunca irá naufragar. E estamos absolutamente convencidos disso.

Viva o Socialismo! (Palmas.)

O SR. TARSO GENRO (Expositor) – Se a mesa me permitir, gostaria de dizer duas ou três palavras, vou ter que me retirar porque tenho um compro-

misso institucional à noite em Porto Alegre, tenho que pegar o avião das seis horas.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Pois não.

O SR. TARSO GENRO (Expositor) – Queria dizer duas ou três palavras a vocês e reiterar o agradecimento por esse convite, manifestar uma opinião eminentemente política sobre a questão do socialismo hoje como uma questão brasileira, como uma questão nacional.

O projeto neoliberal no seu processo de implantação reproduz de maneira articulada e sistêmica os valores sobre os quais se fundamenta a sua ideologia de mercado. Isso também vem amparado por uma grande transformação científico-tecnológica que imprime uma maior privatização da vida e uma maior privatização das emoções. Ou seja, há uma etapa histórica determinada de dominação do capital e da mercantilização de todas as relações humanas e de estímulo ao consumismo desenfreado, há também um processo de aprofundamento do isolamento das subjetividades, que facilita e que estimula a reprodução da própria dominação.

De outra parte nós nos encontramos hoje perante um pré-esgotamento quase das relações da humanidade enquanto totalidade com a naturalidade. Para que os 20% do mundo possam manter-se nas condições privilegiadas em que vivem, eles são obrigados a sugar 60 ou 70% da energia e dos bens materiais disponíveis pela natureza global, pela natureza do globo terrestre.

Portanto, ao contrário do que ocorria no início do século, não há somente um impasse de um modo de produção que gera e reproduz a barbárie. Queria manifestar a opinião e provocar a reflexão sobre isso, de que também existe um impasse civilizatório e que esse impasse civilizatório, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, ele possibilita maior ampliação do sistema de alianças. Ou seja, é possível ele combinar hoje as lutas fragmentárias contra esse impasse civilizatório, em oposição a esse impasse civilizatório com as lutas de protagonismo social, de distribuição de renda, de demandas típicas dos excluídos, dos oprimidos ou dos segregados.

E esta é uma questão nova para um projeto democrático-socialista. Creio que o território político do Brasil, que não é um território nacional, o território nacional da política brasileira num país com a importância que tem o Brasil é o território mundial, são as relações globais, poderá ser palco de um processo de experimentação, de resistência e de busca de alternativas fundamentais a partir do ano de 2002.

Seja qual for o caminho que vamos escolher em direção ao primeiro turno das eleições, devemos escolher um caminho que nos leve a uma unidade

da esquerda socialista democrática em direção ao segundo turno. (Palmas.) Ou seja, pensando que sejam quais forem as diferenças que nos coloquem enquanto partidos neste momento, temos uma responsabilidade política que vai para o enfrentamento, para embate frontal com o projeto neoliberal. E isso não poderá ser feito com um partido só e nem com uma classe social só, isso é um conjunto de partidos, uma constelação de organizações, de representações, de personalidades, de grupos e de setores sociais capazes de, portanto, colocar ao mesmo tempo um projeto nacional e o enfrentamento com essa crise civilizatória.

Meu grande abraço a todos vocês e obrigado pela generosidade de me escutarem. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Peço a atenção dos companheiros e que permaneçam. Pretendemos realizar as inscrições, sabemos já que muitos companheiros terão que se dirigir aos seus estados, mas pretendemos, após o rápido debate, realizarmos um ato de encerramento deste encontro e não gostaríamos de fazê-lo com o auditório esvaziado. Tivemos aqui durante esses três dias um belo seminário, uma bela festa com a presença extremamente significativa da militância socialista, de convidados internacionais muitos dos quais ainda se encontram, para a nossa alegria, presentes em nosso auditório e queremos terminar esse seminário como começamos, com o mesmo entusiasmo, com a mesma presença e com a energia que todos aqui durante esses três dias demonstraram para as discussões teóricas e políticas que se processaram ate o momento.

Começamos pelo companheiro Valton Miranda, que mais uma vez nos brindará com a sua intervenção. Encarecemos, entretanto, que os companheiros sejam breves, em função dos argumentos que expressamos há pouco.

O SR. VALTON MIRANDA – Queria pedir à mesa e a todos, meio intrometidamente, mas uma certa autoridade como participante da refundação desse partido, junto com Jamil Haddad e tantos outros, dizer que foi muito gratificante ver a realização deste grande seminário de discussão política, uma discussão que realmente precisava ser feita e foi da maior importância participar deste processo. Acho que para todos nós que estamos aqui.

Quero parabenizar, na pessoa do Carlos Siqueira, pela condução sóbria e correta que teve nesse processo, mas principalmente quero dizer que toda a condução, toda a estratégia, todo o pensamento do PSB foi se constituindo certamente com a ajuda de todos nós, mas teve um centro através do qual, ou em relação ao qual gravitamos. E esse centro de pensamento, esse centro de produção de teoria se chama Roberto Amaral. (Palmas.)

Queria dizer isso porque acho que é importante. Como disse o Stédile

ontem à tarde, que nós reconheçamos o esforço dos nossos formuladores, o esforço dos nossos teóricos na luta incessante rumo ao socialismo. O importante é isso. Os erros que eventualmente cometemos serão certamente superados no processo.

Queria, então, colocar a minha intervenção. Acho que chegamos aqui já na finalização mais política deste seminário, porque no seu desenrolar teve um momento inicial fundamentalmente teórico e agora ele cai já no caminho da finalização política.

Nesse sentido, a partir da mesa de hoje de manhã, queria colocar algumas questões que acredito pertinentes. A primeira delas diz respeito a uma questão que, inclusive eu e meu companheiro do Ceará, Napoleão Ferreira, estávamos falando hoje de manhã, e o Napoleão me lembrou uma coisa interessante que acho que pode servir de modelo para a compreensão do que vou colocar em seguida, que foi uma situação na qual na jornada futebolística não sei de quando, o Garrincha era ainda jogador, e o Feola, que era o treinador, disse: olha, a tática vai ser essa, vamos trabalhar assim, você avança, o Didi recua etc. Então depois de tudo dito, o Garrincha diz assim: e os russos já sabem disso? E eles já tomaram conhecimento disso?

Quer dizer, então digo assim: meus amigos, os americanos já sabem disso? O FMI já sabe que nós estamos tentando colocar essas questões da maneira como as temos colocado aqui durante este seminário?

Queria colocar isso para dizer o seguinte: tenho uma certa dificuldade em raciocinar em cima dessa idéia de democracia radical, exatamente porque acho que os americanos não sabem disso. Acho que democracia radical me parece uma coisa vazia no sentido de uma virtualidade que não pode ser realmente a formulação essencial para uma compreensão do caminho do socialismo.

Vejam bem, o estado de direito, com todo peso da sua autoridade de sábio, o Gorender colocou hoje de manhã, o estado de direito poderá viger antes da ruptura revolucionária? Ora, se o contrato social, metáfora maior da criação de qualquer processo democrático, foi rasgado por eles, foi inteiramente rasgado esse contrato, no sentido do caminho da sociedade humana como um todo, como é que podemos formular uma concepção que parte da idéia do estado de direito? Parece-me um tanto difícil compreender um tipo de caminho que coloque essa questão nessa perspectiva. Antes de imaginar que teremos de estabelecer, como disse o Ziegler na sua primeira intervenção, um caminho para a ruptura. E o caminho para a ruptura é um caminho para a ruptura revolucionária.

Então acho que essas outras formulações, certamente importantes, elas vêm depois, elas vêm como conseqüência de um processo geral de ruptura com esse sistema absurdo, com esse sistema inumano, com essa absurdez diante da qual nós ficamos atônitos e diante da qual a população mundial está rendida, submetida, apática e sem capacidade de reação.

Queria colocar exatamente esses pontos para introduzir, novamente retomar para os expositores e para o meu amigo Amaral essa questão da discussão da questão democrática. Quer dizer, há inegavelmente nos partidos socialistas no mundo todo, e isso é uma questão política, podemos afunilar nesse sentido, uma inversão, uma perversão. Luta-se muito mais pela democracia do que pela revolução, ou seja, pela ruptura. Como podemos estar lutando como se o passo estratégico fosse a democracia, enquanto a organização do processo revolucionário como um todo se perde na base?

Acredito que essa questão precisa ser enfrentada, é um dilema que está colocado exatamente em função das circunstâncias atuais, que deixam os teóricos exatamente confusos, na medida em que com o esfacelamento da estrutura proletária, ou seja, de uma força capaz de ser a força condutora, capaz de liderar o processo, não encontramos outros elementos para substituir essa força condutora.

Então, queria que os companheiros examinassem essa questão, porque acho que afunila no sentido da relação com a luta dos partidos socialistas e com a luta do socialismo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – O próximo inscrito é o companheiro Paulo Pedroso de Almeida. Encarecemos, mais uma vez, a objetividade com relação às indagações, para que possamos em seguida promover o debate e ouvir ainda o nosso companheiro Roberto Amaral.

O SR. PAULO PEDROSO DE ALMEIDA – Na verdade, até gostaria de retirar minha inscrição. Minha intervenção seria mais dirigida ao Prefeito Tarso Genro, pois gostaria de saber sobre a experiência socialista da cidade de Porto Alegre onde ele é prefeito.

Mas gostaria também, já aproveitando, perguntar se é possível, por exemplo, fazer uma experiência socialista a partir de Porto Alegre, por exemplo, uma experiência socialista nacional a partir do local, a partir de Porto Alegre.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheiro Edmundo Carvalho, por favor. O Próximo é o companheiro Heleno Alves.

O SR. EDMUNDO CARVALHO – Boa tarde amigos, companheiros e companheiras do PSB, companheiros da mesa, queria primeiramente cumprimentar pela qualidade, pela coragem de enfrentar esse debate durante três dias, que realmente é uma carga de trabalho muito grande, mas o resultado foi muito positivo. E gostaria, em nome dos companheiros que participaram do debate sobre a questão da cultura, de encaminhar para a mesa um pedido para que se desenvolva no Partido, através da Fundação João Mangabeira...

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Solicitaria aos companheiros que estão no corredor que ou entrem para o salão para participar do debate, ou então nos permita que o debate prossiga sem interrupção.

O SR. EDMUNDO CARVALHO – Encaminhar à direção da Fundação João Mangabeira nacional um seminário sobre a questão da cultura, porque o entendimento que ficou do debate sobre a cultura é que para um movimento revolucionário de fato a questão da cultura está no centro do debate, das discussões e das decisões, porque é através da cultura que se resgata a brasilidade, através da cultura que se resgata o homem, a cidadania e a autonomia, porque o que na verdade estamos vivendo hoje é uma ditadura cultural, tudo que se faz hoje no terceiro mundo é proposto no primeiro mundo e a influência fundamental é a influência cultura.

Através dessa proposição que pretendemos que acha um debate nacional, centrado na questão da cultura, não a cultura do ponto de vista artístico, do ponto de vista erudito, do ponto de vista da música, ou do teatro, mas a cultura de uma maneira global, a cultura enquanto resgate do homem, da autoconfiança e da questão mesmo de vivência, de cultura, de terra, de cultura de vida, de cultura de convivência antropológica num sentido mais amplo.

Era isso que eu queria encaminha. Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheiros Heleno Alves, por favor.

O SR. HELENO ALVES – Primeiro, parabenizar a Fundação João Mangabeira e o Partido por este seminário, pela importância de estarmos discutindo isso dentro do Partido, até para a questão de formação de novos quadro e de novas lideranças no nosso Partido.

O Prefeito Tasso não pôde ficar, mas vamos aproveitar a presença do nosso querido Roberto Amaral e até dizer que é difícil, Roberto, fazer intervenção depois que você fala.

De 10 a 15% da população brasileira detêm quase 80 ou mais de 80% da riqueza do nosso país. É difícil viver nessas condições de hoje. E o que me

assusta é que até pouco tempo as lideranças nacionais de expressão da esquerda no nosso país diziam que o problema do nosso país era simplesmente de gerenciamento. Ora, mas gerenciar o que no nosso país? Desemprego, mortalidade infantil, analfabetismo, violência, prostituição? Ou melhor, gerenciar a miséria do nosso país? Não sei se há possibilidade de gerenciar todo esse tipo de mal que acontece no nosso país.

E voltando a uma questão agora para os nossos governos nos nossos municípios e nos nossos estados. E quando falo nosso, não são só os governos do PSB, mas os governos da esquerda no nosso país. O que estamos fazendo nos nossos municípios e nos nossos estados onde estamos administrando? Ou melhor, nós estamos gerenciando esse sistema que se encontra no nosso país. O que estamos fazendo? Estamos fazendo aquilo que queremos, que é a transformação, ou como eu coloco algumas vezes em nossos encontros, ou estamos fazendo o menos ruim?

Vou citar um exemplo. Lá em Alagoas o Ronaldo Lessa é Governador, nossa querida Kátia Born, Prefeita, mas não é um Estado independente, vivemos sob o mesmo sistema, que é o sistema capitalista que impera no nosso país. Agora, pedir para fazer milagre, pedir para gerenciar o que no momento não pode ser gerenciado é difícil, principalmente porque estamos no governo, somos governo, mas não temos o poder, o poder continua ainda com as oligarquias do nosso país. E um exemplo claro é no Estado de Alagoas, na república da cana-de-açúcar, digamos assim. Os usineiros no Estado de Alagoas arrecadam anualmente mais do que o Governo do Estado. Então eles é quem de fato realmente detêm o poder no Estado de Alagoas, e nós simplesmente somos governo, estamos tentando fazer o menos ruim, fazer diferente daquilo que era feito há décadas e décadas no nosso estado e continua sendo feito no nosso país. Então, é diferente.

E algumas vezes eu me pergunto: será que não estamos cometendo alguns equívocos no nosso país, nós mesmos até da esquerda, nos nossos governos? Porque aí o Governo Federal fala: bolsa escola, 15 reais, 20 reais para que o cidadão coloque seu filho na sala de aula. E de vez em quando vamos plagiar isso e coloca a bolsa escola também na nossa administração. Ora, será que temos que pagar ao cidadão para ele saber da importância de seu filho ser educado? Será que não estamos fazendo fisiologismo em alguns momentos também? Será que não deveria ser a conscientização política do nosso povo, do nosso cidadão, para mostrar para ele que a educação é importante para que haja as transformações sociais no nosso país? Será que é necessário pagar a ele para que ele coloque o filho na sala de aula? Então, de vez em quando cometemos esses equívocos também.

Fico assustado, Amaral, vemos ultimamente as nossas lideranças nacionais de esquerda que estão hoje adotando um sistema mais simpático ao povo, menos agressivo, como sempre foi a nossa linha política da esquerda, menos agressiva. E já vimos o reflexo disso nas eleições municipais, onde conquistamos muitas prefeituras das capitais do nosso país. Agora, será que isso resolve? E nas vésperas de uma eleição presidencial, nas vésperas de uma eleição nacional isso é mais preocupante ainda.

E vou fazer as perguntas agora, simplesmente as perguntas. São duas perguntas em uma, Amaral. O que temos que fazer todos já sabem, é a ruptura com o sistema capitalista, que é o grande mal do nosso mundo e principalmente aqui no nosso país. Mas a ruptura com o sistema capitalista se dá apenas com o não-pagamento da divida externa do Brasil, como muitos da esquerda pregam isso? E é só o seguinte: fora FMI, fora americanos, não vamos pagar a divida! A ruptura se dá por aí ou a ruptura tem que ser concreta, romper com o capitalismo e fazer a redistribuição de renda?

E o que você acha? Hoje, nas vésperas de uma eleição presidencial, com perspectiva clara de a esquerda chegar ao governo, ter o governo, não será o poder ainda no nosso país. Será que iremos conseguir fazer essa ruptura com essa perspectiva de termos candidatura presidencial com chances de vencer as eleições?

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – O próximo companheiro é o João Bosco de Oliveira.

O SR JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA – A minha intervenção será breve. Já tive oportunidade de me referir ao que novamente vou mencionar nos primeiros painéis de quinta-feira. Mas cumprimento a direção da Fundação João Mangabeira na pessoa do Carlos, porque ela se propôs, segundo o convite que todos em mãos, já no último parágrafo, à formulação de propostas objetivas e uma discussão sistemática sobre essa reafirmação do nosso socialismo. E tive oportunidade de buscar na academia – acho que é isso que eu gostaria de dizer, sem estar fazendo propaganda pessoal, muito pelo contrário, encaminhando-me à Fundação João Mangabeira, num plenário internacional, para dizer que acredito num viés que permita demonstrar os excessos e os déficits do sistema que aí está, do capitalismo, tanto pela ótica econômica, quanto pela ótica política, até porque falta no projeto que aí está a parte social, por mais que eles falem nela.

Então, trago à consideração do plenário, especialmente da Fundação João Mangabeira a quem se for o caso eu encaminharia isso como uma contribuição escrita, mas está na mesa o companheiro Roberto Amaral como representante de todos os brilhantes palestrantes que falaram, então me parece que por uma questão de gentileza devo me dirigir a ele com a seguinte pergunta:

Roberto, o sistema político que aí está acaba de usar a Constituição brasileira para fazer um repasse direto do sistema orçamentário, que é do Poder Executivo em Brasília, para alcançar todos os níveis de governo nos estados e municípios brasileiros, e o nome disso é Lei de Responsabilidade Fiscal, o que não vou discutir aqui porque é um assunto grande. Mas o fato é que os sistemas TCU, federal, e os TCEs, estaduais, têm se convertido, e agora estamos justamente passando pela formulação dos orçamentos de 2002 e mais os planos plurianuais etc. e um detalhamento de tal. A questão é a seguinte: nós socialistas poderíamos encontrar uma rota alternativa, que parece ser exatamente o âmago das nossas discussões, uma via em que pudéssemos aplicar os mesmos direitos constitucionais que estão aí sendo utilizados por eles, e a Fundação João Mangabeira pode ser o espaço ideal para que montemos a nossa câmara de avaliação do estado brasileiro. É comum se falar em avaliação de políticas públicas e até que não é tão comum porque no Brasil não se pratica isso. Mas fala-se e aqui e ali vemos um ou outro relatório de avaliação de uma política social. Quer dizer, a política pública já é uma derivada para as políticas sociais, mais na questão da fome, da doença, quem sabe. E somos às vezes desancados com a aprovação de um novo tributo, com a finalidade específica da saúde e não é atendida.

Então, em face de tudo o que conversamos aqui, gostaria de encaminhar o seguinte pensamento, que é sim um questionamento. Não está na hora de o PSB, através da Fundação João Mangabeira, objetivamente como está sendo pedido, montar uma câmara de estudiosos, porque temos acadêmicos, porque tivemos aqui o desfile de autoridades no campo jurídico, no campo econômico, no campo prático da administração, e eu sou um deles, ofereço-me, para que possamos então aliviar esse discurso que me parece ser o de se usar um instituto constitucional importante, que é o da prestação de contas públicas, como uma forma de coordenação e de domínio de um poder sobre o outro poder, repassando o Congresso e o Legislativo. E às vezes o agente de verificação se valendo de um poder para efetivamente exercer um governo nacional que não é constitucional. Ou seja, na prática do controle externo da administração pública via um controle interno redundante, pratica-se na verdade uma confirmação de que tudo está certo, tudo está muito bom e acabam divulgando os números como sendo o Brasil um país emergente. E estamos aqui a dizer que não é isso, mas precisamos dizê-lo sim – agora a minha contribuição final – por uma metodologia explícita, acadêmica sim, que possa dar suporte aos encaminhamentos políticos, do que nós chamamos de revolução. Precisamos adotar um modelo socialista brasileira de avaliação de contas públicas para saber o que fazer com a nossa riqueza nacional.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheira Marisa Nascimento, por favor. Creio que a companheira está na reunião de mulheres.

Passo a palavra ao companheiro Roberto Amaral para os seus comentários.

O SR. ROBERTO AMARAL (Expositor) – São comentários finais e despedida.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Só lembrando, antes, que estamos aguardando que as mulheres se dirijam também para o plenário, para em seguida convidarmos os nossos convidados internacionais que ainda estão aqui para fazermos um rápido ato de encerramento.

O SR. ROBERTO AMARAL (Expositor) – Vou pelas perguntas mais fáceis e deixar as mais difíceis para o final.

A do companheiro Edmundo na verdade não é um questionamento, temos total acordo, acho que a questão cultural é fundamental, precisamos trabalhar esse tema. E acho que na concepção que defendemos hoje neste debate ela se torna ainda mais crucial.

A do companheiro João Bosco, o Partido já faz isso, a Fundação João Mangabeira nasceu para atender esse objetivo, de certa forma este encontro, que não pode ser o único, deve ser o pai de inumeráveis encontros com esse objetivo, em Brasília está sendo montada uma equipe de consultores, que será dirigida pelo próprio Presidente Miguel Arraes e estamos aqui tentando montar também, para usar o seu termo, uma câmara de especialistas, de cientistas políticos e sociais, educadores, para pensarmos a realidade e formularmos.

O companheiro que falou em segundo lugar, não estou conseguindo recuperar seu nome, não sei se é o companheiro do Paraná, colocou questões que são similares e vou tocar rapidamente também.

É evidente que o companheiro Tarso Genro, como a Kátia e o Ronaldo, não estão fazendo experiências socialistas, seus governos não representam experiências socialistas. Portanto, não podem ser utilizadas como modelo de uma experiência socialista. São experiências democráticas, de administração democráticas, nos termos objetivos dados pela realidade, de gerentes do capitalismo, apenas uma gerência feita por socialistas que estão tendo a visão revolucionária de preparar o terreno para uma eventual transformação.

Esta é a questão comum. O Heleno coloca várias outras questões, que não vou poder desenvolver agora, vou esperar que os companheiros terminem de se acomodar. Há uma questão colocada pelo Heleno que vou apenas registrar, porque significaria outro encontro, tragédia que é a discussão de qual é o papel

do partido do governo e qual é o papel do militante. Esta é uma questão que não vou nem enfrentá-la aqui, essa é uma questão para um outro debate específico, essa é uma questão difícil e crucial que nós os partidos de esquerda estamos enfrentando sem experiência.

Agora, há uma questão que vou me referir de passagem, que está no meio da questão do Heleno, que é a distorção pela qual estão vivendo os partidos de esquerda, pela qual estão vivendo os partidos socialistas, que é perder a visão revolucionária. Muitos dos nossos partidos e muitas vezes o Partido Socialista, enfrentando a realidade histórica que lhe impõe disputar as eleições nas condições dadas, perde a perspectiva de que a disputa da eleição é fundamental e importante como um passo, como uma tática a um projeto estratégico de conquista de governo para a conquista de poder e realização de ruptura.

Não estou dizendo que nessa circunstância seja irrelevante ganhar eleições, mas não contribui para o processo de ruptura quando penso que essa conquista de eleições, que deveria ser tática, é puramente estratégica. E eu me transformo em reprodução de mandato.

Para ficar claro, não estou falando de parlamentar de nenhum outro partido de esquerda. O parlamentar do PSB se elege e transforma como projeto fundamental de seu mandato a sua reeleição. (Palmas.) O Prefeito e o Governador do PSB se elege e transforma como objetivo fundamental a sua reeleição. Não é mais nem a do PSB, é a sua reeleição pessoal. Nesse sentido ele é absorvido pelas práticas burguesas, pelas práticas tradicionais. Nesse sentido passa a ser um partido conservador, passa a ser um administrador burguês, e o PSB nesse sentido deixa de ser um partido revolucionário, porque ele perde a perspectiva da mudança. (Palmas.)

A última questão é colocada pelo companheiro Valton. Suponho que a questão envolva questão crucial que estamos vivendo. Foi discutida também pela manhã, particularmente na intervenção do Jacob Gorender. Não sei se ele quando se refere a democracia radical se refere a alguma expressão usada por mim no meu texto. Vou me reportar como se assim fosse.

É fundamental desapropriar a democracia do patrimônio da direita e da burguesia. Quando qualquer um de nós no momento de hoje falamos em democracia e não precisamos o conceito de democracia, estamos nos referindo a uma realidade que não tem conteúdo, porque pode ter qualquer conteúdo. Você mesmo, numa intervenção aqui ontem, criticava um certo pleito que nós da esquerda havíamos passado a fazer da democracia pela democracia. Quando, por exemplo, nos referimos à necessidade de radicalização da democracia,

estamos tentando a precisão do termo, remontando a raiz grega, nós queremos ir à raiz da questão. Ou seja, estou querendo me apartar da concepção burguesa, iluminista e formal da democracia burguesa, tendo que dizer que muitas das conquistas apresentadas pela democracia burguesa terão que ser preservadas no nosso regime da transição socialista ou do socialismo, até porque muitos dos valores da democracia burguesa forma incorporados à democracia burguesa pela luta dos socialistas, dos comunistas e dos democratas.

Quando, por exemplo, refiro-me à democracia participativa, que vou ter que encerrar, porque eu teria que fazer toda uma história da crítica ao conceito de democracia. Desculpem-me, mas vou tentar explicar. Há uma contradição, mais do que contradição, há uma dificuldade. Nós da esquerda perdemos o espaço da luta ideológica fundamental, na medida em que com os nossos desvios ideológicos e a submissão à concepção stalinista bolchevique de democracia, nós abandonarmos o exercício, a defesa da democracia e deixarmos com a direita, que não é democrática. E neste processo o socialismo passou a ser sinônimo de ditadura, talvez aí uma reaplicação da infelicidade da escolha do termo ditadura do proletariado e democracia, a democracia burguesa, a democracia da exclusão, a democracia do monopólio passou a ser identifica como capitalismo ou vice-versa. Quando se defende capitalismo na sociedade ocidental, está se defendo a democracia; quando se defende socialismo na democracia ocidental, está se defendendo a ditadura.

Nós dizemos que a democracia no seu conceito, desde que já defini burguês e iluminista e hoje apropriado pelo capitalismo, não nos satisfaz. Isso, no entanto, não me faz antidemocrata. Eu tenho que ser democrata, mas de uma democracia diversificada, que não é atendida pela democracia formal tout court, simplesmente o conceito de democracia, nem muitíssimo menos pela democracia representativa de conteúdo puramente econômico, cuja crítica já foi feita aqui e não tem sentido eu repeti-la, principalmente na corrida dessa exposição.

Não posso simplesmente fazer a crítica da democracia representativa que fali, que se esgotou e não se esgotou com a falência do neoliberalismo e da globalização, sem dizer com o meu projeto, o meu projeto é a retomada da democracia no socialismo, que não a retomada da democracia clássica, é a retomada de uma democracia radical, no sentido da democracia que Jacob chamou hoje pela manhã de direta e que eu, para fugir do preconceito, prefiro chamar de democracia participativa. A retomada da sociedade civil, a pulverização do poder, a despolitização do estado, até a autogestão. Essa democracia é a única democracia exercitável numa sociedade socialista, porque a sociedade socialista não realizaria a democracia se mantivesse os princípios da democracia representativa tal qual nós praticamos hoje aqui nesses dias.

Eram essas as observações que eu faria às intervenções que me foram dirigidas. Quero aproveitar para agradecer a todos. Aqui vou falar um pouco como painelista e um pouco como dirigente partidário. Realmente, comentávamos há pouco, houve um esforço e ninguém pode esconder isso, eu e o Carlos Siqueira estamos felicíssimos, estamos felicíssimos também pelas observações que estamos ouvindo, foi muito bom, porque foi muito difícil fazer este encontro, foi difícil inclusive do ponto de vista político. Espero que os companheiros entendam quanto ele por ter sido difícil é importante. (Palmas.) Há vários e vários anos que se vem tentando, vamos ver se a coisa pega e se conseguimos repetir, evidentemente que para o ano é difícil, porque é ano eleitoral, mas quem sabe possam os estados realizar alguns encontros, senão nos estados fazer regionais, fazer um encontro deste no Sul, no Nordeste, no Norte, que a companheira Kátia podia levar essa idéia, os companheiros do Rio Grande do Sul que estão aqui etc.

Então o nosso grande agradecimento principalmente pela participação de todos vocês, de estarem aqui. Vamos fazer um ato, em seguida, de encerramento, vamos então agradecer nessa oportunidade de forma mais apropriada as delegações, queríamos agradecer a várias instituições que colaboraram, não vou referir o nome delas porque posso certamente cometer omissões, mas o Carlos Siqueira certamente fará isso corretamente porque ele tem esse controle melhor do que eu.

De forma que queria particularmente agradecer de público as observações que na instalação foram feitas e queria agora agradecer ao Valton pela suas observações, estamos apenas tentando, junto com muitíssimos outros companheiros, manter a discussão viva no Partido, alimentar viva no Partido a divergência, mas de qualquer forma agradeço a observação do Valton. Mas queria dizer às pessoas que não o conhecem que a sua observação tem pouquíssima relevância. O Valton é um amigo meu de 40 anos, então ele não está falando como militante, ele não está falando como quadro do PSB, ele está falando como um amigo se dirigindo a um amigo dele, então é uma homenagem que ele está fazendo a nossa amizade, que é fraterna.

Muito obrigado. (Palmas.)

Encerramento



Mesa de Encerramento do Encontro Internacional Socialista



Plenário de Encerramento do Encontro Internacional Socialista

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Para o ato de encerramento, gostaria de convidar à mesa o companheiro Germán Rodas, Secretário-Geral da Coordenadora Socialista Latino-Americana, que nos deu a honra de estar conosco desde a abertura deste encontro até o presente momento.

O companheiro Zu Tim Tchau, não sei pronunciar corretamente seu nome, do Partido Comunista Chinês.

O Jornalista e companheiro nosso, que nos honrou também com a sua presença aqui desde a inauguração deste encontro, Maurice Lemoine, do Le Monde Diplomatique.

O companheiro Antônio Carlos Peixoto, que além de ter sido um excelente painelista ontem, brindou-nos com uma extraordinária exposição, com a sua já reconhecida capacidade intelectual, membro recente do nosso Partido, mas um velho militante da esquerda brasileira, Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O nosso companheiro do Partido dos Trabalhos, mas antes disso é um companheiro de lutas, um companheiro revolucionário, um companheiro da História brasileira, que muito nos honrou e nos emocionou com sua presença nesta manhã, o companheiro Jacob Gorender.

A companheira Mary Machado, Secretária Nacional de Mulheres, membro da Executiva Nacional do nosso Partido.

O companheiro Jean Ziegler não se encontra, no momento ainda está no Rio de Janeiro, mas está dando uma entrevista neste exato momento à Revista Caras.

Convidar também a Professora Margarida Vieira, Diretora de Cursos da Fundação João Mangabeira.

O companheiro Jefferson Arruda, que é membro da Executiva Nacional e veio juntamente com a Professora Jacy Proença, que tanto colaborou para o êxito deste evento, trazendo a maior delegação do Mato Grosso. Gostaríamos de pedir uma salva de palmas para ela e dizer que sempre contamos com a sua colaboração, sua capacidade, não só aqui no plano nacional, mas sobretudo acompanhamos o seu belíssimo trabalho à frente da Seção Estadual da Fundação João Mangabeira no Mato Grosso.

Queremos convidar o companheiro Jaime Cardoso também para compor a mesa, ele que é o Secretário de Estado do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, um companheiro valoroso, Secretário-Geral do Partido Socialista no Estado do Rio de Janeiro.

Queremos convidar o companheiro Luiz Fernandes, do PCdoB, que na abertura e hoje nos deu a honra da sua presença, para tomar assento à mesa.

Queremos agradecer a todos que colaboraram para o êxito deste evento com as suas presenças, mas também com o seu trabalho, com a sua elaboração e com a sua capacidade, mas queremos fazer um agradecimento especial e pedir que ela seja saudada pelos companheiros com uma salva de palmas, a companheira Professora Yara Gouvêa, que colaborou desde o primeiro momento não apenas neste evento, mas desde a elaboração até todo o evento, uma grande companheira, Secretária-Geral do Partido Socialista no Estado de Goiás, uma companheira de luta, uma companheira socialista histórica.

Queremos agradecer à Professora Carmem Puig, de Relações Internacionais da UnB, que embora não seja do nosso Partido, aqui está para colaborar com o nosso evento. Queremos agradecer a companheira Maria Elisa, que é do Partido Socialista Brasileiro em Goiás, que está aqui voluntariamente para colaborar durante esses três dias com o nosso Partido. A companheira Liziê, que também esteve aqui colaborando durante esse período, o companheiro Marlos Duarte, que veio de Recife especialmente para o Rio de Janeiro para colaborar. Queremos fazer um agradecimento especial também ao companheiro Bernard, que é Diretor Administrativo da Fundação do Estado do Rio de Janeiro, que além de ter dado sua colaboração pessoal, coordenou a equipe que fez o credenciamento e a recepção de todos os convidados e todos os companheiros que aqui estão. A ele os nossos agradecimentos, extensivos a todos os companheiros aqui do Rio de Janeiro, especialmente da juventude que colaborou com a organização deste evento.

O Núcleo Estadual de Cultura e tantos outros companheiros que colaboraram, queremos citar aqui que a Prefeitura de Maceió deu a sua contribuição efetiva, o Governo do Estado de Alagoas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Sindilegis, todos aqueles que de algum modo colaboraram para o êxito e para a realização deste evento. E também a Prefeitura de Natal, cuja Prefeita, do nosso Partido, esteve aqui na abertura do evento.

Antes de dizer algumas palavras, gostaria de passar a palavra, para uma saudação rápida, aos nossos companheiros e companheiras de todos os recantos do Brasil que aqui se encontram, aqui temos pessoas do extremo norte do País, como o companheiro Calheiros, de Roraima, até os companheiros do Rio Grande do Sul e de todas as regiões, são companheiros de 19 estados que compareceram, que acolheram o nosso convite e que aqui se fizeram representar.

Gostaria de registrar a presença entre nós, só agora consegui alcançar,

lo Deputado Noel de Carvalho, aqui do Estado do Rio de Janeiro. Gostaria que fosse saudado por todos os companheiros. Agradecemos o apoio e a sua colaboração.

Convidamos também o companheiro Francisco Nogueira, que também só agora verifico que ainda se encontra presente, é membro da Executiva, representando o momento sindical, para compor a mesa ainda que seja no término dos trabalhos.

Com a palavra o Professor Peixoto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO (Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro) – Eu estava comentando há pouco o seguinte: nunca entendi bem por que razão semântica o português não se presta à oratória da mesma maneira que o espanhol.

Mas eu queria assinalar só uma questão que me parece crucial. Como velho militante das esquerdas, que já percorreu várias trilhas do caminho da esquerda, já vi um número muito grande encontros, de congressos e de discussões, que no final das contas se resumiam nos congressos denúncia. Isto acabava sendo uma fotografia de todo o quadro de injustiças sociais que os nossos países vivem.

Hoje vi aqui, ou melhor, nesses últimos três dias vi aqui uma coisa diferente. Vi uma tentativa efetiva de construção de um delineamento de um quadro capaz de orientar as forças políticas que efetivamente se empenham na transformação do Brasil, de terem um caminho mais ou menos trilhado. Caminho inteiramente trilhado não existe.

O companheiro cubano citou uma bela frase de Machado, grande poeta espanhol. E a verdade é essa, o processo de transformação tem que ter um delineamento inicial, o resto a vida vai nos mostrar. E este delineamento inicial efetivamente começou a ser discutido aqui.

Então, queria preservar a importância deste encontro, queria preservar o profundo significado deste encontro, como um encontro no qual foram discutidas algumas das questões centrais que deverão presidir a transformação tão necessária no Brasil, a qual tanto queremos, a qual um número reduzido, mas suficientemente poderoso conseguiu bloquear até o dia de hoje. Discutiu-se a questão democrática que a meu ver está na raiz de todos os processos de transformação econômica e social que nós pretendemos para o Brasil, assim como todos os socialistas pretendem.

Peço desculpas de ser menos universalista do que deveria, mas o meu primeiro patamar de universalismo vai mesmo é para a América Latina, porque

sou brasileiro e também sou latino-americano. E quero dizer que apesar de ter sido exilado na França, se a seleção de Honduras, que acabou de derrotar a seleção brasileira, jogar contra qualquer seleção européia, eu vou ser hondurenho desde criança.

Então, esse meu universalismo é um universalismo muito claramente latino-americano. Depois ele é europeu, mas em sendo europeu ele é antes de tudo francês. Então, essas transformações que o mundo inteiro necessita, mas que uns necessitam mais do que outros. E nós aqui na América Latina necessitamos.

Então, que esta discussão não se perca, porque é muito fácil começar um processo de discussão, lançar um certo conjunto de idéias e depois isso se perde, isso depois vira uma nuvem que vai esfumaçando no espaço. Que isto não se perca e que a Fundação João Mangabeira mantenha viva a chama do debate da discussão, compreendendo que uma fundação não substitui um partido, partido é uma entidade que tem outras funções, mas um partido que não tem uma fundação capaz de debater em profundidade um certo número de problemas vai tropeçar no caminho muito mais do que se essa fundação for efetivamente capaz de dar alguns sinais do caminho que um partido deve percorrer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Convido o companheiro Silvânio, Secretário Nacional de Juventude, para tomar assento à mesa.

Com a palavra o Professor Luiz Fernando, representando a Direção Nacional do PCdoB.

O SR. LUIZ FERNANDO (Direção Nacional do PCdoB) – Sei que este encontro já se encontra nos seus finalmente, não quero tomar mais muito tempo de vocês, só dizer que foi uma grande satisfação estar presente ao longo do encontro. É um encontro muito importante porque discute os rumos do socialismo brasileiro, que é um debate que não se esgota só no PSB, na verdade é um debate da esquerda brasileira e que encontrou aqui ecos de discussões e debates que perpassam hoje o conjunto da esquerda brasileira. Então, acho que o conteúdo do debate aqui é um conteúdo que enriquece o debate da esquerda brasileira como um todo.

Além do agradecimento pela participação, quero fazer um agradecimento particular ao querido Roberto Amaral, porque me senti muito honrado por ter sido citado na sua apresentação no debate e quero dirigir a ele meu agradecimento pessoal.

Quero concluir com uma mensagem política, aproveitar a presença de

militantes do PSB de todo o Brasil, porque nós enfrentamos durante uma década a ditadura do pensamento do discurso único, que é discurso único neoliberal. E temo, diante do evidente fracasso desse projeto neoliberal no Brasil, que esteja sendo preparada também um certa armadilha para nós da esquerda hoje. Agora, em substituição a esse discurso único, a essa ideologia única, uma espécie de avaliação única na mídia do quadro político-eleitoral que vai se formando para o ano que vem. E que acho é uma armadilha. Qual é a avaliação única que se apresenta? É que o Governo Federal já está departido ou derrotado, que o projeto neoliberal não terá continuidade após as eleições de 2002 no país. E que resta só ver que alternativa no campo da oposição e no campo da oposição de esquerda será a efetiva alternativa de governo ao atual Governo Fernando Henrique.

Acho esse um raciocínio perigoso e acho que é muito importante que não nos deixemos enganar por ele, porque se é verdade que o projeto neoliberal é um projeto hoje desgastado e que evidencia o seu fracasso da maneira mais clara, não só pela intensificação das desigualdades sociais, da miséria no país, mas pela inviabilização do próprio progresso material no país, que se expressa na crise energética, o fato é que no Brasil, na América Latina e no mundo ainda não conseguimos construir e erguer uma alternativa efetiva, ainda estamos diante de um quadro mundial e latino-americano que é desfavorável para as forças de esquerda democráticas e progressistas.

Então, comprar essa avaliação de que nós já somos vitoriosos, que o cavalo do Governo é um cavalo manco, que já perdeu a disputa, acho uma avaliação que não é realista, não reflete a real correlação de forças hoje no país. O governo tem inúmeros recursos econômicos, políticos, imediáticos para tentar operar uma retomada política da sua parte. Acho que não deveríamos desconsiderar essa possibilidade.

Além dessa possibilidade, acredito que haja outra, que é uma tentativa de enquadramento da próprio esquerda, enquadramento político e institucional, tentando inviabilizar *a priori* a implementação de uma agenda de desenvolvimento econômico e social do país alternativo, tentando engessar um possível governo de oposição através de mecanismos que inviabilizem a efetivação de uma alternativa de desenvolvimento nacional, mas é também uma tentativa de enquadramento ideológico, de intimidação, de definir qual é a agenda tolerável para a esquerda, que é também um movimento em curso, diria que é a segunda alternativa das forças hoje no comando do país, o enquadramento da alternativa de esquerda.

Por que estou dizendo isso? Porque acho que não devemos abrir mão da luta, que é muito difícil, mas tão necessária quanto difícil da construção e

manutenção da nossa unidade, da unidade das forças de esquerda no Brasil, porque o inimigo que enfrentamos é extremamente poderoso, bem articulado nacional e internacionalmente e a construção de uma alternativa efetiva de governo e de poder envolve e afeta interesses tão profundamente arraigados e enraizados no país, que exige uma unidade muito ampla de todos aqueles que almejam um Brasil justo, um Brasil solidário, um Brasil não tão marcado pelas desigualdades, como as que nos marcam como recordistas mundial de desigualdade social.

Esse é um apelo talvez mais político, que tenhamos maturidade para continuar procurando os caminhos da nossa unidade, para construir uma alternativa efetiva no Brasil à barbárie neoliberal.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Coordenador) – Companheiros e companheiras do Partido Socialista Brasileiro, companheiros e companheiras simpatizantes, companheiros e companheiras que foram aqui conferencistas, companheiros parlamentares de todos os níveis, companheiro Amaral, que foi quem pensou este encontro, propôs à Executiva Nacional, que por sua vez encarregou a Fundação João Mangabeira de organizá-lo, já faz algum tempo, este é o papel da Fundação, entre outros, a Fundação tem realizado um trabalho de formação política, de formulação de políticas públicas e é um espaço democrático onde todos os segmentos partidários, porque não somos divididos por tendências internas, até é proibido estatutariamente no nosso Partido, mas há segmentos e adversidades felizmente dentro do nosso Partido, essa é a característica, fundamental desde que o PSB nasceu, de buscar a diversidade, a pluralidade política, ideológica, social, cultural e religiosa. Mas esta instituição que é a Fundação João Mangabeira, que leva o nome do fundador do nosso Partido, tem entre suas finalidades a elaboração de políticas públicas, a formação política, a reflexão sobre os temas políticos nacionais e internacionais e sobre a estética do partido. Ela não é um espaço de disputa interna. A disputa interna no nosso partido ocorre nas instâncias partidárias apropriadas.

Felizmente aqui podemos ver companheiros de 19 estados, de diferentes segmentos, de diferentes pensamentos, companheiros que até disputaram conosco no último congresso do partido a direção partidária, mas aqui não vimos em nenhum momento alguém levantar questões menores. Aqui as divergências e a diversidade do pensamento se deu em função da liberdade de expressão e do estímulo que a Fundação e o Partido Socialista Brasileiro faz questão de realizar entre os seus membros, para que possam expressar seus militantes, seus dirigentes, também seus simpatizantes e aqueles que acorrem como muitos aqui acorreram sem serem do Partido Socialista, tanto para falar

como conferencista, como para assistir e participar do debate; para que todos possam expressar com liberdade o seu pensamento, dar a sua contribuição e fazer com que a politização do partido aconteça.

O companheiro Valton, em artigo que escreveu para o nosso último congresso, levantou uma questão que sempre me pareceu fundamental para o Partido. É que ele chamava atenção de que os nossos partidos políticos estão despolitizados, ou seja, eles não discutem política, discutem disputas de estrutura, divergências de outra natureza, mas não se discute política ideológica.

Mas o que pudemos ver e apreciar durante esses três dias em que aqui estivemos reunidos foi a pura discussão política ideológica, filosófica, na sua mais ampla amplitude e profundidade, o que nos deixou muito satisfeitos porque esse era o objetivo quando pensamos e organizamos este encontro.

Esperamos que a politização do Partido Socialista Brasileiro possa de alguma maneira contribuir para que ela não seja um fim em si mesma, porque um partido político não existe apenas para que se dispute cargos através da sua legenda. Um partido político que quer ser um partido político transformador como o nosso, ele existe para ser um instrumento da sociedade brasileira, para ser um instrumento do povo brasileiro, especialmente daqueles que vivem na marginalização política, social e econômica da transformação social. Ou temos a compreensão de que o Partido é um instrumento não para disputa interna apenas, mas sobretudo para transformar a sociedade e para transformar a sociedade é necessário que haja teoria. Como dizia Lenin, sem teoria revolucionária não existirá prática revolucionária. E se alguns reclamam com razão e criticam a direção, inclusive a minha pessoa como dirigente e a outros, tem toda razão às vezes, porque ainda estamos discutindo pouco, ainda estamos realizando pouco, ainda estamos muito distantes daquilo que seria o mínimo para um partido político com as pretensões de ser um partido efetivamente transformador.

Daí por que acho que se queremos mudança teremos que preparar nossa militância. E se queremos ter um partido realmente crítico, uma massa crítica, um partido que influencie a sociedade brasileira e um partido que influencia a sua direção, essa mudança não vai ocorrer, não espere isso a partir da sua cúpula. Ou a base do partido se movimenta, se convence e cobra para que possa haver essa mudança e esse crescimento partidário, ou as coisas não acontecem.

É por essa razão que podemos dizer – comentava há pouco com o companheiro Amaral – que estamos alegres pela realização deste evento, pelas contribuições que pudemos receber de tantos companheiros que aqui estiveram, do Partido e de fora dele, figuras da expressão do Jacob Gorender, do

Maurice Lemoine, do companheiro Rodas, do companheiro Peixoto, do companheiro Luiz Fernando e de tantos outros que assistimos aqui durante estes três dias, podemos dizer que nos alegra porque sabemos que ele é um passo significativo no crescimento da nossa militância na elaboração de um pensamento que um partido deve ter para influenciar a opinião pública no sentido das mudanças.

Nesse sentido é que podemos dizer da nossa alegria e dizer que este foi um passo de fortalecimento do nosso Partido, foi também uma maneira de prepararmos melhor a pauta que teremos que cumprir até novembro, até a realização do VIII Congresso Nacional do Partido, que inclui a questão internacional e todo esses esquemas que estão aqui, entre outros, porque o Partido também se prepara, está preparando através da assessoria de sua presidência e de todas as instâncias partidárias um programa de governo, porque pretende apresentá-lo à sociedade brasileira na disputa eleitoral que se avizinha, um programa que não quer fazer concessões, um programa que se não for eleito pela sociedade brasileira, se não for vitorioso eleitoralmente, será vitorioso politicamente, porque ele virá para discutir e para politizar os temas que estão a exigir de um partido que pretende ser transformador, que seja levado à sociedade, sem concessões, sem arremedo de programa, sem querer ser palatável, não queremos ser palatáveis apenas para chegar ao governo. Ou chegaremos ao governo para operar mudanças, ou é melhor que continuemos, como dizia o Prof. Jean Ziegler, marchando para o 14 de julho, marchando para a Bastilha, mesmo sem saber exatamente o que vamos fazer, mas sabendo perfeitamente o que não queremos fazer.

Muito obrigado. Somos e seremos socialistas. (Palmas.)

Está encerrado o Encontro.

Diretoria Executiva Nacional da Fundação João Mangabeira - FJM - 1999/20001

Diretor Geral:
Carlos Siqueira

Diretora de Cursos:
Professora Margarida Vieira

Diretora de Finanças:
Stael Cavalcanti Alencar

Diretor de Assessoria:
Waldo Silva

Conselho Curador

ARRAES, MIGUEL ALENCAR - Presidente

ARIANO VILAR SUASSUNA
CARLILY GUERRA DE MACÊDO
CARLOS SIQUEIRA
DALVINO TROCCOLI FRANCA
EDMEIA FERREIRA PASSOS
EDMUNDO CARLOS DE ANDRADE CARVALHO
EDUARDO ACCIOLY CAMPOS
HENRIQUE JOSÉ ANTÃO DE CARVALHO
JACY RIBEIRO DE PROENÇA
JAMES LEWIS GORMAN JÚNIOR
JOSÉ HENRIQUE PEREIRA E SILVA
JOSÉ RENATO CASAGRANDE
JOSÉ REINALDO DA SILVA
LUIZA ERUNDINA DE SOUSA
MARGARIDA VIEIRA LUIZA DE MATOS
MURILO SÉRGIO DA SILVA NETO
ODMAR PÉRICLES NASCIMENTO
PEDRO EUGÊNIO DE CASTRO TOLEDO CABRAL
ROBERTO AMARAL
ROBERTO SATURNINO BRAGA
SÉRGIO MACHADO RESENDE
TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO
SONIA MARIA AZEVEDO PRUDENTE
STAEL CAVALCANTI ALENCAR
KÁTIA BORN RIBEIRO
WALDO SILVA

Fundação João Mangabeira
SHIN QL 10 - Conj 2 - Casa 8 - Lago Norte - Brasília-DF
Telefax: 577-2901 - CEP: 71250-025

PSB - Partido Socialista Brasileiro
Primeira Secretaria Nacional
Câmara dos Deputados Anexo II - Bloco das Lideranças
Sala118 - Brasília-DF - CEP. 70160-900
Fones: (061) 318-5198 Telefax: (061) 224-8493
site:www.psbnacional.org.br / e-mail:psbnacional@tba.com.br

